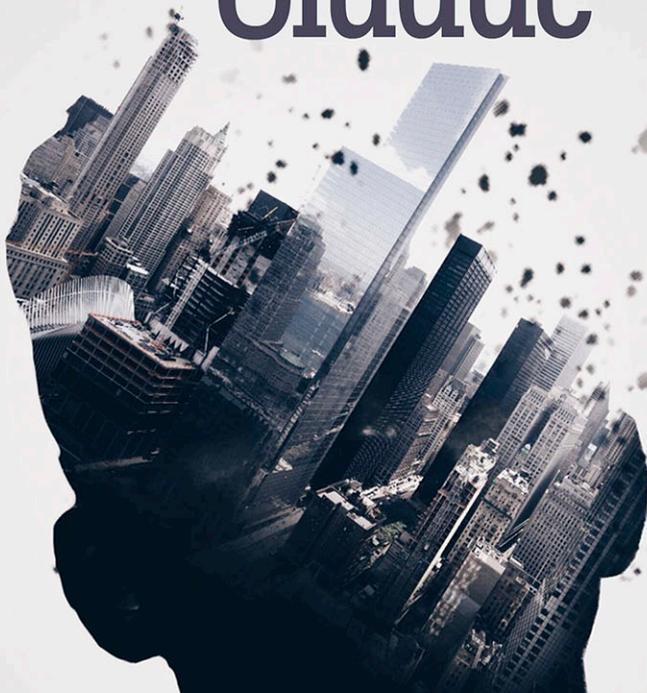


Cristine Jaques Ribeiro (Org.)

Diálogos da Cidade



Experimentações coletivas



O presente livro se propõe apresentar pesquisas vinculadas ao Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental/Observatório dos conflitos da cidade do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas/RS. O resultado da produção coletiva apresenta os temas que transversalizam a temática do direito à cidade na região sul do Rio Grande do Sul. Temas esses que são resultados das manifestações dos modos de vida dos coletivos que habitam a cidade. A geografia instituída nas cidades é resultado de uma arquitetura que nega os sentidos produzidos por seus cidadãos. A cidade é constituída por planejamentos e planos que não consideram a demanda produzida pelos heterogêneos modos de ocupar a cidade. A racionalidade histórica atual preocupa-se em investir na especulação da terra mais para fins imobiliários do que para garantia do direito de existir. Em razão disso, o urbanismo é realizado por técnicos que “sabem” o que é melhor para cidade, conseqüentemente, o urbiicídio é justificado para o “melhor” crescimento da cidade. A cidade torna-se um cárcere com roupagem moderna. A cidade planejada se torna também na atualidade a cidade negociada. Nesse ínterim se pergunta: O que é a cidade? De quem é a cidade? Para quem a cidade existe? Sendo assim, os questionamentos acima instigam analisar os processos de luta que se estabelecem nas relações de saber e de poder da cidade. Processos de subjetivação e de singularização que pulsam tanto na micropolítica, onde se estabelece cotidianamente estratégias de luta e de resistência, como a reprodução dos valores impostos pela macropolítica identificada, por exemplo, nas políticas públicas que pretendem garantir os direitos sociais ou nos acordos que não consideram a participação dos cidadãos. Os processos de gentrificação são constantes na realidade das cidades e são o resultado de um conjunto de medidas urbanas que pretendem instituir a expulsão das populações mais pobres de determinadas regiões para “dar” lugar às populações mais ricas. Sobra para a periferia o desafio de conseguir se deslocar, trabalhar, ter lazer e morar nas condições impostas pelo planejamento que não acolhe as necessidades de todos que habitam a cidade.



Diálogos da cidade



Comitê Editorial da Série

Filosofia & Interdisciplinaridade

- **Aginaldo Cuoco Portugal**, UNB, Brasil
- **Alexandre Franco Sá**, Universidade de Coimbra, Portugal
- **Christian Iber**, Alemanha
- **Claudio Gonçalves de Almeida**, PUCRS, Brasil
- **Cleide Calgato**, UCS, Brasil
- **Danilo Marcondes Souza Filho**, PUCRJ, Brasil
- **Danilo Vaz C. R. M. Costa**, UNICAP/PE, Brasil
- **Delamar José Volpato Dutra**, UFSC, Brasil
- **Draiton Gonzaga de Souza**, PUCRS, Brasil
- **Eduardo Luft**, PUCRS, Brasil
- **Ernildo Jacob Stein**, PUCRS, Brasil
- **Felipe de Matos Muller**, UFSC, Brasil
- **Jean-François Kervégan**, Université Paris I, França
- **João F. Hobuss**, UFPEL, Brasil
- **José Pinheiro Pertille**, UFRGS, Brasil
- **Karl Heinz Efken**, UNICAP/PE, Brasil
- **Konrad Utz**, UFC, Brasil
- **Lauro Valentim Stoll Nardi**, UFRGS, Brasil
- **Marcia Andrea Bühring**, PUCRS, Brasil
- **Michael Quante**, Westfälische Wilhelms-Universität, Alemanha
- **Miguel Giusti**, PUCP, Peru
- **Norman Roland Madarasz**, PUCRS, Brasil
- **Nythamar H. F. de Oliveira Jr.**, PUCRS, Brasil
- **Reynner Franco**, Universidade de Salamanca, Espanha
- **Ricardo Timm de Souza**, PUCRS, Brasil
- **Robert Brandom**, University of Pittsburgh, EUA
- **Roberto Hofmeister Pich**, PUCRS, Brasil
- **Tarcílio Ciotta**, UNIOESTE, Brasil
- **Thadeu Weber**, PUCRS, Brasil

Diálogos da cidade

Experimentações coletivas

Organizador:

Cristine Jaques Ribeiro



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

Arte de Capa: Sachin Chengara - <https://www.shopmoment.com/momentist/double-the-fun-double-exposure-tips-for-mobile>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Filosofia e Interdisciplinaridade – 113

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

RIBEIRO, Cristine Jaques (Org.)

Diálogos da cidade: experimentações coletivas [recurso eletrônico] / Cristine Jaques Ribeiro (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

282 p.

ISBN - 978-85-5696-638-4

DOI - 10.22350/9788556966384

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Filosofia; 2. Sociologia; 3. Direito; 4. Cidade; 5. Ensaio; I. Título.

CDD: 172

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade

172

Sumário

Apresentação.....	9
Cidade e os processos de territorialização dos corpos Cristine Jaques Ribeiro	
1.....	23
Polo Naval: os impactos positivos e os negativos no âmbito da cidade e do território Aline Rodrigues de Avila	
2.....	41
Na costa de um mar doce, serviço social, bruxas, lobisomens, anjos e assombrações Angelita Soares Ribeiro	
3.....	59
Narrativas de um tempo outro: os encontros com a cartografia da reforma agrária Angelita Ribeiro; Cristine Jaques Ribeiro	
4.....	75
População em situação de rua e correlações deste grupo com o direito à cidade Bruna dos Santos Alt	
5.....	95
Esse corpo que habito não é meu? Camila de Freitas Moraes	
6.....	113
O locus da loucura no percurso histórico Carim Angela Dummer	
7.....	135
Expulsões, mulheres migrantes e direito à cidade Carla Graziela Rodeguero Barcelos Araújo	

8.....	153
Pelotas feita no chão, a Princesa e o Sopapo, do Sal ao Tambor: espaços de resistência e a organização negra na cidade de Pelotas	
Carla Silva de Avila	
9.....	173
Categoria exclusão social: uma reflexão teórica sobre sua utilização no campo das políticas sociais	
Daniel Vieira Essinger	
10	185
Reforma psiquiátrica: uma ampliação dos territórios da loucura na cidade?	
Dulce Pinheiro Berndt	
11.....	203
Loteamento Santa Cecília no município de Pelotas: a invisibilidade diante das políticas sociais	
Jéssica Silva de Ávila	
12.....	223
A planificação do programa Minha Casa Minha Vida e o aumento das comunidades em situação irregular em Pelotas	
Nino Rafael Medeiros Kruger	
13.....	243
Autogestão: da Comuna de Paris à economia solidária	
Renan Costa Valle Scarano	
14	261
Resenha da obra “Direito à Cidade” de Henri Lefebvre	
Pablo Rodrigo Barbosa; Tainã dos Santos Novack; Thais Carolina X. Coitinho	
Biografia dos autores.....	279

Apresentação

Cidade e os processos de territorialização dos corpos

Cristine Jaques Ribeiro

O presente livro se propõe apresentar pesquisas vinculadas ao Grupo de Estudos e Pesquisa Questão agrária, urbana e ambiental/ Observatório dos conflitos da cidade do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas/RS. O resultado da produção coletiva apresenta os temas que transversalizam a temática do direito à cidade na região sul do Rio Grande do Sul. Temas esses que são resultados das manifestações dos modos de vida dos coletivos que habitam a cidade.

A geografia instituída nas cidades é resultado de uma arquitetura que nega os sentidos produzidos por seus cidadãos. A cidade é constituída por planejamentos e planos que não consideram a demanda produzida pelos heterogêneos modos de ocupar a cidade. A racionalidade histórica atual preocupa-se em investir na especulação da terra mais para fins imobiliários do que para garantia do direito de existir. Em razão disso, o urbanismo é realizado por técnicos que “sabem” o que é melhor para cidade, conseqüentemente, o urbicídio é justificado para o “melhor” crescimento da cidade. A cidade torna-se um cárcere com roupagem moderna. A cidade planejada se torna também na atualidade a cidade negociada. Nesse ínterim se pergunta: O que é a cidade? De quem é a cidade? Para quem a cidade existe?

Sendo assim, os questionamentos acima instigam analisar os processos de luta que se estabelecem nas relações de saber e de

poder da cidade. Processos de subjetivação e de singularização que pulsam tanto na micropolítica, onde se estabelece cotidianamente estratégias de luta e de resistência, como a reprodução dos valores impostos pela macropolítica identificada, por exemplo, nas políticas públicas que pretendem garantir os direitos sociais ou nos acordos que não consideram a participação dos cidadãos.

Os processos de gentrificação são constantes na realidade das cidades e são o resultado de um conjunto de medidas urbanas que pretendem instituir a expulsão das populações mais pobres de determinadas regiões para “dar” lugar às populações mais ricas. Sobra para a periferia o desafio de conseguir se deslocar, trabalhar, ter lazer e morar nas condições impostas pelo planejamento que não acolhe as necessidades de todos que habitam a cidade.

Os espaços públicos estão cada vez mais constituídos na lógica da privatização que segrega a participação e o uso da população empobrecida. Essa realidade impõe um padrão de participação e o uso do que é público para o desejo da racionalidade privada. Conseqüentemente, é possível afirmar que a subjetividade reproduzida é da higienização dos espaços para inviabilizar a participação e existência da periferia ou da população de rua, por exemplo, no centro da cidade.

A moradia como veículo do capital financeiro apresenta-se na cidade como possibilidade de acesso para alguns e negação do direito para outros. Segundo Raquel Rolnik (2015), a moradia é um setor em que o capital financeiro pode investir, tornando-se um paradigma global com sua especificidade local. Portanto, a cidade, em seus diferentes aspectos, constitui-se na lógica de um produto negociável e não de um lugar para a garantia da existência de todos e dos diferentes modos de ocupar.

A cidade, no contexto atual, segue a passos largos por intermédio de seus planejadores, na garantia do direito à propriedade. Assim, para que o direito à propriedade não seja desmantelado, instrumentos de controle para segregação e fortalecimento da desigualdade são constantes no dia a dia dos

citadinos, que resistem à normalização imposta. Um conjunto de dispositivos e de equipamento para o controle da vida são instaurados, cujo objetivo é garantir o biopoder, ou seja, segundo Negri (2000), o biopoder se apresenta, frente aos corpos, como a regulação da vida social, que é produzida e reproduzida a todo momento. A criminalização das lutas por parte dos movimentos sociais, das associações populares, das organizações com base popular são exemplos de controle e coerção do Estado e prática reproduzida pelo biopoder.

Portanto, o contexto do paradigma da biopolítica do poder é necessário para análise sobre a cidade e o controle dos corpos. Pensar o poder como prática, que não está em um lugar sagrado e intocável, mas nas relações dos coletivos que habitam a cidade que reverberam através das resistências o enfrentamento do controle da vida, é a tônica do livro: “Diálogos da Cidade”. Com essa proposta, desejamos evidenciar o cenário da cidade e suas forças. Evidenciar as redes que existem com suas conexões através das práticas que denunciam os processos de segregação socioespacial/socioambiental.

Com essa perspectiva, é importante afirmar a existência de uma outra estética da cidade que não se adéqua às imposições da cultura capitalista. Uma estética construída pelas multidões de mulheres e de homens, de jovens, crianças e idosos, multidões que lutam em seus espaços através de suas organizações, sejam elas: movimentos sociais, movimentos sindicais, comunidades tradicionais, organizações de bairro, religiões de matriz africana, diversas e diferentes organizações que reinventam o sentido dos corpos da cidade bem como o sentido da cidade.

Os sentidos reinventados por essas organizações são resultados das manifestações, que, segundo Paulo Vaz (1961), são manifestações da população Infame, que transgridem as normas estabelecidas pelos planejamentos e planejadores, para ecoar o desejo de a cidade ser de fato a cidade da população trabalhadora e desempregada. População essa que não tem moradia, que vive em

situação de rua, que não tem terra. A população negra que sofre em seus corpos o racismo estrutural. A população de mulheres que cotidianamente são invisibilizadas pela cultura machista, entre outros e tantos exemplos infinitos. Transgredir as normas privatizantes da vida da cidade é tentar demonstrar que o Direito à cidade é o direito legítimo de existir e que exige ser reconhecido como direito humano.

Sendo assim, o livro, Diálogos da Cidade, propõe então provocar análises sobre como a cidade vem se instituindo no contexto político atual, através de seus temas transversais, como: moradia, educação, trabalho, lgbt, raça, gênero, população em situação de rua, loucura, saúde mental e políticas sociais, para propiciar o mergulho de um olhar que se abre ao encontro das multidões que cartografam seus modos de habitar a cidade fora do modelo imposto pelo capital, que tenta regular as decisões e as expressões da vida. O livro reúne, por fim, o registro como denúncia da relação que o Estado estabelece com os cidadãos e seus agenciamentos coletivos de resistência.

A organização do livro se apresenta não por temáticas afins, mas por linhas que se transversalizam, por isso, a escolha da apresentação está através da ordem alfabética dos autores. A proposta é apresentar as pesquisas que ocorreram no Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos que foram resultados da produção da Disciplina: Cidades e Territorialidades, sob a coordenação da professora Doutora Cristine Jaques Ribeiro, bem como, trabalhos orientados com a temática do Direito à Cidade na região sul do Rio Grande do Sul.

Aline Rodrigues de Avila faz uma breve análise da inserção do Polo Naval na cidade do Rio Grande, das transformações ocorridas em decorrência das breves instalações e da derrocada desse grande empreendimento. Além disso, analisa as mudanças econômicas e culturais no município e as consequências para a cidade e para os trabalhadores. A constituição do artigo deu-se por meio de pesquisa bibliográfica. Os resultados dessa análise

sinalizam aspectos positivos que ocorrerem no desenvolvimento desse empreendimento; aparecem, porém, com maior intensidade, as manifestações econômicas sobre como vem ocorrendo o desfecho do Polo Naval para a cidade do Rio Grande e seus trabalhadores. Conclui-se que a transformação da cidade em decorrência desse grande empreendimento gerou mudanças de toda ordem. Não se pode, no entanto, deixar de reconhecer o ápice que a cidade viveu em sua economia; as possibilidades de melhora de vida que foram criadas a partir dessa realidade; a melhoria gerada por grandes empreendimentos como espaços de entretenimento, gastronomia. Todavia, cabe elucidar que o processo de inclusão do Polo Naval nesse espaço territorial pode nos trazer muito mais do que desenvolvimento, mas, também a possibilidade de vislumbrar pontos positivos e negativos de um desenvolvimento acelerado e sem sustentação econômica e conseqüentemente social. Esse cenário nos instiga a pensar e repensar as impositivas formas das relações econômicas que são estabelecidas nas relações sociais e no escopo das relações do ser, com o mundo humano e material.

Sobre a Costa de um Mar Doce, Serviço Social, Bruxas, Lobisomens, Anjos e Assombrações, Angelita Soares Ribeiro problematiza a análise como trabalhador/trabalhadora atuante na ordem das políticas sociais públicas, o/a Assistente Social depara-se cotidianamente com a natureza contraditória destas políticas no interior de um modo de produção que impossibilita a democratização da riqueza socialmente construída. Neste cenário, os modos de resiliência formuladas pela classe trabalhadora acabam se colocando como o centro da resolução das problemáticas cotidianas de sobrevivência. Ainda que se deparem com o campo do simbólico que atravessa os modos de existir, trabalhar e saber dos grupos junto dos quais atuam, poucas vezes os/as Assistentes Sociais dimensionam a complexidade deste universo simbólico, assim como a capacidade de resistência que a partir daí se formula. Neste artigo compartilho uma experiência de

trabalho em Serviço Social que motivou a realização de uma pesquisa de mestrado, de perspectiva antropológica, em uma Colônia de Pescadores, a Colônia Z-3, situada no município de Pelotas, região sul do sul do Brasil. Enquanto atuava como Assistente Social em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes nessa colônia de pescadores artesanais situada na costa sul da Lagoa dos Patos, conheci grupos de mulheres, homens e crianças que me narraram sobre seres não-humanos que vivem nesse território, bem como sobre lugares assombrados como uma Ilha situada à uma hora de barco da colônia. Defendo, assim, que a relação dos/das habitantes da Colônia de Pescadores Z-3 com seus seres e lugares mágicos atravessa a elaboração de suas territorialidades, interferindo em seus modos de vida, práticas de trabalho e suas formas de resistir em um contexto neoliberal de extermínio dos pescadores e pescadoras artesanais.

Narrativas de um tempo outro: Os encontros com a cartografia da reforma agrária, Angelita Ribeiro e Cristine Jaques Ribeiro contam a experiência de um estágio profissional em Serviço Social vinculado ao Curso de graduação da Universidade Católica de Pelota junto ao assentamento de reforma agrária no município de Pinheiro Machado. Essa experiência tenta desconstruir imagens instituídas sobre as famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra que cotidianamente lutam para garantir o direito de produzir e viver.

Bruna dos Santos Alt apresenta a População em situação de rua e as Correlações deste grupo com o Direito à Cidade. O artigo baseia-se em uma dissertação de mestrado e versa sobre a população em situação de rua, que é composta por pessoas em condições de extrema pobreza, vivendo nas ruas e calçadas da cidade, tornando-se, muitas vezes, invisíveis para os governantes e para a sociedade. Apresenta-se, assim, uma revisão teórica sobre esse segmento populacional, relatando sua origem e atual situação, considerando a desigualdade social gerada pela exploração das

classes trabalhadoras no sistema capitalista como fator de peso dessa condição. Na sequência, é fundamental compreender qual a influência do estigma e qual a sua interferência em relação à população em situação de rua. Além disso, são feitos apontamentos sobre os direitos positivados, tanto na Constituição Federal como na Política Nacional para População em Situação de Rua, os quais muitas vezes não são assegurados a este grupo, em especial o direito à cidade. Em relação ao direito à cidade e considerando as relações sociais, econômicas e territoriais que permeiam as relações urbanas, busca-se entender qual o espaço que esse grupo ocupa nela. Feita essa análise, constata-se que há um estigma da sociedade para com a população em situação de rua; estigma que influencia na forma como essas pessoas levam suas vidas em diversos aspectos e, em especial, no espaço que esse segmento ocupa nas cidades.

Camila de Freitas Moraes propõe contribuir com o debate sobre diversidade sexual, apresentando brevemente o conceito de movimento social Lgbt no Brasil, suas transformações e desafios; de corpo e as manifestações de controle sobre estes as quais impõem a não autonomia. E ao fim, os significados de exclusão e de imoralidade dados a esses sujeitos, algo ainda tão presente em nossa contemporaneidade.

O Locus da Loucura no Percurso Histórico foi o resultado da dissertação de Mestrado Carim Angela Dumme, Práticas Profissionais na Saúde Mental, Lógica Manicomial e processos de resistência. Uma cartografia do CAPS Escola De Pelotas, uma análise sobre o lugar da loucura na história da humanidade e da Política de Saúde Mental na sociedade capitalista, na qual há uma construção de subjetividade que atravessa todo o tecido social que produz e reproduz estigmas em relação aos usuários dos Serviços de Saúde Mental. Para fundamentar este estudo busquei as contribuições dos autores Michel Foucault, Félix Guatarri, Gilles Deleuze, Paulo Amarante, Franco Basaglia, e Gregório Baremlitt. Na trajetória histórica o louco tem um novo lugar, o hospital. Desse

modo, nasce a medicina moderna e a psiquiatria com a “Grande Internação”, assim denominada e estudada por Foucault. A cada crise econômica as casas de internação acabam superlotando. As medidas de exclusão que outrora se baseavam no banimento e expulsão das cidades, agora, tomam a dimensão da detenção. A loucura medicalizada transforma o louco em “paciente” e, ao colocá-lo nas tramas da lei, ele é visto como “criminoso”. Essa tatuagem impressa nas pessoas que sofrem adoecimento psíquico são historicamente legitimadas e acompanham o homem há séculos. Portanto a produção social acerca do conceito de saúde mental e, conseqüentemente, da loucura está atravessada pela lógica de dominação do capitalismo através da ordem do discurso de verdade, ou seja, que pretende classificar a doença da saúde.

Carla Graziela Rodeguero Barcelos Araújo apresenta o artigo que visa realizar uma reflexão sobre os processos migratórios e suas interfaces na vida das mulheres que se deslocam em busca de uma existência mais digna. Tal fato não se concretiza por um acaso ou falta de sorte, se trata de uma expressão da questão social, ou seja, uma das mazelas produzidas pelo sistema capitalista que pauta suas relações pela lógica do lucro, exploração e objetificação da vida. Nesta perspectiva, inicia-se a reflexão com uma breve apresentação da categoria *expulsões*, fundamentada por Saskia Sassen, socióloga holandesa que reflete sobre a lógica sistêmica e sua incidência sobre as relações territoriais em âmbito global como uma forma de massacre à existência das populações. Não obstante, objetiva-se refletir sobre os processos migratórios das mulheres, considerando a sua múltipla vulnerabilidade ao considerarmos a relação patriarcal instalada e fortalecida pelo sistema capitalista que impõe a feminização do cuidado e condicionando o lugar da mulher na sociedade. Por fim, visa problematizar o direito à cidade, na realidade brasileira, enquanto via de acesso a direitos humanos e sociais conquistados a partir da articulação e resistência de movimentos sociais no período da ditadura militar,

com vistas à democratização da cidade por meio das reformas urbanas e agrárias.

Carla Silva de Avila propõe o artigo Pelotas feita no chão, a Princesa e o Sopapo, do Sal ao Tambor: Espaços de resistência e a organização negra na cidade de Pelotas, cuja análise instiga a reflexão da construção social da cidade de Pelotas atendo-se às diversas formas de articulações culturais e simbólicas dos africanos e seus descendentes, realizadas por intermédio da manutenção da prática ancestral na relação com as divindades sagradas africanas: os orixás. Trata-se de pensar a relação com algumas localidades do território pelotense, atendo-se aos arranjos de resistência forjados desde a inserção pela escravização dos corpos negros até os dias atuais. Busca-se refletir sobre as formas de usos de alguns pontos estratégicos da cidade, em especial as charqueadas, pensada para além da escravização da força de trabalho. Foca-se na percepção da manipulação de elementos da localidade fixando outros sentidos, tanto com a produção econômica bem como a construção e manutenção do sagrado, vivenciadas até o momento. Foca-se na presença de uma tradição afro-religiosa mantida na relação direta com o território por intermédio de uma cosmovisão antagônica à lógica escravagista, que forjou outras significações de percepção de si, da cidade e de sua relação com os territórios. Parte-se das noções de resistência cultural e simbólica (MELLO, 1994), pela noção de segmentaridade como forma de estruturação das relações sociais e simbólicas (GOLDMAN, 2006) e a noção de encruzilhada, dialogando com o *ethos* e *locus* da filosofia políticas contida na vivenciada e manutenção das tradições africanas no Brasil (ANJOS, 2006). A menção feita à cidade/ Princesa refere-se ao título recebido no período colonial pela quantidade de riqueza oriunda da indústria do charque, pela exploração do trabalho escravo dos africanos e seus descendentes, bem como a menção feita ao chão refere-se à prática ritual realizada na tradição africana no ato de inserção e consagração aos orixás.

A categoria exclusão social: uma reflexão teórica sobre sua utilização no campo das políticas sociais é a proposta de análise de Daniel Vieira Essinger. O termo Exclusão Social tem sido largamente utilizado nas últimas décadas, seja por parte do Estado na implementação das políticas sociais, seja no contexto acadêmico ou mesmo nos movimentos sociais no âmbito sociedade civil. Um olhar mais atento para o referido termo, que busque identificar a “exclusão social” como uma categoria para a pesquisa no âmbito da Política Social, nos leva a concluir que tal expressão pode tornar-se imprecisa e perder seu valor enquanto categoria de análise. Nesse sentido, o emprego do termo Exclusão Social, enquanto uma categoria para a pesquisa, deve ser criterioso e referenciado teoricamente de forma precisa. Este artigo tem como objetivo discutir sobre a categoria Exclusão Social no que tange à sua utilização no campo das políticas sociais. O texto busca inicialmente contextualizar o fenômeno da exclusão social, tendo como referencial mais amplo a contradição entre trabalho e capital. A seguir são trazidos aspectos do debate contemporâneo sobre a categoria em questão, buscando apontar seus limites e possibilidades para o campo das políticas sociais. Com base nas referências teóricas que este artigo abrange, argumenta-se que o enfrentamento do fenômeno da exclusão social só é possível reconhecendo-se que sua existência é intrínseca ao funcionamento do capitalismo.

Dulce Pinheiro Berndt apresenta que No Brasil, a partir da Reforma Sanitária Brasileira e Psiquiátrica, a possibilidade de reorganização dos serviços de saúde se fortalece. No que diz respeito ao tratamento da loucura, são estabelecidos os chamados serviços substitutivos, que vêm reorganizar a assistência em saúde mental. A proposta deste trabalho é fazer uma reflexão acerca do quanto o movimento da Reforma Psiquiátrica vem contribuindo para a desconstrução dos modos manicomiais, bem como a construção dos territórios que os ditos “loucos” estão ocupando na cidade. Acredita-se que os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)

são um dispositivo de ampliação da circulação desses sujeitos que antes tinham espaços demarcados como únicos lugares, os hospitais psiquiátricos. No entanto, estes, sozinhos, não dão conta para a circulação nos diversos espaços que acontece a vida, potencializando, assim, o modo antimanicomial de cuidar a relação loucura-cidade e serve como analisador do processo de desinstitucionalização em saúde mental. Para pensarmos a respeito dos regimes de poder em jogo na cidade, precisamos atentar para os movimentos da vida contemporânea e para os nossos modos de subjetivação no cotidiano. É preciso considerar tanto a existência concreta do manicômio, sustentada por um poder disciplinar de ordenação da vida, quanto à presença de uma "lógica manicomial", que participa dos processos de subjetivação na contemporaneidade, sustentada por uma ideia que regula a vida na cidade em diferentes níveis.

O Loteamento Santa Cecília no município de Pelotas: a invisibilidade diante das políticas sociais é o tema analisado por Jéssica Silva de Ávila, que objetiva apresentar um relato de experiência a partir do que foi vivenciado em um estágio realizado junto ao Trabalho Socioambiental, desenvolvido pela Autarquia de Serviço de Saneamento da Cidade de Pelotas. Nesse contexto, foi acompanhado um loteamento que fica à beira de “uma sanga”, na qual atualmente vem sendo despejado todo esgotamento sanitário do bairro. O texto pretende problematizar o fato de que no loteamento Santa Cecília as famílias vivem sob condições precárias, entendendo que a distribuição desigual dos recursos naturais pode ser caracterizada como uma expressão da questão social. A fim de defender tal argumento utiliza-se das ideias de Acselrad (2009), que expõem serem os mais pobres que estão expostos a riscos ambientais mais danosos e que o capitalismo utiliza-se de um discurso cuja ideia é de que todos degradam o meio ambiente da mesma forma, difundindo-o largamente e mascarando as desigualdades socioambientais. Tal autor torna-se importante à medida que a população que reside no loteamento estudado está

exposta a severos riscos ambientais. O estágio curricular foi realizado, tendo duração de um ano e seis meses. Nesse período, no decorrer das saídas de campos quase que diárias, foi possível constatar que tal população sofre as mazelas de uma sociedade extremamente desigual, enfrentando um cotidiano atravessado pela negligência dos direitos sociais e humanos, pois, nesse território, as políticas sociais não chegam.

A Planificação do Programa Minha Casa minha Vida e o aumento das comunidades em situação irregular em Pelotas é análise proposta por Nino Rafael Medeiros Kruger. Entre os anos de 2008 e 2009, um estudo feito pelo departamento de regularização fundiária, da Secretaria Municipal de Habitação, revelou que na cidade de Pelotas havia 156 áreas de ocupação irregular. Já no ano de 2017, um novo estudo que buscava atualizar os dados mostrou um aumento de cerca de 25% nestes números. Neste intervalo, o poder público local criou e alterou legislações que foram apresentadas com a justificativa de melhorar as condições político-administrativas para atrair novos investimentos e aquecer o mercado construtor, deste modo criando um contexto favorável para a superação dos problemas habitacionais. Áreas foram regularizadas e uma quantidade significativa de recursos foram acessados junto ao Governo Federal para o desenvolvimento de projetos habitacionais voltados para famílias de baixa renda. Utilizando-se do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), mais de 70 novos projetos foram contratados e milhares de novas moradias foram produzidas. No entanto, nesse período de menos de dez anos se presenciou o surgimento de 50 novas ocupações de áreas irregulares no município. Este texto lança reflexão sobre estes processos, trazendo questionamentos sobre a contradição expressa na planificação de estratégias diversas voltadas para a solução do problema habitacional que acabaram por agravar a manifestação da questão social. O que ocorreu no município que impediu o alcançar dos objetivos propostos pelo poder público local? E quais seriam os fatores de influência sobre o aumento das

ocupações de áreas irregulares para moradia? Esta pesquisa desenvolveu-se a partir da análise de documentos oficiais, legislações e textos diversos considerados relevantes para analisar a dinâmica do tema em questão, no intuito de acrescentar dados plausíveis para que se possa aprofundar a reflexão sobre a questão da moradia e sua abordagem enquanto direito que deve ser garantido pelo Estado.

Por fim, a Autogestão: da Comuna de Paris à Economia de Paris à Economia Solidária Renan Costa Valle Scarano apresenta algumas ideias acerca da autogestão como um fator presente na luta do movimento operário que se estende até a contemporaneidade. Desde a Comuna de Paris, período em que o capitalismo estava se desenvolvendo, quando o trabalhador era adaptado a uma nova realidade, a da industrialização, de modo que seu corpo passou a ser o foco de controle do modelo capitalista; até o movimento de Economia Solidária, momento em que os trabalhadores já não são determinados pelo espaço e disciplina da fábrica, mas se adaptam à nova realidade do trabalho, seja em cooperativas ou nos chamados empreendimentos, espaços em que há uma flexibilidade maior na jornada de trabalho, a autogestão continua sendo um horizonte destinado a desafiar a realidade do trabalhador. A discussão acerca da autogestão remete para uma ideia de gestão que se estende a todo espaço social, não só o âmbito do trabalho. Sob esta perspectiva a autogestão é uma construção que se contrapõe ao modelo da heterogestão que se organiza de forma vertical através de hierarquias. Defende-se a ideia de que a autogestão é uma perspectiva de organização que está presente na luta dos trabalhadores, desde o século XIX até os dias atuais, quando se encontra seus reflexos nas cooperativas de economia solidária.

Ainda, a presente obra apresenta a Resenha do livro “DIREITO À CIDADE” DE HENRI LEFEBVRE, por Pablo Rodrigo Barbosa, Tainã dos Santos Novack e Thais Carolina Xavier Coitinho, que propiciam apresentação das discussões chaves do

autor Henri Lefebvre. Tema relevante sobre as questões da urbanização e da industrialização para a consolidação do sistema capitalista que determinou os processos de planejamentos urbanísticos a nível mundial.

Este livro foi resultado de pesquisas que não devem ficar esquecidas e tão pouco apresentar registros tecnicantes da vida que pulsa nos espaços, territorializados e desterritorializados, da cidade. Tal obra é o desafio de publicizar registros que contam um pouco dos enfrentamentos que ocorrem no cotidiano da cidade pelos cidadãos que tentam ver garantidos seus direitos constitucionais. Apresenta, ainda, as potentes pulsações que as temáticas transversais acolheram. Enfim, Diálogos da Cidade não é a proposição de um modelo da cidade que impõe perfil, normas de comportamento e defesa de um código moral, mas, ao contrário, é o diálogo com as diferentes manifestações coletivas que nos contornos multicoloridos da vida resistem aos planejamentos autoritários e tecnocráticos.

Polo Naval: os impactos positivos e os negativos no âmbito da cidade e do território

*Aline Rodrigues de Avila*¹

Introdução

A proposta de construção desse artigo surgiu dos debates na disciplina Cidades e territorialidades, no programa de pós-graduação – Doutorado em Políticas Sociais e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. Para tanto, foi pensada a possibilidade de fazer-se uma breve discussão sobre o processo de construção do Polo Naval no município do Rio Grande e sobre os impactos positivos e os negativos que tal implantação trouxe à localidade.

O Polo Naval do município do Rio Grande trouxe um momento de grande ansiedade, gerada pela expectativa do renascimento da indústria naval brasileira, que, até então, desenvolveu-se nas regiões centrais do país. O município só havia sido visto, até aquele momento, pelo seu desenvolvimento portuário, como um grande corredor de exportação do país. Assim, com essa nova perspectiva, o município, as regiões próximas e o país passaram a sonhar alto, crendo que esse sonho era possível de ser realizado.

¹ Mestre em Política Social – Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos – Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Dessa forma, a mudança dessa realidade alterou, drasticamente, questões políticas, econômicas e sociais da cidade, das regiões do entorno e do país. Talmudança gerou impactos de extrema importância no cenário brasileiro; essa realidade, todavia, foi breve, durando dez anos, desde seu início.

Após o término desse grande empreendimento, é possível perceber a forma como são estabelecidas a inclusão de políticas de ascensão social e como elas são conformadas no âmbito do Estado.

O artigo está organizado em quatro eixos: O território da cidade do Rio Grande e a chegada do Polo Naval; As transformações do território e da cidade em decorrência desse grande empreendimento; As mudanças econômicas e culturais de Rio Grande nesse contexto e O término do Polo Naval: como ficou a cidade e os trabalhadores.

1. O território da cidade do Rio Grande e a chegada do Polo Naval

Para iniciar, cabe conceituar o significado do território e da cidade. O território é aquele espaço eleito para que aconteça determinada ação, movimento, algo organizado. Dessa forma, o território torna-se um espaço de permanente disputa no escopo das relações sociais. Conforme afirma Santos (2013, p. 187):

Dessa maneira instrumentalizado, o território é causa de maior desigualdade entre firmas, instituições e, sobretudo entre homens. Em lugar de se tornar o desejado instrumento de igualdade individual e de fortalecimento da cidadania, o território manterá o seu papel atualmente perverso, não apenas alojando, mas na verdade criando cidadãos desiguais, não apenas pelo seu lugar na produção, mas também em função do lugar onde vivem.

Assim, o território acaba por delimitar o tipo de acesso que cada cidadão terá em face de bens e serviços ofertados, isso porque

o delimitado espaço territorial irá, também, formular os padrões e personificações do acesso.

Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que a maioria dos brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços (SANTOS, 2013, p.190).

A cidade popularmente conhecida por nós é aquela que constituiu o espaço onde se nasce, onde se criam as primeiras relações – os familiares – de afeto, enfim, um espaço que nos identifica. No entanto, esse espaço, chamado e constituído como cidade, merece muitas outras definições, e pode-se, assim, expandir conceitos e percepções desse espaço.

Uma forma de organização do espaço pelo homem, expressão concreta de processos sociais, na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico (HARVEY, 1980 apud CORRÊA, 1996).

Conforme colocado pelo autor, a cidade é a forma concreta de processos sociais, ou seja, é o espaço onde a vida acontece, onde as relações se desenvolvem, é a materialização das relações da vida privada com o todo. Portanto, a cidade reflete as características da sociedade.

No que tange à cidade do Rio grande, objeto de estudo deste artigo, cabe destacar alguns de seus aspectos históricos, que delimitaram o encaminhamento do Polo Naval para essa região. A cidade do Rio Grande foi fundada no ano de 1737, pelo Brigadeiro José da Silva Paes. A economia de Rio Grande tem como principal atividade a portuária, sendo responsável por grande parte da exportação de grãos e importação de contêineres e fertilizantes do país. O Porto de Rio Grande é o único porto marítimo do estado, sendo, assim, considerado o porto do Mercosul, com movimentações para todos os continentes.

Diante dos atrativos marítimos já característicos do porto de Rio Grande, no ano de 2006, começa a se desenvolver, na cidade, o renascimento da indústria naval brasileira, que teve como mola propulsora a expansão da produção de petróleo e a exploração do pré-sal, com o intuito de construir novas embarcações no País.

O projeto de implantação do pólo naval teve início durante um período em que a economia da cidade vivenciava um período de estagnação econômica, embora já possuísse um tecido produtivo bastante diversificado, com atividades econômicas ligadas aos diferentes setores da economia, Rio Grande ocupava a sexta posição no ranking do Produto Interno Bruto (PIB), entre os municípios do Estado, passando para a terceira posição no ano de 2014, após investimentos relacionados ao Pólo Naval. O PIB de Rio Grande em 2004 era de R\$ 3.288.533 mil, os cinco municípios que se encontravam com os valores mais elevados eram, em ordem decrescente, Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Triunfo e Novo Hamburgo. Atualmente, apenas Porto Alegre, Canoas e Caxias do Sul apresentam esses indicadores mais elevados do que Rio Grande, que é de R\$ 8.194.552 mil, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que demonstra um aumento significativo do PIB rio-grandino (DUARTE, 2015, p.121).

O Plano de Negócios 2011-15, da Petrobras, previa a construção de 94 plataformas e 65 navios-sonda. No ano de 2011, os estaleiros do polo naval de Rio Grande contavam com 5.500 empregos; no ano de 2015, esse número chegou a 20.000 trabalhadores diretos. Naquele momento, os estaleiros da Ecovix e da Quip possuíam diversas obras sob contrato, além das que já estavam sendo executadas. No ano de 2014, foi implantado, no município vizinho a Rio Grande, o Estaleiro (EBR). A Ecovix estava operando o polo naval de Rio Grande, contratado pela Petrobras para construir oito cascos (FPSO), ou seja, navios-plataforma, que seriam utilizados para o pré-sal.

A cidade do Rio Grande estava sendo encaminhada para ser um polo promissor da indústria naval. Os olhares estavam voltados

ao desenvolvimento que acontecia naturalmente na cidade e região. Essa descentralização da indústria oceânica para o município possibilitou o desenvolvimento de questões que, até então, eram desconhecidas pela comunidade rio-grandina e até mesmo pelos investidores, que não percebiam o tamanho potencial que o município detinha no desenvolvimento da indústria naval.

2. A transformação do território e da cidade em decorrência desse grande empreendimento

Diante dessa nova realidade, a cidade passou por uma profunda transformação territorial, a qual se deu a partir de três aspectos estruturais, que são: a questão política, a econômica e a social. A questão política permitiu novos olhares ao município, possibilitando, assim, que o território delimitado e, conseqüentemente, a “cidade” pudessem ser vistos em âmbito nacional, estadual e municipal. O “ser vistos” advém de uma aposta das esferas governamentais em comprometerem-se com esse novo cenário que, rapidamente, transformava o município que, dessa forma, precisava destacar-se positivamente, para que, assim, pudessem ser mantidas as políticas já implementadas e fosse firmado o comprometimento com as novas. É o que afirma Santos (2013, p. 62):

O espaço geográfico agora mundializado redefine-se pela combinação desses signos. Seu estudo supõe que se levem em conta esses novos dados revelados pela modernização e pelo capitalismo agrícola, pela especialização regional das atividades, por novas formas e localizações da indústria e da extração mineral, pelas novas modalidades de produção da energia, pela importância da circulação no processo produtivo, pelas grandes migrações, pela terceirização e pela urbanização extremamente hierárquicas. Os espaços rurais e urbanos são redefinidos, na sua transformação, pelo uso sistemático das contribuições das ciências e da técnica e por decisões de mudança que levam em

conta, no campo e na cidade, os usos a que cada fração do território vai ser destinada.

O território que abriga a cidade do Rio Grande sempre atraiu olhares atentos do setor político devido às atividades portuárias, que são vislumbradas em nível nacional, mas o Polo Naval desenvolveu, muito além disso, uma perspectiva de mudança de um cenário nacional. Essa mudança foi pensada em uma grande amplitude, no sentido de uma mudança econômica, alavancando a realidade de um município, da sua comunidade e de um desenvolvimento em esfera nacional.

A questão econômica da cidade do Rio Grande e dos municípios de seus arredores foi muito significativa. Aqueles setores que haviam tido seu maior desenvolvimento nas décadas anteriores foram, em grande parte, remontados a viver o “esplendor” do Polo Naval. A construção civil foi um dos destaques locais, a construção de novos empreendimentos acontecia rapidamente, novos bairros foram construídos no intuito de atender à emergência de moradias para receber os novos trabalhadores que vinham de diversos lugares do país e do mundo. Foram construídos alojamentos que atendiam até 150 trabalhadores no mesmo espaço. Outra questão marcante foi a supervalorização dos imóveis, o que acabou por atingir negativamente a possibilidade de aquisição de imóveis pelos moradores da região. Cabe destacar que Pelotas, município vizinho, também se desenvolveu no âmbito habitacional, devido a sua distância ser menor que 60 km da cidade do Rio Grande.

Ainda no que tange à questão da economia, outro nicho que se destacou por seu advento foi o setor de alimentação. Foram criados muitos restaurantes, houve ampliações de supermercados. O município, que até então contava com um shopping de pequeno porte, inclusive descaracterizado como tal por sua organização e forma de trabalho, ganhou dois grandes shoppings, em dois pontos estratégicos da cidade: um próximo ao balneário Cassino e ao

bairro Jardim do Sol, os quais atingem, em tese, uma comunidade com maior poder aquisitivo, já culturalmente conhecido na cidade; outro, em uma área periférica do município, inclusive em bairros caracterizados pela violência. O segundo shopping implantado no município chegou, estrategicamente, para atender àquelas pessoas dos arredores que, até então, não dispunham de qualquer condição, mas que, com o advento da nova economia do município, também passaram a desfrutar de uma melhor renda e, assim, puderam usufruir determinada estrutura.

Quanto à questão estrutural, uma cidade que dispunha de 190.000 habitantes passou a ter 230.000, as estradas que ligam o distrito industrial ao centro, balneário, bairros e municípios vizinhos tornaram-se insuficientes, fazendo com que o município passasse a ter, rotineiramente, tráfego intenso e lento. Os hospitais públicos e os postos de pronto-atendimento médico privados mantinham-se sempre com alta demanda, a criminalidade aumentou, o tráfico de drogas disseminou-se.

Na questão humana, foi percebida uma grande migração de trabalhadores de todas as partes do país para atuar no estaleiro. Muitos oriundos da região nordeste do Brasil, onde já haviam obtido algum tipo de experiência em estaleiros naquelas proximidades e eram absorvidos pela nova indústria local; outros em busca das possibilidades oferecidas pelo progresso da cidade, como no caso de profissionais do sexo. Todas essas pessoas chegavam sozinhas, ou com famílias inteiras. Os novos moradores apresentavam hábitos culturais bastante diversos, que, inicialmente, impactaram a cidade. Era normal enxergá-los assando churrascos nas calçadas enquanto ouviam músicas em alto volume para se animarem. As suas residências eram alojamentos de grandes aglomerados humanos, chegando a comportar até 100 trabalhadores e se espalharam por toda a cidade. Em um primeiro momento, a população nativa ficou em estado de alerta, pois estava vivendo a invasão de uma nova cultura.

As alterações da questão social atreladas às questões política e econômica possibilitaram uma profunda mudança na vida dos moradores da cidade do Rio Grande, principalmente. Essas questões trouxeram a esperança de que seria possível ter emprego, acesso à saúde digna, ou seja, que as empresas aqui instaladas iriam ofertar trabalho, garantindo o acesso a planos de saúde, possibilidade de contínua qualificação, pois, conforme a demanda por trabalhadores se acentuava, surgiam cursos para qualificar os trabalhadores já empregados, e também aqueles que teriam acesso aos novos postos de trabalho. O Polo Naval trouxe para Rio Grande, região e país, a perspectiva de um futuro melhor, com acesso a bens básicos de vida, especialmente ao emprego.

3. As mudanças econômicas e culturais da cidade do Rio Grande nesse contexto

A cidade do Rio grande viveu seu ápice de desenvolvimento com a implantação do Polo Naval, que trouxe grande mudança na realidade econômica e, conseqüentemente, social, incrementada pela expectativa de larga continuidade do projeto. Os moradores do município sempre tiveram como postos de trabalho o comércio, o acanhado setor industrial, a prestação de serviços públicos e o trabalho informal. Com a ascensão desse novo empreendimento, tudo passou a girar em torno de “trabalhar no Polo Naval”, exemplo disso era aqueles trabalhadores que tinham muitos anos de trabalho em empresas locais e abandonaram toda uma história para viver esse sonho, pois a remuneração era realmente atrativa, principalmente para aqueles que estavam acostumados a receber um salário mínimo mensal e que, com a ascensão, passaram a receber o triplo, além dos benefícios oferecidos: vale-alimentação, plano de saúde, dentre outros.

Dessa forma, com uma população com maior poder aquisitivo, a economia do município também passou a atrair investimentos em empreendimentos voltados para uma faixa da

população que tinha melhores condições financeiras para usufruir de serviços melhor remunerados. Conforme já citado, foram criados dois novos shoppings, diversos serviços de alimentação, postos de gasolina; foram construídos mais de três hotéis de grande porte, sendo um deles o melhor hotel do município; novas concessionárias de veículos de grande porte foram instaladas, além das diversas de menor porte.

No setor imobiliário, a demanda por novas unidades impôs a exploração de áreas até então inexploradas pelos habitantes locais, como se tais pessoas desconhecessem a própria cidade. O balneário Cassino foi um dos locais que mais recebeu investimento privado, foram inúmeras construções de residências de alto nível, construídas diretamente por seus proprietários ou, até mesmo, por construtoras que loteavam grandes áreas anteriormente sem perspectiva de uso para desenvolverem seus empreendimentos. A “corrida imobiliária” instalada na cidade inflacionou o valor das unidades já construídas e as novas construções, mas o momento era propício e o mercado mostrava condições para manter esse patamar.

Os reflexos no mercado imobiliário são marcantes, pois Rio Grande caracterizava-se por uma forte concentração nesse setor, e com o Polo Naval os preços dos terrenos subiram muito, chamando a atenção dos especuladores que passaram a comprar imóveis na cidade (DUARTE, 2015, p. 170).

O aquecimento do mercado também possibilitou a muitos trabalhadores que não dispunham de moradia própria o acesso a financiamentos para aquisição, pois o aumento no nível salarial comportava opção para diversas linhas de crédito.

Na educação, a universidade privada existente no município quase duplicou a oferta de vagas, diante da demanda criada pelos interessados em estudar, os quais, naquele momento, dispunham das condições materiais para tanto, bem como pela ânsia de ampliar a qualificação, alcançando, por exemplo, o cargo de

engenheiro, diante do considerável nível de remuneração atingido por essa profissão no novo setor industrial local. Era a corrida pelo desenvolvimento, fosse ele para aproveitar a oportunidade e estudar, fosse, até mesmo, para crescer na vida profissional e, conseqüentemente, econômica.

Enfim, aqui foi dado o destaque para os pontos com maior desenvolvimento econômico no município naquele momento, sendo que não é possível, aqui, destacarem-se todas as possibilidades e acontecimentos nesses seis anos em que o Polo Naval esteve sendo firmemente implantado na cidade do Rio Grande.

4. O término do Polo Naval: como ficou a cidade e os trabalhadores

No final do ano de 2016, após o desfecho de uma das fases da operação nomeada “Lava jato”, o Polo Naval do município ficou à deriva. Os seus mais de

20.000 trabalhadores ligados direta e indiretamente ao setor viram o sonho de uma vida melhor desabar.

Os rumores de que havia graves problemas na administração, que implicariam possível descontinuidade das atividades, levantados pelo atraso nas construções das plataformas, a suposta insuficiência de recursos para seu término, acabaram se confirmando e não houve possibilidade de adoção de um caminho diferente a não ser a até agora incontestada versão que marca o fim de um ciclo que era promissor para toda a população brasileira. Mais uma vez, o Brasil estava serendendo à economia exterior, o que se confirma na fala do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva:

Comprei brigas dentro do próprio governo para incentivar a indústria naval com o objetivo de recuperar regiões deprimidas, como a zona sul do Estado. Ao dizer que na época a compra de uma plataforma no Exterior era US\$ 100 milhões mais barata do

que uma construída no país - “não posso ter um navio mais barato feito em Singapura e ter um rio-grandino dormindo na sarjeta”, justificou (zh.clicrbs.com.br,29/04/2017).

Essa fala bastante atual, na qual o ex-presidente Lula mencionou a dificuldade de trazer o Polo Naval para Rio Grande, remete à realidade vivida, hoje, no município. O advento do desenvolvimento desse setor industrial, por três anos, no município, trouxe junto o sonho de famílias inteiras: mudar suas vidas.

Hoje, o que se tem é mais de 20.000 trabalhadores desempregados, tal situação é a ponta desse gigantesco iceberg que se criou com a instalação do Polo para o município, região e país. A economia da cidade mudou positivamente para recebê-lo; hoje, sofre drasticamente a sua perda. Os grandes investimentos realizados na cidade para comportar e bem atender a esse grande empreendimento agonizam diante de momentos de total incerteza. Os questionamentos são diversos, mas o que simplifica é: o que fazer agora?

Não se fala aqui dos grandes investidores, aqueles que tiveram a possibilidade de ampliar seu patrimônio, mas, sim, daqueles pequenos, que se arriscaram com a proposta de uma vida melhor, aqueles que viram nesse empreendimento o momento de viver o desenvolvimento proposto. É possível observar, na cidade, prédios vazios, estabelecimentos fechados, redução de postos de trabalho no comércio.

Talvez se tenha abordado acima a parte “menos danosa”, pois foram mencionados os investidores, aqueles que também estão inseridos na cadeia produtiva, mas, de outra forma, e com outros acessos e possibilidades. Aqueles que, ainda que afetados, ficaram com algum investimento ao seu dispor.

Como falar daqueles que dependiam diretamente de seus empregos dentro do Polo Naval, na prestação direta de serviços? Ainda que não se queira ceder ao pessimismo, o panorama que se

apresenta é trágico. Foi uma mudança de realidade, de cultura, de economia, de vida, o que ficou do Polo Naval foi a possibilidade da inclusão no mercado de trabalho, a noção de receber um bom salário para desenvolver atividades laborais, a valorização, a melhora na qualidade de vida, incluindo a possibilidade de dispor de acesso ao mercado que, até então, não fazia parte da perspectiva de vida de muitos. Foi possível vivenciar o que era um sonho.

Na história da humanidade e de cada indivíduo podemos, às vezes, pensar que os agravos à integridade do homem são um fato normal, intrínseco à natureza das coisas, quando são, apenas, momentos de escuridão. Em nosso mundo atual, quando os grandes progressos científicos e técnicos não foram ainda igualados pelo conhecimento intrínseco do homem, temos razão para ter medo, pois o processo de trabalho, isto é, da produção, é também o da objetivação e da coisificação (SANTOS, 2013, p.126).

Ainda diante dessa realidade, pode-se destacar que muitos dos trabalhadores foram qualificados para atender aos interesses do Polo Naval, onde havia nicho de mercado. As qualificações primordiais eram: soldador, eletricista, operadores de máquinas específicas. Assim, cabe pensar onde essas pessoas irão trabalhar com as qualificações que receberam. Diante da atual conjuntura, é de conhecimento que os mesmos não terão oportunidade de se reenquadrarem nessas funções para as quais se tornaram especialistas. Santos (2013, p. 102) confirma a perversidade dessa formação:

A profissionalização também tem efeitos perversos ao longo e mediano prazos. A lista de que – fazeres autorizados para cada atividade regulamentada passou a dominar a preparação escolar dos candidatos a esta ou aquela profissão, limitando, assim, o escopo dos programas escolares e as ambições dos alunos.

As formações tiveram o total interesse da mão de obra para atender ao mercado de trabalho que se desenvolvia naquele ambiente, sem qualquer perspectiva de que esses trabalhadores

necessitassem muito mais do que um trabalho que lhes permitisse ganho. Não foi visto o compromisso social que a formação profissional desempenha na vida de um trabalhador para sua inserção no mercado de trabalho. Os profissionais foram adestrados a apreender determinado fazer, como é sempre a lógica, conforme Santos (2013, p. 177):

Esse é o quadro de exploração sobre o qual se funda hoje a acumulação de capital. Um mundo de efemeridades nas relações de trabalho, no qual a lealdade se baseia em compromissos bastante objetivos, porém rescindíveis de forma abrupta, em qualquer circunstância que interesse apenas uma das partes.

Como já enunciado, muitos trabalhadores do Polo Naval migraram das diversas regiões do país, muitos vieram sozinhos, outros acompanhados de suas famílias e aqui fixaram residência, reorganizaram suas vidas. Muitos que trouxeram toda a família para trabalhar no mesmo local abandonaram suas vidas em suas cidades e vieram arriscar tudo com o preceito de uma vida melhor. Conforme afirma Santos (2013, p.192):

A localização das pessoas no território é na maioria das vezes produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. Como o resultado é independente da vontade dos indivíduos atingidos, frequentemente se fala de migrações forçadas pelas circunstâncias a que se alude acima. Muitas destas contribuem para aumentar a pobreza e não para a suprimir ou atenuar.

Conforme destacou o autor, que parece ter vivido essa realidade, por descrever tão bem o movimento acontecido aqui no território, a pobreza, nesse caso, foi aumentada, ainda que aqueles trabalhadores – que não tinham qualquer acesso ao mundo do trabalho – possam ter melhorado sua situação econômica, adquirindo, assim, melhor qualidade de vida e acesso a bens que até então não tinham possibilidade de adquirir. Hoje, a realidade do desemprego e o desmonte do sonho da melhora de vida

tornam-se ainda pior quando agravado pela situação perdurante de desemprego nesse âmbito e em outros devido à crise econômica que atravessa o país.

Ainda frente a esse cenário, dados informais repassados por colegas da área social que trabalham com a população de rua na cidade trazem que muitos trabalhadores de fora do município que migraram para a cidade e que perderam seus empregos passaram a morar nas ruas do município, por não terem mais condições de arcarem com suas despesas básicas de vida e por acreditarem, ainda, em uma mudança nessa realidade. A Secretaria de Assistência Social do município também foi acessada para que possibilitasse o retorno dessas pessoas às suas origens, por meio de passagens. “Num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem. É o caso brasileiro atual” (SANTOS, 2013, p. 197).

Os moradores do município que também compunham grande parte dos postos de trabalho no Polo também estão à mercê de movimentos bastante parecidos com os descritos, porém são atenuados por estarem em sua cidade de origem, no seu espaço territorial. As debilidades do desemprego, a descrença em uma vida melhor, a desorganização familiar, oriunda dessa nefasta relação da economia e produção da vida tornam-se um grande problema de ordem prioritariamente social.

Uma precarização que atinge a todos indiscriminadamente e cujas formas de manifestação diferem em grau e intensidade, mas têm como unidade o sentido de ser ou estar precário numa condição não mais provisória, mas permanente (DRUCK, 2013, p.56).

5. Considerações finais

A transformação da cidade em decorrência desse grande empreendimento gerou mudanças sociais e econômicas, principalmente. Não se pode, aqui, deixar de reconhecer o ápice

que a cidade viveu em sua economia; as possibilidades de melhora de vida que foram criadas a partir dessa realidade; a melhoria gerada por grandes empreendimentos como espaços de entretenimento, gastronomia. Todavia, cabe-nos, aqui, refletir sobre a economia a partir do desenvolvimento do espaço territorial e suas influências na vida do sujeito, aquele que sofre diretamente os impactos, sejam eles negativos ou positivos.

Cabe, aqui, destacar que a questão econômica atrelada às mudanças sociais dos envolvidos direta ou indiretamente teve mais impactos negativos do que positivos. Essa certeza advém do atual cenário no qual se encontram, primeiramente, os trabalhadores e, conseqüentemente, o território, que não foi preparado para essa realidade. Os trabalhadores ficaram sem ter a quem recorrer, sem emprego, sem perspectiva de melhora e sem a dignidade de ter um espaço garantido no mundo do trabalho.

Como resquícios dessa realidade, é possível destacar a criminalidade, que aumentou significativamente no espaço urbano. Não se pode afirmar a dimensão dessa violência, nessa breve discussão, pois não se dispõe de nenhum dado científico, mas – diante das vivências cotidianas e por entender que um dos sinais da degradação de determinada classe social acaba por refletir diretamente em questões que atingem o convívio social – acredita-se que exista, sim, uma relação com o atual cenário. Conforme afirma Maricato (2013, p.31):

Esses fatos são muito recentes na história do Brasil. A violência social sempre foi característica das zonas rurais consideradas atrasadas diante do universo urbano, que se pretende moderno. Dadas suas dimensões, trata-se de um fenômeno inédito na sociedade brasileira e desconhecido anteriormente aos anos 80. É justamente no início dessa década que ele ganha expressão significativa, coincidindo com o primeiro impacto recessivo das décadas perdidas, que levou o país a mergulhar no desemprego.

Foram perceptíveis as mudanças territoriais vividas para que a cidade pudesse receber esse empreendimento e, atrelado a essa realidade, é possível delimitar como ela vive hoje, após tantas mudanças.

O espaço territorial revela claramente a reprodução das relações capitalistas, é o que afirma Duarte (2015, p.230):

O processo de produção da cidade é excludente, uma vez que é dado sob a hegemonia das relações capitalistas e continua a atingir as camadas mais vulneráveis da população. Embora o poder público venha lentamente buscando desenvolver políticas públicas que visem a uma maior igualdade social no uso do solo urbano, essas não atingem diretamente a raiz do problema, ou seja, a concentração da renda e a desigualdade sócio espacial.

Em suma, o processo de inclusão do Polo Naval nesse espaço territorial pode nos trazer muito mais do que questões de desenvolvimento, mas, sim, questões de ordem política, econômica e social. Esse cenário nos instiga a pensar e repensar as impositivas formas das relações econômicas que são estabelecidas nas relações sociais e, conseqüentemente, na vida e no escopo das relações do ser com o mundo.

A forma com que são desenvolvidos os empreendimentos vai sempre ao encontro dos interesses capitalistas, para que atendam a determinados padrões de um Estado que prima pelo seu próprio desenvolvimento e, conseqüentemente, do grande empresariado. Assim, as relações de inclusão acabam por tornarem-se perversas, pois defendem, impreterivelmente, o desenvolvimento de um seguimento, o econômico. Diante dessa, que é a realidade de um Estado Capitalista, Alvarenga (2011) relata que:

O Estado capitalista consegue promover, em seu interior, a unidade da sociedade capitalista da seguinte forma: ele realiza a reconciliação, em seu âmbito interno, das desigualdades e diferenças sociais, que não são internalizadas em suas instituições, de modo a fazer parecer que a sua ação institucional

e política, por meio do exercício do poder político por ele desempenhado, é representativa de toda sociedade, do povo – nação, e não somente do conjunto de frações e classes dominantes burguesas que compõem o bloco no poder e em nome das quais o Estado atua como organizador político. O Estado capitalista, em seu interior, consegue ocultar, mascarar, as relações de classe existentes entre burguesia e proletariado no mercado capitalista, ajudando a legitimar a hegemonia burguesa na sociedade.

Como bem colocado, o Estado oculta as relações de classe entre burguesia e proletariado afim de que o fortalecimento da burguesia fique revestido pelo viés de que o grande investimento tem o intuito de desenvolver a sociedade e não os interesses privados como de praxe.

Esse movimento não foi diferente do desenvolvimento da indústria naval brasileira, que culminou na criação do Polo Naval na cidade do Rio Grande. Os objetivos maiores são os que se citaram, acompanhados de outros agravos que partem das ideologias políticas neoliberais e que acabam por atingir diretamente a sociedade, que está sempre à mercê de políticas antagônicas ao desenvolvimento de uma sociedade que tenha estabelecido de fato a conformação e o papel do Estado, mediante políticas de inclusão e ascensão social de uma sociedade em conformidade com o Estado democrático de direito.

Referências

ALVARENGA, Carlos Frederico RubinoPolari de. **Teoria marxista do estado capitalista**: uma comparação entre Gramsci e Poulantzas. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/18964/teoria-marxista-do-estado-capitalista-uma-comparacao-entre-gramsci-e-poulantzas/2>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil, alguns indicadores. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

DUARTE, Ana Cristina de Aguiar. **A produção do espaço urbano de Rio Grande/RS no contexto do Pólo Naval**: uma abordagem política sobre a cidade. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2015.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

JORNAL ZERO HORA. Lula participa de ato em defesa de polo naval e se apresenta como novo candidato. **Disponível em:** <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2017/04/lula-participa-de-ato-em-defesa-de-polo-naval-e-se-apresenta-como-candidato>>. **Acesso em: 10 jul. 2017.**

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 7. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2013.

SANTOS, Miltom. **O espaço da cidadania e outras reflexões**: o pensamento político brasileiro. 2. ed. Brasília: Fundação Ulisses Guimarães, 2013.

Na costa de um mar doce, serviço social, bruxas, lobisomens, anjos e assombrações

*Angelita Soares Ribeiro*¹

Introdução

A primeira vez em que estive na Colônia Z-3, foi durante minha graduação no curso de bacharelado em Serviço Social. Naquela ocasião realizei parte de meu estágio o curricular junto a uma cooperativa de crédito rural, criada e gerenciada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Através de um contrato com a Caixa Econômica Federal a cooperativa estava implantando um projeto de construção e reforma de moradias na região sul do Rio Grande do Sul. A Colônia de pescadores Z-3 foi um dos espaços em que esse projeto foi implantado.

Em 2007, a cooperativa realizava parcerias com associações e com organizações de bairro, para que estes grupos informassem as principais zonas de vulnerabilidade social e contribuíssem na feitura dos cadastros das famílias que se enquadravam nas condicionalidades do programa. Assim, passei dois dias na Colônia Z-3 realizando visitas e cadastros junto a um grupo de mulheres que liderava uma associação de pescadores.

¹ Assistente Social do Campus Pelotas Visconde da Graça do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense, Mestre em Ciências Sociais, Doutora em Educação. E-mail: sr-angelita@hotmail.com.

Eu nunca havia estado em uma Colônia de Pescadores. Meu estranhamento com o lugar misturava-se com o fato de ser aquele um coletivo desconhecido para mim e, ao mesmo tempo, pela ocorrência de inseguranças que então sentia em relação ao trabalho do/da Assistente Social. Sentia-me constrangida ao entrar na casa das pessoas e realizar o cadastro de inserção no projeto, que incluía dados como renda, grau de escolaridade, idade e composição familiar. Ao mesmo tempo, esse estranhamento não excluía o encantamento que sentia de estar com aquelas mulheres que se colocavam como o centro daquela colônia. Enquanto seus companheiros estavam fora pescando, elas gestionavam a Z-3, faziam reivindicações junto aos órgãos públicos, buscavam melhorias para a comercialização dos peixes, inseriam as suas famílias em projetos para reforma de suas moradias, cuidavam dos filhos e esperavam incansavelmente pelo retorno de seus maridos, namorados e filhos. Com o término do meu estágio, deixo de caminhar pelas ruas e vielas desse território, me afasto dessas mulheres, mas não por muito tempo.

Em agosto de 2009, regresso à Colônia Z-3 após ter sido nomeada como Assistente Social na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. Sou designada para trabalhar em um Serviço Sócioassistencial de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (trabalho infantil e outras manifestações da questão social). É a partir deste momento que o campo do simbólico elaborado nesta colônia passa a se colocar como um elemento de trabalho do Serviço Social.

1. A assistente social em meio a bruxas, lobisomens, anjos e políticas sociais.

Trabalhando como Assistente Social na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Pelotas, podia perceber cotidianamente os limites das políticas

sociais que deveriam atuar junto a territórios como a Colônia Z-3. Ao mesmo tempo, escutava em diferentes espaços deste território costeiro uma série de narrativas sobre bruxas, lobisomens, benzedeadas, espíritos de crianças ou ainda sobre a assombrada Ilha da Feitoria, que teria dado origem à Colônia Z-3 após um trágico incêndio.

Foi a complexa relação entre atuar como uma agente do Estado e deparar-me com a riqueza do universo simbólico da Z-3 que me motivou a ingressar no Mestrado em Ciências Sociais, com ênfase na pesquisa antropológica. Desse modo, durante a realização do mestrado fui compreendendo que todas aquelas narrativas mágicas revelam visões de mundo, heranças culturais, uma cosmologia ancestral. Minha pesquisa buscou então diminuir abismos entre o saber técnico que eu trazia àquela colônia e aquelas visões de mundo nativas.

No início do trabalho eu não sabia como dizer aos moradores que a minha pesquisa era sobre personagens mitológicos. Assim, as minhas primeiras falas eram frases do tipo “*minha pesquisa é sobre a Z-3, as maneiras de viver e trabalhar...*”. Depois eu comecei a arriscar mais: “*minha pesquisa é sobre a Z-3, as maneiras de viver e trabalhar e sobre as histórias de lugares assombrados que aqui possam existir...*”.

Mas, em 21 de junho de 2010 aconteceu um episódio que mudou o rumo da minha pesquisa. Nesse dia ocorria um encontro do grupo de mulheres junto ao qual eu atuava na perspectiva da orientação socioeducativa. Ali, sem eu esperar, a assistente social da Unidade Básica de Saúde que me acompanhava no trabalho da Prefeitura Municipal, muito interessada em minhas intenções de pesquisa, tocou no assunto com o grupo.

Ela falou que eu estava realizando um trabalho sobre a Colônia Z-3 e pediu para eu explicasse melhor os objetivos desse projeto. E eu, sem esperar por essa atitude, e sem saber direito o que dizer, mencionei que se tratava de uma pesquisa na área da cultura, da memória, do cotidiano, das origens da Z-3. Eu falei

também que ia pesquisar desde as formas de trabalho do pescador, os saberes, as histórias e, apesar do enorme receio de abordar as minhas narradoras de forma abrupta e equivocada, falei que ia pesquisar as histórias de lugares assombrados, espíritos, etc.

Para a minha surpresa, todas começaram a narrar sobre personagens e acontecimentos assombrosos que já presenciaram ou ouviram falar na Colônia Z-3 e seus arredores. Eu, deslumbrada e surpresa com tudo que se desdobrava à minha frente, anotava em um papel o que podia, enquanto ouvia aquelas mulheres falarem e rirem ao mesmo tempo. Alguns relatos eram mais ou menos os seguintes:

Roberta: Então, teu trabalho é sobre as histórias que o povo conta?

Angelita: Esse seria um bom título.

Violeta: Na minha rua tem um gurizinho que corre de um lado para o outro só de calçãozinho. Ele tem os cabelos bem loirinhos e cacheado. Um dia vi ele passar e fiquei esperando pra ver de onde ele ia sair... Mas daqui a pouco ele já passou correndo para o outro lado. Na minha rua todo mundo vê ele.

Roberta: Na figueira tem uma guriuzinha que fica se balançando num galho.

Nara: E tem aquelas crianças que caminham de mãos dadas no Totó. Tem também uma guriuzinha que chora toda vez que alguma coisa ruim vai acontecer. Me arrepio toda só de falar.

Nara: Sabe aquela figueira ali de perto do Chim? Ela dá coelhinho. Já vi um monte deles saindo de lá.

Violeta: Os meus pais foram uns dos fundadores da Z-3.

Alguém: Ah! Tem a mulher de branco que pega o ônibus da meia-noite e desce por trás. (Não anotei o nome de quem falou.)

Roberta: O meu marido trabalhou na Ilha da Feitoria. Ele deu jeito de vir embora de lá porque era complicado de ficar lá. Era assombrado mesmo.

Nara: Aqui tem muito é lobisomem. É o seu Vitor...

Alguém: Não é o Seu Paulo

Nara: Não. É o seu Vitor. Sabe como eu sei? Pra saber se alguém é lobisomem tu diz baixinho assim: “lobisomem, lobisomem, lobisomem”. Se a pessoa te olhar é porque ela é o lobisomem. E eu fiz isso e o Seu Vitor me olhou. Ele virava lobisomem e comia um monte de porcaria e no outro dia passava vomitando.

Alguém: Eles tomam forma de barril, de um monte de coisa.

Nara: Aqui tem muita bruxa também. Ainda tem. A Dona Dilina que sabe te dizer quem são os lobisomens e as bruxas da Z-3.

Essas mulheres junto às quais vivenciei diversos encontros enquanto Assistente Social na Colônia Z-3, foram minhas principais interlocutoras em minha dissertação.

Um comentário interessante que a Assistente Social da Unidade de Saúde realizou é o de que naquela semana a mulher do seu Vitor, “o lobisomem”, tinha ido justamente ao “posto de saúde” e dito que ele se recusa a ir ao médico.

Roberta, uma das mulheres do grupo, me fez um uma indagação: *“O que tu acha disso? Tu acha que é verdade, que é imaginação? Mito?”*. E eu respondi: *“Sim, eu acho que é mito, mas para mim mito não é mentira e sim uma forma de conhecimento”*. E ela logo completou: *“Uma forma de saber!”* E eu disse: *“Exatamente!”*.

Em meio a este universo mágico, questões foram acoplando-se umas às outras: Como abordar essas questões na ordem de atuação do Estado na execução das políticas públicas sociais? Ou melhor: como não abordar esses aspectos do pensamento sensível trabalhando diretamente sob a ordem da vida dessas pessoas? Como falar de risco, saúde, cura, vida, morte ignorando a presença

desses personagens míticos que também se relacionam com os moradores da Z-3? Como tratar da saúde de um indivíduo que “passa mal” na manhã, após a madrugada em que havia se transformado em lobisomem? Como lutar pela garantia de um Estado de direitos, buscando a liberdade e a autonomia dos grupos, sem compreender que a formulação de suas identidades se faz em consonância com a maneira como narram suas bruxas, seus lobisomens, seus espíritos? Como atuar persistindo na vida e evitando a morte a partir de programas sociais que desconhecem como esses significados são elaborados pelo outro?

Por não encontrar respostas a estas interrogações que surgem quando me relaciono com esse outro, junto ao qual atuo como Assistente Social, que decidi buscar a Antropologia e a mitologia para encontrar ferramentas e pontes de acesso a esses aspectos.

2. Entre bruxas, lobisomens, anjos, assombrações e o avanço neoliberal de extinção da pesca artesanal, a vida que persiste na Z-3.

A comunidade que habita a Colônia Z-3 possui redes sociais baseadas em relações de parentesco e reciprocidade, sendo que essas pessoas praticam a pesca artesanal em botes na Lagoa dos Patos, por eles chamada de mar. Conformando parte do território costeiro à Laguna dos Patos, é lugar onde ainda hoje se manifestam modos de vida, trabalho e conhecimento marcados por uma origem portuguesa açoriana.

Durante estes anos de contato² com os pescadores e as pescadoras da Colônia Z-3, pude ouvir diversas vezes explicações acerca dos ciclos de vida das espécies por eles capturadas. Dizem eles que no verão, com a diminuição do nível da água do mar

² Hoje, como Assistente Social do Campus Pelotas-Visconde da Graça, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense, me mantenho vinculada à Z-3 através da realização de projetos de extensão junto à comunidade.

(lagoa dos patos), a água do oceano salga a água doce. Junto com a água salgada do oceano entram os peixes de água salgada e os camarões, cuja captura deveria colocar-se como principal fonte de renda do pescador e da pescadora da Z-3. No entanto, se há excesso de chuvas na primavera a água não salga. Nesse contexto, de acordo com os pescadores e as pescadoras da Z-3, persiste um descompasso entre as variações nos calendários de salga do mar e as estâncias e homogêneas legislações ambientais que ignoram os conhecimentos e calendários tradicionais da pesca artesanal³. Durante minha pesquisa de mestrado, essa questão colocou-se como pano de fundo das constantes crises da pesca vivenciadas repetidamente nos últimos anos nessa comunidade.

Nesse cenário, o seguro-defeso, legalmente estabelecido como uma renda destinada aos pescadores nos períodos de proibição da pesca por ocasião dos períodos reprodutivos das espécies, vem sendo concedido algumas vezes em períodos de crise da pesca. Tal concessão é esporadicamente alcançada como resposta às persistentes lutas da comunidade por acesso a subsídios de subsistência em tais períodos. Entretanto, a concessão do seguro pressupõe a proibição da pesca. Muitos dos pescadores e pescadoras, por estarem com algum problema de documentação ou por morosidades de ordem burocrática, não conseguem acessá-lo, mesmo assim, permanecem proibidos de pescar. Em algumas ocasiões, como última estratégia de sobrevivência, acabam praticando o que os órgãos governamentais regulatórios definem como pesca predatória⁴, manifestação do processo de modernização da pesca, apoiada pelo Estado, que unifica os incentivos governamentais às empresas, sem regulação de sua

³ Os livros “Águas da Coréia: Uma viagem ao centro do mundo em uma perspectiva etnoceanográfica” e “Guerra nos mares do sul: O papel da oceanografia na destruição de territórios tradicionais de pesca”, de autoria de Gustavo Moura (2012; 2017), abordam com profundidade os ciclos de mudanças ecológicas percebidos pelos pescadores na construção e apropriação territorial do espaço da pesca. Tal discussão ira se colocar na ordem de uma “etnocronologia estuarina”.

⁴ 1 Qualquer pesca feita fora do período determinado pelo IBAMA ou que se utilize de redes ou técnicas não permitidas (FIGUEIRA, 2000).

atividade, jogando à margem da sociedade o pescador e a pescadora artesanal e suas urgentes práticas de sobrevivência.

Falo aqui daquilo que Bernardo Mançano Fernandes (2008) chama de políticas neoliberais de desenvolvimento territorial, onde territórios são subalternizados por ocasião de empreendimentos realizados entre Estado e capital. O capital assim mantém o controle do território por meio das tecnologias e do mercado, e o pescador artesanal sofre processos de desterritorialização, sendo muitas vezes criminalizado perante sua própria comunidade.

Em suas estratégias de sobrevivência em sua atividade de trabalho tradicional neste território costeiro, a vida na Z-3 vai se elaborando em temporalidades distintas e complementares vivenciadas ao longo do ano.

O tempo das safras é uma época em que não se percebe muitos homens nas ruas da colônia. Nas reuniões dos sindicatos e outras associações, as mulheres são maioria, bem como nas reuniões da escola. A “Divinéia”, cais onde os botes ficam atracados, fica em quase abandono, assim como os galpões de reforma de barcos não permanecem tão povoados como na época em que os pescadores estão em terra. Já em épocas de proibição da pesca, “época do defeso”, os homens se fazem mais presentes. Entretanto, eles ainda permanecem minoria em espaços públicos como a escola e a Unidade Básica de Saúde. Em terra habitam as frentes das casas, os galpões, onde remendam redes, e os espaços em torno dos barcos atracados, realizando alguns reparos, esperando no ritmo das temporalidades governamentais que os separam do mar. Nesse período, a Divinéia povoa-se de botes e da ansiedade dos homens que parecem sentirem-se constringidos em terra.

Enquanto o *ethos pescador* parece estar intimamente ligado ao território aquático, por sua vez, o *ethos pescadora* engloba o espaço da terra e do mar. Nesse cenário, os filhos parecem não se adaptar a presença constante do pai em casa, e as mulheres seguem tomando a maior parte das decisões familiares, mesmo com a presença do companheiro em casa.

A relação dos habitantes da Colônia de Pescadores Z-3 com a pesca extravasa o vínculo econômico de trabalho, suas vidas pulsam na rítmica dos ciclos de vida e morte do mar. A água para essas famílias é um destino, um devir, e, assim como na poética de Bachelard (1997), é elemento transitório, metamorfose ontológica essencial entre fogo e terra, sendo o ser votado à água, um ser em vertigem. A água, por seu poder de refletir, é para o autor, um céu invertido. Com seus reflexos a água duplica o mundo, duplica as coisas, duplica a imaginação do sonhador navegante envolvendo-o numa intensa experiência onírica.

O coletivo costeiro que habita a Colônia de Pescadores Z-3 vai se apropriando desse território através de territorialidades que em resiliência permanecem, produzindo sentidos outros- tão necessários- à sobrevivência nesse lugar. Ainda que oprimidos pelo avanço da pesca industrial sob suas águas, parece persistir nos pescadores e nas pescadoras habitantes da Colônia Z-3 um *ethos costeiro* formulado em modos de vida que, em dádiva com os ciclos do mar, reafirma uma ideologia territorial que persiste frente a um frágil poder de acesso político e econômico ao território da pesca.

Desde minha dissertação, defendo que tal identidade territorial formula-se a partir do vínculo ecológico da comunidade com o ecossistema que a circunda, mas, também, a partir de uma forte cosmologia costeira que irá se formular do simbólico/mítico a todas as esferas do viver, saber e fazer desses pescadores e dessas pescadoras.

Uma das origens étnicas dessa comunidade se elabora a partir da chegada dos açorianos à costa da Lagoa dos Patos ainda no século XVIII. Na costa deste mar doce, os açorianos que chegavam ao Brasil, podiam enfim formular uma nova territorialidade e um novo início⁵, principalmente a partir da pesca

⁵ Em 1746, após uma série de calamidades naturais, e com o interesse de povoar a província, prevenindo uma ocupação espanhola, a Coroa Portuguesa começa a trazer ao Brasil os ilhéus açorianos. Os açorianos que chegaram em 1750 foram levados diretos para Rio Grande, no Rio Grande do Sul, mas devido às guerras e os impasses entre Portugal e Espanha, ficaram quase duas

artesanal. Com eles chegaram também muitos dos costumes culturais, como a benzedura, os ditados populares, o culto aos santos católicos e, também as histórias sobre bruxas e lobisomens⁶.

Na Colônia Z3 o lobisomem é personagem conhecido de grande parte da comunidade. Aqueles que não viveram uma experiência direta com ele, pelo menos conhecem alguém que já teve. Maria Helena Rosa da Silveira (55 anos), a Lelena como é conhecida na comunidade, conta de sua experiência com o lobisomem:

"É! Lá na casa da vó, bem no ladinho da casa do vó tinha um que era lobisomem. Então quando ele chegava lá na vó as minhas primas diziam assim: 'Tu não fala nada pra ele'. Mas eu começava a olhar pra ele e ele chamava todas de 'Lucinha': 'Que tu tá me olhando, Lucinha? Tu sabe que eu tô todo pisado que eu briguei um pouquinho com as gurias, porque as gurias queriam me namorar!' Eu dizia: 'Ah, acredito'. E as gurias me empurravam, e eu queria falar que eu sabia que ele era lobisomem, e as gurias não deixavam. Eu ia dizer: 'Bonitinho ele, tá todo pisado porquê é lobisomem!' [risos] E as gurias não deixavam eu dizer que ele era lobisomem! Não cheguei a falar pra ele. Mas era um gozo, todas as sextas-feiras... Quando chegava sábado ele aparecia lá na vó, mas todo arranhado, todo pisado!"

Na fala de Luiz Eduardo Pontes Guimarães (53), pescador da colônia, se na Z3 tem lobisomem, ele deve ser pescador...

"Se aqui tem lobisomem, ele é pescador, né? Eu acho que eu não sou. Não sei, né? (risos). O que tinha aqui que diziam que era lobisomem já morreu. Dizem que tem, eu nunca ví. Mas se tem eu não quero ver também, né? Esse mesmo, o meu cunhado, diz

décadas acampados nessa província, sem destino. Temendo uma ofensiva espanhola à Colônia de Sacramento, a partir de 1763 e 1776, se dispersaram, instalando-se muitos deles na faixa litorânea entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico (SOUZA, 2005).

⁶ Para Santa Inêze Rocha (2007) são aspectos açorianos presentes em nossa cultura, a adivinhação do futuro por meio de tesoura, principalmente para saber o sexo do bebê, além da crença em mau-olhado, quebranto que se previne usando figa e benzedura, a crença em bruxaria e em lobisomem (ROCHA, 2007).

que viu um barulho na frente da casa. A minha irmã mora nessa rua do meio aqui... Diz ele que escutou um barulho e que tinha um baita dum bicho assim, e que era um lobisomem. Aí nós ficamos mexendo com ele: 'Quê, viesse pra cá uns pouco dias e já tá vendo lobisomem?' (Risos). Ele disse que já viu duas ou três vezes."

Enquanto o lobisomem surge nas narrativas despertando risos, a bruxa é apresentada como aquela que se deve temer, já que na Z3 ela adentra o espaço da casa podendo provocar a morte das crianças. Neste cenário, diante a essa imagem invertida da mulher-mãe, as mães da colônia se empoderaram, buscando a proteção de seus filhos com o auxílio das benzedadeiras. Rosa Maria Mota Souza (58 anos), a Rosinha, conta sobre o rito de descobrimento e cura do embruxamento:

"Ele começou a ficar magrinho, e a mãe dele apavorada. Aí eu disse pra ela: 'Será que esse guri não tá sendo embruxado?' Eu olhei a boca dele e o céu da boca todo roxo, como um chupão sabe? Tem uma senhora que benze lá na ponta da rua, benze de bruxa, duas já faleceram, a outra tá viva... Aí eu disse pra ela pra gente levar no médico... Mas eles não encontravam nada, e o guri não melhorava... Ai levamos na benzedeira e ela disse que o guri tava embruxado. Então ela começou a benzer e o guri começou a engordar, tem gente que não acredita, né?"

Ainda que a presença açoriana demarque um forte traço nas manifestações culturais da Colônia Z3, manifesta no trabalho na pesca, nos costumes e nas repetidas histórias de bruxas e lobisomens, a presença ameríndia e afro-brasileira também se coloca dos vestígios materiais⁷ às narrativas mitológicas. Nesse cenário surgem narrativas sobre bandos de índios que passam cavalgando e gritando

⁷ Para Rafael Milheira (2011), pode-se afirmar a presença no entorno da Laguna dos Patos de indígenas do grupo de construtores de Cerritos e também de Arachanes, Tapes e Patos- que originaram o que hoje chamamos de povo Guarani. Sítios arqueológicos foram localizados na Ilha da Feitoria e na Praia do Totó (praia localizada entre o bairro Barro Duro e a Colônia Z3). A forte presença de água na região pode ter sido um dos elementos que fez as comunidades se fixarem por aqui. (MILHEIRA, 2011).

em correria e escravos que caminham arrastando correntes. Além disso, surgem histórias que, não configurando elementos repetidos nos mitos de origem portuguesa, podem denotar a elaboração de um conjunto de mitos que surgem da congruência dos diversos povos étnico-raciais que foram fazendo da costa da Laguna dos Patos seu lugar de trabalho e vida⁸.

Além das bruxas, lobisomens e assombrações, há um outro personagem que se repete, são as misteriosas crianças que correm pela Z3, sem nome, origem e destino conhecido... Para alguns elas são anjos, que correm e, por vezes choram, zelando pela colônia, preparando-a para o pior. Na casa de Luis, o pescador que acima nos falou sobre o lobisomem, podemos ouvir sua tia falando de algumas dessas crianças:

"Uma vez aconteceu um acidente no mar aí, né? Então, acho que foi na noite do acidente. Eu ouvi uma criança chorando. Passou na frente da minha casa. Da casa da minha vizinha assim, passou na frente da minha casa. Passou pra lá e passou pra cá correndo. Era um choro de menina. Chorava, chorava, que nem sei aquela criança... Antes do acidente. Aí eu disse assim: 'Ôh Cláudio, vamos ver quem é. Tem uma criança chorando aí na frente'. Aí eu me levantei, abri a fresta da porta assim pra olhar, mas eu não vi ninguém. Aí aquela criança veio pra cá e passou na frente da casa dos rapazes que morreram afogados. E a mulher dele também ouviu... A mãe deles também ouviu, quando ela passou correndo e chorando da praia. Aí quando foi daqui ha pouco já veio a notícia que eles tinham morrido no mar."

Para Néstor Ganduglia, escritor uruguaio que há décadas pesquisa as histórias mágicas da América Latina, o universo oral

⁸ Nas narrativas de homens, mulheres e crianças que vivem na Z3 costumam aparecer os seguintes personagens: um homem de preto e com um chapéu tapando o rosto que aparece e some rapidamente; uma sombra que passa pela barraca dos pescadores e dá um tapa balançando tudo; uma sombra sentada no bote; um som de correntes arrastando; um som de índios passando em bando correndo; uma mulher de branco que sobe no ônibus urbano quando ele passa pela Praia do Totó e some antes do mesmo chegar a Z3; uma árvore sagrada que gera coelhos. Trata-se de assombrações, personagens sem uma forma definida (RIBEIRO, 2012).

que conta destas experiências entre pessoas, grupos e seres e acontecimentos mágicos, está relacionado com formas de resiliência e enfrentamento das mais injustas condições de vida e de morte as quais foram submetidos os povos do continente latino-americano desde a invasão européia. No território que hoje conforma a Colônia Z-3, encontram-se rastros da presença e do extermínio de povos ameríndios, de afro-brasileiros que ainda hoje trazem como marca no corpo o peso das correntes arrastadas por seus antepassados, e, ainda, dos imigrantes açorianos, que persistiram fugindo de desgraças naturais, da fome, das guerras e das frustradas promessas de um novo início.

Assim sendo, insisto, a relação que dos habitantes da Colônia de Pescadores Z-3 com seus seres e lugares mágicos, atravessa a elaboração de suas territorialidades, interferindo em seus modos de vida e práticas de trabalho. Percebe-se isso em narrativas sobre famílias que deixaram de morar ou trabalhar na Ilha da Feitoria por ser esse um território assombrado. Ou então quando a morte neste território é anunciada por personagens anjos que correm pela colônia “quando algo ruim vai acontecer”. As narrativas míticas ou lendárias reafirmam também um poder feminino presente na colônia, onde o lobisomem pode ser identificado através de conhecidos ritos de descobrimento, enquanto as bruxas só podem ser nomeadas e “vencidas” pelas mulheres benzedeiças. É neste território onde a pesca artesanal luta por persistir frente às políticas neoliberais excludentes, onde barcos saem em procissão em busca de uma safra abençoada por Nossa Senhora dos Navegantes e por Iemanjá, onde bruxas e lobisomens dividem espaço com humanos, onde crianças invisíveis balançam-se em árvores e correm pelas ruas, que territorialidades se configuram na Colônia de Pescadores Z-3. Territorialidades elaboradas entre o mar e a terra, entre o sagrado e o trabalho, entre o moderno e o tradicional, entre o humano e o não-humano

3. Contribuições da antropologia para o serviço social

Ao final desta dissertação, após realizar uma etnografia intercalada nos dois últimos anos entre os moradores da Colônia Z-3 e suas bruxas, lobisomens, anjinhos e assombrações, não consigo mais conceber uma atuação profissional de qualquer área nesse território que não esteja atenta para essa complexa rede de alteridade. O Estado brasileiro elabora suas políticas públicas pautado em uma visão de mundo macro, homogênea, ocidental, capitalista e moderna. Por ser esta a natureza do Estado, as heterogêneas visões de mundo dos coletivos sociais que habitam o nosso extenso país, são sempre apenas parcialmente ou minimamente incorporadas neste plano macro de governança.

Ao mesmo tempo, os agentes do Estado que atuam na esfera da execução das políticas públicas, como assistentes sociais, psicólogos, professores, médicos, enfermeiros, etc., junto a grupos, que como os da Colônia Z-3, possuem cosmologias complexas que envolvem o relacionamento de humanos e não-humanos, precisam compreender que os modos de viver destes grupos extrapolam nossa visão de mundo estatal, moderna e material.

É necessário e gritante que a noção de saúde pública, assistência, meio ambiente e trabalho incorpore, através de seus profissionais, os sistemas de cura engendrados por mulheres como as que habitam a Colônia Z-3. A mediação entre doença e cura neste lugar se encontra para além do procedimento “sintoma/diagnóstico médico/medicalização”. Na Z-3 o processo que media doença e cura envolve bruxas que matam crianças, rituais de cura mediados por mães e benzedeadas e a constante mediação feminina entre desordem e ordem, morte e vida.

A morte neste território situado na costa de uma mar que é doce, é anunciada por anjinhos que preparam com zelo a família que irá perder um ente querido. A morte na Z-3 não significa apenas um fato científico traduzido no fim do ciclo da vida humana. A dimensão do feminino e do masculino extrapola as

divisões sexuais do trabalho e a ordem da opressão feminina. O mar é o território maior e é masculino. Entretanto, o cuidado da vida na colônia são atribuições femininas. A mulher é poder supremo no que diz respeito ao território da colônia e da casa.

A bruxa, desta forma, pode ser pensada como uma outra face da mulher/mãe e não sua oposição. Ou seja, a bruxa é como a mulher investida de poder que, uma mulher/mãe detentora do poder de sobrevivência da colônia, que começa a ser pensada como um ser dotado de uma face misteriosa que esconde uma dimensão de perigo. Assim, a relação opressor/oprimido entre homem e mulher se complexifica e aponta outras direções para que eu, uma Assistente Social, possa compreender as relações de parentesco e reciprocidade dos grupos junto aos quais atuo. Ou seja, trata-se de agir junto a essa potência feminina mãe/bruxa no enfrentamento das violências e opressões de gênero também presentes na Z-3.

Atuar como Assistente Social na Colônia Z-3, me permitiu compreender que esse território, que se configuraria de origem açoriana (portuguesa/européia), possui ruídos e sombras de uma matriz afro e ameríndia. A cidade de Pelotas, a “Princesa do Sul”, aristocrática, branca e européia, é também aqui atravessada por espíritos de escravos que arrastam correntes e por bandos de ameríndios que cavalgam evidenciando um passado de massacre e injustiças.

A categoria mediação coloca-se assim na medida de uma simetria possível, o pensamento originado pela mitologia e pelos rituais realizados por essas pessoas (descobrimento de lobisomem, cura de embruxamento e outros males, relação com a morte através do anúncio de anjinhos) e o saber oportunizado pelo Ocidente, pela ciência (políticas públicas sociais, medicina, serviço social, psicologia, direitos humanos, etc).

É muito interessante perceber o modo como os moradores da Colônia Z-3 são capazes de realizar esta mediação entre o Estado e suas cosmologias. Isto se observa quando os mesmos vão à benzedeira para curar um embruxamento e ao posto de saúde

para curar uma pneumonia. Pergunto-me porque nós, Assistentes Sociais, não podemos realizar esta mediação ao atuarmos junto à classe trabalhadora e seus universos simbólicos.

Félix Guatarri (1977) diz que os coletivos não precisam de intelectuais ou revolucionários “porta-vozes”. “Como se a voz precisasse de portador. Ela se porta bem sozinha e numa velocidade louca.” (p. 16). Este filósofo defende que o papel dos intelectuais não é o de ser um porta-voz, comunicar o dito, transportar uma reivindicação de um grupo ou outro.

Baseada na contribuição de Guatarri, compreendo que o papel de um/uma Assistente Social nunca foi o de conscientizar as massas, ou apenas atuar no empoderamento dos grupos populares através de uma educação que os libertará. Mas, ao contrário, conscientizar a ciência, o Estado, os governantes de que existem cosmologias, sistemas de parentesco, reciprocidades e formas de resistência ao capital que estão para além de seus sistemas de gestão e controle dos territórios de um país.

Conhecer a mitologia elaborada pela comunidade da Colônia Z-3 é para mim compreender que ser uma Assistente Social e agente do Estado nesse lugar significa apreender às formas de se escapar de um embruxamento, além de reconhecer os ritos de descobrimento do lobisomem, onde ao se falar baixinho “lobisomem, lobisomem, lobisomem” a besta te olha e se revela.

Atuar junto às políticas públicas sociais neste território costeiro requer compreender que crianças aqui falecidas podem se tornar anjos que anunciam a morte, tornando-a mais serena e, que as assombrações assustam, e revelam relações de alteridades mínimas com os humanos, mostrando um passado de massacre que não deve ser esquecido por projetos de governo que mais acentuam as injustiças sociais do que o bem-estar coletivo e individual.

Referências

- BACHELARD, Gaston. *A Água e os Sonhos. Ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular/UNESP. 2008.
- FIGUEIRA, L. D. *Pesca Predatória: a Gênese Social de um Problema Legítimo*. 2000. Monografia (Instituto de Sociologia e Política), UFPEL: Pelotas.
- GANDUGLIA, Néstor. *Histórias de Montevideo Mágico*. Montevideo: Editora Planeta, 2006.
- GANDUGLIA, Néstor. *Histórias Mágicas del Uruguay Interior*. Montevideo: Editora Planeta, 2008.
- GUATTARI, Félix. 2ª ed. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- MILHEIRA, Rafael. MARINHO, J. R. Amaria. *Diário Popular*, Pelotas, 27 de agosto de 2011. *Diário Popular 121 anos*, p 03. *A pré-cidade: A Pelotas antes de Pelotas*.
- MOURA, Gustavo G. M. *Águas da Coréia. Uma Viagem ao centro do mundo em uma perspectiva etnoceanográfica*. Recife: Nupeea, 2012.
- MOURA, Gustavo G. M. *Guerra nos mares do sul. O papel da oceanografia na destruição de territórios tradicionais de pesca*. São Paulo: Annablume, 2017.
- RIBEIRO, Angelita Soares. *Bruxas, Lobisomens, Anjos e Assombrações na Costa Sul da Lagoa dos Patos – Colônia Z3, Pelotas: Etnografia, mitologia, gênero e políticas públicas. Dissertação- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012).*
- ROCHA, Santa Inéze da. (org). *Açorianos no Rio Grande do Sul- Brasil- II*. Porto Alegre: Edições Caravela, 2007.
- SOUZA, Arno André Dias de. *Cotidiano, imaginação e memória: bruxaria no Brasil meridional na primeira metade do século XX. Dissertação- Programa de Pós- Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2005*

Narrativas de um tempo outro: os encontros com a cartografia da reforma agrária

Angelita Ribeiro
Cristine Jaques Ribeiro

1. Historiar encontros: fragmentos agenciados

Esta escrita pretende apresentar narrativas vivenciadas a partir do estágio profissional em Serviço Social, vinculado à Universidade Católica de Pelotas, no período de 2006-2007, junto a um assentamento de reforma agrária na região sul do Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, o registro desta vivência será conduzido no reconhecimento das manifestações de um modo de viver e de habitar o espaço do campo na perspectiva dos encontros e dos deslocamentos produzidos entre estudantes e famílias assentadas.

Ainda, a escrita se desafia a relacionar com a perspectiva Freiriana, cujo objetivo é denunciar a barbárie e anunciar processos coletivos de libertação. No entanto, não tem a pretensão de fechar conclusões a partir da experiência vivida e sim, instigar viagens, deslocamentos, linhas transversais possíveis entre formação profissional e modos de viver.

Para tanto, cabe convidar os leitores e leitoras a desterritorializar verdades instituídas sobre as manifestações das famílias que habitam os assentamentos de reforma agrária, tomando esta experiência como um convite reflexivo. Para isso, abre-se a brecha de problematizar os jogos de verdade impostos nas relações de saber e poder que estigmatizam, ou seja, marcam os corpos dos

coletivos que lutam para reinventar suas vidas e seus modos de habitar, vinculados aos movimentos sociais e, nesse caso, especificamente, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

A perspectiva da diferença, da heterogeneidade, fertiliza a compreensão da necessidade de desconstrução constituída sob e sobre o direito de existir das famílias assentadas. A importância de reconhecer a heterogeneidade é no sentido de reconhecer também que a potência de luta e manutenção do habitar no campo se desvia dos modelos impostos que não representam os significados produzidos por aqueles que cotidianamente reinventam, através de seus agenciamentos coletivos, o habitar.

Sendo assim, o objetivo do registro desta narrativa não é construir verdades, mas sim questioná-las a partir de seus discursos, deixando que os fragmentos pulsem intempestivamente. Reconhece, ainda, que na sociedade instituída pelo imaginário eurocêntrico a população “infame”¹ teima romper, resistir e reinventar suas lutas, seus afetos, sua criatividade e suas capacidades.

Por fim, a escrita que segue mostra-se singular no registro para resistir a defesa de uma análise transcendente sobre uma realidade, a fim de garantir uma narrativa de um tempo outro que aconteceu numa relação imanente e implicada na perspectiva de defender a possibilidade da existência de uma estética ético-política construída na cartografia da luta por reforma agrária para além da garantia do direito à terra, mas do direito de existir na terra.

2. Pelos caminhos da luta pela terra, um Andarilho da Utopia: Paulo Freire, a Denúncia da barbárie e o Anúncio/Profecia de Inéditos Viáveis

Pois bem, durante meu estágio junto aos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

¹ Paulo Vaz proponho pensar a vida, ou melhor, “considerar a vida dos homens infames, essas vidas nada exemplares (...)” (1992, p.13).

Terra (MST), ao qual me deterei logo em seguida, os assentados me contavam sobre os andarilhos que passavam por aquelas “bandas”. Contavam-me que um andarilho é alguém que anda pelo mundo, sem residência fixa, sobrevivendo através do acolhimento do Outro² que ele encontra pelo caminho.

Ao dedicar-me à leitura de Paulo Freire, fui revivendo os caminhos que trilhei e que hoje me constituem. Pensando minha formação acadêmica e humana como uma estrada, percebo que nunca desejei uma residência fixa, apenas encontrar o Outro, sobrevivendo do diálogo deste encontro e seu acolhimento.

Aliando essas andanças com os escritos de Paulo Freire, percebo que ele esteve muitas vezes comigo, sem que eu o percebesse, acompanhando-me e guiando-me pelos processos que buscam construir, junto aos coletivos sociais, o anúncio de mundos Outros, mundos de libertação. Ele apontava os caminhos em que a banalização da vida e a barbárie precisavam ser denunciadas, ao mesmo tempo em que me contava sobre como um mundo “mais humano” e livre já era anunciado e profetizado. Mostrava-me a importância da preservação da utopia, pois era isso que me fazia perceber os inéditos viáveis presentes na vida cotidiana de sobrevivência e luta.

O Andarilho da Utopia que encontrei pelos caminhos de minha formação, estampado nos murais e a mística do MST, e que me acompanha no processo desta escrita, é Paulo Freire. Homem que pensou os processos de libertação dos grupos oprimidos, enquanto “caminhava” pelo mundo.

Para Carlos Rodrigues Brandão (2010), “entre a infância nordestina, a juventude e o começo da vida madura e profissional, nada parecia indicar, num homem que começou deslocando-se apenas entre o Recife e o Jaboatão, um destino andarilho, errante”. (p. 41). Para Mário Sérgio Cortella (2012), Paulo Freire “conseguiu

² Aliada a uma perspectiva teórica que enfatiza a relevância da dimensão da alteridade, utilizarei a palavra outro em letra maiúscula, logo “Outro”.

fazer um chamado, ser um andarilho da utopia³ e caminhar pelo mundo afora” (s.p.).

Neste artigo busco, a partir do resgate de meu processo de formação acadêmica inicial, junto aos assentados do MST, capturar a forma como os conceitos freireanos de anúncio e denúncia, de inédito viável e profetismo podem ser pensados junto aos coletivos que encontrei e atuei em meus caminhos em busca do Outro. O início de minha formação determina todos os (des)caminhos que escolhi, guiada por andarilhos como Paulo Freire, que me formulam hoje, enquanto Assistente Social e Doutora em educação.

3. O início do caminho: O estágio junto aos assentamentos do MST

Meus encontros com os grupos populares me levam a 2004, quando na graduação em Serviço Social, na Universidade Católica de Pelotas (UCPel), envolvo-me profundamente (com a paixão e militância dos meus 18 anos) com o MST, principalmente a partir do estágio que realizei junto a famílias assentadas nos municípios de Pinheiro Machado, Piratini e Canguçu, na região sul do estado do Rio Grande do Sul (RS).

Toda a minha graduação em Serviço Social se realizou em profundo contato com essas famílias camponesas que faziam, em seu cotidiano de trabalho e resistência, a reforma agrária acontecer. Junto àquelas famílias, pude compreender que a conquista da terra estava para além de sua posse garantida por uma política pública de reforma agrária.

Na relação de trabalho, aprendizagem e amizade que construí com as famílias de assentados, percebi que os modos de saber/fazer/viver daqueles grupos estavam para muito além do que o Estado e a atuação de seus agentes podiam alcançar.

3 De acordo com Brandão (2010), quando a Radio Neederland da Holanda dedicou a Paulo Freire uma série de programas, deu a ela o nome “O andarilho da utopia”.

Neste sentido, espantava-me a maneira macro e homogênea como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) percebia a vida no assentamento. As reuniões desta instituição com os assentados tratavam de pautas de um viver padronizado, como, por exemplo, um lugar fixo onde os açudes seriam construídos, ou o modelo de casa que seria construído para todos os assentados.

Lembro de um debate relatado por uma colega de estágio, ocorrido em um assentamento de Piratini, que se deu em torno da localização do banheiro nas casas. A planta da casa defendida pelos agentes do Estado trazia o banheiro para o interior da casa. Entretanto, os assentados argumentavam que tal definição era incompatível com seus modos de vida, tendo em vista que para os agricultores é crucial que ao chegar de um dia de trabalho na lavoura, possam tomar banho antes de entrar em casa.

Nos meus quatro anos de graduação e contato constante com famílias agricultoras oriundas de assentamentos do MST, comecei a compreender que havia concepções construídas do trabalho do Serviço Social e dos agentes do Estado, às quais eu não me sentia vinculada. Percebia o fosso existente entre o que era vivido pelos assentados cotidianamente e as políticas pensadas no âmbito do Estado e executadas, muitas vezes acriticamente, por seus agentes (podendo ser ou não Assistentes Sociais).

Minha monografia de conclusão do curso falou sobre a necessidade da construção de uma ciência nômade que, não se aprisionando em modelos de análise rígidos e homogêneos, pudesse dar conta dos movimentos do viver engendrados pelos coletivos sociais. Tentei traçar cartografias cotidianas de resistências agenciadas pelos assentados de dois assentamentos da cidade de Pinheiro Machado.

Paulo Freire, meu companheiro andarilho, em seus tempos de trabalho junto ao Serviço Social da Indústria (SESI), no Estado de Pernambuco, dizia que:

Este foi um aprendizado longo, que implicou uma caminhada, nem toda vez fácil, quase sempre sofrida, até que me convencesse de que, ainda quando minha tese, minha proposta fossem certas e em torno delas eu não tivesse dúvida, era imperioso, primeiro, saber se elas coincidiam com a leitura de mundo dos grupos ou da classe social a quem falava; segundo, se impunha a mim estar mais ou menos a par, familiarizado, com sua leitura de mundo, pois que, somente a partir do saber nela contido ou nela implícito me seria possível discutir a minha leitura de mundo, que igualmente guarda e se funda num outro tipo de saber. (FREIRE, 1992, p. 24).

Em busca da leitura de mundo dos coletivos sociais, busquei privilegiar a narrativa, a palavra dos assentados, ou seja, a forma como narravam sobre suas vidas, suas dores e suas lutas.

Freire (1992), no livro *Pedagogia da Esperança*, diz o seguinte:

Aí está uma das tarefas da educação democrática e popular, da *Pedagogia da Esperança*- a de possibilitar nas classes populares o desenvolvimento de sua linguagem, jamais pelo blábláblá autoritário e sectário dos “educadores”, de sua linguagem, que, emergindo da e voltando-se sobre sua realidade, perfile as conjecturas, os desenhos, as antecipações do mundo novo. Está aqui uma das questões centrais da educação popular- a da linguagem como caminho de invenção da cidadania. (p. 41)

A partir da centralidade da linguagem na perspectiva da pedagogia da esperança, Paulo Freire parece retomar o que em *Pedagogia do Oprimido* falava sobre a “Palavra” e sua relação com a *práxis*. Para o autor, “não há palavra verdadeira que não seja *práxis*. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo.” (FREIRE, 2014, p. 107).

Neste termos, o “dizer a palavra” não pode ser pensada fora da relação *reflexão/ação*, pois em Freire encontramos a possibilidade da palavra como pronúncia de um mundo por vir.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar o mundo*, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar*. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (FREIRE, 2014, p. 108).

Em meu encontro com o MST, principalmente no cotidiano micropolítico dos assentamentos, compreendi que a transformação da barbárie na libertação dos coletivos sociais passava pela escuta e potencialização de “sua palavra” e não, pelo menos, apenas, pela execução de políticas públicas. Na palavra daqueles assentados estava latente a denúncia e o anúncio de inéditos viáveis. Mas o que Paulo Freire queria-nos dizer com estes conceitos?

4. A Denúncia, o Anúncio

De acordo com Célia Linhares:

As conjurações entre Anúncio/Denúncia expressam uma sintaxe que não pode ser considerada de menor importância. Até chego a dizer que qualquer cartografia da obra de Paulo Freire, nela considerando a própria estética de sua existência, sem as lógicas do anunciar, denunciando, ou do denunciar, anunciando que impregnam, torna-se um mapa simplificado. (LINHARES, 2010, p. 45).

Conhecendo ainda pouco da obra de Paulo Freire, a escolha por estes conceitos na escrita deste artigo ocorreu, como venho relatando, pela forma como fui encontrando nestas concepções muito do que vivi e aprendi em minha formação, desde seu início.

Procurando aprofundar minhas leituras, acabei percebendo a forma como estes conceitos são centrais na obra de Freire e, a partir de relatos de estudiosos de Freire, como foram de extrema

relevância nos processos de luta em defesa dos oprimidos, principalmente no final da década de 1970 e década de 1980.

No livro “Ação cultural para a liberdade”, Paulo Freire (2007) esclarece que a pedagogia que defende, é uma pedagogia utópica. Daí a importância da dimensão da denúncia e do anúncio.

Por isso, denúncia e anúncio, nesta pedagogia, não são palavras vazias, mas compromisso histórico. Por outro lado, a denúncia da sociedade de classes como uma sociedade de exploração de uma classe por outra exige um cada vez maior conhecimento científico de tal sociedade e, de outro, o anúncio da nova sociedade demanda uma teoria da ação transformadora. (FREIRE, 2007, p. 70)

Apesar de Freire colocar a prática científica/acadêmica como autora da análise e denúncia da sociedade de classes e do anúncio da teoria da ação transformadora, ele reitera que este processo somente tem sentido e força quando protagonizado pelos grupos oprimidos.

Nesse sentido, Freire continua o texto: “A denúncia e o anúncio tomam corpo quando as classes dominadas os assumem, assim como a teoria da ação transformadora- a teoria revolucionária- se efetiva quando é igualmente assumida por eles.” (2007,p. 70)

Para Freire não há anúncio sem denúncia, assim como toda denúncia gera anúncio.

Minha metodologia de pesquisa e trabalho junto ao assentamento era muito mais de acompanhar o cotidiano das famílias e com elas aprender, do que intervir diretamente dentro da perspectiva da conscientização. Assim, eu não me colocava naquele espaço como uma educadora que pretendia desenvolver o que Freire chamava de “círculos de cultura” ou de “ação cultural”. Ao contrário, isso ocorria nos encontros de formação do MST, e eu que aprendia com o movimento.

Ao mesmo tempo, hoje percebo que durante o estágio, no assentamento Alegrias de Pinheiro Machado, RS, enquanto eu realizava algumas entrevistas com os assentados para a escrita de meu trabalho de conclusão de curso, no diálogo com as famílias, através de meus questionamentos sobre suas histórias de vida, denúncias e anúncios emergiam.

Na fala dos assentados é denunciada a situação de opressão do camponês pelo latifundiário através da concentração e expropriação da terra.

(Carmem, 11/10/2007)- A gente plantava nas terras dos outros, agregado, né? Naquele tempo o latifundiário dava duas hectares pra eles plantar pra eles. E o meu pai um pouco ele morava num lugar, um pouco noutra... Na volta de tupã, uma hora saía pra volta de Cruz Alta, outra cidade também né? Era muito assim de... Andarilho. Gostava de caminhar... O meu pai era meio índio assim, pra andar caminhando, né? Mas ele gostava muito de trabalhar na terra, ele não gostava da cidade, não gostava de andar bem arrumado... Ele gostava de andar a vontade... De ter a liberdade dele em cima da terra, né? Ele morava assim... Se os fazendeiros não davam terra pra ele plantar, ele plantava igual... Ele plantava nos corredores de terra, e dizia que nos corredores ninguém tirava ele, porque era do governo. (RIBEIRO, 2007, p. 32).

Na fala de Dona Carmem ela relata como seu pai, um índio andarilho, viveu sua vida em busca de terra, a qual sempre lhe foi negada pela histórica questão agrária brasileira de persistente concentração fundiária e massacre do pequeno agricultor, do camponês, do indígena, do quilombola. Ao mesmo tempo, este andarilho em busca de sua terra parecia confrontar os processos de exploração, buscando sua “liberdade em cima da terra”, apropriando-se do espaço público e não permitindo que alguém o negasse o direito de plantar.

Freire nos diz que é o anúncio que torna a esperança possível, e é o que inaugura inéditos viáveis. Entretanto, não é

possível o anúncio de mundos Outros sem que as injustiças sejam denunciadas.

Entendo que em sua fala mansa, encharcada de uma vida de dor e luta, Dona Carmem denuncia a barbárie imposta pela ainda ausente reforma agrária brasileira que, repete a cada dia conflitos no campo onde os movimentos de luta pela terra são exterminados em razão da perpetuação do latifúndio.

Entendo que minha formação junto a essas pessoas me comprometeu visceralmente com uma prática que busca vivenciar o que Paulo Freire denominou de a “Teoria da Ação Transformadora”⁴. Sem perceber, Freire, o Andarilho da Utopia, já me acompanhava desde aí.

5. Profetizando Inéditos Viáveis

Nas leituras de Paulo Freire, comecei a pensar os conceitos de “denúncia e anúncio”, sempre aliados a concepção de “inéditos viáveis” e de “profetismo”.

Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2014)⁵ diz que profetismo e esperança resultam do caráter utópico da ação cultural e que a utopia resulta da unidade inquebrantável entre denúncia e anúncio.

Freire (2007), já em “Ação Cultural para a Liberdade”, explicava que a concepção de utopia que defendia não se nutria de sonhos impossíveis, mas de uma prática concreta que se faz e se refaz na prática social, buscando a libertação das classes oprimidas através da contínua dialética entre anúncio e denúncia.

Na mesma perspectiva, o inédito viável, de acordo com Ana Maria Araújo Freire (2010), é para Freire uma palavra-ação e, por isso, *práxis*.

4 Explicitada na citação anterior.

5 Nota de rodapé da página 102.

Uma palavra epistemologicamente empregada por Freire para expressar, com enorme carga afetiva, cognitiva, política, epistemológica, ética e ontológica, os projetos e os atos das possibilidades humanas. Uma palavra que carrega no seu bojo, portanto, crenças, valores, sonhos, desejos, aspirações, medos, ansiedades, vontade e possibilidade de saber, fragilidade e grandezas humanas. Carrega inquietude sadia e boniteza arraigada na condição de ser-se homem ou mulher (FREIRE, 2010, p.224).

Paulo Freire define a dimensão do profetismo da seguinte forma:

Pensar o amanhã é assim fazer profecia, mas o profeta não é um velho de barbas longas e brancas, de olhos abertos e vivos, de cajado na mão, pouco preocupado com suas vestes, discursando palavras alucinadas. Pelo contrário, o profeta é o que, fundado no que vive, no que vê, no que escuta, no que percebe, no que entende, a raiz do exercício de sua curiosidade epistemológica, atento aos sinais que procura compreender, apoiado na leitura do mundo e das palavras, antigas e novas, à base de quanto e de como se expõe, tornando-se assim cada vez mais uma presença no mundo à altura de seu tempo, fala, quase adivinhando, na verdade, intuindo, do que pode ocorrer nesta ou naquela dimensão da experiência histórico-social. (FREIRE, 2000, p.54)

Em meus diálogos no Assentamento Alegrias, convidei os assentados a intuírem sobre “o amanhã”. Eles, pautados em suas leituras de mundo e de suas trajetórias de vida, em seus conhecimentos pouco ou nada “letrados”, falaram de suas utopias, profetizando o que ainda poderia ocorrer e alimentando sonhos, lutas e inéditos viáveis.

(Roberta, 12/10/2007)- Um sonho... Bom meu sonho não é ficar rica, né? Mais é querer dar alguma coisa pros filhos, né? Poder dar estudo em primeiro lugar. Meu sonho é isso. (RIBEIRO, 2007, p.44).

(Carmem, 11/10/2007)- Pra poder andar na reforma agrária, tem que ter muita calma. Não dá pra levar a trancos e barrancos as

coisas, se não termina brigando, né? Em coletivo, né? É que nem numa escola, com os colegas, não é fácil, né? Tem uns colegas dum jeito, outros de outro jeito. Mas é assim, né? É a reforma agrária. É um mundo! O mundo da terra. (RIBEIRO, 2007, p.44)

De acordo com Gomercindo Ghiggi e Martinho Kavaya (2010), citando Freire, a beleza do anúncio profético não está em anunciar o que virá necessariamente, mas no que pode vir e deve vir.

Roberta anuncia que a posse da terra é o início da luta pela libertação. Por outro lado, a garantia de uma vida mais digna para os filhos, enfatizando o acesso à educação, é parte daquilo que ainda *pode e deve vir*. Carmem fala do mundo da terra onde a vida deve ser uma escola e a vida coletiva seja um contínuo exercício de alteridade e amorosidade.

Ainda segundo Ghiggi e Kavaya (2010), o profetismo em Freire é um ato de amor, “pois supõe a supressão de situações opressoras e a geração da liberdade, factível pelo diálogo.” (p. 332). Assim, ser profeta é ser dialógico, como Carmem, aceitando o Outro e “acentuando o poder de fazer, criar, transformar.” (p.332).

6. Na luta pela terra e com Freire

Andarilho pelo mundo da luta pela terra, das periferias de Recife e de tantos outros lugares de opressão e libertação, Freire plantou utopias que atravessam até hoje os movimentos de luta pelo fim da barbárie imposta pela sociedade de classes. Dos murais do MST às salas de aula das universidades e escolas, Paulo Freire continua profetizando mundos radicalmente humanos⁶.

Não fui eu que levei Paulo Freire até os assentamentos do MST, eles me trouxeram Freire para acompanhar-me nos meus, nada fáceis, caminhos em busca do Outro e da potencialização de suas lutas pela libertação. As famílias do Assentamento Alegrias

6 Ghiggi e Kavaya (2010).

ensinaram-me a força de sua palavra, de sua pronúncia do mundo. E essa palavra não era apenas dita em encontros de organização da luta, de oficinas de formação ou de ações de mobilização, mas ela era principalmente dita enquanto se cevava um mate à beira do fogão à lenha, quando se preparava o almoço, ou quando se estava “na lida” com os animais.

Ensinando-me sobre a vida, com suas dores e lutas, aquelas pessoas me ensinaram a teoria da ação transformadora de Freire, talvez até sem saber.

Paulo Freire também deve ter aprendido com os camponeses e grupos populares a ser o Andarilho da Utopia e o Profeta de um mundo radicalmente humano. Assim como milhares de utópicos espalhados pelo mundo, sigo com ele, pelos caminhos da luta por um mundo Outro, um mundo onde denúncia e anúncio requerem utopia e a profecia de inéditos viáveis.

Considerações desejantes

A narrativa registrada aqui pretendeu lançar o convite para o mergulho de um historiar rizomático⁷. A pretensão foi lançar dispositivos curiosos para despertar encontros possíveis com os coletivos que ocupam o espaço rural, o campo, a terra. Coletivos compostos por famílias que trouxeram em sua bagagem suas histórias, suas dores, suas esperanças, seu tempo outro de uma vida que se pôs a vibrar.

Além do desafio de construir um texto fragmento, ou seja, um texto não construído a partir do discurso raiz, mas um texto que disparou por diferentes linhas e pontos conectados, mas libertos de modelos paradigmáticos e cientificistas, para analisar a vida errante e pulsante que questiona os territórios do conhecimento, do existir e do habitar.

⁷“Um rizoma como hastes subterrânea distingui-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos, são rizomas (...)” (Deleuze; Guattari, 1995, p.15).

Para tanto, se potencializou a micropolítica instituinte no assentamento de reforma agrária, onde o cotidiano acontece e se desafia a todo momento. Essa dinâmica conduz a problematização da macropolítica, que impõe modos de se comportar, de lutar, de produzir, de conviver para inúmeras famílias, tanto no espaço rural quanto urbano. Macropolítica que nega também urbanidades e ruralidades resultantes das políticas públicas, que não acolhem a heterogeneidade da pobreza quando se manifesta.

Esse texto fez o convite para que a formação profissional reconheça as brechas criativas nos diálogos com intercessores que constrói o conhecimento na relação com o campo de análise e de intervenção. Ou seja, o diálogo com outras áreas do conhecimento que se abrem para além de suas especificidades, para o trânsito que rompem com a fronteira dos códigos do que é certo ou errado, verdade ou não, sob e sobre aqueles que denunciam em seus modos de viver as segregações experimentadas na linearidade histórica, no cenário minimamente nacional.

Por fim, tem o objetivo de trazer as contribuições de Paulo Freire para a reflexão das relações construídas e constituintes de um processo de luta, que nos convida a reconhecer a barbárie de um sistema que rotula e persegue contingentes inteiros, que sofrem a negação do direito de construir e produzir na terra, um outro modo e modelo de produção, não esperado pelo mercado e pelos processos de financeirização da terra.

Assim, Paulo Freire mostra-se tão necessário e urgente para a formação de práticas e de discursos comprometidos com a perspectiva de transformação social necessária e urgente para a garantia dos direitos sociais previstos na constituição brasileira de 1988. Este texto, portanto, é o eco daquilo que pulsa na cartografia das lutas coletivas das multidões que transgridem territórios e reterritorializam saberes para tornar verbo o que desde a colonização foi violentamente negado.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Andarilhagem. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (p. 41- 42).
- CORTELLA, Mário Sérgio. **Paulo Freire: o andarilho da utopia**. Portal Fórum. Fevereiro, 2012. Disponível em <http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/02/paulo-freire-o-andarilho-da-utopia-2/>. Acesso em 13/12/2014, às 10 horas.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1. Tradução Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. RJ: Ed. 34, 1995.
- FREIRE, Ana Maria Araújo. Inédito Viável. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (p. 223- 226).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 57ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GHIGGI, Gomercindo; KAVAYA, Martinho. Profetismo. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (p. 331- 332).
- LINHARES, Célia. Anúncio/Denúncia. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (p. 45- 46).
- RIBEIRO, Angelita Soares. **Ciência Nômade: Cartografias da Reforma Agrária**. 2007. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso-Escola de Serviço Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2007.
- VAZ, Paulo. Um Pensamento infame: história e liberdade em Michel Foucault/Paulo Roberto Gibaldi Vaz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

População em situação de rua e correlações deste grupo com o direito à cidade

Bruna dos Santos Alt ¹

Introdução

Pessoa em situação de rua é considerada o indivíduo que utiliza a rua como espaço de sobrevivência e moradia. Trata-se de um grupo muito heterogêneo, com características muito distintas, portanto de difícil classificação. O elo comum é não possuir residência fixa e utilizar a rua como local de pernoite. Além disso, esse segmento é o manifesto da extrema pobreza.

Atualmente, vem ocorrendo um aumento significativo desse segmento social, apesar de ele continuar invisível para sociedade e para os governantes. Em virtude do crescimento desse grupo, torna-se necessária a discussão e o enfrentamento dessa problemática.

Apesar de já existirem políticas públicas para a população em situação de rua, o tema ainda carece de mais atenção, pois não se estão suprindo todas as necessidades exigidas. Além disso, o estar na rua não deve ser visto apenas como consequência que sofrem os excluídos do sistema, mas também como direito de resistência daqueles que não conseguem ou não querem se enquadrar no modelo pré-estabelecido.

¹ Advogada. Mestre em Política Social e Direitos Humanos pela UCPEL. bruna.alt@hotmail.com

O problema da população de rua não é só a ausência de moradia regular e digna, geralmente quando chega a esse estágio a pessoa já carece de muitos outros direitos sociais (saúde, alimentação adequada, emprego) e principalmente de autoestima.

Partindo dessa premissa, ou seja, considerando que a população em situação de rua é um grupo que vive em situação de vulnerabilidade social e não tem suas necessidades atendidas pelo Estado; e, também, considerando as relações sociais, econômicas e territoriais que permeiam as relações urbanas, busca-se entender qual o espaço que esse grupo ocupa na cidade. Para isso, trazemos conceitos e dialogamos esses dois institutos - população em situação de rua e direito à cidade-, relacionando-os com a questão do estigma.

1. População em situação de rua

A população em situação de rua existe desde os primórdios, visível nas cidades das mais diversas regiões do mundo. As condições históricas que deram origem à chamada população em situação de rua surgiram na Europa no período das sociedades pré-industriais, visto que na acumulação primitiva o excedente da força de trabalho que não foi absorvida pelo mercado deu origem a este grupo.

Melhor explicando, o processo histórico que privou os trabalhadores dos meios de produção é chamado de acumulação primitiva. O marco inicial desse instituto deu-se com a expropriação dos camponeses que foram privados de suas terras. Na era feudal, os trabalhadores apesar de serem assalariados pelos senhores feudais para trabalhar em suas propriedades dispunham de uma fração de terra particular ou comum onde podiam cultivar como bem entendessem. Esses trabalhadores tiveram suas propriedades roubadas ou confiscadas, e, além das terras camponesas, parcelas das terras do Estado e da Igreja também foram privatizadas (em forma de presentes ou vendidas por preço

ínfimo) – todos esses processos de expropriação violentos ou fraudulentos constituem a acumulação primitiva.

Sobre o destino dos referidos trabalhadores, Silva (2009, p. 95) relata que:

Os que foram expulsos de suas terras não foram absorvidos pela indústria nascente com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis, seja pela incapacidade da indústria, seja pela dificuldade da adaptação repentina a um novo tipo de disciplina de trabalho. Dessa forma, muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por circunstâncias.

Expulsos de suas terras e sem trabalho nas cidades, muitos desses trabalhadores começaram a vagar pelos centros urbanos sem casa e sem meios de prover sequer sua alimentação.

Sobre o surgimento do pauperismo ligado aos trabalhadores sem trabalho, Silva (2009) aduz que surgiu, na Europa, no final do séc. XV e durante todo o séc. XVI, uma legislação rígida contra a vadiagem. “Essas leis foram utilizadas com o fim de forçar os trabalhadores a aceitarem empregos de baixos salários e de inibir seu deslocamento em busca de melhores condições” (SILVA, 2009, p. 96).

As condições relatadas surgiram na Europa no período das sociedades pré-industriais, porém, no decorrer dos tempos, podem-se encontrar diversos eventos que perpetuaram a formação do grupo de pessoas em situação de rua e, em todos os casos, encontram-se no âmago questões de interesses do sistema capitalista.

Cumprido, após essa breve abordagem histórica, conceituar o grupo alvo do presente estudo segundo a visão atual, recorrendo ao conceito formulado pela Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº. 7.053/2009):

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os

vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Em síntese, pessoa em situação de rua é o indivíduo que utiliza a rua como espaço de sobrevivência e moradia, o qual se junta a outros tantos que, sem esperança, aguardam respeito e cuidado.

Sobre a formação desse segmento populacional, a doutrina, assim como o conceito analisado acima, sinaliza a pobreza como fator que leva a pessoa à condição de rua. Nesse sentido, Vieira, Bezerra e Rosa (2004) vão mais a fundo e apontam o desemprego e os ciclos do sistema capitalista como geradores dessa condição.

Nesse sentido:

A população de rua é o retrato mais cruel da miséria social, que se aprofunda com o crescimento dos índices de desemprego e com o rebaixamento salarial, consequência do processo de recessão cada vez mais forte que atravessa a economia brasileira. [...] Morar na rua é reflexo visível do agravamento da questão social nas grandes metrópoles. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p. 159).

Nessa perspectiva, a população de rua é o retrato mais cruel das desigualdades econômicas e sociais. Esse segmento populacional é fruto, na grande parte das vezes, da miséria. O desemprego e as atividades laborais mal remuneradas não permitem que as pessoas tenham recursos para suprir suas necessidades básicas, sendo que a moradia, muitas vezes, passa a ser a calçada e o sereno da noite.

A população em situação de rua é formada por um grupo heterogêneo de difícil classificação. Não há um único perfil desse segmento, não há uma lista de requisitos que, se preenchidos,

caracterizam o indivíduo como integrante do grupo. As pessoas vão para a rua e saem dela por diversos motivos e circunstâncias.

Apesar da heterogeneidade do grupo, Silva (2009) aponta três condições comuns ao segmento em questão. A referida autora elenca os seguintes itens: pobreza extrema; vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente.

Sobre a primeira característica comum ao grupo da população de rua, a autora cita a pobreza extrema e, sobre a origem do referido instituto, aduz que esta "decorre da não-distribuição equânime da riqueza social, da apropriação privada dos meios de produção e da relação de exploração da classe dos capitalistas sobre os trabalhadores" (SILVA, 2009, p.128). A pobreza, nesse sentido, origina-se no sistema capitalista e alimenta-se dele, o qual concentra riqueza nas mãos de poucos, deixando grande parte da sociedade à margem dos recursos.

Já a segunda característica trata dos vínculos familiares. Essa condição de rompimento ou fragilidade das relações pode se dar antes de o indivíduo ir para a rua; atuando, assim, possivelmente, como fator que leva a pessoa para a rua. Pode-se dar, também, após a pessoa passar a viver na rua e, dessa forma, o estar na rua pode atuar como condição de afastamento da família. Assim sendo, o afastamento da família pode ter um rompimento ou um afastamento gradativo.

A última característica é a inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente.

A pessoa em situação de rua geralmente busca lugares públicos para se abrigar e passar a noite como, por exemplo, ruas, calçadas, viadutos, praças, marquises, galpões, ruínas, prédios abandonados, terrenos baldios.

Outra opção são os albergues, porém dificilmente os desabrigados ficam longos períodos nesses estabelecimentos, pois

não se enquadram nas regras. Sobre os albergues, “além do prazo restrito para a permanência, a sistemática de funcionamento e controle faz com que muitas pessoas desabrigadas prefiram a rua, em virtude do caráter disciplinador e repressivo de alguns desses lugares” (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p. 80).

Além do mais, existem determinadas regiões urbanas que se mostram mais favoráveis para a população em situação de rua do que outras, tendo em vista que fornecem com mais facilidade os recursos necessários para sua sobrevivência.

Sobre a zona da cidade:

A população de rua tende a permanecer em lugares caracterizados por uma ecologia determinada, que favorece a sobrevivência. Ocupa bairros centrais e comerciais da cidade que são fonte privilegiada dos recursos que necessita: alimentação, abrigo e trabalho. Regiões densamente ocupadas e frequentadas nos horários comerciais, que ficam, comumente, despovoadas e ociosas durante o período noturno e nos finais de semana (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p. 103).

Na escolha do local, os desabrigados também levam em conta a aceitação social da vizinhança do local, pois, muitas vezes, os vizinhos denunciam na prefeitura quando um grupo se agrupa e faz barulho ou sujeira. Alegam questões de segurança; na verdade, na maioria dos casos, entretanto, trata-se de preconceito.

A pessoa que usa o espaço público para pernoite sofre violência também de seus iguais, dada a diversidade de segmentos que compõem o mundo da rua. Dormir em grupos, portanto, representa segurança, num certo sentido. Entretanto, quanto maior o grupo de pernoite, maior é o risco de se tornar alvo da polícia ou de denúncias por parte da vizinhança, provocadas por possíveis algazaras e bebedeiras. [...] Além disso, no grupo, a pessoa recupera, até certo ponto, sua identidade pessoal e social; ela é aceita na condição de igual, enquanto que, por outros segmentos sociais, é discriminada e inferiorizada (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p. 59).

É de conhecimento público os rótulos que a sociedade como um todo atribui à pessoa em situação de rua: morador de rua é perigoso, morador de rua e mendigo são a mesma coisa, morador de rua não trabalha, morador de rua é sujo, morador de rua escolheu essa vida, morador de rua só precisa de um teto para resolver o problema etc. (RODRIGUES, 2015).

Nesse sentido:

O mendigo, o indigente, o marginal são vistos por outros segmentos sociais como transgressores de uma ordem socialmente dada de organização do espaço. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p. 135).

Nas palavras de Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p. 128), a sociedade “Entende essa população como pessoas espoliadas de sua humanidade, sem direito a trabalho e moradia”.

A violência contra a população em situação de rua começa com a indiferença quando um transeunte cruza com ele na calçada; é uma violência simbólica traduzida pela indiferença. Essa estigmatização influencia na vida do morador de rua:

A resposta da sociedade para quem não se enquadra é o estigma: vagabundo, malandro, vadio ou quando muito coitado; ele é o outro, o que não faz parte, que precisa ser afastado ou reintegrado. No entanto, o morador de rua assume de forma extremamente rígida o estigma lançado sobre si, utilizando os olhos da sociedade para avaliar sua condição social. Sente-se um fracassado, um caído. [...] A dificuldade de aceitação social desses indivíduos, associada à sua auto-imagem denegrada, dificulta o estabelecimento de vínculos com o trabalho e a família, que os enquadraria em parâmetros de vida socialmente aceitos. Nesse caso, a rua pode tornar-se referência, espaços onde tais pessoas encontram seus iguais. Grande parte deles foram anteriormente trabalhadores não especializados. Na competição do mercado de trabalho, baseada em determinados critérios sociais, essas pessoas, por algumas de suas características, tornam-se perdedoras e vão sendo aos poucos excluídas (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004, p. 97).

Dessa maneira, o estigmatizado veste o rótulo que lhe é atribuído, situação que lhe causa sofrimento por sentir-se desvalorizado. Essa interiorização pode gerar diminuição da autoestima e culpabilização pela situação em que se encontra.

Essa internalização traz diversas consequências para o estigmatizado, podendo gerar distanciamento social e baixa autoestima. Nesse sentido, a pessoa em situação de rua pode se ver como responsável por sua condição e não merecedor de sair dela etc.

Por fim, Aiexe (2016) diz que a invisibilidade da desigualdade social é o que dá sustentação a injustiças e a violações contra as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que o direito é muitas vezes usado para reforçá-la tanto pela ação como pela omissão.

Além das repercussões de que o estigma afeta o estigmatizado, também existe outro viés prejudicial. A situação é agravada quando os profissionais que lidam com pessoas estigmatizadas aplicam o rótulo, agindo de forma a responsabilizar o indivíduo por aquela situação. Isso se reflete também na elaboração, ou não elaboração, de políticas públicas para o segmento estigmatizado. Políticas públicas moralizadoras com ações repressivas reforçam o estigma.

Sobre a positivação de direitos e políticas públicas para esse segmento social, citamos os artigos 1º, III e 3º, incisos I, II e III da Constituição Federal, artigos constitucionais importantíssimos para estudar esse grupo, pois são conceitos que nos levam a compreender o quanto as pessoas em situação de rua estão privadas do mínimo assegurado pela Constituição, ficando evidente que o grupo populacional que vive nas ruas não tem respeitada, por exemplo, nem a sua condição de pessoa humana.

Nessa perspectiva, não é aceitável que um Estado Democrático de Direito, que tenha como fundamento o respeito à dignidade da pessoa humana, abstraia-se de fornecer ferramentas

para uma vida digna, cabendo a ele garantir essa proteção e não apenas “deixar” que se viva no sentido físico da palavra; cabe ressaltar, no entanto, que, muitas vezes, nem isso é garantido às pessoas de rua. Para que tenham uma vida digna, as pessoas devem ter acesso a direitos básicos como alimentação, moradia, saúde, previdência, assistência social, educação, lazer, trabalho e esporte, de forma a se sentirem incluídas, e não deixadas à margem da sociedade. Isto é, deve ser disponibilizado o mínimo existencial capaz de garantir a efetivação da proteção à dignidade da pessoa humana. O mínimo existencial é o alcance de todos os direitos fundamentais básicos assegurados aos cidadãos, com vias de concretização da dignidade da pessoa humana (KLEIN; BOCK, 2015). Se o mínimo existencial for garantido, será possível alcançar a proteção à dignidade humana, cujo dever de tutela é atribuído ao Estado, a quem cabe instituir políticas públicas que sejam capazes de materializar tais direitos, e, assim, alcançar a redução das desigualdades sociais e promover o desenvolvimento de seus cidadãos.

Já sobre as políticas públicas, citamos a instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua, em 23 de dezembro de 2009, por meio do Decreto nº. 7.053 de 2009.

Percebe-se que a Política Nacional abrange, dentre os princípios previstos em seu artigo 5º, os direitos mais básicos e fundamentais do ser humano, compreendendo e garantindo a dignidade da pessoa humana em todas as suas esferas. Dos citados princípios, observa-se que estão garantidos o direito à cidade e o combate ao estigma.

Observa-se que esse Decreto trata de normas programáticas que preveem diretrizes e princípios a serem seguidos; embora não demonstrem com clareza os instrumentos para sua realização. São previstos diversos direitos desacompanhados de prazos a serem respeitados, metas a serem perseguidas e verbas públicas para o alcance dos objetivos, pois – sem orçamento – as políticas públicas são meros instrumentos legislativos ineficazes.

Apesar de existir uma Política Nacional – um grande avanço na luta pelos direitos desse público –, deve-se entender que ela sozinha é um instrumento não palpável, sendo um mero corpo de diretrizes e objetivos sem efetividade na prática. É preciso uma cooperação entre todos os membros da federação e da sociedade civil para transformar essa realidade social, que é capaz de vitimizar uma quantidade incomensurável de pessoas, que não dispõem nem mesmo do mínimo para subsistirem.

Feitas estas considerações acerca dos direitos da população em situação de rua, passemos para uma análise do direito à cidade e o espaço que esse grupo ocupa nela.

2. Direito à cidade

O direito à cidade, segundo Harvey (2008, p. 74):

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização.

De acordo com o conceito transcrito, a cidade é criada pelo poder do coletivo que a compõe e é um direito de todos, ou seja, a cidade existe para atender às necessidades dos seus moradores.

Diante do conceito exposto, cabe fazer alguns questionamentos acerca do atual modo do homem de relacionar-se com o espaço: o modelo de urbanização em que vivemos contribui para o bem-estar das pessoas que habitam a cidade? As cidades de hoje cumprem sua função? Quem tem direito à cidade? Qual espaço a população em situação de rua ocupa dentro das relações sociais, ou seja, qual o espaço do grupo na cidade?

Infelizmente, na organização das cidades, como na maior parte – para não dizer na totalidade – das relações humanas do

mundo capitalista, o braço do mercado exerce forte influência, visto que “vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito” (HARVEY, 2008, p. 73).

Conclui-se, então, que é o capital que organiza a cidade, pois a urbanização é pautada na lógica mercantilista, e não no bem-estar dos cidadãos. Assim, infere-se que o lucro está acima do direito à cidadania.

Nesse sentido, importantes as palavras de Bourgois: "O poder é invisível, a gente tem que treinar os olhos para vê-lo. Treinar os olhos também significa nos afastarmos dos próprios preconceitos teóricos e políticos" (2016, p. 354).

O Estado – em nome dos interesses do capital – utiliza o poder de expropriação sob a justificativa de trazer melhoramentos para a cidade (HARVEY, 2008). Sobre o tema, apesar de parecer um fenômeno atual, Engels (1935, *apud* HARVEY, 2008, p. 82) já descrevia tais situações:

Na realidade, a burguesia tem apenas um método para resolver o problema habitacional à sua maneira – isto é, resolve de tal modo que a solução reproduz continuamente a questão. Este é o denominado método “Haussmann” [...]. Não importa o quão diferentes sejam as razões, o resultado é sempre o mesmo: escandalosas alamedas e ruelas desaparecem para exaltação e desperdício da burguesia por causa de seu extraordinário sucesso, mas elas reaparecem imediatamente em outro lugar... A mesma necessidade econômica que as produz num primeiro lugar, as reproduz em outro lugar.

A questão triste é que o descrito por Engels se repete por toda a história. O maior atestado disso são os assentamentos precários.

No mesmo sentido, Aiexe fala sobre as violações de populações marginalizadas por meio de intervenções no espaço urbano:

Em geral, sua presença é tolerada por décadas até que a área se torne valorizada e passe a atrair interesses de setores econômicos ligados à especulação imobiliária ou quando se elege a área como de interesse para uma intervenção urbana: um viaduto, uma praça, um alargamento de via etc. é quando surgem as pressões para que sejam retiradas dali, para darem espaço ao "desenvolvimento", eufemismo para designar que sejam mais uma vez transformadas em "vítimas do bem comum". "Bem comum" que deve ser entendido como bem dos que podem desfrutá-lo, o que poucos ou nada se aplica a elas. Em rigor, quando se trata de intervenções que são destinadas a promover bem-estar aos habitantes de uma cidade, não se tem em vista as pessoas das classes marginalizadas, ou "subalternas", que pouco desfrutam e raramente desfrutarão do conforto e do bem-estar construído para a coletividade (2016, p. 181).

Sobre essas intervenções no espaço, o Estado, em nome da "lei" (leia-se lei do mercado), toma uma providência.

Nesse sentido, Maricato (2003, p. 159) afirma que "muitos são os fatores que determinam quando a lei é aplicada ou não. Um nos parece principal: quando a localização de uma terra ocupada por favelas é valorizada pelo mercado imobiliário, a lei se impõe". Dessa passagem, conclui-se que é a lei de mercado, e não a norma jurídica, que determina o cumprimento da lei.

Em síntese, a ocupação ilegal como os assentamentos precários são largamente toleradas quando não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado. Sobre os assentamentos precários, Maricato (2003, p. 153) narra que:

Trabalhadores do setor secundário e até mesmo da indústria fordista brasileira foram excluídos do mercado imobiliário privado e, frequentemente, buscaram a favela como forma de moradia. Trata-se do "produtivo excluído", resultado da industrialização com baixos salários.

Sobre a passagem em debate, questiona-se que se até o "produtivo" é excluído, pode-se presumir que para o "improdutivo" não resta nada. Se o capital oferece apenas

marginalidade à sua força de produção, para quem nada produz não resta nada. Essa é a realidade da população de rua, a qual, muitas vezes, tem tolhido – pelo próprio poder Público – o direito de estar nas cidades. Isso parece ocorrer, por exemplo, quando se coloca grades em entradas de prédios para afastá-los.

Um exemplo claro sobre o como a lei e os atos políticos são usados sempre em benefício do capital e em detrimento da população hipossuficiente economicamente é que, em contraste com as desocupações que são realizadas como o acima explicado, de outro lado, existe o caso de implementação de uma política pública em um bairro nobre. No último caso, a vizinhança mais abastada sempre tem a resposta de "no meu quintal não" e se utiliza de artifícios como abaixo-assinados, protestos e pressões para inviabilizar a instalação em "seu" bairro. Um exemplo real é narrado por Aiexe (2016, p. 185-186):

Em Belo Horizonte, desde 2007 o Movimento Nacional de População de Rua, o Fórum da População de Rua e entidades parceiras aguardam a implantação de duas repúblicas que foram votadas e aprovadas no processo denominado Orçamento Participativo. Para isso, seus integrantes se organizaram, se mobilizaram e contribuíram para que a demanda fosse aprovada. As repúblicas, diferentes dos albergues, significam uma porta de saída das ruas. Elas possibilitam que o indivíduo ali permaneça por um período de tempo razoável enquanto se prepara para ingressar em uma atividade produtiva, mediante cursos de profissionalização, tratamento médico ou psiquiátrico e outros encaminhamentos necessários. No entanto, os equipamentos foram barrados por moradores do entorno do bairro onde estava prevista sua instalação.

O resultado dessa resistência produz duplo efeito sobre esses sujeitos: de um lado, a privação de um direito substantivo, de natureza social; e, de outro, a negação de um direito subjetivo, de natureza imaterial: o direito ao reconhecimento social àquelas pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. [...] O diferencial na postura do poder público é indicativo de um tratamento diferenciado, e, portanto, desigual, conforme os postulantes ou interessados pertençam a uma classe social

privilegiada ou subalterna. A desigualdade, pois, encontra-se não apenas na distribuição de renda e de riquezas, mas também nos próprios direitos.

A democratização da cidade não é só a moradia, ela perpassa por questões como transporte, mobilidade, saneamento, segurança, educação, saúde, entre outras – a lista é interminável. Além disso, diz respeito também ao direito de ir e vir e – principalmente – ao direito de estar.

Ocorre que, pelo exposto, verifica-se que a cidade é marcada por contradições que lhe são próprias. De um lado, o direito à cidade diz que esta é construída pelo e para o coletivo, porém, de outro lado, vê-se profundas desigualdades que explodem cotidianamente: engarrafamento, transporte público precário, moradias irregulares que apresentam perigo à vida, descarte irregular de lixo etc. Ou seja, pessoas transformadas em coisas e coisas comandando as vidas das pessoas. Assim, as cidades seguem com as pessoas vivendo em seus casulos de forma individual e não formando um grupo: prevalece a indiferença mútua.

A divisão e a organização do espaço não são feitas para benefício de todos, ela somente beneficia a uns poucos, em detrimento do maior número. Estradas, ruas e praças são construídas, mas nelas transitam apenas alguns, enquanto muitos outros sofrem com os efeitos delas. Trata-se, portanto, do que Santos (1990) chama de universalização perversa, porque, sob o seu rótulo de generalização, o que ela faz, sobretudo, é discriminar e aumentar, de um lado, a riqueza e poder de alguns; e, de outro, a pobreza e a fragilidade da maioria.

A sociedade transforma o espaço segundo a lógica de um espaço-mercadoria, na qual o "espaço" chega aos consumidores com um valor de compra.

Dessa forma, observa-se que sobre a forma como o direito à cidade está constituído agora, Harvey (2008) afirma que ele está restrito, na maioria dos casos, à pequena elite política e econômica,

a qual está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto.

Face ao exposto, conclui-se que, infelizmente, vive-se “um modelo de desenvolvimento urbano excludente e predatório, o qual continua presente em várias dimensões do processo de urbanização no Brasil” (ROLNIK, 2011).

Observa-se, assim, que a cidade exclui grande parcela da população. Em relação à população em situação de rua, muitas vezes, as cidades adotam práticas higienistas de intervenção no espaço.

Nesse contexto:

A cidade-mercadoria se vende como o espaço da beleza, da higiene, da exclusividade. Para isso, os párias devem ser afastados. Nega-se aos miseráveis o último reduto de esperança de realização da vida: a própria rua. Assim, o higienismo torna-se imperativo.

Das medidas sutis, como os bancos de praça com divisões, evitando que as pessoas possam deitar, ou mesmo a ausência de bancos nos pontos de ônibus, passando por ideias mais "criativas", como o gotejamento constante nas marquises, afastando quem pretenda se instalar debaixo delas, até agressões mais violentas, tanto em nível estético quanto social, a marca da higienização urbana está presente (MELO, 2016, p. 58).

Sobre o que a cidade oferece à população em situação de rua:

Operações de caráter higienista, preconceito, violência física e psicológica, assassinatos, chacinas e tantas outras violações de direito permanecem como uma realidade à qual a população de rua encontra-se constantemente exposta. Essa situação se agrava, principalmente, por dois motivos: a) o Estado é um dos maiores violadores, se não por ação, por falta dela; b) há uma cultura de violência e de preconceito que dificulta, quando não inviabiliza, o convívio com o diferente (BOVE; FIQUEIREDO, 2016, p. 435).

Como resposta, Santos (1990) indica o uso consciente do espaço como veículo para a restauração do homem em sua dignidade.

Por fim, pode-se citar a letra da composição do Paralamas do Sucesso, que diz "E a cidade que tem braços abertos num cartão postal, com os punhos fechados na vida real. Lhe nega oportunidades. Mostra a face dura do mal".

Essa passagem indica que o lado belo da cidade é negado para os que não têm poder aquisitivo para comprá-la. Ou seja, a exclusão social aqui explicada traz indícios de que a população em situação de rua não tem reconhecido seu direito à cidade tanto pelo Estado quanto pela sociedade.

3. Considerações finais

Considerando que a realidade social encontra-se em constante movimento, este estudo traz a intenção de despertar novas reflexões, e suas últimas linhas pretendem fazer apenas algumas reflexões a respeito do tema eleito.

O presente artigo objetiva contribuir com o conhecimento sobre a pessoa em situação de rua e, abordar, questões relacionadas ao direito à cidade e ao espaço que este ocupa nela.

A população em situação de rua tem origem nas sociedades pré-industriais e sua questão é agravada por características da atualidade, como transformações políticas, globalização, desemprego, individualismo etc. É consequência da nossa estrutura civilizatória, na qual há exploração de classe e concentração injusta de recursos econômicos.

O conceito aqui eleito para identificar a população em situação de rua deriva desse cenário e vem descrito na Política Nacional para População em Situação de Rua, descrevendo-se como grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de extrema pobreza, pela interrupção ou fragilidade nos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular.

Essas pessoas não têm outra alternativa, senão habitar lugares públicos como ruas e praças. O trágico cenário aqui descrito é, muitas vezes, agravado pela forma como se estabelecem as relações sociais deste grupo com o restante da cidade.

Sob a forma como a sociedade vê a população em situação de rua, existe um senso comum que a sociedade criou. Existe um senso comum de que quem está na rua escolheu aquela vida e de que não há outra opção. Essa ideia é aceita tanto pela sociedade como pela pessoa em situação de rua.

Tem-se uma bela legislação garantidora dos direitos humanos, mas, na prática, muitas pessoas não têm acesso aos direitos mais básicos como dignidade e igualdade.

A grande massa dessas pessoas abandonadas ultrapassou os limites da miserabilidade, elas simplesmente desistiram de viver e andam por aí, arrastando suas vidas. Alguns se perderam em algum vício, todos sentenciados em um processo sem defesa.

É comum culpar o Estado pelos problemas sociais do povo, eximindo a sociedade civil e o mercado desse fardo. Ocorre que não se deve esquecer que o Estado é formado pela sociedade civil, que não pode se eximir da responsabilidade por seus atos, sejam eles excludentes por preconceito, ou em razão das regras do mercado capitalista, que não oferece oportunidades a todos.

De qualquer forma, o intuito não era, aqui, neste momento, indicar ou apontar soluções. No máximo, levantar discussões e reflexões; abrir os olhos para esse fato que insiste em saltar aos olhos e chocar no dia a dia. O problema existe, mas parece não tocar; preocupa, mas parece não fomentar a busca por soluções efetivas. De qualquer forma, não se pode deixar cair no esquecimento esses que estão esquecidos.

Referências

AIEXE, Egídia Maria de Almeida. Discriminação social das pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica: o que pode o direito frente

ao invisível? In: GRINOVER, Ada Pellegrini; ALMEIDA, Gregório Assadra de; GUSTIN, Miracy; LIMA, Paulo César Vicente de; LENNACO, Rodrigo (Orgs.). **Direitos Fundamentais das pessoas em situação de rua**. Belo Horizonte: D' Plácido, 2016.

BOURGOIS, Philippe. O poder é invisível, a gente tem que treinar os olhos para vê-lo: entrevista com Philippe Bourgois. In: RUI, Taniele; MARTINRZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (Orgs.). **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: Edufscar, 2016.

BOVE, Cristina; FIGUEIREDO, Gladston. A política nacional para a população em situação de rua: processo e participação. In GRINOVER, Ada Pellegrini; ALMEIDA, Gregório Assadra de; GUSTIN, Miracy; LIMA, Paulo César Vicente de; LENNACO, Rodrigo (Orgs.). **Direitos Fundamentais das pessoas em situação de rua**. Belo Horizonte: D' Plácido, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/At02007-2010/2009/Decreto/D7053.htm> Acesso em: 10 abr. 2016.

HARVEY, David. **O Direito à Cidade**. Tradução de Jair Pinheiro, Marília/PR, 2008. Esta versão foi cotejada com a publicada na New LeftReview, n. 53, 2008. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils- revista-29-port/david-harvey.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

KLEIN, Angélica Denise; BOCK, Juliana de Sousa. Da efetividade das políticas públicas voltadas à população em situação de rua: uma análise crítica em atenção à dignidade da pessoa humana. In: **XI Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14267/2711>>. Acesso: 17 ago. 2016.

MARICATO, Erminia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-167. abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

- MELO, Tomas. Da rua para rua: novas configurações políticas a partir do movimento nacional da população de rua. In RUI, Taniele; MARTINRZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (org.). **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: Edufscar, 2016.
- RODRIGUES, Igor. **A construção social do morador de rua: o controle simbólico da identidade**. 2015. 200f. Tese (Mestrado) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.
- ROLNIK, Raquel. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estud.** - **CEBRAP**, São Paulo/SP, n. 89, mar. 2011. Disponível em: <p://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>. Acesso em: 5 jun. 2016.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

Esse corpo que habito não é meu?

Camila de Freitas Moraes

E que finalmente o que preside a todos esses mecanismos não é o funcionamento unitário de um aparelho ou de uma instituição, mas a necessidade de um combate e as regras de uma estratégia. [...] Nessa humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de “encarceramento”, objetos para discursos que são eles mesmos elementos dessa estratégia, temos que ouvir o ronco surdo da batalha (FOUCAULT, 2009, p. 291).

1. Introdução

Aqui, buscar-se-á discutir as questões concernentes à sexualidade e em especial, sobre a diversidade sexual. Porém, sem a pretensão de esgotá-las, mas, ressaltando suas possibilidades e os desafios que dela decorrem. Sobretudo, provocar desconfortos e pensá-las a partir da população Lgbt enquanto movimento social, mas excepcionalmente, destes enquanto sujeitos e ainda nessa ótica, analisar a partir da noção foucaultiana sobre as relações de poderes que o atravessam. Sendo assim, é preciso se estar ciente, que apesar dos avanços no contexto social esta é uma temática que não se esgota e que por assim ser, precisa estar em constante debate.

E isso, nos exige compreender primeiramente, o conceito de movimento social, que segundo Gohn (1995), se dá pela via da organização coletiva e cuja a intenção é de protestar, resistir, lutar e/ou reivindicar, por algum direito, com o intuito de promover

mudanças favoráveis para a comunidade. Logo, compreende-se que os movimentos sociais possuem um caráter que transcende o social, por ser também, de cunho político. Para a autora, os movimentos sociais são compreendidos por:

[...] ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1995, p. 44).

Nota-se então, que os movimentos sociais se constituem enquanto tais, a partir de ações coletivas e indelitárias em prol de mudanças no campo social. A seguir, as discussões que aqui serão apresentadas, privilegiarão o Movimento Social Lgbt ocorrido no Brasil, que conforme Soares (2018), seu deu em meio a ditadura civil militar, na década de setenta e sob a ótica da repressão política.

Analisa-se também, que no transcorrer da história humana, a sexualidade e a diversidade sexual sempre estiveram em contínua transformação. E que embora tenham ocorrido mudanças no cenário social, jurídico e político frente a essas nuances, ainda assim, se faz presente em nossa contemporaneidade, discursos condenatórios, que buscam privar a população Lgbt da estrutura social. Sendo estes, ainda associados aos conceitos de imoralidade, degeneração e patologia. Observa-se então, que a sexualidade humana ainda é vista como uma forma de controle social e que tem como fim maior, a regulação dos corpos que os coloca num viés dicotômico: normalidade versus anormalidade, e nesse último, sendo o lugar posto, à população LGBT.

Sendo assim, estar na contramão da universalidade sexual é estar à mercê de privações, castigos e disciplinarizações em todo o campo tocado pelo social. Sobre esses por exemplo, cita-se: a família, a escola, a política, a religião e os hospitais como campos sociais discursivos que relegam a diversidade sexual. Nesse sentido, ao se pensar a população Lgbt, pode-se supor, que a autonomia de seus corpos se torna algo a ser punível pelos desdobramentos de suas manifestações sexuais, que segundo Foucault (1975]/2004) contrariam as normativas sociais, e por isso, sendo preciso que estes corpos venham a ser disciplinados e curados. O que se pode compreender é que tais pessoas não tem o direito de exercer de maneira livre a autonomia sobre o seu próprio corpo. E sobre os direitos e a autonomia dos corpos, Cornwall & Jolly (2008) expõem:

O direito a controlar o próprio corpo - seja para proteger sua integridade ou para desfrutar seus prazeres - não é algo "supérfluo" [...]. É um dos mais básicos de todos os direitos, pois se não temos a possibilidade de evitar que nossos corpos sejam violados por outras pessoas, se nos negam a oportunidade de nos proteger da gravidez e da doença, como poderemos participar dos outros benefícios do desenvolvimento ou mesmo exigí-los? (Cornwall & Jolly, 2008, p.34)

Posto isso, aqui pode-se compreender que a ordem da moralidade social cria discursos sobre a regulamentação da sexualidade, assim como, dispositivos de controle de sexualidade, sendo estes últimos, qualquer pedagogização, técnicas discursivas e não discursivas, poderes e métodos que visem normatizar, disciplinar, curar e estabelecer verdades a respeito de atitudes, comportamentos e aqui em especial, do corpo e dos prazeres dos sujeitos que fogem à regra normativa da heterossexualidade.

2. Breves notas sobre o movimento social LGBT

O Movimento Social Lgbt, surge em meio a ditadura militar, precisamente nos anos setenta e nesse momento, o dado movimento se origina no âmbito social enquanto força de luta e resistência, especialmente, por busca da legitimidade de seus direitos civis. Já na década que se segue, e com o surgimento epidemiológico do vírus HIV em várias partes do mundo, o Movimento Lgbt passa a ser visto enquanto sinônimo de morte, em decorrência dos óbitos de pessoas com HIV e as quais eram também, pertencentes à população Lgbt.

Surge então, nesse interim, um novo panorama frente ao movimento, uma vez que, este anteriormente tido como força de resistência e de luta por garantias e legitimidades dos direitos civis, passa agora, a ter significativas transformações políticas e sociais no âmbito do próprio movimento. Especialmente, porque o Movimento Lgbt passou a ser demarcado e significado enquanto aqueles que são portadores e transmissores do câncer gay (SOARES, 2018).

Ainda no período dos anos oitenta, o Brasil assim como, o Movimento Social Lgbt, encontravam-se diante do processo de redemocratização. Isto é, pós vinte e um anos de ditadura militar vê-se diante a restauração do sistema democrático e tendo como exemplo dos acontecimentos nesse período, cita-se o fim da censura prévia à publicações e espetáculos; a promulgação da Lei da Anistia e também, a mudança frente ao Conselho Federal de Psicologia ao qual deixa de considerar a homossexualidade como patologia. Embora, só apenas em meados dos anos noventa, precisamente no dia 17 de maio de 1990, o Movimento Lgbt, obtém uma mudança significativa acerca dessa questão. Pois, nessa data a Organização Mundial de Saúde (OMS) também afastava a homossexualidade da lista do Código Internacional de Doenças (CID10), retirando o sufixo “ismo” de maneira a desvincular a orientação sexual da noção de patologia/enfermidade. Cabe dizer

ainda, que a data do dia 17 de maio de 1990 se torna um marco para o movimento LGBT, sendo essa data escolhida para o Dia Internacional de Combate à Homofobia (SOARES, 2018).

Ainda na década de noventa, uma nova resolução do Conselho Federal de Psicologia estabelece novas regras para os psicólogos atuantes no Brasil e com o intuito de evitar ainda mais estigmas para o movimento LGBT. Eis então, que o Conselho Federal de Psicologia passa a não mais considerar como perversões ou distúrbios psíquicos os sujeitos de orientações sexuais contrárias à heteronormatividade. Isto é, a homossexualidade e a diversidade sexual já não são algo a serem curadas e nem pertencentes as desordens do psiquismo, e com isso, o Conselho Federal de Psicologia (1999) procurava impedir a manutenção dos estigmas e da marginalização da população Lgbt, buscando assim, ter um posicionamento ético, digno e não excludente correlação a esses atores sociais (CFP, 1999).

Ao fim, atualmente se deu mais um avanço por parte do movimento social lgbt, acerca da efetiva proteção aos casos de discriminação e preconceito em razão da orientação sexual ou da identidade de gênero. Isto é, aprova-se o Projeto de Lei 672/ 2019 que inclui na **Lei do Racismo** quaisquer práticas discriminatórias a esses atores sociais (SENADO, 2019).

Frente as questões acima supracitadas, observa-se que a sexualidade humana ainda é palco de contínuas discussões e reflexões. E que apesar dos avanços alcançados em relação as lutas de garantias por seus direitos, inclusive, de existir. A população Lgbt no campo coletivo ou melhor, enquanto, movimento social ainda há muito a que se avançar, pois esses atores sociais ainda continuam sendo significados pela via do asco, da vergonha, do pecado e da imoralidade. Tendo seus corpos violados, normatizados e violentados. Sendo assim, aposta-se que a sexualidade e a diversidade sexual são algo a serem inventadas no campo social a partir de uma verdade sobre esses corpos, verdade

essa com fins de disciplinarização ao qual o corpo lgbt está submerso.

3. A noção inventiva da sexualidade

São Tomás de Aquino, compreende a sexualidade com fins de procriação, sendo assim, tudo aquilo que fugisse a finalidade de se procriar, era visto enquanto pecado, como antinatural e imoral (REIS, 2015). Desse modo, a moral da ordem religiosa só pode vir a ser compreendida através da manifestação da sexualidade pela via do casamento. Logo, a recusa a esse lugar da manifestação do sexual no matrimônio, é se vê frente a anormalidade e assim, estar diante da ilegitimidade, da imoralidade e do pecado. Ou seja, a ordem religiosa ao criar um discurso sobre a sexualidade, busca através disso controlar, normatizar e intervir nas ações e comportamentos não só de seus fiéis, mas sobretudo, da sociedade como um todo. Sobre isso, Mafra (2015) ao falar sobre a ordem religiosa e os discursos que dela derivam e fazendo um paralelo com a diversidade sexual expõe:

[...] a Igreja aparece, geralmente por meio de seus discursos, como a instituição que conserva a expressão mais antiga do ódio e perseguição aos homossexuais. Os mais sutis controles da diversidade sexual ainda hoje emanam das mais toscas referências aos sodomitas baseados nos pensamentos da escolástica e da patrística de Tomás de Aquino e Agostinho, ambos apoiados na noção de Ato contra Natureza e traduções da concepção platônica tratada em As Leis. (MAFRA, 2015, p.57)

Mafra (2015) ainda sustenta:

[...] a luta contra o pecado da carne e ascensão espiritual molda a relação heterossexual, ajustando o corpo e o sexo ao princípio monogâmico, como corolário da lei divina intrínseca à sociedade teocrática. A crença da qualidade natural da heterossexualidade

torna-se a base da reprodução humana e povoamento do mundo na tradição judaico-cristã, e é a mesma tradição que desenvolve, de maneira inversa à naturalidade, a percepção de que as relações homossexuais são práticas nocivas aos indivíduos e à sociedade, como uma contraversão à vontade divina (p.53).

Sendo assim, é nesse interim que o modelo de identidade sexual e especificamente, a heterossexual se forma. Sendo necessário, pois, separar e delimitar espaços e lugares ditados de normais e anormais, estando a população Lgbt fora da norma (LOURO, 2000).

Ou seja, num dado momento histórico, surgem discursos e práticas que visam responder às demandas sociais, políticas, religiosas e morais. Sendo tais dispositivos disciplinares os responsáveis a ditarem práticas e comportamentos a serem seguidos, e aos quais, interferem de modo direto nas subjetividades e nas construções psíquicas e sociais dos indivíduos, referentes a sua sexualidade.

E saindo do pressuposto que a sexualidade é uma construção social e cultural, pode-se inferir que está é inventiva. No tocante, é a partir de Freud (1915) que podemos compreender a sexualidade para além dos ditames morais e religiosos presentes em toda e qualquer sociedade dentro da cultural ocidental. Sendo assim, a noção freudiana acerca da sexualidade vem romper com as questões darwinianas de cunho biológico e do próprio cristianismo enquanto ordem dogmática, e assim, Freud (1915) acaba por afastar a sexualidade humana do lugar da procriação e a postula enquanto inerente ao ser humano desde a mais tenra idade. O autor enfatiza que a sexualidade se fragmenta em diversas partes, sendo essas denominadas de zonas erógenas e as quais podem ser as substitutas dos órgãos genitais. No entanto, Freud (1915) expõe que o corpo humano é um todo erogeneizado, sexualizado. Logo, a sexualidade se manifestaria por todo o corpo do sujeito e transcendendo assim, o ato sexual em si (FREUD, 1915).

Bearzoti (1994) também compreende a sexualidade para além da procriação. Por conseguinte, Venette (1778), compreende o homem, a sexualidade e a diversidade sexual a partir da ótica natural. Desse modo, a sexualidade em especial, torna-se antagonista à visão religiosa, e sendo algo que é inerente e comum a vida do ser humano e cuja satisfação tende a ser independentemente da reprodução ou da procriação.

Trazendo contribuições importantes, Lauretis (1994), por sua vez, entende a sexualidade a partir da relação com o campo social. Para a autora, a sexualidade se manifesta e se produz pela via das interações entre os homens e suas relações com e/ no social.

Já Foucault (1999) também realiza uma discussão sobre este poder controlador e disciplinador da sexualidade e o qual acaba por deixar à margem aqueles que transcendem as regras normativas, e para além disso, esse controle acaba por gerar violência, perseguição e morte. Pois, aquilo que entendemos como lgbtphobia por exemplo, são frutos dos discursos que permeiam numa sociedade que tende a afirmar que a homossexualidade ou a transexualidade à exemplo, são oriundas de processos patológicos e que por isso, necessitem de ajustes, controle e cura (FOUCAULT, [1975-1976]/1999).

Destarte Foucault (1996) afirma:

Através deste termo [dispositivo] tento demarcar [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes termos (FOUCAULT, 1996, p. 244).

Sendo assim, Foucault (1996) faz-nos compreender que os aparelhos disciplinares acabam por categorizar os sujeitos em

desejados e indesejados. Isto é, ao se pensar a noção do corpo lgbt nessa perspectiva, observa-se que esses, são corpos a serem moldados por uma função disciplinar. Para isso, reitera Foucault (2003):

[...] pelo jogo dessa quantificação, dessa circulação dos adiantamentos e das dívidas, graças ao cálculo permanente das notas a mais ou a menos, os aparelhos disciplinares hierarquizam, numa relação mútua, os “bons” e os “maus” indivíduos [...] (p.51).

Ainda sobre o assunto tratado, Rios (2011) expõe:

O preconceito, a discriminação e a violência [...] atingem gays, lésbicas e bissexuais e lhes restringem direitos básicos de cidadania que se agravam em relação a travestis e transexuais. Essas pessoas, ao construírem seus corpos, suas maneiras de ser, expressar-se e agir, não podem passar incógnitas. Por isso, não raro, ficam sujeitas às piores formas de desprezo, abuso e violência [...] (p. 33).

Em consonância com Rios (2011) e fazendo um adendo ao pensamento de Foucault (1996) pode-se entender que o poder é uma questão de exercício, não de posse, mas que também, se expressa de modo a discriminar e a violentar corpos. E seguindo a mesma lógica, Borrilo (2001) ao pensar à problemática do corpo lgbt e a lgbtfobia enquanto manifestação de violência e intolerância, o autor afirma que essa última, se apresenta pela via do controle de gênero onde a heteronormatividade atuaria como um dispositivo da ordem social e/ou adequação social (BORRILLO, 2011).

Mas, se a sexualidade é uma invenção social com fins de disciplinarização para se controlar corpos e se adequar os indesejáveis. Esse corpo lgbt habitado pela diversidade sexual pertence a quem?

4. O corpo para além do biológico

O corpo aqui entendido, transpõem o corpo alcançado pela medicina enquanto ciência. Pois o corpo que aqui se trata, está além daquele munido de ossos, órgãos e tecidos, por justamente se tratar de um corpo psíquico, mas, sobretudo social. Que se regula a partir das relações interpessoais, do contexto político, da ordem religiosa e ao qual se apresenta de modo diferente em cada momento histórico. Sobre tal questão, Reis (2015) informa que os filósofos gregos da antiguidade, especificamente, Platão e Aristóteles, supunham que os atos sexuais adivinham de fontes de paixões inesgotáveis e assim, considerados inferiores por transporem a própria racionalidade humana. Assim sendo, Reis ratifica:

[...] uma fonte de paixões incontroláveis que deveriam estar subordinadas ao domínio racional. A satisfação sexual explícita era repudiada pela alma filosófica, e para poder conhecer a beleza era necessário deixar de lado o prazer da carne (REIS, 2015, p.37).

Com isso, Reis (2015) nos faz pensar a partir desse recorte histórico, que o ser humano, assim como, os seus corpos são ajuizados a partir dessa lógica enquanto pensantes e passíveis de obterem todos os conhecimentos humanos devido a sua capacidade de exercer a sua própria razão, desde que, não fosse subversivo ao que concerne aos prazeres sexuais.

Pois nessa época, havia a separação daquilo que se apresentava enquanto corpo e daquilo que advinha da alma, onde a última prevalecia sobre o corpo em quaisquer situações. Sendo o bem advindo da alma e estando acima dos prazeres carnis, o que por sua vez, inibia quaisquer manifestações contrárias e conseqüentemente, as manifestações de cunho sexuais homossexuais por exemplo, eram vistas numa posição aviltada.

Por conseguinte, Santo Agostinho se assemelha aos ideais platônicos e aristotélicos sobre a versão do corpo, indo mais além,

e relacionando-o com a noção de pecado. Aqui não é a razão o cerne da discussão, mas a religião. A qual tem como fim salvaguardar os corpos dos fieis do pecado da carne, dos desvios morais e estando nesse interim, todas e quaisquer manifestações da diversidade sexual. Haja vista que, cultivar o corpo sem fins de procriação era considerado pecado e era isso o que importava naquele tempo: não fazê-lo.

Por conseguinte, a sexualidade e suas manifestações ora vistas enquanto insubordinadas, pecaminosas e irracionais, se constroem e dão início a partir da tradição histórica numa operação binária dos corpos, entendidos pela via do feminino e do masculino ou do heterossexual e homossexual. Nesse momento, as sociedades ocidentais, vão se reformulando a cada novo contexto histórico, delineando assim, novas formas de se analisar e demarcar os corpos lgbt.

Para tanto, é em Pollak (1986) que se expõe, que a diversidade sexual se efetiva a partir das descobertas no transcorrer da vida de tais pessoas. Tal afirmação parte do princípio de que a homossexualidade, assim como, a heterossexualidade por exemplo, são de certas formas aprendidas no âmbito social. Nesse sentido, Pollak (1986) em consonância com o pensamento de Foucault (1975/1999), ensina-nos que as regras morais socialmente impostas e reguladas de maneira conflituosa ou não, é que determinarão a sexualidade ou a diversidade sexual de outrem. Ao contribuir com esta discussão, compreende assim, que: “não se nasce homossexual”, mas que se aprende a sê-lo em decorrência das descobertas efetivadas no decorrer da vida” (POLLAK, 1986, p. 58).

Ou seja, para o autor, a cultura, a escola e os mais variados contextos históricos, religiosos, assim como, marcadores sociais como a família, a situação econômica, amizades e estilos populares, são exemplos de construções, de aprendizagens e descobertas frente a diversidade sexual.

Já Merleau-Ponty (1999) compreende o corpo num duplo aspecto da existência corporal, ou seja, o corpo se dá para além da materialidade, daquilo que se pode tocar. Mas principalmente enquanto um fenômeno existencial e ao qual se apresenta através da comunicação, linguagem, da expressividade e da fala. O corpo para o autor só se torna enquanto tal, a partir da percepção de si e das coisas ao seu redor, sendo desse modo, um corpo que fala. O autor sintetiza os ditos acima, da seguinte forma:

O corpo dirige-se intencionalmente ao mundo e é parte fundamental para a “aparição” do mundo. A experiência da corporeidade é ação no mundo, ou seja, o corpo é um campo perceptivo-prático que dota a existência de um sentido de possibilidade, um eu engajado que se estende para o mundo. “Ser corpo é estar atado a um certo mundo, e nosso corpo não está primeiramente no espaço: ele é no espaço” (MERLEAU-PONTY, 1994, p.205).

Portanto, pode-se inferir a partir dessa noção de corpo, que o corpo lgbt só se constrói enquanto que na medida de suas experiências de mundo ou percepções no transcórrer de sua vida, sendo também, na medida em que fala de tais percepções. Sendo assim, é preciso que tal corpo venha a significar a sua sexualidade por exemplo, sem isso, não há como se pensar o corpo e a diversidade sexual.

Por sua vez, a compreensão freudiana e laciana do corpo e de sexualidade, são pensadas pela via de um corpo psíquico e compreendido pela via da linguagem. Estes, acreditam que o corpo humano ao ser todo passível de obtenção de prazer, e assim, um corpo todo erogeneizado. Desse modo, tal corpo passa a ser entendido enquanto munido de sexualidade, desde a sua gênese. Em virtude disso, esse corpo que os autores retratam, trata-se de um corpo psíquico ao qual se constrói no campo da linguagem e do cultural, ou seja, na medida que os sujeitos falam e se relacionam

consigo e com o outro, é que esse corpo passa a ser delineado e assim, desenvolvem-se juntos desde a sua gênese (PISETTA, 2016).

Ainda sobre a noção de corpo o filósofo Giorgio Agamben (2013) entende-o pela via do Estado de exceção, sendo este um estado ao qual se utiliza de uma gestão popular voltada para o Necropoder (da morte para a vida), sendo este um estilo de governo que regulamenta a população através da aplicação e impacto do poder político sobre todos os aspectos da vida humana para obter a subjugação dos corpos e o controle populacional, sendo assim, o corpo lgbt nessa concepção, um corpo passível de ser matável e não apenas mutável (AGAMBEN, 2004).

Gramsci (2000) seguindo a mesma lógica, relaciona a prática do poder sobre o corpo como um impedimento dos direitos fundamentais do indivíduo. Já para Arendt (1985) ao transpor a ideia de corpo e poder, os relaciona pela via da liberdade ou do uso livre do espaço público. Logo, o poder pertence a um grupo que se conserva unido. Assim sendo, o poder não advém da normatização jurídica, porém que a violência sobre os corpos no espaço público, tem de ser refreada por leis e instituições, no caso, pelo Direito enquanto norma. Nesse sentido, Arendt (2006) afirma:

(...) o poder é da essência de todos os governos, mas a violência não. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, sempre necessita de orientação e justificação pelos fins que persegue. E o que necessita ser justificado por alguma outra coisa não pode ser a essência de coisa alguma. (...). (ARENDR, 2006, p. 128).

Acredita-se que aqui, Arendt (1985; 2006) compreende o poder tanto em sua manifestação e sustentação através de grupos e pelo consenso entre estes. Sendo assim, o poder viria a ser constituído pela ação humana e pelo espaço público. Já ao que condiz a violência, a autora entende que esta em si não basta se não for justificada, como por exemplo, em nossa contemporaneidade, quando o corpo lgbt é posto pela ordem dogmática religiosa e social,

como um corpo que não tem fins para procriação e assim, um corpo munido de perversidade. Esse discurso dá voz as ações violentas, tal qual as manifestadas pela lgbtfobia que discrimina, violenta e assassina os corpos oposto a heteronormatividade. A partir do pensamento arendtiano pode-se supor que a violência frente a negação do oposto heterossexual passa nessa lógica, a vir a ser justificável no seio social (ARENDDT, 1985).

Butler (2005) faz-nos pensar que há corpos que não importam no campo social, pessoas que são tidas como ilegítimas, de maneira especial, quando se trata dos corpos cuja sexualidade está fora da norma imposta pelos ideais sociais. E, é a partir daí, que a autora compreende a necessidade de se romper com a noção binária, hierárquica e excludente que mortifica tais corpos. Butler embora fale a partir do feminismo, seus conceitos fazem-nos pensar sobre a necessidade de formular uma política representacional dos corpos. Ou seja, que as disparidades preexistentes em todos os seres humanos, sejam estes, heterossexuais, homossexuais, negros, brancos, homens ou mulheres sejam vistas como parte dos sujeitos ao invés de algo que lhes é exterior, ameaçador, oposto ou estranho.

Dito isso, buscar-se-á superar a noção dicotômica e sobretudo, o pavor dos corpos socialmente estigmatizadas a fim de que se possam incorporá-los, mas sem colocar em pauta as disparidades preexistentes. Sendo assim, é preciso repensar as formas hegemônicas dos corpos e assim, (des) construir as intimidações e relações de poderes que ameaçam a existência dos corpos lgbts.

Considerações finais

Portanto, conclui-se no presente escopo que ao se analisar os Movimentos Sociais, especialmente, o Lgbt, estes são de suma importância devido as ações coletivas de caráter reivindicatório, pois buscam promover mudanças e reivindicar direitos na ânsia de conscientizar a sociedade a ser um lugar que atenda a todos, e sem discriminações de sexualidade, classe, cor, raça ou etnia.

Porém, ainda estamos caminhando a curtos passos, uma vez que, o seio social codifica o corpo, e daquilo que se extrai do corpo acaba por também, codificar a sociedade. Especialmente, ao que se refere a noção do corpo lgbt, sendo este um sustentáculo dos ideais societários que incidem através da violência e de discursos excludentes.

Tendo em vista que há instituições e discursos normalizadores que participam dessa lógica que busca uniformizar e disciplinar comportamentos e condutas. E são sobre esses lugares disciplinares presentes em todos os espaços tocados pelo social, que o inverso possa ser feito. É preciso que haja assim, discussões, debates, produções científicas que retirem esses atores sociais desse ‘não lugar’ no campo social.

Desta forma, poder-se-ia pensar em uma sexualidade ou diversidade sexual não institucionalizada e com atividades desempenhadas a fim de dar autonomia e lugar de fala a esses sujeitos, que aqui, ainda tendem a ser compreendidos enquanto corpos dominados por relações de poderes que buscam não tão somente normalizar esses corpos, mas sobretudo, retirá-los de sua verdade, subtraí-los a inumanidade, a uma sexualidade ilegítima e assim, tornando-os vassalos de seus próprios corpos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Col. Pensamentos Políticos. Brasília: Ed. UnB, 1985.p.24

_____. **Crises da República**. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BERGER, Peter. Ludwig. (1986) **Perspectivas sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BEARZOTI, Paulo. **Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano**. Arquivos de Neuro- Psiquiatria, 1994.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Edicions Belaterra.2001.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do sexo**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (1999). **Resolução 01/99 – Psicologia e práticas homossexuais**. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br>>. Acesso em 14 de janeiro de 2018.

CORNWALL, Andrea, JOLLY, Susy. (2008). **Introdução: A Sexualidade é Importante**. Em Andrea Cornwall., & Susie Jolly. (Orgs.), *Questões de Sexualidade: ensaios transculturais* (p. 12-36). Rio de Janeiro: ABIA.

FACCHINI, Regina. 2003. **“Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico”**. In: GREEN, James & MALUF, Sônia. (eds.). *Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas*. Vol. 10, nº 18-19.

FREUD, Sigmund. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, vol. VII, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. (1975). **Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão**. Petrópolis; Editora Vozes, 2004.

_____. **A vida dos homens infames**. In: _____. *Estratégia, poder – saber*. Organização Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e Escritos 4.). p.51.

_____. (1978). **História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva

GRAMSCI. Antonio. (2000). **Cadernos do Cárcere**. Vol 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. (Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1995.

LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero**. In: **HOLLANDA, Heloisa (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Disponível em: <<http://marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>> Acesso em: 24 de maio de 2019.

LOURO, Guacira. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAFRA, Paulo. **O silêncio e o segredo do cabeça de cuia: violência contra gays, homofobia e militância LGBT no Vale do Rio Guaribas**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2015.

MERLEAU-PONTY, MAURICE (1945). **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

PISETTA, Maria Angélica Augusto de Mello (2016). **Discurso e gozo: Psicanálise e sociedade**. *Ágora: Rio de Janeiro*. vol.19 no.1. Disponível em: < <http://www.scielo.br> >. Acessado em 26 de maio de 2019.

POLLAK, Michael. **A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto?** In: ARIÉS, P.; BÉJIN, A. (Org.). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, Toni. **Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

RIOS, Luís Felipe. **A prática psicológica e a sexualidade como categoria de subjetivação**. In: *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Conselho Federal de Psicologia – Brasília: CFP, 2011, p. 25-39.

SENADO. **Criminalização da LGBTfobia avança no Senado**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br>>. Acessado em 26 de maio de 2019.

SOARES, Marcos Antônio. **O MOVIMENTO LGBT**. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br>>. Acessado em 27 de maio de 2019.

VENETTE, Nicolas. **Tableaux de l'amour conjugal**. Amsterdam: Ryckhoff, 1778.

O locus da loucura no percurso histórico

Carim Angela Dummer

Introdução

A loucura sempre ocupou um lugar nas discussões da humanidade, e o comportamento humano que designa a loucura vai sofrendo transformações com o passar dos tempos. Aos homens com sofrimento psíquico, doenças mentais ¹, coube na história a imposição do silêncio pela moral vigente, o afastamento do convívio social, dos leprosários aos manicômios, tirando assim do convívio aqueles que o sistema considerava sobranes. Realidade que ainda se expressa na atual conjuntura, em oposição a proposta da reforma psiquiátrica que traz a política de saúde mental e a nela a proposta de acolher o diferente, para viver a diferença em liberdade nos espaços da cidade ².

Desta forma está escrita são recortes e apanhados de textos históricos feitos a partir de uma pesquisa bibliográfica tecendo análises a partir dos escritos de Michel Foucault, Erasmo de Roterdan, Paulo Amarante entre outros, que analisam o tratamento dado a loucura, as doenças mentais na história.

¹Mas o que é „doença mental“? É o oposto de saúde Mental? É o desequilíbrio mental? Deparamo-nos agora com um outro sentido da expressão saúde mental, ou seja, com a idéia de que saúde mental seja um estado mental sadio, portanto poderíamos concluir normal. Ou, dito de outra forma de um estado de bem estar -mental, ou de sanidade -mental, ou ainda de não existir nenhuma desordem mental (AMARANTE, 2008.p.18).

² O urbanismo como ideologia formula todos os problemas da sociedade em questão de espaço e transpõe para espaços espaciais tudo que provém da história da consciência(LEFEBVRE,2008 p.23)

1. Os significados da loucura no processo histórico

A loucura ocupa significados diferentes, ora para designar os imprestáveis ao sistema vigente, ora para designar os sem razão, os alienados. Faz se necessária uma análise histórica de como a loucura foi produzida e tratada pela humanidade, no sentido de que a condição social é que definia a loucura e que esta tem implicações para designar o lugar do louco nos espaços pensados para ele na “Cidade”:

Quem são esses loucos? As esparsas referências que se pode encontrar demonstram que podem ser encontrados preferentemente entre os miseráveis, os marginais, os pobres e toda sorte de párias. São ainda trabalhadores, camponeses, desempregados, índios, negros, “degenerados”, perigosos em geral para a ordem pública, retirantes que de alguma forma, ou por algum motivo, padecem de algo que se convencionou englobar sobre o título de doença mental. No hospício de Pedro II, inaugurado em 1852 no Rio de Janeiro na Praia Vermelha, os poucos pensionistas particulares têm boas instalações, inclusive um quarto mobiliado com conforto e além de um criado a sua inteira disposição. Mas o quadro social é bem diferente (AMARANTE, 2008, p.74.)

Assim, observa-se que a loucura foi hegemonicamente atribuída aos socialmente considerados incapazes e a sua condição social contribuía para designar o tipo de atendimento que teriam, como observamos até hoje essa relação, na qual o sistema de saúde pública não oferece um atendimento com garantia da integralidade, com equipes multiprofissionais como orienta a política de saúde mental e o mercado privado por sua vez acaba por tornar a saúde um grande e rentável negócio, acessível só aos que por ele podem pagar

O estudo da loucura traçado por Michel Foucault demonstra que o tema “loucura”, não estava isento de “interesses” nesse sentido Foucault analisa o aparecimento da loucura datando-a no

final da Idade Média quando, com o desaparecimento da lepra que, então, ocupava o centro da atenção dando espaço a loucura que passa, então, a ter centralidade.

O desatino da loucura substitui a morte e a seriedade que acompanha esta. “A loucura não está ligada ao mundo e suas formas subterrâneas, mas sim ao homem e suas fraquezas, seus sonhos e ilusões” (FOUCAULT, 2002, p.24). A substituição da loucura, segundo Foucault, não se deu como uma ruptura, mas como “uma virada no interior da mesma inquietude” (2002, p.16). Até a segunda metade do Século XV, o homem tem sua atenção focada no tema morte:

Até a segunda metade do Século XV, ou mesmo um pouco depois, o tema da morte impera sozinho. O fim do homem, o fim dos tempos assume o rosto das pestes e das guerras. O que domina a existência humana é este fim e esta ordem à qual ninguém escapa. A presença que é uma ameaça no interior mesmo do mundo é uma presença descarnada. E eis que nos últimos anos do Século esta grande inquietude gira sobre si mesma: o desatino da loucura substitui a morte e a seriedade que a acompanha. Da descoberta dessa necessidade, que fatalmente reduzia o homem a nada, passou-se à contemplação desdenhosa deste nada que é a própria existência (FOUCAULT, 2002, p.15-6).

O medo diante da morte³ que significava o absoluto, impera e é interiorizado. O medo é desarmado por antecipação, quando lhe é atribuída uma forma cotidiana, e quando é dominado. Ou seja, vence-se o medo da morte tornando-a irrisória pela aniquilação. “Não é mais nada uma vez que já era tudo, dado que a própria vida não passava de simples fatuidade, palavras inúteis (...). A loucura é o já está aí da Morte” (FOUCAULT, 2002, p.16).

O vazio da existência humana continua, mas o vazio já não é considerado como algo que vem de fora, uma ameaça externa. Ele

³Nesse sentido, a experiência da loucura é uma continuação rigorosa da lepra. O ritual de exclusão do leproso mostrava que ele era, vivo, a própria presença da morte (FOUCAULT, 2002, p.16).

passa a ser analisado na sua endogenia presente cotidianamente na vida dos homens. A loucura passa a ser necessária para suportar o vazio da existência humana, e a divisão entre a loucura e o nada é tão sutil no Século XV, que perdura por longos tempos e encontra-se no cerne da experiência clássica da loucura. No período da Renascença, a ascensão da loucura se observa através da “ruína do simbolismo Gótico” (FOUCAULT, 2002, p.18).

Nesse período, as significações espirituais são rechaçadas, ou seja, certos sentidos da existência humana só se podiam apreender pelo caminho da loucura. A loucura passa a ser produzida para que o homem experimente, por exemplo, as redes de significações espirituais. “Como se este mundo, onde a rede de significações espirituais era tão apertada, começasse a se embaralhar, deixando aparecer figuras cujo sentido só se deixa apreender sob as espécies do insano.” (FOUCAULT, 2002, p.18).

O tratamento que é dado à loucura também se expressa através das obras de arte nas formas góticas do Século XVI, segundo Foucault, estilo que ainda se perpetua por algum tempo, mas que aos poucos é chamado a silenciar, a deixar de ensinar. Acontece uma passagem a novas formas de expressão, passando-se, assim, do sentido da imagem que se representava outrora, que se representava através de valores plásticos que tinham a vocação de transmitir algo comum à linguagem, ou seja, às formas que tentam representar a cópia fiel da realidade e que passam, então, a mostrar outros valores, outras formas, observadas na pintura pelo estilo que proporcionava, então, um afastamento da linguagem gótica, pois, mergulha-se em valores plásticos, únicos, subjetivos e próprios, que se afastam da representação fiel da realidade, ou seja:

A imagem começa a gravitar ao redor de sua própria loucura (...). O sentido não é mais lido numa percepção imediata, a figura deixa de falar por si mesma; entre o saber que a anima e a forma para a qual se transpõe, estabelece-se um vazio. Ela está livre para o onirismo (FOUCAULT, 2002, p.18).

A arte que até então se detinha em representar a perfeição da realidade, mostra agora que a realidade não é “tão perfeita”, ou seja, as formas utilizadas pelos artistas retratam também a realidade das formas disformes⁴

Assim no Século XV, no período da Renascença a loucura é o fascínio do homem observado nas imagens. A loucura não representa a verdade do mundo, mas a própria verdade que o homem acredita que pode distinguir. (FOUCAULT, 2002). A loucura assume uma sátira à moral e aparece “como a punição cômica do saber e de sua presunção ignorante” (FOUCAULT, 2002, p.24).

Na era clássica, a experiência que se teve é que há uma relação entre a loucura e a razão, ambas estão intimamente ligadas, uma vez que existe o louco, o sem razão. Existe a razão que assim o define. Portanto, a loucura é definida no campo da razão.

Loucura e razão entram numa relação eternamente reversível que faz com que toda loucura tenha sua razão que a julga e controla, e toda a razão, sua loucura na qual ela encontra sua verdade irrisória. Cada uma é a medida da outra, e nesse movimento de referência recíproca elas se recusam, mas uma fundamenta a outra. (...) A loucura torna-se uma das próprias formas da razão. Aquela integra-se nesta, constituindo seja uma das forças secretas, seja um dos momentos de sua manifestação, seja uma forma paradoxal na qual pode tomar consciência de si mesma. De todos os modos, a loucura só tem sentido e valor no próprio campo da razão (FOUCAULT, 2002, p.30-33).

⁴ Mas só quando o Renascimento toma o lugar da linguagem anterior é que os novos valores vão entrar em conflito com os ideais góticos e o termo actual nasce. Na Itália do século XVI, e sob a fascinação pela glória e pelos cânones da Antiguidade Clássica, o termo *gótico* vai ser referido pela primeira vez por Giorgio Vasari, considerado o fundador da história da arte. Aos olhos deste autor e dos seus contemporâneos, a arte da Idade Média, especialmente no campo da arquitectura, é o oposto da perfeição, é o obscuro e o negativo, relacionando-a neste ponto com os godos, povo que semeou a destruição na Roma Antiga em 410. Vasari cria, assim, o termo *gótico* com fortes conotações pejorativas, designando um estilo somente digno de bárbaros e vândalos, mas que nada tem a ver com os antigos povos germânicos (visigodos e ostrogodos). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/estilo_g%C3%B3tico>. Acessado em 16/01/2010.

Já, no Século XVI a loucura ocupa os lugares da dúvida, nunca existe uma certeza de não estar sonhando, nunca existe uma certeza de não se estar louco (FOUCAULT, 2002).

No início do Século XVII, há uma reorganização geral da internação. Fato que se dá na Inglaterra, onde todos os juízes de paz que não tivessem instalado os meios de prover infraestrutura, capaz de garantir a manutenção das casas de internamento, passavam a ser autuados com multas, ou seja, o enclausuramento passa a ser uma prática exigida e de responsabilidade da sociedade; portanto, está deveria contribuir para a sua eficiência.

Ainda no Século XVII, são criadas muitas casas de internamento. O hospital, que era o espaço da caridade e destinado aos que, de certa forma, precisavam ser isolados, internados em função de sua doença ou de sua condição social, passa a operar numa nova política a partir de 1656, quando é criado o primeiro hospital geral pelo rei da França.

O louco tem um novo lugar, o hospital. Desse modo nasce a medicina moderna e a psiquiatria com a “Grande Internação⁵” assim denominada e estudada por Foucault. Observa-se que todos esses estabelecimentos são criados para alojar os considerados sujeitos, inválidos perante a sociedade dominante da época. É a forma de controle exercida por esta, como analisa Amarante:

No Século XVII, surgiu uma nova modalidade de hospitais, não mais exclusivamente filantrópicos, mas que passaram a cumprir uma função de ordem social e política mais explícita. Estou me referindo ao hospital geral, criado a partir do ano de 1656, pelo rei da França. Para o filósofo Michel Foucault, o advento do hospital geral foi de fundamental importância para a definição de um novo, lugar social para o louco e a loucura na sociedade ocidental (2008, p.23)

⁵ Do livro a história da loucura de Michel Foucault, onde ele analisa a internação e como vem se tratando o caso da loucura historicamente.

Ao hospital geral podem se apresentar os que desejam se internar de forma espontânea, os encaminhados por autoridade judiciária ou autoridade real, cabendo ao diretor geral do hospital o poder total em relação aos internados.

O hospital tem todo o poder, isto é, surge como uma estrutura semi-jurídica que, ao lado dos poderes já existentes, tem o poder de julgar, disciplinar e executar, cabendo aos diretores usarem seus recursos de repressão. “O Hospital é então uma instância da ordem, da ordem monárquica, e burguesa que se organiza na França, nessa época” (FOUCAULT, 2002, p.50). Não é um simples lugar de refúgio, mas um lugar de trabalho forçado é uma instituição moral⁶, incumbida de corrigir, de disciplinar e de separar em espaços que foram pensados para ter se a cidade ideal, aquela em que os espaços são pensados de acordo com os interesses capitalistas sob a égide da moral vigente

É esse modo de percepção que cabe interrogar a fim de saber qual foi a forma de sensibilidade à loucura de uma época que se costuma definir através dos privilégios da razão. O gesto que, ao traçar o espaço de internamento, conferiu-lhe um poder de segregação e atribuiu à loucura uma nova pátria, por mais coerente e ordenado que seja esse gesto, não é simples. Ele organiza uma unidade complexa, uma nova sensibilidade à miséria e aos deveres da assistência, novas formas de reação diante dos problemas econômicos do desemprego e da ociosidade, uma nova ética do trabalho e também o sonho de uma cidade onde a obrigação moral se uniria a lei civil, sob as formas autoritárias da coação (FOUCAULT, 2002, p.56).

⁶ Ora, julgar um homem pelos seus atos é pressupor que a ele seria possível agir de outro modo. Mas, para o forte, não há escolha: ele tem de extravasar a própria força. Não tem sentido dizer que a força produz efeitos ou que se desencadeia a partir de algo que a impulsiona; isso implica apreendê-la como causa ou efeito de algo que não se confunde com ela. A força simplesmente efetiva-se, melhor ainda, é um efetivar-se. Portanto, por definição, ela não pode se exercer. Pensar de outro modo é cometer um equívoco: de ordenar a ave de rapina que se comporte como cordeiro ou intimidar o forte a proceder como fraco (MARTON, 2006, p. 46-47)

Os leprosários transformados em hospitais gerais operam não apenas como simples prisões, mas reproduzem jogos de interesse, há significações políticas em jogo, nascendo daí segundo Foucault, a disciplina.

O classicismo inventou o internamento, um pouco como a Idade Média a segregação dos leprosos; o vazio deixado por estes foi ocupado por novas personagens no mundo europeu: são os “internos”. O leprosário tinha um sentido apenas médico; muitas outras funções representavam seu papel nesse gesto de banimento que abria espaços malditos. O gesto que aprisiona não é mais simples: também ele tem significações políticas, sociais, religiosas, econômicas, morais. E que dizem respeito provavelmente a certas estruturas essenciais do mundo clássico em seu conjunto (FOUCAULT, 2002, p.53).

A internação passa a ser abusiva nessa época, há uma superlotação dessas casas de internamento. Não é uma sensibilidade à dor dos que sofriam, mas uma maneira de aprisioná-los, uma articulação claramente pensada. Não é uma preocupação com o acolhimento ou tratamento, mas um controle da sociedade sobre os que não se enquadram no padrão exigido. A concepção vigente daquela época é de que eles deveriam ser separados, pois representavam a sujeira.

No Século XVII, a ideia abstrata de loucura se contrapõe sua percepção concreta e visível, estando incluídos na desrazão todos aqueles que estivessem fora das regras socioculturais. Os valores críticos e simbólicos já atribuídos a loucura são substituídos por um critério puramente social de exclusão. A desrazão deixa de ser vivida como momento possível da experiência humana, não podendo mais se confrontar diretamente com o resto da comunidade. Por outro lado, no interior dos hospitais gerais criminalidade e loucura passam a conviver lado a lado, entendidas como algo irrecuperável e sem retorno (BARROS, 1994, p.32).

A Igreja não fica alheia a esse processo e passa a operar da mesma forma, apoiando a grande internação. Os miseráveis que outrora significavam os fiéis, os enviados de Deus para que eles pudessem exercer a caridade, passam a ser exemplo de segregação. Aos que representam a segregação, a lógica é a do empilhamento (FOUCAULT, 2002).

Assim, a igreja classifica os internos: de um lado, os da região da pobreza do bem, que são dóceis e submissos; e, do outro lado, a pobreza que não pode ser dominada, a do mal, que não se submete porque é a do demônio. A loucura sofre essa dicotomia obedecendo a critérios da moral que se manifestará pela beneficência ou pela repressão, o louco antes de tudo é tratado como sujeito da moral (FOUCAULT, 2002).

Desse modo, o internamento se espalha por toda a Europa e, frente a essa realidade, houve um movimento de percorrer toda a rede de hospitais, casas e prisões na Inglaterra, Holanda, Alemanha, França, Itália, Espanha, onde a filantropia se declara indignada com a má aglomeração de pessoas, uma vez que, sob os mesmos muros, estão os condenados de direito, jovens, insanos ou os considerados vagabundos.

A lógica da internação opera até o final da era clássica sob dois aspectos: a do benefício e a da punição, ou seja, ela muda o sentido do internamento, conforme a quem se aplica.

O internamento se justifica assim duas vezes, num indissociável equívoco, a título de benefício e a título de punição. É ao mesmo tempo recompensa e castigo, conforme o valor moral daqueles sobre quem é imposto. Até o final da era clássica a prática do internamento será considerada nesse equívoco: ela terá essa estranha convertibilidade que a faz mudar de sentido conforme o mérito daqueles a quem se aplica. Os bons pobres fazem dela um gesto de assistência, e obra de reconforto; os maus – pela única razão de serem maus – transformam-na num empreendimento da repressão. A oposição entre os bons e os maus pobres é essencial à estrutura e à significação do internamento (FOUCAULT, 2002, p. 61).

A internação, quando era arbitrária, tinha um alvo certo e se destinava aos socialmente excluídos, e esse é o papel fundamental das casas de internação: impedir a mendicância e a ociosidade. “Em 1532, o parlamento de Paris decidiu mandar prender os mendigos e obrigá-los a trabalhar nos esgotos da cidade, amarrados, dois a dois, por correntes.” (FOUCAULT, 2002, p.64). Assim a internação e as casas de correções não se destinavam a aqueles que tinham condições econômicas favoráveis ou faziam parte da burguesia, pois um imperativo era o trabalho:

O internamento, esse fato maciço cujos indícios são encontrados em toda a Europa do Século. XVII, é assunto de “polícia”. Polícia no sentido preciso que a era clássica atribui a esse termo, isto é, conjunto das medidas que tornam o trabalho ao mesmo tempo possível e necessário para todos aqueles que não poderiam viver sem ele. (...) Antes de ter o sentido médico que lhe atribuímos, ou que pelo menos gostamos de supor que tem, o internamento foi exigido por razões bem diversas da preocupação com a cura. O que se tornou necessário foi um imperativo de trabalho (FOUCAULT, 2002, p.65).

Dessa maneira, a cada crise econômica as casas de internação acabam superlotando. As medidas de exclusão que outrora se baseavam no banimento e expulsão das cidades, agora, tomam a dimensão da detenção.

A internação servia para dar conta das crises econômicas que se estabeleciam, para tirar das ruas o grande número de desempregados. Quando não havia crise, a lógica já não era a mesma, não se tratava de escorraçar, mas de aceitar a moral do internamento, sob o discurso de que o estado poderia tomar conta deles, fornecendo o abrigo para que não ficassem na rua, o que muda com o processo da industrialização quando a “mão de obra hábil” é útil à produção de riqueza.

O Século XVIII representa um momento crucial na história da loucura no mundo ocidental, um salto de qualidade no processo do conhecimento. As transformações produzidas pelo nascimento do período industrial determinaram uma nova posição da pobreza, na qual a velha distinção entre o pobre hábil, e o pobre doente assumirá uma conotação diversa. O pobre hábil torna-se essencial à riqueza, podendo e devendo ser reintroduzido na comunidade. O pobre doente e, portanto, improdutivo, torna-se elemento negativo por excelência. Neste mecanismo de exclusão/inclusão do mercado de trabalho é que os loucos irão tornar-se mais visíveis, tendo sua inclusão justificada pela própria incapacidade (BARROS, 1994, p.33).

A era clássica usa o internamento como uma alternativa para ocultar o desemprego e como uma maneira de controlar os preços, quando estes se elevavam, o que era um equívoco, pois o aumento do desemprego e o alto custo para manter o internamento geravam despesas que não eram compatíveis com a produção, uma vez que o custo real do internamento era muito maior. Assim, o Século XVII é o Século da grande Internação. Até a Renascença, a loucura era associada de transcendências imaginárias; na era clássica é percebida como uma forma de condenação da ociosidade, ou seja:

O doente mental considerado como homem sem poder social ou econômico, uma presença negativa, “revela-se” como objeto da exclusão, da violência, da agressividade de toda uma sociedade que desejava excluí-lo, mas ao mesmo tempo tornou-se evidente que apenas os „pobres”, os deserdados caíam sob essa violência e essa agressividade (BARROS, 1994, p.54).

Dessa forma, no Século XIX, a criação das casas de internamento já é um fracasso. Observa-se que a lógica da internação não obedece primordialmente ao fator econômico, mas sim à lógica da moral quando o *Bordof Trade* publica que a origem da pobreza não se dá em função da falta de emprego ou de gêneros, mas ela é gerada porque há um esmorecimento da

disciplina e a frouxidão dos bons costumes. Sendo assim, é a moral que define, em suma, a loucura (FOUCAULT, 2002).

No entanto, quando há uma grande transição no modelo hospitalar, há a libertação de muitos internos que lá estavam em função do poder autoritário do regime anterior. A intervenção médica, que antes era eventual, passa a ser cotidiana, transformando o hospital basicamente numa instituição médica, o que leva a analisar a submissão das outras profissões à medicina. Segundo Amarante, o fato de o hospital funcionar basicamente como uma instituição médica produz efeitos e gera duas questões importantes: se torna “a” instituição médica e torna a medicina um saber hospitalar sendo que uma outra medicina⁷ não tinha expressão. Nesse sentido, começam a aparecer as dimensões políticas do internamento, como assinala Amarante:

Em uma palavra, o hospital foi medicalizado; foi transformado „na “instituição médica por excelência. (...), mas esse processo, que denominamos de medicalização do hospital, teve duas faces: o hospital se tornou a principal instituição médica, ou seja, foi apropriado pela medicina, absorvido por sua natureza; em contrapartida, a medicina se tornou um saber e uma prática predominantemente hospitalar. O que isto significa? Que se por um lado o hospital sofria transformações fundamentais com o processo de medicalização; por outro, o modelo científico da medicina sofria transformações que possibilitaram o nascimento da anatomoclínica (2008, p.25)

O modelo hospitalar passa a ser dominante, e o médico é o detentor máximo do poder. Outras medicinas não têm espaço. Impera a medicina voltada para tratar a saúde dos usuários, não como agentes, mas como meros receptores de medicamentos. O interesse não é centrado no usuário, mas na doença, não na sua causa, ou seja,

⁷ O autor Paulo Amarante faz essa análise no livro Saúde Mental e Atenção Psicossocial, ao se referir à medicina hospitalar hegemônica e considera: “este modelo médico (pois é importante lembrar que existem outras medicinas, tais como a homeopatia, a medicina ayurvédica, a medicina teosófica, a acupuntura...” (AMARANTE, 2008, p.27).

constrói-se uma medicina que trata a doença, olha para a doença e não para as pessoas que estão acometidas por “doenças”.

Juntamente com o surgimento do manicômio no judiciário na passagem do Século XIX, aparece a categoria do louco criminoso que sofria repressões ou pela contenção de seus comportamentos, ou pela medicalização do comportamento tido como anormal. Assim, passa a ser o louco objeto de disputa de poder entre juízes e peritos psiquiátricos como analisa Carrara:

A formulação de um internamento médico com prazo mínimo determinado por lei é um ótimo exemplo da complexidade da interpenetração de um modelo de intervenção médica e de um modelo de intervenção jurídica. Tal interpenetração problemática aponta, desde logo, para ambigüidade do estatuto médico legal dos chamados loucos criminosos; habitantes de uma região estranha onde a culpa e inocência parecem se defrontar com igualdade de forças (1998, p.31).

Consequentemente, a loucura medicalizada transforma o louco em “paciente” e, ao colocá-lo nas tramas da lei, ele é visto como “criminoso”. Essa tatuagem impressa nas pessoas que sofrem adoecimento psíquico são historicamente legitimadas e acompanham o homem há séculos. A loucura sempre fez parte do contexto da humanidade, mas ela passa a ser tratada como “doença mental” com Philippe Pinel, um dos fundadores da clínica médica. Deste modo a loucura da qual se ocupavam mais os filósofos, passa ser um campo de intervenção médica. A partir de Pinel, a loucura que já era tratada como uma alienação mental começa a ser definida como doença mental, como uma especialidade da medicina conforme analisa Amarante:

Pinel funda uma tradição - a da clínica - como orientação consciente e sistemática. Os hábitos bizarros, as atitudes estranhas, os gestos e olhares são registrados e comparados com o que está perto, com o que é semelhante ou diferente. Colocando em um lugar da ciência que, acredita-se, não é contaminado pelas influências da cultura, da economia e da sociedade, o alienista,

valendo-se de sua percepção social, determina o que é normal e o que é patológico. Esse é o método de conhecimento, o que opera a passagem da loucura para a alienação mental (2008, p.41).

A figura do alienista se consolida no momento em que a loucura é entendida como alienação mental surgindo, assim, a figura do alienista. Pinel lança a ideia de que à loucura deveria ser aplicado um tratamento moral, uma vez que esta provinha das paixões, de estar fora de si. As causas que produzem essa paixão e esses comportamentos estão no meio em que se vive. Dessa forma, o tratamento adequado é tirar o alienado do meio que o aliena, ou seja, da sociedade e do convívio familiar, isolando – o deste meio social que produz a condição de alienado⁸.

Pinel lançou as bases do que ficou conhecido como síntese alienista. Elaborou uma primeira nosografia, isto é, uma primeira classificação das enfermidades mentais, consolidou o conceito de alienação mental e a profissão do alienista. Com a operação de transformação dos hospitais nos quais atuou, Pinel fundou também os primeiros hospitais psiquiátricos e determinou o princípio do isolamento para os alienados e instaurou o primeiro modelo da terapêutica nessa área, ao introduzir o tratamento moral (AMARANTE, 2005, p.31)

No Brasil, o tratamento da “doença mental”, da loucura também foi fortemente influenciado pelo modelo pineliano. O movimento pela reforma psiquiátrica se dá quando surge a psiquiatria como disciplina específica detentora do conhecimento sobre a saúde mental. Ocorre então, um movimento que se opõe a este modelo disciplinar.

Observamos, hoje, a mesma lógica, pois para os sobrantes que são resultantes do modelo capitalista de exclusão, ou seja: “as sobras do sistema, aqueles que não podendo ser nem matriz de

⁸ A obra “O Alienista” de Machado de Assis faz a análise do processo de psiquiatrização brasileira e de como a loucura é incluída no rol das doenças e condena o louco, “doente mental”, à exclusão da sociedade.

clone, nem consumidor, não chegam, sequer a entrar no circuito e ficam vagando pelo limbo” (ROLNICK, 2003, p.211). Para esses havia locais estabelecidos como, por exemplo, aos “criminosos” coube historicamente o aprisionamento.

Logo existe uma lógica que foi construída e que atravessa o corpo e produz sentido até hoje, como na época em que aos pobres miseráveis que não podiam responder pela provisão dos recursos necessários à sobrevivência, cabia internação. É importante deflagrar e romper com as formas de produção geridas pelo sistema capitalista que, pela relação hostil de exclusão, leva homens e nações inteiras a comprometerem sua saúde. Uma das lutas possíveis de concretizar é que as pessoas com sofrimento Psíquico tenham seus direitos assegurados, possam ocupar os espaços sociais sem sofrerem o estigma de “incapaz”, “perigoso”. Garantir-lhes, saneamento básico, moradia, educação e tratamento adequado de saúde com infraestrutura necessária nos espaços comuns da cidade, como por exemplo no Hospital Geral, sem sofrerem segregações.

Escutar o “louco”, acolher sua linguagem promover o cuidado integral com os usuários em sofrimento psíquico torna se um desafio para os profissionais que, no comprometimento ético político, persistem nesse campo e que apostam no cuidado em saúde mental, construindo coletivamente o cuidado no sentido de:

...contagiar por esses devires loucos, obtendo uma posição privilegiada enquanto gestores dos programas implantados. Combativos e ternos, sustentam os pressupostos de uma verdadeira clínica do social, oferecem seus corpos como passagem primeira às experimentações de libertação dos loucos e de sua inserção no âmbito da cidadania. Auxiliam a diluir as sólidas barreiras entre o passado e o futuro dos loucos. Operam como ancoragem às passagens da loucura para um outro estatuto, eles se revelam artesãos de uma outra existência da loucura. Em seus gestos e sua escuta encontramos algo que nos faz acreditar no mundo, que é, no momento, o que mais nos falta. Imbuídos de paixão, o trabalho deles é impulsionado pelo amor

ao devir e pela vontade de revolução (FONSECA; ENGELMAN; PERRONE, 2009, p.10).

Práticas profissionais que colocam se no movimento da reforma psiquiátrica, através das ações cotidianas, fazendo da sua prática sua teoria e vice-versa! Tendo ciência de que se a forma como eu atuo, demonstra qual é a minha teoria. Se a ação não corresponde à teoria é porque há uma dissociação que leva ao comodismo, uma vez que se pode justificar com a tão conhecida resposta: “uma coisa é teoria, outra é a prática”, postura que não exige um comprometimento ético político⁹. “É por isso que uma teoria não expressará, não traduzirá uma prática; ela é uma prática” (FOUCAULT, 2001, p.71).

É possível afirmar que as profissões, incluindo o Serviço Social, apresentam-se na realidade social, econômica, política e cultural convocadas a analisar a Política da Saúde Mental, uma vez que as pesquisas e as produções teóricas ainda requerem maior consolidação e mostram, particularmente, a tímida atuação da profissão do Serviço Social nesse campo, conforme analisa Bisneto:

A ênfase da pesquisa universitária em serviço social se situa em saúde geral, gênero e família, em criança e adolescente, no debate da própria profissão, em comunidade, de previdência e trabalho. As áreas de Saúde Mental e das teorias da subjetividade permanecem secundárias. (2007, p.47-48)

Ao analisar a história da loucura o autor Michel Foucault mostra em seus escritos que a loucura é uma produção social, ou

⁹ Ao analisar sua postura ético-política como pesquisadora e cartógrafa, RIBEIRO afirma: “Assim, a preocupação com o processo da pesquisa é uma preocupação ético-política, já que não se movimenta com a intenção de considerar as invenções criadas por aqueles que vivem no assentamento de modo ingênuo e idealista, mas, antes, dizer que o desenho deste registro se faz numa cartografia. Ou seja, cartografar é não defender a neutralidade da ciência num discurso distante e disciplinador. É não cair na armadilha de uma defesa quantificável, e isso não quer dizer que as pesquisas que utilizam a proposta quantitativa não sejam importantes, porém a proposta, aqui, é chamar a atenção para as manifestações da vida independentes da sua quantidade, porque a sua existência exige escuta, exige olhar, exige envolvimento, exige problematização. O objeto torna-se existência onde a aprendizagem acontece no corpo dos coletivos” (RIBEIRO, 2007, p.56-57).

seja, ela nos convida a analisar como foram socialmente definidos “os loucos”, qual o discurso que produziu o que é a “loucura”. Segundo o autor, a loucura só existe dentro da razão que a produziu:

(...) loucura e razão entram numa relação eternamente reversível que faz com que toda loucura tenha sua razão que a julga e controla, e toda razão sua loucura na qual ela encontra sua verdade irrisória. Cada uma é a medida da outra, e nesse movimento de referência recíproca elas se recusam, mas uma fundamenta a outra. (...) A loucura não é um poder abafado, que faz explodir o mundo revelando fantásticos prestígios; ela não revela, no crepúsculo dos tempos, as violências da bestialidade, ou a grande luta entre o saber e a proibição. Ela é considerada no ciclo indefinido que a liga a razão; elas se afirmam e se negam uma à outra. A loucura não tem mais existência absoluta na noite do mundo: existem apenas relativamente à razão que as perde uma pela outra enquanto as salvas uma com a outra.

2) A loucura torna-se uma das próprias formas da razão. (...) De todos os modos, a loucura só tem sentido e valor no próprio campo da razão. (FOUCAULT, 2002, pp. 30-33)

Desse modo, entramos num campo de impasse, de definição de quem é “normal”, ou do que é ser normal. Ao fazermos uma definição nesse campo, corremos o risco de impor a nossa razão, que é baseada em preceitos morais sobre agentes socialmente excluídos, o que gera mais exclusão, porque há uma imposição de poder, uma vez que nossa palavra “tem mais valor” à medida que estamos dentro de um padrão socialmente determinado como “normal”¹⁰ e definido pela lógica do poder.

A análise Foucaultiana acerca da categoria *poder* evidencia que é importante saber como ele se exerce e escancarar a

¹⁰ Para certos temas para certas questões, fica bastante mais claro que o modelo científico dualista racionalista (erro vs verdade) não é suficiente para lidarmos efetivamente com determinados problemas. E não só na área da saúde mental ! Estão aí os buracos negros, os enigmas da origem da vida e do universo, dentre tantos outros, que a ciência principalmente sozinha, não pode esclarecer ou compreender (AMARANTE, 2008, p.19).

imposição deste. Análise trazida no livro a história da loucura, no qual ele demonstra que o poder determina e reduz a loucura ao seu silêncio, de modo que uma razão age sobre uma desrazão, a loucura, fundamentada em valores da moral impõe a esta a internação. Assim para entender o poder, deve-se reconhecê-lo como uma rede produtiva, conforme considera Foucault:

Um dos desafios dos intelectuais segundo o autor é de lutar contra todas as formas de imposição de poder “exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do “discurso” (FOUCAULT, 2001, p.71). Foucault ao analisar o termo Verdade ser um problema, pois a verdade está ligada ao poder¹¹ que induz e produz regimes de verdades.

E um dos desafios do intelectual seria o de “saber se é possível constituir uma nova política da verdade” (FOUCAULT, 2001, p.14). FOUCAULT considera a verdade como:

Um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação, e o funcionamento dos enunciados. A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” da verdade. (FOUCAULT, 2001, p.14).

Assim, a própria verdade se torna um erro. “Em suma a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade”. (FOUCAULT, 2001, p.14).

¹¹ Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica do poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora creio ser uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente o mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais em uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2001, p.8).

2. Considerações finais

A doença mental ainda sofre os estigmas históricos. São tímidos os investimentos em Saúde Mental, visto que o cenário das internações psiquiátricas em Hospital Geral ainda não fazem parte do cotidiano hospitalar e nos Centros de Atenção Psico social faltam investimentos de infraestrutura, bem como, em equipes multiprofissionais, o que remete a não garantia de atendimento Integral.

A construção da Reforma Psiquiátrica passa pela desconstrução dos estigmas socialmente produzidos e luta incessante no movimento de Reforma Psiquiátrica, na luta anti manicomial e a defesa intransigente dos Direitos Socialmente conquistados para que possamos viver a diferença em todos espaços cidades.

Referências

- ALARCON, Sergio. Aos homens de boa vontade: estudos sobre a sujeição e singularidade. In: AMARANTE, Paulo et al. **Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 314 pp.
- ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Lidiana. **Pistas do método da cartografia, pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. 207 pp.
- ALVERGA, Alex R.; DIMENSTEIN, Magda. A loucura interrompida nas malhas da subjetividade. In: AMARANTE, Paulo et al. **Archivos de saúde mental e atenção psicossocial 2**. Rio de Janeiro: Nau, 2005. 222 pp.
- ALVES, Rubem. **Educação dos sentidos**. Campinas: Verus, 2005. 126 pp.
- _____. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000. 135 pp.

_____. **Entre a ciência e a sapiência.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 2001. 148 pp.

AMARANTE, Paulo. Asilos, alienados e alienistas. In: AMARANTE, Paulo et al. **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica.** (3.^a ed). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 204 pp

AMARANTE, Paulo. **O homem e a serpente** (3.^a ed). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 141 pp.

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial** (2.^a ed). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 117 pp.

BARROS, Denise Dias. **Jardins de Abel: desconstrução do manicômio de Trieste.** São Paulo: Lemus/Edusp, 1994. 155 pp.

BARROS; Laura P.; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Lidiana. **Pistas do método da cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009. 207pp.

BISNETO, JOSÉ Augusto. **Serviço Social e saúde mental** – uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007. 222 pp.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra.** (8.^a ed). Petrópolis,RJ: Vozes, 2002. 199 pp.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Ministério da Justiça, 1988.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Relatório final da 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental.** Brasília: Ministério da Saúde, 1994. 63 pp. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio_da_2_conferencia_de_saude_mental.pdf> Acesso em: 23 jun. 2009.

_____. **Relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 1986. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf> Brasília: Ministério da Saúde. 124

- CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura**: o aparecimento do manicômio no judiciário na passagem do Século. Rio de Janeiro: UERJ/EDUSP, 1998. 226 pp.
- DESVIAT, Manuel. **A reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. 166 pp.
- DUARTE JR., João Francisco. **O sentido dos sentidos** – a educação do sensível. Curitiba: Criar, 2003. 226 pp.
- ERASMO DE ROTTERDAM. **Elogio à loucura**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 239 pp.
- _____. **Historia da loucura**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2002. 551 pp.
- _____. **Microfísica do poder** (16.^a ed.) Rio de Janeiro: Graal, 2001. 295 pp. 126
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINAN, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além de estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 249 pp.
- _____; MOTTA, Manoel B. (org.). **Ética, sexualidade, política**. (2.^a ed.) Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002. 551 pp.
- _____; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo** (5.^a ed.) Petrópolis: Vozes, 2007. 436 pp.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito a Cidade** SP 2001.(5.^a.ed) São Paulo: Centauro ,2008, 143pp.
- MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 16.^a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- MARTON, Scarlett. **A transvaloração dos valores**. São Paulo: Moderna, 2006. 96 pp.
- MATURANA, Humberto; YÁNEZ, Ximena. **Habitar o humano: em seis ensaios de biologia cultural**. São Paulo: Palas Athena, 2009. 319 pp.

- RIBEIRO, Cristine Jaques. **Cartografias caboclas**. Pelotas: Educat, 2008. 167 pp.
- ROCHA, Eduardo. **Arquiteturas do abandono** (ou uma cartografia nas fronteiras da arquitetura, da filosofia e da arte). Tese de doutorado, PPG em Arquitetura (Propar). Porto Alegre: UFRGS, 2009. 539 pp.
- SILVA, Alexandre Rocha da; MARROCO, Beatriz. Murmúrios de Aion – tempo e jornalismo. In: **Revista Verso & Reverso**. Disponível em: <http://www.versoereverso.uniosinos.br/_include/imprimir_artigo.inc.phd?e=13&a=113>. Acesso em: 24/06/2009
- SILVA, Rosane Neves. Inventando uma outra psicologia social. In: FONSECA, Tânia M. G.; KIRTS, Patrícia G. et al. **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 395 pp.
- SZASZ, Thomaz. **Cruel compaixão**. Rio de Janeiro: Papyrus, 1993. 352pp.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão et al. **Saúde mental e serviço social – o desafio da subjetividade e da interdisciplinariedade** (4^o ed.). São Paulo: Cortez, 2008. 328 pp

Expulsões, mulheres migrantes e direito à cidade

*Carla Graziela Rodeguero Barcelos Araújo*¹

Introdução

A vulnerabilidade sofrida pela mulher migrante não se caracteriza por uma expressão social isolada ou mero azar de quem nasce em regiões pouco desenvolvidas ou de conflito, mas parte de um conjunto de fatos e fatores que sistemicamente se articulam em âmbito global, culminando na complexidade vivida por aqueles que sofrem a desvantagem do sistema capitalista.

Saskia Sassen (2016) colabora com a reflexão ao delimitar o termo expulsão como um fenômeno oriundo de uma lógica sistêmica que reflete diretamente na exploração das possibilidades de recursos naturais e humanos, fato que culmina diretamente em processos migratórios ou remoções.

Na dinâmica da mobilidade é comum a presença de mulheres, fato que nos faz questionar os desafios do novo território, ao considerar a múltipla vulnerabilidade da mulher que migra. Neste sentido, quando nos reportamos à realidade brasileira o direito à cidade assume um papel fundamental. Enquanto direito que garante o caráter coletivo da cidade, a lei nº 10.277/2001 é instrumento de reivindicação para que a cidade seja pensada, planejada e discutida para aquelas que chegam com suas características, fragilidades e fortalezas.

¹ Assistente Social pela Universidade Católica de Pelotas, Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas e Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos. grazirba@gmail.com.

1. Expulsões: as engrenagens de um capitalismo globalizado

No sistema capitalista, a desigualdade está para além de uma consequência de má organização e distribuição dos bens materiais produzidos por uma nação. A divisão de classes segrega o nível do acesso aos direitos basilares, imprescindíveis para vida digna e humana. A partir disso, entende-se que a desigualdade se configura como ponto importante para a manutenção das relações capitalistas. Essa disparidade também está presente em nível global, fato que justifica o deslocamento de indivíduos e grupos que visam ultrapassar fronteiras em busca da existência.

A obra de Saskia Sassen, “Expulsões Brutalidade e Complexidade na Economia Global”, “é fundamental para a reflexão dos processos migratórios enquanto um fenômeno global impulsionado pela ordem do capital de massacre às existências. Saskia Sassen, socióloga, professora na Universidade de Colúmbia e membro do comitê sobre Pensamento Global², traz importantes contribuições para a compreensão do caráter expressionista da migração. Sassen (2016) menciona que na década de 1980 o capitalismo experimenta a reinvenção da acumulação primitiva.

Hoje a acumulação primitiva é executada por meio de operações complexas e de muita inovação especializada, que vai desde a logística das terceirizações até os algoritmos das mudanças. Depois de trinta anos desse tipo de desenvolvimento, testemunhamos em boa parte do mundo inteiro o ressurgimento de formas extremas de pobreza e de brutalização onde achávamos que já tinham sido eliminadas ou estavam em vias de desaparecer” (SASSEN, 2016, p.21)

Fatores sociais, políticos, financeiros e ambientais tecem de maneira complexa as relações entre elites capitalistas e territórios com reservatórios em recursos naturais. Saskia Sassen (2016)

²<http://www.saskiasassen.com>

denomina essas relações de *formação predatória*, uma vez que convergem os fatores acima citados a nível global, em direção à superacumulação sobreposta ao direito humano de existir³ e às (im) possibilidades do meio ambiente.

Minha tese é a de que estamos assistindo à constituição não tanto de elites predatórias, mas de “formações” predatórias, uma combinação de elites e de capacidades sistêmicas na qual o mercado financeiro é um facilitador fundamental, que empurra na direção de uma concentração aguda (SASSEN, 2016, p. 22)

A organização sistêmica, que atua em direção ao avanço econômico, a partir da concentração, exige a formação do movimento de diferentes agentes para a sua materialização, considerando que sozinhas as empresas não conseguiriam explorar um território. Elas necessitam estar afinadas com a posição política, social e financeira de cada região, dinâmica que atua de maneira direta sobre o crescimento econômico local e seus efeitos distributivos. Neste sentido, é inegável que há uma ordem global que age em âmbito local. Alguns elementos são importantes para esses diferentes cenários, como o estímulo para o consumo em massa, a privatização e a eliminação de tarifas sobre as importações. (SASSEN, 2016).

A defasagem fiscal, como parte estratégica da lógica sistêmica, culmina em governos mais enfraquecidos incapazes de proteger efetivamente aqueles que sofrem a desigualdade social nessa relação de exploração de pessoas e lugares. Sassen (2016) reflete sobre as condições adversas à prosperidade econômica, ou seja, os problemas ou formas de expulsão gerados pela engrenagem construída pela lógica sistêmica. Algumas dessas condições são o desemprego, em especial entre os jovens, as condições precárias dos vínculos trabalhistas, a emigração, a

³ Compreende-se por existir a possibilidade do indivíduo viver de forma plena, acessando os recursos que fomentem o desenvolvimento bio-psico-social a partir de suas referências e realidade.

insegurança na área da moradia, a pobreza, os deslocamentos em massa e o encarceramento desses expulsos.

Portanto entende-se que o processo migratório não se desenha como mero azar de uma população que nasce e vive em zonas de conflito, empobrecidas ou altamente desiguais, mas sim, como um fenômeno oriundo de uma articulação sistêmica que culmina na produção e reprodução da expulsão de pessoas para fora da engrenagem.

Os processos de expulsão impulsionam os indivíduos a buscarem alternativas para a existência e algumas vezes para a sobrevivência, entre as alternativas encontram-se a emigração e os deslocamentos. Quando não há outra possibilidade para superar a falta de emprego, de moradia, de insegurança habitacional e de alimentação, deixar para trás o território que imprime suas referências, sua cultura, seus costumes, seus laços e até sua nacionalidade, é uma opção.

Dentro desse recorte é imprescindível mencionar o espaço que a mulher ocupa no duplo enfrentamento de ser migrante e ser mulher. A seguir refletiremos sobre as formas de resistências vivenciadas pelas mulheres migrantes.

2. Mulheres migrantes: múltipla vulnerabilidade

Para que seja possível problematizar os desafios da mulher que busca na mobilidade o direito de existir é necessário que a reflexão seja iniciada por uma contextualização dos desafios impostos à mulher, que vive em uma sociedade pautada em relações patriarcais. A desigualdade de gênero é fato inscrito na história e na estrutura da sociedade brasileira, relação que entrega como herança a imposição cultural, moral e políticas de papéis a serem desempenhados ao ser mulher e ao ser homem. Nessa relação, a mulher é naturalmente responsável pelo cuidado da vida desde a concepção, a educação e o adoecimento, ficando submissa ao homem provedor do lar. Nesta perspectiva, sofre a supressão

das dimensões da vida, como no trabalho, ao considerarmos que as mulheres são minoria em cargos de chefia. Também há diferença no acesso à educação, quando existe incipiência de políticas afirmativas ou de permanência na educação, considerando as particularidades que entornam a mulher. E, por fim, a exposição à violência doméstica e urbana, ao ponderar que transitar para a mulher apresenta maior insegurança em relação ao homem.

Existem demarcações que se impõem culturalmente ao papel da mulher que implicam diretamente no movimento feminista, como a relação da mulher com o homem, sua função no casamento, na maternidade e na responsabilidade nata do cuidado, demarcações que apresentam como consequência o acirramento da opressão estrutural contra a mulher (SARTI,2004).

SARTI (2004) colabora ao realizar a reflexão sobre a trajetória do feminismo brasileiro, que teve início em 1970 motivado pela resposta à ditadura militar com embate político, contudo desacomodou o espaço delimitado à mulher naquele momento. O movimento feminista surge como resistência à ditadura militar interclassista, com uma delicada relação com a igreja, tendo em vista que se aproxima das organizações de base (organizações pastorais) para chegar à camada popular.

Vale ressaltar que apesar do cerne da articulação estar na resistência política, o movimento feminista brasileiro realizou enfrentamento ao padrão tradicional ao ocupar mais postos de trabalho e conquistar o direito reprodutivo por meio do acesso ao anticoncepcional. Assim, ao passo que o espaço social da mulher no processo de desnaturalização do ser mulher se amplia, amplia também a consciência da opressão sofrida. Como enfatiza SARTI (2004),

O tempo demonstrou que a ideologia feminista, como proposta de construção de uma nova subjetividade feminina e masculina, defrontava-se com conflitos e tensões nas relações que não se resolviam tão facilmente como se desejava, por incidir sobre questões de ordem inconsciente. Foi-se, com muita resistência,

abrindo o espaço para se trabalhar com o que Pierre Bourdieu denomina “violência simbólica”, ou seja, a internalização (inconsciente) do discurso do dominador pelo dominado, que o faz cúmplice de sua própria dominação (SARTI, 2004, p.43)

Nesta discussão é importante refletir sobre o erro cotidiano de restringir gênero ao sexo feminino ou masculino. Ao polarizarmos o conceito, reafirmamos os padrões naturalizados à identidade socialmente construída, que estabelece em cada figura um papel a ser desempenhado, contudo a questão de identidade e subjetividade está para além de nascer macho ou fêmea. Nessa distinção se estabelecem relações desiguais que ao não questionarmos corre-se o risco de reafirmamos a desigualdade de gênero por meio de práticas institucionalizadas, em especial no âmbito das políticas públicas para migrantes.

É significativa a presença da mulher no processo migratório, na mobilidade pautada na atitude de ir em busca da superação de expressões, como o desemprego, a violência e a pobreza. A mulher também se destaca na luta por melhores condições de acesso a políticas públicas para os familiares e no refúgio de zonas de conflito. Fatos que trazem à tona a necessidade de problematizar as relações políticas que entornam a questão, considerando que se trata de um processo que implica a mulher vivenciar a múltipla vulnerabilidade, a migração e o ser mulher. Conforme afirma MAGLIANO (2017), a construção social das relações de gênero não são imutáveis, variam de acordo com os arranjos sócio históricos, contudo há uma lógica global que submete a mulher a relações de subalternidade.

El género como construcción social que constituyelas expectativas y expresiones de lo masculino y lo femenino de una sociedad influyen en la manera en que se reproduce la subordinación y la desigualdad, afectando especialmente a las mujeres migrantes, por su condición de mujeres y de migrantes, y también por su pertenencia de clase y por su origen étnico. Las relaciones de género, como relaciones desiguales de poder, no

son inmutables en el tiempo y en el espacio, sino que se han ido modificando históricamente, tratándose de un sistema relacional que varía según los contextos históricos ya que, como construcción socio-cultural, se adapta a los cambios en las coordenadas sociales, económicas y culturales de una época determinada. Sin embargo, pese a estas transformaciones, ha persistido en distintos contextos sociales a nivel global una desigualdad en las relaciones y roles de género que ha situado a muchas mujeres en una posición de subordinación y vulnerabilidad en diversas esferas de la sociedad. Los estudios de género han jugado un rol central en la visibilización de estas desigualdades, poniendo en evidencia como la propia “naturaleza” de las diferencias sexuales son dotadas de significado social (MAGLIANO, 2007, p. 4-5).

Nesta perspectiva a mulher torna-se um indivíduo vulnerável com poucas possibilidades de proteção, em especial no processo de deslocamento, sofrendo riscos de estupro, abusos e diferentes tipos de violências e discriminação. Ao chegar ao lugar pretendido, ou aonde foi possível chegar, experimenta a incerteza de ter que lidar com outra nacionalidade, nos seus limites e possibilidades.

Migram as mulheres no mundo contemporâneo: vendidas como escravas ou fugindo de desastres naturais ou de violência; em busca de renda para o sustento de seus familiares ou à procura de maior autonomia. Migram as mulheres em travessias em que os sonhos e os pesadelos se entrelaçam, em que a vontade de sair se coaduna com o desejo do retorno. A migração, assim, se torna, não raramente, uma experiência de fragmentação, onde nem sempre o coração acompanha os caminhos dos pés. (MILESI E MARINUCCI 2016, P. 1)

Com o aumento da monoparentalidade, a mulher passa a ser responsável pela família, ocupando maior espaço no mundo do trabalho e ainda desempenhando papel central no cuidado daqueles que a entornam. Na condição de migrante, após engajar-se formal ou informalmente no mercado de trabalho, nas situações

em que a família fica no território de origem, continuam a cumprir o papel de provedora ao enviar boa parte de sua remuneração para os que ficam. Há também os casos das mulheres que migram junto com a família, tornando-se elo importante no processo de integração ao novo território. Ambas as situações apresentam complexidade e multiplicidade de fatos e fatores incidentes sobre ser mulher migrante, situações que se revelam ainda mais árduas quando consideramos as disparidades de oportunidades dispensadas à mulher e em especial à mulher migrante, que chega a outro território multifacetadamente vulnerável. Vulnerabilidade expressada na negação do acesso aos direitos humanos fundamentais a estas mulheres, fato que é se intensifica à medida que suas particularidades não são ouvidas e que suas possibilidades de acesso se distinguem dos demais.

A burocratização dos processos regulatórios em torno da mobilidade produzem a ilegalidade da situação em que se encontram as mulheres migrantes. Assim, a ilegalidade é produzida pelo Estado ao ser omissivo no atendimento às demandas dessas mulheres que também são emigrantes, ao atravessarem fronteiras em busca de oportunidade de uma vida mais digna. A referida omissão incide diretamente nas relações de trabalho e exploração por parte de um mercado sexualmente segregado, sobretudo na informalidade.

A exploração da mão de obra migrante se dá justamente pela impossibilidade de fazer valer direitos dentro do espaço público, como é o caso da validação de diplomas ou acesso à educação. A mão de obra migrante está no sistema capitalista para ser explorada conforme as demandas do mercado, sempre condicionando esses homens e mulheres àqueles cargos não desejados pelos nacionais; cuja qualificação não é necessária; cujas condições são precárias e em que prevalece a informalidade (BETOLO, 2007, p.319)

Trata-se de uma expressão social gerada pela ilegalidade migratória produzida pelo encolhimento estatal que culmina na

expulsão dessa migrante para condições de extrema vulnerabilidade, sem muitas possibilidades de superação, à medida que não acessa direitos sociais e humanos basilares para a sobrevivência, como educação e assistência social.

O processo migratório é histórico e acompanha a humanidade desde sempre. Contudo, a geopolítica e a internacionalização da economia vem produzindo a migração na perspectiva da expulsão. Neste sentido é relevante problematizar quais as condições apresentadas pela cidade enquanto direito coletivo de assegurar os direitos humanos dessas mulheres.

3. O direito à cidade e a mulher migrante

Na perspectiva de delimitar o tema do acesso à cidade pela mulher migrante, centraremos a discussão na realidade brasileira, portanto pretende-se realizar aqui uma breve contextualização. No que se refere aos fatores que entornam a conquista da lei n 10.257 de 2001, pode-se afirmar que é resultado de um longo processo de mobilização. Fruto da reforma agrária, a função social da propriedade começa a ser questionada em 1963, em um congresso de arquitetos, quando a terra assume a centralidade das discussões sob o prisma de transformação social. Ao discutir a função da terra, elaborava-se uma nova proposta com vistas à criação de um organismo, a nível nacional, que dirigisse a política habitacional. A presente proposta foi construída por coletivos, que tinham por horizonte refletir e debater com a população, contudo o período ditatorial sucumbiu qualquer proposta de reforma. Em meados de 1970, os movimentos sociais davam início a uma nova movimentação colocando em pauta a abertura política e, paralelamente, o redimensionamento das cidades para relações mais democráticas, fato que potencializa a retomada de propostas na perspectiva do urbanismo.

Começa um novo período no qual se colocavam em prática propostas elaboradas nas mobilizações e organizações populares. Arquitetos, Engenheiros, Advogados, Assistentes Sociais e Geógrafos dedicaram-se a formular, por meio de processos democráticos, novos programas e novas formas de gerir as cidades (MARICATO, p.17, 2017)

Com o processo de retomada na democratização das cidades, o Brasil vive uma nova fase de movimento e articulação, que resulta na aprovação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que discorre sobre a função social da propriedade urbana e sobre o Plano Diretor Municipal. Contudo, apenas em 2001 é aprovado o Estatuto das cidades, em que se expõe de maneira mais sistemática um projeto urbanístico democrático.

Não obstante, a vitória alcançada por este marco não aponta uma nova forma de se viver o espaço urbano e rural. No sistema capitalista, a desigualdade está para além de uma consequência de má organização e distribuição dos bens materiais produzidos por uma nação. A divisão de classes segrega o nível do acesso aos direitos basilares, imprescindíveis para vida digna e humana, e o sistema, por não possuir capacidade de absorver todos os indivíduos, coloca muitos deles, independentemente de sua vontade, a viver em situação de privação. A partir disso, entende-se que a desigualdade se configura como ponto importante para a manutenção das relações capitalistas.

Nesse contexto, a questão social surge como um conjunto de expressões oriundas dessa desigualdade que pode tomar visibilidade por meio de problemas de diferentes ordens, mas que estão e estarão sempre presentes. É relevante refletir sobre a maneira como o capitalismo tece suas relações organizacionais, sem negar a desigualdade e suas consequências. Nesta perspectiva, a questão social acompanha a dinâmica das relações sociais.

Boaventura de Souza Santos (2002) fala da política social em uma perspectiva global. O autor delimita como políticas transnacionais o modelo de política, não há um país específico

solitariamente atuante, mas uma organização global. Santos, ao especificar o sentido da expressão “Estado de Bem-Estar Social”, ou “WelfareState”, conforme é chamado na Europa, o define pela responsabilidade do Estado em garantir a proteção social ao cidadão. Esta ideia está correlacionada à tentativa de interligar desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, por meio de interações não mercantis. No final do século XX, o capitalismo maduro começa a dar sinal de esgotamento, rompendo com a lógica keynesiana. Já no final dos anos de 1970, a crise cede espaço à organização neoliberal, que toma por base a leitura de que o referido esgotamento haveria se originado do poder demasiado dos sindicatos, dos movimentos operários e do excessivo gasto com a esfera social (BEHRING e BOSCHETTI 2007).

O neoliberalismo surge, neste momento, como uma proposta para reanimar a crise do capitalismo maduro. O modelo compreende a privatização das políticas sociais e, conseqüentemente, a regularização das mesmas pelo mercado. Sob esse aspecto, elas não seriam mais de total responsabilidade do Estado e poderiam receber intervenções de outras organizações (IAMAMOTO, 2008)

A questão social não é estática, pois o movimento do sistema capitalista na lógica da lucratividade no enfrentamento às suas crises, como foi por último o modelo neoliberal, gera mudanças na relação estado/sociedade. Essa mudança surte efeito nas novas expressões da questão social, que acabam se manifestando na classe trabalhadora, ou seja, há um ciclo funcional a favor da lógica do sistema, que, por sua vez, sempre funcionará sob a óptica da lucratividade.

Neste ponto situamos os impasses para materialização do direito à cidade no que se refere à democratização no desenvolvimento urbano e rural. Fato que recai diretamente sobre o processo de acúmulo do capital, conforme exposto acima, considerando que o próprio sistema produz e reproduz, a partir das suas estruturas, o segregamento social, a reforma urbana e a

reforma agrária, fato que implica na redistribuição de riquezas, uma vez que embate acumulação fundiária e especulação imobiliária. Nessa perspectiva a cidade se amplia em direções periféricas, encurralando a maior parte da população que se aglomera em espaços sem estrutura para o desenvolvimento humano, cabe registrar aqui que cultura e o direito à diferença encontram-se inseridos nesse recorte.

A incipiência estatal no que tange o acesso a recursos e serviços públicos nesses espaços ratifica a desigualdade social, desigualdade que é acirrada quando discutimos sob a perspectiva de gênero. A desigualdade de gênero se configura com uma problemática estrutural na sociedade brasileira, à medida que estabelece suas relações pautadas no patriarcado, mais ainda quando na situação de mulher migrante. Este fato culmina na desigualdade de oportunidades para que mulheres ocupem os espaços desejados e assim não reproduzam a herança história de cumprir o papel exclusivo de cuidado à vida.

Pensar a relação de gênero no direito à cidade, partindo do processo migratório, significa considerar a sua vulnerabilidade multidimensionada, uma vez que sofre a segregação por existir na condição de migrante, que apresenta suas complexidades, e na condição de mulher.

Apesar da conquista ser significativa no que se refere à sistematização de diretrizes, preceitos, planos e planejamentos em torno do existir na cidade, no seu visceral ao processo de acumulação capitalista: a propriedade privada, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, característica que indica a maneira como as relações são estabelecidas. Vivenciamos a realidade de haver na mesma cidade espaços organizados na perspectiva de primeiro mundo e quilômetros adiante espaços nas condições de países não desenvolvidos.

A cidade existe de maneira desigual, seu desenvolvimento é assimétrico. À medida que a especulação imobiliária avança e o latifúndio se alastra, a função social da cidade passa a ser

secundária em relação ao direito da propriedade, fato que condiciona a população desprivilegiada a morar em espaços que não são cidade, longe dos serviços que materializam os direitos sociais, espaço esse que chamamos de periferia (MARICATO, 2010).

Cabe questionar de quem é a cidade? Quem a acessa? São reflexões importantes a serem realizadas, uma vez que nem todas as pessoas se relacionam com a cidade da mesma forma. Existe uma segregação no seu acesso desde que o território passou pelo processo de financeirização e passou a ser artigo privado, entrando na lógica do capital ou sistêmica, como delimita Saskia Sassen ao descrever as expulsões.

A ordem capitalista tem a prerrogativa de coisificar vidas e humanidades. Ao considerarmos que o acesso à habitação vai além do acesso à materialidade de um prédio, remetemos às referências territoriais e a partir daí acessamos a direitos fundamentais, como o vínculo com a comunidade, com a família, com sua cultura e com seus costumes. Neste sentido as intervenções estatais que materializam o direito à cidade possuem o desafio de reconhecer essas particularidades, resistindo a movimentos que estimulam e fazem acontecer as remoções e mobilidades involuntárias.

O acesso do direito à cidade deve caminhar para o reconhecimento das vulnerabilidades que cercam a mulher migrante e, a partir do atendimento às suas necessidades, pautar caminhos para o alcance das suas expectativas. Vale ratificar que a humanidade dessas mulheres precisa ser reconhecida, fato que independe de fronteira, e compreendida na sua condição da bilateralidade daquilo que deixou no seu país de origem e do que encontrou de possibilidades e desafios no novo local.

Neste sentido reconhecer o acesso do direito à cidade das mulheres migrantes implica em pensar estratégias, por meio das políticas públicas de Estado, que ofereçam medidas de acolhimento, de memória, de acesso e de fomento à sua cultura e à cultura local, condições sociais para integrá-las como sujeito

político. Além disso, é necessário o direito à reunião familiar periódica nos casos em que a família não se encontra unida territorialmente. Para tanto é necessário que o Estado seja reinventado a partir de relações efetivamente democráticas e não segregadoras, conquista possível pela reivindicação, articulação e luta dos movimentos sociais.

4. Considerações finais

O processo de expulsão, definido por Saskia Sassen, nos revela as implicações que a engrenagem da economia Global e a internacionalização das relações causam na vida da classe subalterna. A partir das reflexões realizadas entende-se que as fronteiras não oferecem as mesmas possibilidades a todos, uma vez que as elites capitalistas transitam pelo mundo instalando seus modos de produção/exploração de pessoas e de recursos naturais presentes nas nações.

É imprescindível mencionar que não se trata de um processo que se desenvolve por desejo e iniciativa única das empresas ou dessas forças capitalistas, as mesmas contam com a abertura e apoio de governos e níveis de democracias como parte da engrenagem. Neste sentido, assistimos à financeirização global de recursos locais, no momento em que o capitalismo externo se insere em uma nação, objetivando a extração daquele território de tudo que ele pode oferecer.

Nesta perspectiva, a migração e a mobilidade humana tornam-se um fenômeno inevitável, considerando que a referida exploração aniquila, por meio de remoções involuntárias, conflitos de disputa, alto desemprego com territórios e tudo que há em cima dele, inclusive vidas.

O processo migratório quando ocorre de maneira involuntária, sendo a maioria dos casos, deixa feridas incatrizáveis ao migrante que deixa para trás família, amigos, comunidades, instituições, cultura e costumes, vínculos e

referências que compõem o seu ser. A presença da mulher no processo migratório traz à tona a multivulnerabilidade, pois essa enfrenta as expressões inerentes ao processo migratório e ao fato de ser mulher. Ao considerarmos a segregação produzida pelas relações de gênero onerando a mulher, é revelado um duplo desafio no novo território: reconstruir sua vida e enfrentar a desigualdade de gênero, em especial quando o Estado é omissa a essas demandas e produz a ilegalidade dessas mulheres.

O direito à cidade assume uma função importante nesta problemática ao ser considerado enquanto direito coletivo que defende e legitima a cidade como espaço público e com função social constitucionalmente reconhecida. O sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre (1999), que repudia o urbanismo positivista, ajuda a pensar de que forma o referido direito poderia ser exercitado para a efetiva mudança da vida urbana. Segundo ele, tal transformação somente será alcançada por meio da mobilização social e da luta política/social” (LEFEBVRE, 1999, p.53). Portanto, pensar a cidade como uma construção coletiva para a coletividade seria considerar a humanidade nos processos de mobilidade, uma vez que ao inserir um indivíduo em um território/nação a partir dos seus desafios, no caso a migrante mulher, é proporcionar o seu acesso aos direitos fundamentais sociais e humanos.

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos o processo de urbanização. (HARVEY, 2012, p.74)

Contudo a função social é capturada pela lógica capitalista, à medida que as relações fundiárias urbanas e rurais se configuram como objeto de mercantilização e acumulação, considerando que a sociedade brasileira tem suas relações pautadas no patrimonialismo, fato que a caracteriza como historicamente excludente. No entanto, à medida que estipula o habitar do indivíduo ao seu poder de compra, a democratização do acesso à cidade configura-se como estratégica e instrumento de luta pela busca da materialização do direito à cidade (MARICATO, 2010).

Neste sentido, conclui-se que o grande desafio está em problematizar o direito à cidade e buscar por meio da mobilização social a sua democratização efetiva para que assim seja possível a superação da produção da ilegalidade do migrante e da segregação de gênero.

Referências

- BRASIL. Lei nº 10257/2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm .htm Acesso em 13 de setembro de 2018.
- BERTOLO, J. **Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos.** 2017 – Katalysis. Disponível em :<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index>> Acesso em: 16 set. 2018.
- BERING, E., BOSCHETTI, I. **Política Social:** Fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEHRING, E. Política social: notas sobre o presente e o futuro. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Orgs.). **Política social:** alternativas ao neoliberalismo. Brasília: UnB, Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, p. 161- 180, 2004.
- Harvey, D. **O direito à cidade.** Disponível em :<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf>. Acesso em 16 de set, 2018.

IAMAMOTO, M..**Serviço Social em Tempos de Capital Feitiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

LÉFÈBVRE, Henri.**O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGLIANO, M.J.**INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA**, 11., 2007, San Miguel de Tucumán. Anais... San Miguel de Tucumán: Universidad de Tucumán, 2007. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-108/162>>. Acesso em: 10 setembro de 2018.

MARICATO, E. Estatuto da Cidade Comentado. Disponível em: <http://www.secid.ma.gov.br/files/2014/09/Estatuto-da-Cidade-comentado.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2018.

MILESI, R; MARINUCCI, R. Mulheres Migrantes e refugiados a serviço do desenvolvimento dos outros. Disponível em :<<https://www.csem.org.br/mulheres-migrantes-e-refugiadas-a-servico-do-desenvolvimento-humano-dos-outros/>>. Acesso em 20 de set. de 2018.

SASSEN, S. Expulsões: Brutalidade e Complexidade na Economia Global. 1.ed. 2016. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

SARTI.C.A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma anos 1970: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SANTOS, B. S. **Em defesa das Políticas públicas**. IN Políticas Sociais Para Um Novo Mundo Necessário e Possível. II Fórum mundial. Porto Alegre- RS. 2002.

**Pelotas feita no chão, a Princesa e
o Sopapo, do Sal ao Tambor:
espaços de resistência e
a organização negra na cidade de Pelotas ¹**

Carla Silva de Avila

Introdução

A princesa é uma senhora de idade avançada, e nas noites ela dança abraçada com o velho sopapo negro. (Richard Serraria)

O presente texto tem por finalidade destacar algumas contribuições da religiosidade afro-brasileira na construção da cidade de Pelotas, atendo-se nas diversas formas de organização social dos africanos e dos seus descendentes no território pelotense, desde o regime escravocrata até a atualidade. Parte-se da noção de “resistência” (MELLO, 1994; AL-ALAN, 2008) para apresentar as primeiras formas de organizações negras, de “segmentaridade” (GOLDMAN, 2006) para problematizar o atual movimento negro e da noção de “encruzilhada” (ANJOS, 2006) para perceber a relação com a tradição de matriz africana.

¹Este texto é uma revisão do capítulo 1 de minha dissertação de mestrado: AVILA, Carla Silva de. A princesa Batuqueira: Etnografia sobre a interface entre o movimento negro e as religiões de matriz africana na cidade de Pelotas/RS. 2011. 403 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

1. A Pelotas de matriz africana

Situada na região sul do Rio Grande do Sul, a cidade de Pelotas ganha grande prestígio social e econômico através da produção do charque, uma atividade econômica realizada pela exploração da mão de obra escravizada de afrodescendentes no território brasileiro. O sucesso da comercialização do charque, no século XIX, é devido a esse ser o alimento fornecido para grande parte dos trabalhadores escravizados no Brasil e outros países (AL-ALAN, 2008; GUTIRREZ, 2001).

O grande destaque adquirido pelos grupos sociais dominantes – uma aristocracia proprietária de charqueadas e trabalhadores escravizados – leva essa cidade a ser vista como a “Princesa do Sul”, devido a sua vida cultural sofisticada e por sua intensa relação com a Europa.

Ainda sobre o processo de acumulação de capital em Pelotas, o antropólogo Norton Corrêa salienta a contribuição dos negros na organização social dessa cidade:

A grandeza e o luxo dos prédios de Pelotas são o testemunho, ainda hoje do volume de dinheiro que jorrava das charqueadas locais. Para finalizar o comentário, convém ainda lembrar que o imigrante alemão e italiano, ao chegar, encontrou uma sociedade organizada política, social e economicamente. E que tal organização muito deve ao trabalho negro (2006:41).

O historiador Al-Alan (2008) problematiza diferentes visões sobre o processo histórico dessa região. Uma delas, ele ressalta a visão de uma cidade mais sofisticada com um olhar europeizado, desprezando a presença de outros grupos sociais, nesse caso, os africanos. Outra, através de uma orientação marxista, refere-se a diferentes camadas da sociedade pelotense denunciando os abusos de uma sociedade escravocrata. Entretanto, essa vertente da historiografia sobre a escravidão apresenta somente duas modalidades de reação social: um diz respeito à existência passiva

dos trabalhadores escravizados, e a outra se refere às organizações quilombolas ou às ações criminosas.

As primeiras impressões registradas sobre os trabalhadores escravizados mencionam que nas charqueadas o trabalho era exigente, e que a ocupação era distribuída conforme a força suportada pelos afrodescendentes. Com isso, o ideal racialista da época se reforçava na “princesinha do sul” na medida em que se naturalizava o vínculo do negro à força de trabalho pesado e o “selvagem da África” ao trabalho bárbaro de abater o gado, aviltar-se de sangue, arrastar as carcaças, sentir o cheiro putrefeito da morte.

Porém, há outras vertentes que buscam demonstrar as diferentes formas de resistência cultural e simbólica e ocupação do território da cidade pelos negros na região sul, por exemplo, o **Inventário Nacional de Referências Culturais – produção de doces tradicionais pelotenses**. Esse trabalho aponta para a presença africana, seja através da manufatura de doces na cidade seja através da prática religiosa e na relação dos pais de santo e mães de santo com os orixás, através do consumo de alimentos rituais – entre tantos, o quindim (KOSBY, 2007).

Destaca-se ainda, o filme “O Grande Tambor” (Coletivo Catarse, 2010), dirigido pelo historiador Sérgio Valentin, que apresentou a visão de vários militantes do movimento negro e lideranças afro-religiosas sobre a contribuição dos descendentes de africanos para a cidade de Pelotas pelo viés afro-religioso. O foco do documentário é pensar a história da cidade a partir do sopapo, um instrumento que em outros momentos também aglutinou e mobilizou lideranças e entidades culturais no processo de organização social e política dos afro-pelotenses. Com isso, as mobilizações em torno desse instrumento possibilitam pensar mais uma vez a relação proposta nesse artigo, pois o sopapo se define como um,

Instrumento pouco mais de um metro de altura e 60 centímetros de diâmetro. Dono de um grave absoluto. Esculpido originalmente em tronco de árvore. Feito com couro de animal, cavalo e gado perfeitamente. Elo de ancestralidade com a Mãe África, ritual de permanência, objeto de eternidade: sopapo enquanto instrumento profano exige apenas mãos para ser tocado. Enquanto instrumento do sagrado, exige apenas a devoção das mesmas mãos que faziam a carne e o sal e que ainda hoje fazem o carnaval (TÜRK; VALENTIM, 2010).²

Observa-se que, na denominação desse tambor, vários elementos retratam a presença africana nessa cidade escravocrata, principalmente a utilização do couro provido do abate do gado nas charqueadas.

A descrição do trabalho nas charqueadas se constata a partir do relato de viajantes nesse período, conforme problematiza Ester Gutierrez no filme “O Grande Tambor”:

Eram faixas compridas e estreitas de mais ou menos quatro Km por 700 m aproximadamente. No terreiro ribeirinho ficava a sede, a casa senhorial e o espaço da matança. Todas as charqueadas tinham portos, sempre tinham uma fase junto às águas para escoar essa produção para largar os dejetos e também por onde as charqueadas se abasteciam de escravos e sal. Chegava via marítima, fluvial: Rio Grande, lagoa dos Patos, canal São Gonçalo e Pelotas.

A produção de charque é ilustrada pela imagem abaixo, que representa um varal da salga do charque. A mesma foi retirada do material de pesquisa da produtora cultural Andrea Mazza Terra, uma pelotense pertencente a uma família charqueadora (ela viveu na charqueada São João), colaboradora do movimento negro da cidade de Pelotas.

² O grande tambor é um filme documentário resultado do inventário de referências cultural sobre o Sopapo realizado pelo Coletivo Catarse em parceria com IPHAN e Ministério da Cultura do Governo Federal.



Foto: Varal de Charque, Fonte: Site Terra de Andrea

Segue abaixo a figura do pintor, desenhista, viajante francês Jean-Baptiste Debret, ele passou por Pelotas no início do século XIX, que ilustra a produção de charque mencionada acima pela produtora cultural.



A partir dessas narrativas, a contribuição africana está presente no processo de formação da principal economia pelotense do século XVIII, a produção saladeiril é vinculada à prática da religiosidade afro-pelotense, pois a técnica de matança assemelha-se ao ritual de quatro-pé, que é o maior sacrifício feito aos orixás.

Para ressaltar isso, o Babalorixá Paulo Mallet, um filho de Ogum que também participou da produção do filme “O Grande Tambor”, traz o relato sobre o tocar dos tambores dos trabalhadores escravizados entre a meia-noite e o meio-dia:

E da meia-noite ao meio-dia, para quem está dentro da religião africana, sabe que é de Bará a Oxalá. Que é do início do escuro até o final do mais claro. Isso faz com que o tambor seja utilizado depois do ritual do corte do sacrifício de animais, de uma série de outros elementos que implicam isso daí o tambor é o coroamento

disso. E uma festa, porque o orixá está ‘comendo’, logo depois ele entra em festa que é a questão de utilizar o tambor.

Através dessas contribuições percebe-se que, é através da prática ritual que acontece o sucesso da produção de charque nesse período, pois se estava ofertando o sangue, o *axorô*³ dos animais aos deuses dos trabalhadores ali explorados. Nesse sentido pode-se pensar nessa cidade *feita no chão*, pois na matriz africana fazer-se no chão é consagrar a sua vida ao orixá.

A resistência ao regime escravocrata é percebida nos indícios do processo de sociabilidade dos trabalhadores escravizados, na circularidade dos mesmos, nas formas de articulação social percebidas na própria divisão do trabalho, pois as charqueadas não funcionavam todo o ano, mas sim por safras no verão. Já no inverno, os trabalhadores eram empregados em outras atividades como olarias, trabalhos relacionados às chácaras da serra dos tapes (AL-ALAN, 2008).

Constata-se que o terreiro se configura como um espaço de refúgio, de protesto e manutenção da identidade étnica, pois o batuque cria relações de sociabilidade entre negros escravizados e libertos, configurando aí uma cultura de resistência (MELLO, 1994).

Disso, percebe-se que a contribuição e a presença africana não está somente na força de trabalho que transformou a cidade de Pelotas em Princesa do Sul, isso também aparece através da relação com os orixás, da matança nas charqueadas e na consagração dos fluentes a Iansã e a Oxum, como no caso dos arroios Santa Bárbara e Arroio Pelotas. Destacam-se outras construções e significações com o território pelotense tecendo-se uma relação de resistência e construção de uma outra identidade que vai além da identidade atribuída pelo colonizador branco

³ O *Axorô* é o nome dado ao axé de sangue dos animais sacrificados aos orixás.

européu (FANON, 2008). Uma transgressão de sentidos do ser a partir da manutenção da prática ritual.

2. os negros e as negras se organizam na “Princesa do Sul”

As primeiras formas de sociabilidade negra ocorreram nas festas religiosas, nas irmandades católicas onde a população escrava aproveitava esses espaços para o convívio social. Ou seja, as associações de caráter étnico não cumpriam apenas funções recreativas, tinham também a finalidade de exercer auxílio mútuo para diferentes grupos sociais da cidade. Espaços forjados e resistência e sociabilidade. Posteriormente, surgiram várias organizações de cunho cultural, como associações recreativas e blocos carnavalescos. As organizações, da década de 1880, foram O Recreio dos Artistas (que abrigava as Bandas Filhos de Thalia e Banda Apolo) e a Sociedade Feliz Esperança (essa acolhia a Banda União Democrata⁴ e a Sociedade União Operária). Além de dividir espaços, essas organizações compartilhavam seus diretores com a Harmonia dos Artistas e o Recreio dos Operários. Em um momento seguinte, ambas sofrem dissidências, sendo que uma delas é a A.S.R. Satélites do Progresso, oriunda do Recreio dos Operários, que acaba sendo identificada como um grupo negro da cidade. Havia também as organizações com intuito de difundir o ideal abolicionista, como o Club Carnavalesco Nagô, o Clube Demócrito e a Fraternidade Artística. Já a Harmonia dos Artistas, arrecadava fundos para a libertação de escravos (MELLO, 1994; LONER, SANTOS, 2003).

O Club Carnavalesco Nagô realizava em suas manifestações carnavalescas o cruzamento entre religião e manifestação política, pois seus desfiles eram em prol da abolição. Utilizavam-se da rua, do desfile, do carnaval como espaço de denúncia e visibilidade das condições sub-humana da escravidão. O clube tinha como seu

⁴ A Banda União Democrata ainda encontra-se em atividade.

escrivão Pai Domingo, um homem alfabetizado na Biblioteca Pública, que noticiava o ideal do Club e as redes participativas da mobilização carnavalesca. Como em uma das festas dedicada ao “Rei Obá dos Nagôs” que “mandava chover se necessário, colocaria feitiço nos brancos se assim desejar” (MELLO, 1994).

A relação do Club com a religiosidade afro-brasileira é constatada em vários anúncios feitos pelo “*Pae João de Nagô*” no Correio Mercantil, como no dia 25 de fevereiro de 1882:

Nosso turopracero vae fazé ajuntamento na casa da tia Benedita prá depois come Angú Broinha e vatapá nosso vae pro essa rua turo tocando nössotrumento e faze viva!...a esse club de branco, e clubBrocionista; e quando esse sino da igreja bate deso hora nosso entra no barracão de Praça” (apud MELLO, 1994:76-77).

Segundo Marco de Mello (1994), provavelmente tia Benedita era uma mãe de santo, a qual todos deveriam ir pedir proteção antes de começar a festa de carnaval. Essa festa era para o Rei Obá dos Nagôs, uma referência segundo um dos interlocutores ao orixá Xangô.

Em meados do século XX ainda surgiram na cidade outras organizações que abrigavam e serviram para a sociabilidade negra no pós-abolição. Em 1901, surge a Irmandade São Benedito, fundada por negros com a finalidade amparar crianças negras e pobres. Em 1916, cria-se a Sociedade Recreativa Depois da Chuva; já em 1919, o Grupo Carnavalesco Chove Não Molha e, em 1921, o Clube Cultural Fica Aí Pra Ir Dizendo, todos voltados para a vida social das comunidades afro-pelotense (LONER, 2002).

Na década de 1930, organiza-se a Frente Negra Pelotense (FNP), sendo que essa recebera grande influência da Frente Negra Brasileira (FNB). O diferencial é que os afro-pelotenses não almejavam ligação partidária, pois a FNP funcionava como uma associação cultural e educacional. Por sua vez, a FNP era composta por negros já inseridos no mercado de trabalho, do comércio,

profissionais liberais e funcionários públicos. Como não possuíam sede própria, eles utilizavam o espaço dos clubes sociais negros. Conforme ocorrera com a FNB, o jornal fora o principal veículo de divulgação da FNP. Como faz menção o pesquisador José Antonio dos Santos: “O Alvorada com o papel de educar, mobilizar e aumentar a auto-estima dos negros pelotenses” (2003:189).

Na década de 1950 não aparecem mudanças sobre redução de preconceito na cidade. Pelo contrário, em uma sessão especial na Câmara Municipal, no dia 13 de maio, um grupo de vereadores admitiu através de documento que havia preconceito em Pelotas (SANTOS, 2003).

Nesse período, a organização racial acontecia por intermédio do Grêmio Cultural Luís Gama e do Diretório dos Homens de Côr do Brasil. Eles se reuniam na sede do Depois da Chuva, realizando conferências sobre os problemas do negro brasileiro. Conforme Santos, “no início da década de 1950 a *União dos Homens de Côr* possuía diretórios espalhados praticamente por toda a região meridional do estado do Rio Grande do Sul” (2003:202).

Essas organizações também reivindicavam uma lei que punisse o racismo, sendo que elas também lutavam pelo acesso do afro-pelotense em todos os níveis educacionais. Nesse momento, o deputado federal Afonso Arinos, apresenta uma proposta de lei relacionada a isso, que é aprovada em 03/06/1951 e denominada Lei Afonso Arinos. A comunidade negra organizada daquela época condena a atitude do deputado udenista, pois o mesmo não tinha nenhum tipo de relação com o Movimento Negro, sendo que a lei não foi aplicada a qualquer pessoa por discriminação racial (LONER, 2002).

Na primeira fase da organização negra na cidade, no final do século XIX, nota-se que ela estava ligada aos espaços de sociabilidade negra e de sua forte ligação com as atividades culturais e artísticas. Pode-se dizer que se usava a arte tanto para denunciar as atrocidades da escravidão quanto para aglutinar as pessoas desse grupo étnico (SANTOS 2001; LONER, 1999. 2002).

Percebe-se que Pelotas não foge do perfil de organização nacional do negro, e que as manifestações culturais e artísticas e educação são as principais ferramentas de mobilização da raça neste período, e serviram de forte influência na trajetória dos militantes do atual movimento negro.

3. A construção do (re) existir na cidade: O Movimento Negro de Pelotas

Sublinhe-se que, nesses quatorze anos de pesquisa por mim realizada junto aos movimentos negros da cidade de Pelotas, várias casas de religião de matriz africana contribuem na promoção dos direitos dos afro-pelotenses. A peculiaridade observada em Pelotas é a não consolidação de organizações que objetivam aglutinar ou unificar esses grupos. Ou seja, o que impera é a lógica da “segmentaridade”, em que cada organização atua em sua especificidade (GOLDMAN, 2006).

Contudo, existem ações pontuais que congregam lideranças, entidades, ONGs, em prol da temática afro-brasileira. A segmentaridade mencionada não significa a incapacidade de organização coletiva, mas, sim, outra lógica de mobilização social que não a do Estado democrático. Essa não-unificação é algo que se compara às casas de religião de matriz africana, em que cada casa religiosa tem a sua hierarquia maior — e a liderança de uma não se envolve com a da outra.

Na pesquisa que realizei sobre o movimento negro acompanhando as reuniões de organização política e as trajetórias de alguns militantes, pude perceber inúmeras organizações atuando na invisibilidade para a maioria da população, porém presente na memória e nas narrativas de quem trabalha e atua nessa área temática. No decorrer da pesquisa, que delimitou os grupos que atuaram na organização das Marchas do Vinte de Novembro, pode-se perceber mais de 20 tipos de associações, desde a década de 1980 até o ano de 2007 (AVILA, 2008).

Através das entrevistas com alguns militantes, e através de análises de notícias publicadas nos jornais locais, pode-se perceber a complexidade da organização social afro-pelotense, e a invisibilidade dada a inúmeras formas de organização coletiva desse segmento. Contudo, como essa pesquisa teve como limites as organizações da Marcha de Vinte de Novembro, o quadro apresentado abaixo poderá estar incompleto.

Nota-se que antes de 2004, ano que começa as mobilizações sobre Zumbi dos Palmares, duas grandes organizações vivenciadas e anunciadas sobre a temática étnico-racial na cidade foram as seguintes: o movimento Griô, na década de 1990; o projeto CABOBU, no 2000; as Marchas do Vinte de Novembro; a visita da Secretária Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em 2007; e, atualmente, as mobilizações em torno da saúde de algumas referências culturais como a cantora Giamarê e o Mestre Baptista.

O grupo Griô organiza um conjunto de atividades culturais e políticas em torno da temática do afrodescendente, por exemplo: “temas variados de resistência do povo negro, como a música e a dança e as escolas de samba. Com a programação, pretendemos contribuir contra a falta de conhecimento e desinformação lutando pela cidadania e vida” (Jornal Diário da Manhã, 08/11/1995). Era a *Marcha Contra o Racismo pela Igualdade e a Vida*, fazendo parte da pauta nacional do movimento negro.

A organização do Griô foi um grande marco para várias lideranças e pessoas que acompanhavam as mobilizações afrodescendentes na década de 1990. Principalmente nas Kizombas, organizadas próximo à Estação Ferroviária, local que atualmente funciona o carnaval da cidade. Mais um a vez as ruas da cidade são ocupadas no sentido e evidenciar a presença e contribuição dessa Pelotas que não aparece nos cartões postais, trazer a tona essa Pelotas negra que é feita no chão, que tem uma forte relação com a filosofia e cosmovisão de matriz africana.

A menção feita ao tambor nesse artigo é para pensar a presença africana e seus descendentes na cidade de Pelotas através

desse instrumento indispensável à prática da religiosidade afro-brasileira.

Além de o tambor estar presente em outras narrativas já mencionadas acima, ele tem um papel fundamental na mobilização e na criação de projetos ligados não só as manifestações culturais como as políticas. No caso, o do projeto CABOBU, idealizado por Giba Giba, músico e compositor pelotense que almejava reverenciar o sopapo – o “atabaque rei” – através de oficinas de construção do instrumento em diferentes cidades do estado gaúcho.

A partir dessa mobilização em torno do Sopapo iniciada em 1999, originou-se o Grupo de Dança Afro Odara, esse busca através do corpo problematizar a presença afrodescendente na sociedade.⁵

A ligação com a filosofia política existente na prática da religiosidade de matriz africana (ANJOS, 2006) é verificada seja na fala acima de Giba Giba, ao mencionar a índole africana seja quando o Mestre Baptista conta sobre o processo de construção do sopapo, dizendo que foi algo ancestral, espiritual.

Por fim, na cidade de Pelotas, as ações como o lançamento do filme *O Grande Tambor* e o “Bloco do Mestre” no carnaval aglutinaram várias lideranças e entidades que estavam afastadas da atual organização que é o Fórum do Movimento Social Negro da cidade. Pode-se dizer que esses eventos aglutinam o que o processo de organização política separa.

4. Do palco às ruas: do CABOBU à marcha Zumbi dos Palmares

No percurso das mobilizações negras da cidade de Pelotas foram se formando outros grupos que originaram novas formas de atividades culturais e políticas. Como no caso do Griô, que surgiu do Conselho da Comunidade Negra, e a ONG Odara que se

⁵Outro projeto que referência esse tambor enquanto musicalidade afro-gaúcha é o Ponto de Cultura “O quilombo do Sopapo” (POA/RS). Essa pesquisa teve como um de seus produtos o filme “O Grande Tambor” que mais uma vez mobiliza a comunidade negra gaúcha.

constituíram após o CABOBU. E, por fim, o Odara inicia a caminhada que vira Marcha de Vinte de Novembro, dedicado ao mês da consciência negra.

Em sua trajetória de 18 anos, o Odara utiliza a dança como forma de trabalhar as questões do afrodescendente. É estruturalmente dividido entre uma coordenação e o grupo de dançarinas(os) e percussionistas. O Projeto tem “o objetivo de resgatar e preservar as tradições afro-brasileiras, estimular os espaços destinados à defesa da cidadania através da educação e assistência, desenvolver atividades voltadas à elevação da auto-estima dos negros da cidade.”⁶

Durante os anos 2004 a 2010 , o movimento negro local ocupava as ruas da cidade no mês de novembro realizando à Marcha da Consciência Negra, no intuito de denunciar o racismo e reivindicar políticas para a comunidade negra pelotense. Destaca-se a Marcha de 2005 em que ocorre em âmbito nacional, a “Marcha Zumbi mais 10”, sendo as ruas ocupadas em todo o país clamando por políticas reparatórias.

Em 2006, o lema da marcha foi “Minha cor é meu orgulho, meu passado é minha história, Valeu zumbi!”. Ao redor do Altar da Pátria, concentra-se grande número de crianças, jovens e adultos, algumas pessoas com roupas ligadas à África, tanto nas cores como no formato das túnicas. Balões coloridos: vermelho, amarelo, verde e preto, fitinhas nas mesmas cores sendo distribuídos aos participantes, cartazes com palavras referentes à educação e à Zumbi dos Palmares.

Aproximadamente 200 pessoas saíram desse local seguindo até o Mercado Público. Não havia palavras de ordem, ou “falas” de ordem, somente músicas ligadas à temática do negro. O único momento de tensão foi na ocupação da metade das ruas, como combinado com o poder público local, sendo delimitada pelo guarda municipal de trânsito. Alguns participantes queriam ocupar

⁶ Ata de fundação da ONG Odara, em 2004.

toda a rua, mas como havia muitas crianças, eles evitaram um conflito maior. Nas ruas, foram entregues panfletos, muitos acenavam e pararam para ver a marcha passar. O movimento foi tão significativo que chegou a ganhar destaque na contra capa do jornal de maior circulação da cidade:



Figura: Jornal Diário Popular /2007

Na Marcha de 2007, com o tema “Ações Afirmativas: Dignidade para o povo negro daqui!”, a marcha passou a ser incorporada na pauta política de outros segmentos do Movimento Negro. No mês de setembro ocorre o pré-lançamento da marcha, aproveitando a vinda da Ministra Matilde Ribeiro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR).⁷ Dessa vez, quem toma a frente da organização da Marcha são outros segmentos sociais, como o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), o CRIAS BGV, a ONG Odara, a CIA de Dança Daniel Amaro, entre outros.

Foi um grande encontro da comunidade negra. Dessa vez, a festa contou com a estrutura da Secretaria de Saúde, que disponibilizou um palco para as apresentações culturais e artísticas. O trajeto da marcha foi o mesmo dos anos anteriores, que percorria a Av. Bento Gonçalves, Marechal Deodoro, Lobo da Costa e, depois, no Altar da Pátria, fazendo uma parada em frente à

⁷A vinda da Ministra Matilde Ribeiro está relacionada ao trabalho junto às comunidades remanescente quilombolas e com a Prefeitura Municipal de São Lourenço do sul.

Câmara Municipal dos Vereadores, devido ao episódio ocorrido uma semana antes, a não realização de uma audiência pública, fato que gerou outra vez um grande conflito entre a Câmara e a mobilização negra. O grupo chegou a publicar uma nota de jornal notificando o episódio. Contudo, a seção solene ocorreu no próprio Vinte de Novembro. Chegando ao Largo do Mercado, houve uma abertura com a fala de alguns componentes da mobilização negra, e depois a apresentação dos grupos, finalizando com uma integrante da Ação Griô, assim como nos mostra a figura abaixo:



Figura: Registro pela autora

Em 2008, a organização foi maior e com o orçamento de dez mil reais, realizam-se várias oficinas em diferentes localidades da cidade. Camisetas foram distribuídas, faixas esparramadas e apresentação de bandas. O que chama a atenção dessa vez é a tenda da Ialorixá Nara de Xapanã que distribui canjica branca com coco, creme esse que alimenta as pessoas e faz referência ao orixá Oxalá, para que tudo ocorra bem.

No ano de 2009, a ONG Odara se afasta da organização da marcha e essa fica sob a responsabilidade de outros movimentos que se responsabilizam pela organização e pelo acesso à emenda parlamentar de dez mil reais. Porém, devido à burocracia e ao não comprometimento dos prazos, a emenda não sai e a marcha é adiada. A mudança acarreta uma grande confusão, pois várias escolas e alguns ativistas foram até o Altar da Pátria e não havia ninguém lá. A causa noticiada do adiamento seria a previsão de

chuva, mas conversando tempo depois com um dos organizadores, o real motivo teria sido a Marcha conter menos participantes que nas edições anteriores organizadas pelo Odara.

No ano de 2010 quase se repete a mesma situação, começa a circular um e-mail sobre o cancelamento da Marcha, mas a ativista e professora Marielda Medeiros, que organizou a primeira caminhada em 2004, toma a frente junto a ONG Odara, o Grupo de Dança Afro Afropel, o Grupo O Quilombo é Aqui no Bairro Dunas e protagonizam outra vez essa manifestação cultural. Apesar de haver menor estrutura e menos pessoas, a tradição de ir às ruas da cidade de Pelotas no mês de novembro é retomada.

5. Algumas considerações

Ao vivenciar o Movimento Negro da cidade de Pelotas observa-se a lógica da segmentaridade problematizada pelo antropólogo Marcio Goldman (2006) junto ao movimento negro em Ilhéus, Bahia. Esse conceito auxilia no entendimento da lógica de organização do movimento afro-pelotense e imagino que para o movimento social como um todo. Pois, para esse autor, é preciso observar a política sobre uma perspectiva antropológica não normativa, não pelos preceitos da moral. Entretanto, o autor salienta que não significa que ela seja antiética. Pois, o que está em questão é ouvir o que as pessoas falam sobre suas escolhas políticas. É o movimento de levá-los a sério no que tange as suas ações políticas, preferências essas que muitas vezes subvertem a lógica preestabelecida do jogo político (GOLDMAN, 2006).

O conceito de segmentaridade refere-se a “segmentaridaderizomática”, já sinalizada por Deleuse e Guatarri, pois para eles toda a sociedade é segmentar, pois pode haver uma diferença entre a segmentaridade “selvagem” ou “flexível” com a segmentaridade “de Estado”, “déspota” ou “dura”, ainda mais que essas podem conviver em diferentes tipos de sociedades (GOLDMAN, 2006).

Esse conceito permite entender os mecanismos de organização popular, nesse caso o movimento social afro-pelotense, principalmente as tentativas de tendências “federalizantes”, de unificação, de conjunção que buscam trabalhar com a lógica organizacional do Estado moderno. E, ao mesmo tempo, os movimentos de oposição a esse tipo de organização que se opõe a toda forma de governo (GOLDMAN, 2006).

Esse tipo de organização política funciona como linhas fluidas de acordo com o conceito de encruzilhada (ANJOS, 2006), pois o cruzamento com a matriz africana está mais nas práticas dos participantes do que nos discurso e pautas políticas, como será aprofundado no decorrer desse trabalho.

Retomando um dos objetivos dessa investigação que é perceber a interface entre as organizações políticas e afro-religiosas frequentadas, ou indicadas por militantes do Movimento Negro da cidade, percebe-se que a noção de *encruzilhada* e desterritorialização podem ser ferramentas teóricas importantes no entendimento da lógica de organização negra em Pelotas, principalmente no que tange a relação com a política institucional, na relação com os partidos políticos, bem como nos conflitos étnico-raciais existentes.

Nessa visão de mundo, os caminhos são percorridos como “fluídos”. Nesse caso, o fluído negativo seria o caminho fechado ou o circuito fechado. Os fluídos positivos seriam as energias nômades, que não fecham um território. Neste caso, por exemplo, ao exu pode ser solicitado trancar ou abrir caminho, sendo que ele pode estragar a vida da pessoa solicitada, mas, contudo, ele pode retornar para devolver a quem o pediu, fechando assim o circuito (ANJOS, 2006).

Juntamente com a noção de encruzilhada se apresenta o conceito de desterritorialização, este, apontado por Deleuze e Guattari (2000) como um encontro de linhas diferentes de identidades presentes tanto nas posturas políticas, como em um fenômeno onde dois territórios se sobrepõem no tempo. Um processo que uma linha

societal ao carregar outra não se funde, mesmo mudando a natureza das mesmas, não produzem uma síntese.

Já na prática da religiosidade, o antropólogo Norton Corrêa (2006) apresenta a *cosmovisão batuqueira* a partir da polaridade do campo da filosofia religiosa, contrapondo a visão de mundo ocidental com a visão de mundo batuqueira. Primeiro, o autor trata das diferentes teorias que apontam à cultura ocidental como superior, estando ligada ao bem, à verdade única e absoluta, Deus, céu, o certo, a perfeição. Deixando para as outras, o mal, a mentira, o diabo, o inferno, o castigo, a imperfeição. Ainda faz a oposição do céu em cima e o inferno embaixo.

Por fim, esse artigo se propôs a apresentar a presença afro-pelotense através de elementos da prática da religiosidade de matriz africana e elementos como o tambor, o sopapo, que serviram de eixos norteadores da organização social e da política afrodescendente. Desde a ligação do processo produtivo do charque nos séculos passados com o ritual de quatro-pé, verifica-se outra visão sobre a presença afro-pelotense na construção da cidade.

Referências

- AL-ALAN, Caiuá. A negra força da princesa: Política, Pena de morte e correlção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: Edição do autor, Sebo Icária, 2008.
- ANJOS, José Carlos Gomes. No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre. Editora da UFRGS/ Fundação Cultural Palmares, 2006.
- AVILA, Carla Silva de. **Beleza e Encantamento Negro. Estudo sobre afirmação étnica por intermédio do corpo na ONG Odara Pelotas/RS.** 2006. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

_____. **Negros em Movimento, o movimento dos negros: A mobilização negra em Pelotas 1987-2007.** 2008. Monografia (Especialização em Sociologia e Política). Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.

- CORRÊA, Norton F. **O batuque do Rio Grande do Sul: Antropologia de uma religião afro-riograndese.** 2ª Edição. São Luis, Cultura & Arte, 2006.
- GILLES, Deleuze; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: Capitalismo e Esquisofrenia. Vol.1 São Paulo, Editora 34, 1995.
- GOLDMAN, Márcio. A construção ritual da pessoa de candomblé. IN: MARCONDES DE MOURA, Carlos Eugênio (org.) **Candomblé: Desvendando identidades.** São Paulo: EMW, (1987).
- GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense.** 2. ed. - Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.
- GOLDMAN, Márcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Cadernos de Campo.** Nº13: 149-253, 2005
- _____ Como funciona a democracia: Uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro, 7 letras, 2006.
- KOSBY, Marília Flôor. **“Aqui nós cultuamos todas as doçuras.” Contribuição negra para a tradição doceira em Pelotas.** 2007. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas.
- LONER, Beatriz Ana. Pelotas se diverte: Clubes Recreativos e culturais no Séc. XIX. **História em Revista** [da] Universidade Federal de Pelotas. vol.8. 2002
- _____. Negros: Organização e Luta em Pelotas. **História em Revista.** [da] Universidade Federal de Pelotas. vol 5. p.7-27. dez.1999
- MELLO, Marco Antonio L. de, **Reviras, Batuques e Carnavais: A cultura de Resistência dos Escravos Em Pelotas.** Pelotas Ed. Universitária UFPEL, 1994. 163p.
- TURCK, Gustavo; VALENTIN, Sérgio (org). **O grande tambor: entrevistas dos mestres Griôs.** Porto Alegre: Catarse, 2010.

Categoria exclusão social: uma reflexão teórica sobre sua utilização no campo das políticas sociais

Daniel Vieira Essinger

Introdução

Nas últimas décadas o termo exclusão tem tornando-se presente em diversos espaços, tanto no âmbito acadêmico como fora dele. São vários os contextos nos quais nos deparamos com a palavra exclusão: nas plataformas dos partidos políticos, nos movimentos sociais, nas companhias das ONGs, no debate acadêmico etc. A exclusão vem constituindo-se em um conceito amplo que abarca diferentes situações sociais: são excluídas as pessoas que ficam fora dos sistemas de ensino, os trabalhadores desempregados, os refugiados, as pessoas deficientes e tantas outras situações.

O termo exclusão é aplicado para designar situações sociais cujos processos são absolutamente distintos, assim, torna-se cada vez mais evidente a dúvida sobre o que, de fato, tal termo define. Frente a isso vêm somando-se análises próximas à linha da argumentação de Castel (2004) indicando que, como categoria, o conceito de exclusão caracteriza-se por indefinição e pela falta de precisão conceitual.

O termo *exclusão*, e seu correlato - a inclusão, nas últimas décadas têm sido tão empregados e criaram para si um universo de significados tão vasto que sua utilização como categoria de

análise requer, no mínimo, uma revisão criteriosa de limites e de possibilidades.

1. Exclusão na sociedade capitalista

Embora o emprego do termo exclusão seja usualmente remetido à literatura francesa, a partir dos anos 1970, é possível identificar determinantes da exclusão social na própria concepção do sistema Capitalista. O desenvolvimento do capitalismo só foi possível devido à disponibilidade de força de trabalho livre para ser comprada, ou seja, é imprescindível à acumulação capitalista a existência de uma reserva de trabalhadores excluídos do meio de realização do trabalho. O processo histórico de divórcio entre o trabalhador e os meios de produção foi caracterizado por Marx (1984) como *Acumulação Primitiva* e se consistiu em um processo violento de expropriação das formas de organização de produção camponesa e artesanal que precediam a indústria na Europa. No relato de Marx,

O roubo dos bens da igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clérica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros (MARX, 1984, p. 275)

Visto que, muitos dos trabalhadores expulsos de sua condição de trabalho não conseguiram ser absorvidos pela indústria nascente, formaram-se em enormes massas de pessoas desocupadas. Essa força de trabalho excedente teve papel funcional na acumulação capitalista, pois constituiu um exército industrial de reserva, que estava a serviço da exploração burguesa.

Sob essa ótica, o fenômeno da exclusão social constituiu-se como uma característica fundamental para o funcionamento do modo de produção capitalista. Para que houvesse “braços” livres para serem incluídos na produção capitalista, primeiro foi necessário um processo massivo de exclusão. Nesse sentido, exclusão e inclusão tornaram-se duas faces da mesma moeda.

Assumindo-se como verdade o que se expôs até aqui, faria então sentido falar em excluídos? Uma vez que os próprios sujeitos ditos ‘excluídos’ são partícipes indispensáveis do sistema econômico capitalista? Oliveira (1997) propõe-nos este questionamento e argumenta que não há espaço fora do sistema econômico, onde se possa estar efetivamente excluído. Nesse sentido o autor questiona a legitimidade do conceito de ‘excluídos’

É tendo em vista essa bem concatenada visão antidualista, na qual a gênese e a funcionalidade do fenômeno terminam por se dar as mãos, que nossas questões adquirem sentido: como será possível falar em excluídos, ‘apartados’, pessoas que estão ‘fora’ etc., se elas estão, por vias transversas, ‘integradas’ ao sistema econômico? Dito de outra forma: qual o sentido de falar em duas ordens de realidade, dos ‘incluídos’ e dos ‘excluídos’, se ambas são produzidas por um mesmo processo econômico, que de um lado produz riqueza e, do outro, miséria? E, mais que isso, se a miséria assim produzida se torna, ao que tudo indica, funcional para a acumulação de riquezas no pólo oposto? (OLIVEIRA, 1997, p. 55)

Avelino da Rosa Oliveira, em tese na qual discute o conceito de exclusão social e suas implicações na educação, faz um extensivo trabalho de busca do conceito de exclusão na obra de Marx. Para o autor, a crítica de Marx permite caracterizar o princípio inclusão-exclusão como constitutivo do sistema do capital não só no plano histórico, como viemos discutindo até este ponto, mas também no plano lógico. Para o autor, as realidades que não podem ser abrangidas pelo capital são excluídas e, depois de reduzidas a puras determinações quantitativo-econômicas, são

reincluídas no processo. O autor traz como exemplo dessa afirmação a questão do trabalho na sociedade capitalista. Para que as mercadorias tenham valor de troca, é necessário que o trabalho nelas investido seja quantificado, para isso o trabalho é medido exclusivamente como força de trabalho. Nesse processo “a complexidade dos seres humanos - trabalhadores concretos que através do trabalho útil satisfazem necessidades sociais - será perdida em favor da simples determinação quantitativo-econômica da força de trabalho” (Oliveira, 2002, p.82)

O homem, enquanto produtor, só pode ser enquadrado pelas categorias econômicas do capital depois de ter sofrido a deformação de suas qualidades concretas numa medida de quantidade. Tudo o que está incluído no trabalho mesmo, além de sua qualificação quantitativa, não pode tornar-se visível dentro da rede categorial econômica. Deste modo, o homem, enquanto ser concreto, é *excluído*, categorial, lógica e estruturalmente, do contexto argumentativo, não tendo mais lugar no interior da determinação do capital. Assim, a ciência econômica só pode tratar do homem após tê-lo coisificado. (OLIVEIRA, 2002, p.87)

O próprio sujeito trabalhador concreto, com suas múltiplas determinações, cujo trabalho concreto e de múltiplas determinações produz objetos concretos e com múltiplas determinações, precisa ser excluído, ou seja, só pode ser categorialmente enquadrado enquanto ser abstrato e com uma única determinação – a econômico-quantitativa. Assim, a bem de efetivar-se, o capital tem que negar sua própria origem no homem concreto, cujo trabalho útil produz valores de uso. (OLIVEIRA, 2002, p.87)

Para o autor, o capital é incapaz de incluir o homem concreto no processo de sua gênese, por isso precisa excluí-lo enquanto ser concreto para (re)incluí-lo posteriormente, já em outro *status ontológico*, ou seja, simplificado à quantificação de força de trabalho. Dessa forma, corrobora com a tese de que a exclusão e a inclusão subordinada são uma condição da lógica do processo do Capital, não apenas sua manifestação.

2. Limites e possibilidades da categoria *exclusão*

Até aqui se argumentou que as diversas formas de exclusão social teriam como causa a contradição entre o trabalho e o capital, ou seja, fenômeno da exclusão social é elemento intrínseco do funcionamento da sociedade capitalista. De outro lado está o debate contemporâneo que popularizou o termo exclusão e que de acordo com autores como Escorel (2009), Zioni (2006), Wanderley (2009) e Streck (2009) iniciou-se no contexto social francês na década de 1970.

O surgimento do termo exclusão no debate europeu é comumente remetido a René Lenoir (1974), para quem os excluídos são os “esquecidos do progresso” ou mesmo aqueles não estão adaptados à sociedade, como os deficientes físicos ou doentes mentais (Streck, 2009). De acordo com Escorel (2009, *on-line*), na década de 1970, quando a situação de pobreza na França parecia ser residual e superável, a noção de exclusão estava relacionada à sua dimensão subjetiva e não à sua dimensão objetiva, econômico-ocupacional. A exclusão nesse contexto era analisada como uma “deformidade” em uma sociedade que havia pactuado o desenvolvimento econômico com a proteção social implementada pelas políticas sociais do *Welfare State*. Conforme Escorel (2009), a preocupação concentrava-se nos ‘inadaptados sociais’, nos pobres que precisavam ser amparados por ações governamentais, representando gastos sociais crescentes (Escorel, 2009, *on-line*). De acordo com Paugam (*apud* Zioni, 2006, p. 17) no debate iniciado nos anos 1970 a exclusão seria “uma consequência direta da incapacidade por parte da sociedade em inserir seus membros”.

A partir dos anos 1980, contudo, mesmo os países europeus que viveram o estado de bem-estar social no período pós guerra passam a enfrentar o crescimento expressivo do fenômeno da pobreza e as questões a ela relacionados. No que tange às causas desse fenômeno, de acordo com Zioni (2006) argumenta que as

inovações tecnológicas inseridas no processo de produção e a crise do petróleo haviam distorcido a relação entre a oferta e procura de emprego, aumentando o desemprego e o referente crescimento dos níveis de pobreza na Europa. Na esteira desta crise, ao passo em que o Estado de bem-estar social vai sendo posto em xeque, o estabelecimento do Neoliberalismo veio a corroer as estruturas de proteção social que os estados europeus haviam construído, nesse sentido a exclusão passa a tornar-se permanente no âmbito dos países desenvolvidos. O fenômeno da exclusão social no contexto europeu, representa a crise da sociedade salarial, em outras palavras, a população que historicamente viveu a proteção social pela via do trabalho, agora passa a conviver com a precarização do emprego e com o próprio desemprego. No debate francês que contemporaneamente deu publicidade ao termo exclusão, os excluídos são aqueles que no passado já experimentaram a proteção social característica da sociedade salarial e agora se encontram ameaçados pela crise do Estado de Bem-Estar.

Para essa perspectiva de exclusão, o Capitalismo, em si, não seria excludente, a exclusão seria uma deformidade do sistema que no passado incluía a todos. Neste sentido a pauta da política social passa a ser a implementação de ações que visam reincluir os “novos pobres”.

O objeto central, portanto, da escola francesa são, por um lado, as políticas de assistência social, enquanto mecanismos destinados a refazer o laço social rompido, reconstituindo a coesão social; por outro, as políticas de proteção social, compreendidas como as ações do Estado endereçadas a evitar o rompimento do laço social onde este esteja enfraquecido. (OLIVEIRA, 2002, p.127)

De forma geral, os autores pelos quais esta revisão passou, nos permite elencar alguns limites para a categoria *exclusão*, vista a partir desta concepção europeia contemporânea.

Primeiramente, argumenta-se que a categoria *exclusão*, quando vista fora da totalidade que é a sociedade capitalista,

focaliza a atenção somente nos sintomas da questão social, escondendo o verdadeiro processo que leva à exclusão social. Para Ribeiro (1999) o conceito de *exclusão* elabora reflexões superficiais, cujas políticas de inclusão mantêm o modelo social que produz a exclusão, dificultando a formulação de estratégias para o efetivo enfrentamento da exclusão. Nesse mesmo sentido, para Frigotto (2010), o uso abusivo da categoria exclusão, no plano das políticas sociais, pode conduzir a uma postura reformista e conservadora. Castel (2004), no texto “**As armadilhas da exclusão social**”, aponta uma série de razões para que o termo exclusão seja usado apenas com o devido cuidado teórico. Para o autor,

Focalizar a atenção sobre a exclusão apresenta o risco de funcionar como uma armadilha, tanto para a reflexão como para a ação. Economiza-se na necessidade de interrogar sobre as dinâmicas sociais e globais que são responsáveis pelos desequilíbrios atuais, descreve-se da melhor forma os estados de despossuir, mas criam-se impasses sobre os processos que os geram, procede-se análises setoriais, renunciando-se à ambição de recoloca-las a partir dos mecanismos atuais da sociedade (CASTEL, 2004, p.24)

Esta tentação de deslocar o tratamento social para as margens não é nova. Corresponde a uma espécie de princípio de economia no qual se podem encontrar justificativas: parece mais fácil e mais realista intervir sobre os efeitos de um disfuncionamento social que controlar os processos que o acionam, porque a tomada de responsabilidade destes efeitos pode se efetuar sobre um modo técnico, enquanto que o controle do processo exige um tratamento político. (CASTEL, 2004, p.24)

Outra limitação do conceito da “exclusão”, quando aplicado às políticas sociais, é o fato de ela levar a interpretações da questão social que acabam por atribuir ao sujeito excluído a causa da sua própria exclusão. Como indica Streck (2009), a exclusão social é vista como “uma deformidade a ser vencida por meio da capacitação do indivíduo. Uma vez desenvolvidas as devidas competências, todos estariam aptos para serem incluídos na

sociedade” (Streck, 2009, p.548), assim, conforme o autor, é reforçado o senso comum de que as alternativas de mudança não ultrapassam o nível do indivíduo.

Ainda nessa perspectiva de perda de um referencial complexo e de individualização da exclusão, no que tange a formulação de políticas sociais, aponta-se o perigo de que as políticas de inclusão possam acabar por causar processos de discriminação dos sujeitos beneficiários destas políticas,

Em seu principio essas políticas - renda mínima, formação para o acesso ao emprego etc... - não são contestáveis, pois visam assegurar um “mais” para aqueles que estão no “menos”, para aproximá-los do regime comum. Mas a observação sociológica mais elementar mostra que a discriminação positiva se torna facialmente discriminação negativa ... Vê-se que a margem é estreita entre as medidas específicas que visam a ajudar públicos em dificuldade e sua instalação em sistemas de categorização que lhes atribui um status de cidadão de segunda classe. (CASTEL, 2004, p.46)

Ainda no que se refere às limitações da categoria *exclusão*, partindo-se da premissa de que o termo *exclusão* tornou-se uma categoria imprecisa, pode-se argumentar que ela não tem potência explicativa para análise da questão social. Frigotto (2010) indica que a noção de exclusão social é insuficiente para apreender a crise estrutural do trabalho assalariado e a radicalização da desigualdade na atual crise do sistema capital. Neste sentido, Conforme Castel (2004),

a primeira razão para se desconfiar da exclusão é justamente a heterogeneidade de seus usos. Ela designa um número imenso de situações diferentes, encobrindo a especificidade de cada uma, ou seja, a exclusão não é uma noção analítica. Falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém. (CASTEL, 2004, p.18)

Seguindo essa tônica, ainda em relação à limitação explicativa da categoria em questão, para Oliveira (2002)

é preciso voltar a insistir na exclusão como forma de aparecimento de um sistema cuja essência só pode ser explicada com recurso a um referencial complexo. Assim, desde que seja claramente definido e situado no contexto da rede reflexionante toda, o conceito exclusão pode ser útil na interpretação de certos aspectos da realidade social. Entretanto, se a exclusão for retirada da rede categorial ampla e tomada como conceito interpretativo independente, há sérios riscos de se explicar a realidade social exatamente como ela não é. (OLIVEIRA, 2002, p.204)

Para além das limitações conceituais que a categoria apresenta, deve-se questionar até que ponto o termo exclusão - popularizado por países capitalistas centrais - pode ser utilizado em países como o Brasil, que jamais experimentaram o Estado de Bem-Estar social. Para Sposati (1999) a concepção de exclusão social como perda de uma conquista pressupõe a anterior universalidade da cidadania, porém, conforme a autora, no caso brasileiro este patamar de universalidade da cidadania não foi ainda consagrado nem na sociedade nem no Estado.

Postas todas essas ressalvas sobre o conceito de exclusão, há de se registrar uma potencialidade para o uso do mesmo. Visto que a exclusão foca a atenção nos sintomas da questão social, é possível dizer que sua verdadeira contribuição é revelar as manifestações de exclusão na sociedade capitalista. Conforme Ribeiro (1999) a categoria exclusão tem como único mérito a capacidade de denúncia, ou seja, de alertar para a perda de direitos e para a destruição do Estado de Bem-estar (RIBEIRO, 1999, p.44). Nesse sentido,

Dentre as operações teórico-práticas do processo humano de conhecimento, o nível da descrição das formas de aparecimento imediato da lógica interna do sistema do capital é onde o conceito de exclusão encontra seu emprego mais adequado. No âmbito econômico-produtivo, o estágio mais evoluído das forças

produtivas, aliado a modelos mais sofisticados de gerenciamento da produção, gera novas formas de desemprego, mais massivos e de longa duração, que podem ser descritas como formas peculiares de exclusão do mercado de trabalho. Do mesmo modo, o fenótipo contemporâneo da pobreza, as formas refinadas de “descontratualização” do trabalho, bem assim as inumeráveis variações dos modos atuais de exploração e até mesmo o não acesso à propriedade da terra ou da moradia podem ser muito apropriadamente descritas como formas de exclusão e inclusão forçada (OLIVEIRA, 2002, p.204)

3. Considerações finais

Da breve discussão que se traz até este ponto, é possível argumentar que o enfrentamento do fenômeno da exclusão social só é possível reconhecendo-se que sua existência é intrínseca ao funcionamento do capitalismo. A exclusão está incluída na lógica do capital, como bem demonstra Oliveira (2002). Da mesma forma a inclusão (subordinada) apresenta-se como elemento fundamental ao Capital, uma vez que dá origem a uma massa de mão-de-obra superexplorada capaz de potencializar a acumulação capitalista. Nesta perspectiva, o embate à exclusão só se dará pela busca da superação da sociedade Capitalista.

Por outro lado, se torna importante registrar que, para autores como Frigoto (2010), Silva (2012) a restrição ou abandono da utilização da categoria exclusão não deve ser tomada como pressuposto para deslegitimação de toda e qualquer política social que, dentro do sistema capitalista, pretenda reduzir a desigualdade social. Frigotto (2010) quando trata do tema exclusão social argumenta que

No contexto da virulenta forma que assume a desigualdade social no capitalismo tardio, exige, talvez, do campo de esquerda, uma práxis que, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, trabalhe a reforma e a revolução. Ou reforma na perspectiva da revolução (FRIGOTTO, 2010, p. 435)

Para o autor existem reformas que “engendram os elementos de mudança do modo de produção capitalista” entre elas a reforma agrária, a reforma tributária e a reforma fiscal. Ainda no que tange as políticas sociais, o drama humano que se instala devido à desigualdade social implica políticas distributivas imediatas. Conforme Frigoto (2010) neste contexto situam-se a política de renda mínima, bolsa família etc. Para Streck(2009) essas políticas são acordos entre os campos políticos para promover “inclusões” que, embora subalternas do ponto de vista da estrutura social existente, representam avanços para quem delas se beneficia.

Referências

- Castel R. **As armadilhas da exclusão social**. In: Castel R, Wanderley LEW, Belfiore-Wanderley M. Desigualdade e a questão social. 2ª ed. São Paulo: Educ; 2004. p.17-50.
- SCOREL, S. Exclusão Social. Dicionário da Educação Profissional em Saúde, 2009. Disponível em 88 <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/excsoc.html>. Acesso em 21 de fevereiro de 2019
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Exclusão e/ou desigualdade social? Questões teóricas e políticopráticas**. Cadernos de Educação, Pelotas, n. 37, p. 417-442, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1593/1479>>. Acesso em: 17 out. 2012.
- MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira,1984.
- OLIVEIRA, Luciano, **Os excluídos “existem”?** **Notas sobre a elaboração de um novo conceito**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n.33, vol.12, fev.1997, pp.49-61
- OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Educação e exclusão: uma abordagem ancorada no pensamento de Karl Marx**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

RIBEIRO, Marlene. **Exclusão: problematizando o conceito.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 25, n. 1, p. 35-49, June 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Aug.2016. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97021999000100004>>.

da Silva e Silva, Maria Ozanira; Ferreira Santos de Almada Lima, Valéria **O BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL: problematizando a transferência de renda condicionada focalizada em famílias pobres no contexto da América Latina** Revista de Políticas Públicas, outubro, 2012, pp. 231-243 Universidade Federal do Maranhão São Luís, Maranhão, Brasil

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador.** In: VÉRAS, Maura Padini Bicudo (ed.). Por uma Sociologia da Exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ: 1999. Pp.126-138

STRECK, Danilo Romeu. **Da pedagogia do oprimido às pedagogias da exclusão: um breve balanço crítico.** Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 107, p. 539-560, Aug.2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000200012&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Aug.2016. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000200012>>.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 16-26.

ZIONI, F. Exclusão social: noção ou conceito? Saúde e Sociedade, v.15, n.3, p.15-29, set-dez, 2006.

Reforma psiquiátrica: uma ampliação dos territórios da loucura na cidade?

Dulce Pinheiro Berndt

Introdução

Este artigo final tem como objetivo problematizar a ampliação dos territórios da loucura na cidade, a partir da “alta” dos usuários do CAPS. Baseia-se nas discussões realizadas na Disciplina “Cidades e Territorialidades” do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas (PPGPS-UCPel), bem como com tema de pesquisa realizado no Mestrado em Política Social, que tem por objeto a “alta” dos usuários e tema a Reforma Psiquiátrica.

A reforma psiquiátrica é um movimento social que busca a extinção progressiva dos os hospitais psiquiátricos, propondo um tratamento em serviços de portas abertas, os chamados Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), além de propor uma rede de atenção e cuidados para as pessoas com algum sofrimento psíquico, assegurando assim, o direito do usuário de ir e vir e promovendo o cuidado em liberdade.

O novo modelo de cuidado passa ser uma resposta a cada singularidade do indivíduo ou situação de vida, deixando de ser centralizado. A reforma traz uma discussão da dimensão política e social que permeia a loucura

Após a criação dos CAPS, em 2001 através da Lei 10. 216 esses serviços vem sendo uma das possibilidades desse cuidado em

liberdade, mas até que ponto estes serviços não estão reproduzindo a lógica manicomial e se tornando mini manicômios indo na contramão de todo o movimento da Reforma Psiquiátrica? Muitas vezes, pelo fato de que se tornaram serviços institucionalizados, esses serviços perderam a questão central que visa o movimento de luta antimanicomial que é a desinstitucionalização, assim tornando-se serviços fechados que acabam não produzindo vida no território onde vivem as pessoas.

Em relação a isso e necessário tencionar cotidianamente o fato de que não está por acabado o movimento pela Reforma Psiquiátrica e de Luta Antimanicomial, compreender que a busca de ampliação dos espaços de circulação das pessoas com sofrimento mental é mais do que a criação de serviços especializados, envolve uma questão central que é a ampliação da Rede de Cuidados e destruição de toda e qualquer forma de segregação e estigmatização dos sujeitos, buscando evidenciar o protagonismo e o poder destes sobre as suas vidas e onde elas acontecem. Somente assim teremos uma sociedade livre de manicômios e a desinstitucionalização almejada.

Para apresentar a análise proposta neste artigo, o mesmo foi organizado em três pontos de reflexão que fazem parte dos próximos pontos. Em um primeiro momento construiremos um pensamento em relação de como o sujeito com sofrimento mental vem tendo na cidade, destacando qual é esse lugar do sujeito. Logo em seguida refletiremos sobre a Reforma Psiquiátrica e seus desdobramentos nas mudanças de concepções no modo de olhar, cuidar e conviver com a loucura, propondo uma mudança no paradigma manicomial para o cuidado no território percebendo este como potência para cuidar e desconstruir esses manicômios e práticas manicomiais que ainda existem e é nesse sentido que vamos tratar o terceiro e último ponto desse artigo buscamos trabalhar no conceito de território e qual o sentido este tem para o movimento de luta antimanicomial.

1. O lugar do “louco” na cidade

A trajetória histórica dos lugares da loucura, entendidos como espaços construídos, dedicados ao louco bem como espaços sociais nos quais eles se inscrevem, tem a modernidade como uma grande cissura onde as várias possibilidades espaciais e sociais para o modo de existência da loucura se restringem a um único e exclusivo lugar: o manicômio.

Com o advento da modernidade o louco passa a trilhar seu destino de entrar para o imaginário social como sendo natural a este território, que a partir de então, torna-se seu, exclusivamente. O lugar da loucura a partir da modernidade se inclui entre os diversos novos espaços sociais modernos, pacificados e normatizados, onde o principal objetivo arquitetônico é, através da disposição espacial, domar os fluxos e garantir a completa vigilância e controle. Desta forma, o processo de internação constituiu-se como um modelo oportuno de eliminar da paisagem das cidades a loucura, considerada heterogênea e nociva à ordem desejada.

A partir do período pós-guerra, surgem movimentos em várias partes do mundo que se processam na direção de uma abertura nesse cenário estático e segregador, quando se passa a pensar a transformação do modelo manicomial de assistência, centrado no hospital psiquiátrico, em um modelo de atenção comunitário, praticado em liberdade, que se relaciona com o cuidado em saúde, mas também com todas os equipamentos e esferas que compõem a vida em comunidade.

Fez-se possível um modelo de assistência que se abriu completamente à cidade. O movimento de desinstitucionalização da loucura, que devolve o louco para o meio urbano, para o convívio social, para produção de autonomia, é uma afirmação da sua existência, e busca restituir seu direito à cidadania, seu direito à cidade. Abandona-se o confinamento entre muros, a clausura dos gabinetes e se ocupa o bairro, a rua, a praça. Este movimento

implica em um novo e grande desafio: o encontro da cidade com o louco e a loucura. A cidade não é apenas um palco onde acontece este encontro, ela é protagonista das cenas que a loucura acaba de inaugurar em sua história. Mas que cidade é essa que está prestes a reencontrar o sujeito-louco?

Pensemos nas cidades de hoje, já disciplinadas e esquadrinhadas pelo urbanismo moderno, pelos poderes disciplinares e de controle, onde há uma tendência de encapsulamento da vida para garantir certa invulnerabilidade, uma sensação de estar seguro: altos muros, grades, cercas elétricas, portões, portarias, porteiros, automóveis individuais, janelas fechadas, ruas expressas, estacionamentos protegidos. A cidade contemporânea foi conduzida na direção de transformar-se em uma cidade intocável, proibida aos sentidos humanos, atravessada por pessoas escondidas dentro de automóveis, separadas do contato da cidade pelo vidro, vivendo a cidade através de imagens, e cultivando o medo, altamente disseminado pelos meios de comunicação. É o medo o grande responsável pelo desejo desesperado de consumir os serviços de segurança, como se a segurança só pudesse, hoje em dia, ser conquistada pelo consumo. Ela se apresenta como produto, oferecido pelo mercado imobiliário, que aposta na vida condominizada, privatizada, composta por ilhas muradas dentro da cidade, pretendendo-se como uma minicidade afastada dos perigos da violência, da diferença, do estrangeiro.

Como se não bastasse o zoneamento moderno, segregador do território da cidade, homogeneizador das relações sociais que se dão apenas entre os iguais, a cidade contemporânea, através de mecanismos sofisticados de controle, funda novos meios ainda mais sutis de segregação e exclusão, que contribuem para acentuar a desigualdade social e promover a violência simbólica e a violência real nas cidades.

Tendo o planejamento urbano se orientado por pacificar as cidades, acabou por suprimir os seus espaços de relação e, com

isso, suprimiu-se também seu erotismo, a possibilidade de ligação e encontro com o outro.

Dessa maneira, a força geratriz da cidade foi negada. Negou-se o encontro, as relações que brotam dele, as trocas – não só comerciais, mas principalmente trocas de olhares, de toques, de palavras, de ideias e de substâncias – e, no lugar disso, introduzem-se meios que possibilitem o contato a distância enquanto se habita espaços artificiais e homogeneizados.

Em decorrência disso, passa a ocorrer um esvaziamento dos espaços públicos e, aos poucos, a cidade passa a ter a sua vocação – para ser o lugar do convívio, da urbanidade, da civilização, da cultura, da esperança, da criação – relegada para um segundo plano, enquanto que é substituída por uma ideia de meio que possibilita a conquista do sustento, do “pão nosso de cada dia”, em decorrência do qual, se atinge um determinado modo de vida, muitas vezes sem vida. Dessa forma, a vocação da cidade se inverte: ao invés de produção de relações ela se torna em função das relações de produção.

Essa simplificação da vida na cidade impossibilita percebê-la além da sua mineralidade: é a pedra sem o corpo. O que a cidade ganha em robustez material perde em fragilidade corporal, perde assim o seu próprio sentido. (Baptista, 2010)

Desde a Reforma Psiquiátrica, o trabalho em saúde mental passa a incidir cada vez mais sobre um campo que é excêntrico ao hospital. O cuidado em saúde mental passa a fazer parte do panorama da cidade, apropriando-se dos espaços sociais, que se constituem como os novos lugares da loucura.

Ao lançar-se no espaço aberto, sem fronteiras demarcadas e sem medidas prévias de tempo, não são só os usuários de saúde mental que estão diante da novidade de experimentar os espaços urbanos, mas também os profissionais, com seus saberes e práticas, que se deparam com uma nova realidade de atuação, as quais passam a incorporar a paisagem citadina, os espaços

públicos, com o desafio de articular o espaço-tempo da cidade com a condição espaço-temporal própria da loucura (Palombini, 2004).

Para compreendermos melhor essa questão dos novos espaços da loucura que busca esta reforma das práticas e saberes na área da saúde mental abordaremos no tópico seguinte uma contextualização do que é esse movimento no contexto brasileiro.

2. Contextualizando o movimento de reforma psiquiátrica...

A história da atenção à saúde mental é marcada pela perspectiva asilar, baseada na negação do ser humano como sujeito, no sentido da sua hospitalização, medicalização e objetificação. O lugar de “cuidado” para as pessoas em sofrimento mental era unicamente o hospital psiquiátrico, cujo modelo de atenção reforçava a necessidade da exclusão e isolamento. Desse modo se tinha uma relação de opressão e violência entre os “doentes mentais” e equipe de trabalho, sendo o poder e o saber médico embasados no aniquilamento do indivíduo enquanto sujeito social.

No modo asilar, o indivíduo é tratado apenas em sua dimensão de doente, tanto em relação à sua família quanto ao seu contexto social amplo; as intervenções são centralizadas exclusivamente no que concerne ao diagnóstico e tratamento da doença. O indivíduo constitui-se centro do problema, e, a partir de então, se inicia o isolamento social em relação ao meio familiar e social. Existe uma espécie de paralelo entre o isolamento do indivíduo e o exílio da cena do seu tratamento (COSTA-ROSA, 2000).

No contexto de maus tratos, exclusão e violação dos direitos humanos intensificaram por todo o mundo as discussões e mudanças na forma de tratar o “doente mental” com experiências como a da psicoterapia institucional, da comunidade terapêutica, da psiquiatria territorial, da desinstitucionalização, entre outras. Essas abordagens partiam do pressuposto de que o problema do

louco não era tanto da doença em si, mas, sobretudo, das relações que se estabelecia com ela (AMARANTE, 1995).

A assistência a pessoa com transtorno mental é caracterizada no decorrer dos tempos, excluindo esse sujeito do convívio social e de diversos direitos sociais, políticos e civis. Portanto, não é tarefa simples abordar a questão da saúde mental, pois a mesma implica em um fenômeno complexo que possui dimensões de análise distintas em função dos enfoques teóricos, dos modelos médicos e das concepções sociais subjacentes nos diferentes contextos sócio econômicos.

Durante o percurso histórico da loucura, temos os dois modelos de entendimento da saúde mental: um manicomial, que enclausura e afasta do convívio social e outro o modelo da reforma psiquiátrica que como diz Birman,

... a ideia de reforma psiquiátrica não se identifica absolutamente com a noção de assistência psiquiátrica (...). Vale dizer, a problemática colocada pela reforma psiquiátrica insere a questão da assistência psiquiátrica como um dos seus temas e mesmo como um tema privilegiado, mas certamente a transcende, pois o que está em pauta de maneira decisiva é delinear um outro lugar social para a loucura na nossa tradição cultural (BIRMAN, 1992, p.72).

A Reforma Psiquiátrica busca a ampliação dos espaços de reabilitação social, visando o combate à exclusão, o respeito e exercício de cidadania da pessoa com sofrimento psíquico, uma vez que a está não se limita em construir apenas um novo espaço de cuidado denominado CAPS, mas inspira um processo de transformação maior com pessoas com algum tipo de transtorno mental, possibilitando

Tornar cada vez mais fluidas, mais transitáveis, mais flexíveis, as fronteiras entre as instituições destinadas a eles e a sociedade onde se desenrola a vida e o destino de todos nós, loucos ou não. (LOBOSQUE, 2003, p. 17)

O movimento de reforma psiquiátrica italiano, no qual o Brasil inspirou-se, visa não apenas à desconstrução dos manicômios, mas sim, a construção de uma nova maneira de olhar a "loucura" e seu lugar. Os italianos apostaram no questionamento da lógica e do funcionamento do manicômio, criando condições para a sua desmontagem. Tal postura produziu efeitos decisivos na desconstrução do tratamento asilar e, simultaneamente, na construção de serviços substitutivos e territoriais. Assim, os psiquiatras inovadores italianos enfatizaram que a psiquiatria nascida de reformas realizadas por outros países faliu, seja no objetivo de superar a cronicidade, seja no objetivo de liberar-se de sua função de coação e internação (ROTELLI, F; LEONARDIS OTA; MAURI DIANA, 1990).

Ao pensar a Reforma Psiquiátrica devemos refletir sobre dimensões políticas, culturais, conceitual e de atenção de cuidados, e isso faz com que este seja um movimento social complexo, mas por outro lado ao termos um olhar sobre todos esses pontos temos uma visão da totalidade desse movimento e uma análise do todo.

Sendo dispositivos e uma estratégia de fortalecimento da Reforma Psiquiátrica os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), necessitam trabalhar numa perspectiva constantemente na busca do cuidado e de colocar qual o lugar da loucura e do "louco" em nossa sociedade, para que consiga romper com os muros institucionais de cuidado.

Nesse sentido é necessário que as equipes da rede de atenção psicossocial sejam serviços, que operem segundo a lógica do território é olhar e ouvir a vida que pulsa nesse lugar. O território é definido pela significação/ressignificação de um espaço por um determinado grupo social (Faria & Bortolozzi, 2009), através da produção de familiaridade e propriedade (pertencimento) (Barros, 2006). Com isso, territorialização significa ação culturalmente embasada nas singularidades de cada sujeito em seu universo interacional.

Pensar a Reforma Psiquiátrica enquanto um movimento social complexo nos exige perceber todas essas dimensões, pois temos que olhar e perceber a reforma em sua totalidade. Isso torna o movimento complexo, uma vez que exigirá uma transformação para além das questões de local de cuidado, tem uma dimensão política, cultural e de conceito o que torna ainda mais difícil de transformar, pois, vivemos em um momento em que as coisas estão cada vez mais sendo tratadas em suas fragmentações.

Assim, o movimento de reforma psiquiátrica reafirma que a construção de uma sociedade democrática passa pela constituição de sujeitos livres e iguais perante a lei, ou seja, a desinstitucionalização significa o resgate da cidadania e da possibilidade de vivência democrática, através do seu protagonismo no tratamento e na comunidade.

Paulo Amarante (1996) demarca e distingue diversas formas de desinstitucionalização e, conseqüentemente, os diferentes projetos de reforma que desses decorrem. São três as formas consideradas: a desinstitucionalização como desospitalização, como desassistência e como desconstrução. Antes de apresentá-las, cabe ressaltar que nenhuma delas existe independente das demais. De acordo com o momento, o local e a conjuntura, uma dessas possibilidades adquire maior visibilidade.

A desinstitucionalização como desospitalização, cuja origem remonta aos projetos de psiquiatria preventiva e comunitária, considera que a implantação de medidas saneadoras e racionalizadoras provocam um rearranjo administrativo dos equipamentos de saúde, assim como a substituição do modelo hospitalar por outras modalidades de assistência e cuidados. Esta seria a reforma suficiente. Vale frisar, ainda, que a desinstitucionalização como desospitalização é uma visão de cunho econômico para a administração de recursos estatais, aproximando-se do modelo sanitarista de gestão em saúde.

Quando a substituição do modelo hospitalar por recursos na comunidade falha, a desinstitucionalização torna-se desassistência.

Conseqüentemente, os familiares ficam temerosos que seus parentes sejam abandonados à própria sorte, enquanto grupos interessados no fracasso da reforma utilizam tal possibilidade como ameaça constante para retardar as mudanças.

A terceira e última forma de desinstitucionalização considerada por Amarante é a desconstrução. Nesta, aborda-se criticamente o modelo psiquiátrico em um jogo de negação das instituições caracterizadas pela violência consentida, caminhando-se para a construção de novos espaços de subjetivação. Esta forma de desinstitucionalização traria, como consequência, uma mudança na mentalidade manicomial e na forma de se enxergar e conviver com a loucura.

A proposta de desinstitucionalização tem ressonância na sociedade pelos aspectos econômicos, afetivos e ideológicos que produz. Entendendo essa metamorfose como partindo do descrédito atribuído aos lugares de segregação, a transformação do modelo em saúde mental como expressão de uma outra política torna-se um conjunto instável, repleto de conflitos, de tensões, de crises e de derrapagens.

Segundo a portaria 336/02, é função do CAPS “responsabilizar-se, sob coordenação do gestor local, pela organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental no âmbito de seu território”.

Entendo que esta rede de cuidados inclui fios de outros serviços de saúde, como Centros de Saúde, PSFs, instituições da Assistência Social, entre outros. Porém, não são apenas os “serviços de saúde” que promovem saúde. Outros atores promovem, protegem e recuperam a saúde.

A Lei 8080/90 aponta a importância de ações intersetoriais na concepção e funcionamento do Sistema Único de Saúde.

Aqui entram parcerias que não consideram a doença, mas o sujeito como um todo. Atividades num centro comunitário, com crianças e idosos. Jogar futebol na escola aos finais de semana, juntamente com os traficantes do bairro e membros de uma igreja.

Participar de um grupo de culinária no barracão na igreja, junto com senhoras ditas sãs. Aprender a navegar na internet numa Casa de Cultura, acompanhado de universitários e analfabetos. Parcerias com outros setores governamentais (lazer, turismo, esporte, etc..) e com atores da comunidade. Eis a diversidade que se apresenta e torna colorida uma vida muitas vezes desbotada. Como exemplo, duas situações, descritas no início deste texto. Passos (2004) ajuda a pensar estas questões com seu conceito de redes quentes. Segundo este autor, “não há como escaparmos de redes no contemporâneo e, por isso, a estratégia é a de construirmos redes de resistência: redes quentes, isto é, redes não homogeneizantes, mas redes sintonizadas com a vida, redes auto poéticas” (p.01). Redes que estão comprometidas com a produção de subjetividades. Redes que não permitam que diariamente pessoas ressuscitem sua ausência.

Contrapondo o modelo manicomial (caracterizado pelo isolamento, ruptura de laços sociais, exclusão e violência.), Basaglia (2005) propõe o território como estratégia e a cidade como lugar fundamental da reabilitação. E nesse sentido faz-se necessário uma discussão ampliada sobre esses territórios, como um lugar potencializador de cuidados e também de desconstrução do modo e práticas dos manicômios

3. Cuidado nos territórios, para uma desconstrução do modo manicomial.

O conceito de território se insere na clínica da atenção psicossocial como “não é (apenas) o bairro de domicílio do sujeito, mas o conjunto de referências socioculturais e econômicas que desenham a moldura de seu cotidiano, de seu projeto de vida, de sua inserção no mundo” (DELGADO, 1992). Assim, o serviço de saúde mental deve considerar as referências sociais e culturais da comunidade que está inserida para estabelecimento da clínica da atenção psicossocial.

Milton Santos (2000) refere que o território não está delimitado a um espaço físico geográfico, e sim um espaço fruto das relações estabelecidas sejam elas políticas, sociais, culturais e econômicas de determinada população. Esta noção de território permeia a proposta institucional do CAPS, uma vez que a assistência aos portadores de transtorno mental grave deve pressupor a articulação dessas relações presentes no território do usuário.

Território pode ser entendido como as marcas físicas e marcas produzidas pelo homem, que vão além da delimitação geográfica sobre a qual um serviço é responsável pela população adscrita. Diz respeito à construção e transformação entre os cenários naturais e a história social que os homens inscrevem e produzem (YASUI, 2006). Ainda segundo o autor, território relaciona-se à construção do espaço e produção de sentidos ao lugar habitado.

Rotelli (1990) discorre que o objeto de cuidado não deve ser a doença mental, objeto reducionista, e sim o sofrimento existente na vida dos pacientes e sua relação com o corpo social. É necessário ter o sujeito como objeto de nossa intervenção, nas suas múltiplas interações socioeconômicas e culturais, ajudando o usuário no enfrentamento diário de sua vida. Para tanto, Tenório (2002) aponta que isso envolve a construção de um suporte social, controle dos sintomas, apoio e orientação à família, oferecer condições de moradia e lazer, e criação de alternativas de trabalho, tendo uma instituição referenciada ao tratamento e apoio da família, é dessa forma que a clínica da reabilitação psicossocial se reafirma.

Território, portanto, que considera o coletivo. Coletivo não apenas entendido como conjunto de pessoas, famílias e outros agrupamentos sociais, mas como conjunto heterogêneo, “com elementos formalizados e intensivos, cujos agenciamentos delineiam condições de vida e de saúde de uma população” (MENDES, 2004).

No coletivo é que as pessoas vivem, reconhecem-se, sobrevivem. O CAPS, como aspirante a promotor de trocas, aqui deve estar inserido. Aqui atuar, de acordo com a cultura, organização e demais idiosincrasias existentes no território. Aqui deve articular projetos diferentes com os diferentes recursos existentes no entorno ou território (YASUI, 2006).

Pensar território e uma ética de cuidado inclui, necessariamente, considerar o caráter político da clínica. Clínica entendida aqui como “conjunto de práticas sociais destinadas a cuidar da saúde física ou mental de pessoas ou grupos, como também e indissociavelmente dos desassossegos e sofrimentos que elas implicam. Neste sentido, a clínica concerne, em primeiríssimo lugar, uma ética de cuidados com a vida. Trata-se de uma ética em defesa da vida, de sua potência de variação, a partir da qual se justifica a busca mais e melhores respostas às demandas sociais por esse tipo de intervenção, como também se confere sentido aos esforços e à produção teórico-metodológica e técnica das disciplinas clínicas” (Paula Souza, 2000, apud Mendes)

A clínica, conforme apontada por Mendes (2004) não é um exercício neutro, mas sim uma ética de ativação e criação de vida, o que implica na tomada de posição a favor de práticas e referenciais teóricos que sustentem este compromisso. O caráter político manifesta-se na resistência a estratégias de controle, na afirmação de espaços e tempos de criação e elaboração de produção de existência pessoal e social na saúde. Além, a clínica ocupa-se de inventar possíveis que interfiram no próprio sistema de saúde.

Ainda nesta direção, cabe ressaltar que a produção de bens e serviços ocorre juntamente com a produção de sujeitos e coletivos (CAMPOS, 2003). Portanto, aproximar-se da população e construir com os sujeitos a apropriação de seus problemas, dificuldades e questões, e formas de resoluções ou de lidar com isto, permite uma mudança nas instituições, gestores, usuários e profissionais. A micropolítica dos serviços de saúde e os processos de trabalho (não alienantes) ganham relevo nesta proposta.

Os CAPS devem estar localizados e atuar nesses espaços, em constante articulação com os outros serviços e a comunidade – funcionando como porta de entrada da assistência na região. As parcerias com a comunidade são valiosas, formam uma rede de solidariedade que contribui tanto para a reinserção social dos pacientes quanto para a construção de um outro lugar social para a loucura.

Acreditamos que aqui reside o grande desafio do CAPS no território: oferecer à população possibilidades, tecer rede quentes, o CAPS deva ser produtor de prazer, de vida. Vida que manifestasse de modos diferentes. Vida que respeita e (con)vive com a diversidade, que convida e provoca a sociedade a participar desta mudança.

É importante frisar que a RAPS esteja articulada de fato, mesmo que com avanços e recuos em alguns momentos, para que de fato se possa destruir esse modo de cuidado que não queremos. Muito embora sabemos que por si só os CAPS correm o risco de se tornarem capscômios, quando não se é trabalhado de forma efetiva, como traz Basaglia e cols. (1994), corre-se o risco de ficar confinado nos limites de uma atividade puramente reformista, sem que haja elaboração de uma atividade revolucionária.

Lobosque (2001) enfatiza que o CAPS deve ser um local de passagem. A permanência no serviço é uma etapa na vida do paciente e não um meio de viver – como único lugar possível de existência. O usuário deve permanecer no serviço enquanto precisar e não mais do que isso, o que caracterizaria uma forma de institucionalização e/ou cronificação. Um tipo de cronificação que se dá através da atenção exclusiva ao usuário e da ausência de articulação com a comunidade, o que vai na contramão de tudo o que estamos até aqui discutindo. Logo a falta de “ata” desses usuários do serviço é um sinalizador de como estão sendo as práticas,

Para Silva (2003), “é o olhar atravessador dessa instituição a ser inventada, ou seja, é o verificador de algo inconcluso por

natureza e eticamente comprometido com a liberdade. O desconforto de nunca concluir, inerente a tal experiência, é superado pela alegria da criação permanente” (2003, p. 44).

Novos dispositivos exigem um novo sentir, pensar e agir frente à loucura “e aos ditos loucos”. No cotidiano dos serviços, a constante reflexão e problematização dessas questões permitem um trabalho mais viável ética e tecnicamente, não burocratizado no tipo de circulação que propõe aos usuários.

4. Considerações finais

Acredita-se que uma das dificuldades que está implicada no processo da reforma psiquiátrica se dá pelo fato da nova arquitetura e estrutura que vem se desenhando as cidades, como vimos no primeiro ponto, enquanto a proposta da reforma e a busca de ampliação dos espaços do encontro com os diferentes.

Quando se fala em atenção psicossocial, em rompimento dos manicômios e hospitais psiquiátricos é importante atentar para o que nos traz Pinho, 2012 que vai de encontro com o que pensamos. Um dos pontos que precisamos refletir no contexto da Reforma Psiquiátrica é de que precisamos ter trabalhadores protagonistas, que lutem de fato por uma sociedade livre, que coloquem em suas práticas cotidianas o cuidado como questão central e principalmente saibam o que vem a ser o contexto de Luta Antimanicomial e de Reforma Psiquiátrica.

A desinstitucionalização consiste no processo de desconstrução de práticas manicomiais e construção de novos saberes, os quais sejam capazes de privilegiar a subjetividade e autonomia do indivíduo, bem como o livre exercício de sua cidadania.

Pelbart, insiste que não é uma questão apenas de destruir os manicômios, nem acolher os loucos ou relativizar a noção de loucura _ “Nada disso basta, e essa é a questão central, se ao livrarmos os loucos dos manicômios mantivermos intacto um outro manicômio, mental, em que confinamos a desrazão” (Pelbart, 1989). Neste

sentido, combater os manicômios mentais se coloca como a invenção de um território de existência antimanicomial, com práticas e ações interseccoras a fim de trilhar novos territórios existenciais, quem sabe aqueles ocupados por signos da desrazão e, interferir diretamente nos modos de produção, abrindo um amplo terreno de construções singulares de vida.

Para que se possa pensar no movimento da Reforma psiquiátrica na lógica da desinstitucionalização faz-se necessário logo pautar a discussão sobre redes, uma vez que essa é o que tem na proposta da reforma, pensar o cuidado em rede, assim uma das categorias que busca compreensão é a de rede, mais especificamente entender o que vem ser a proposta da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Construir novos sentidos para a os espaços dos usuários do CAPS é trabalhar o paradigma da desinstitucionalização no processo de reforma psiquiátrica. Pode-se perceber que ao problematizar a “alta” estamos garantindo direitos dos usuários, direitos esses que, muitas vezes, são negados por conta de todo estigma e preconceitos que ainda temos em nossa sociedade em relação à loucura.

Cabe aos profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, promover o planejamento de ações, estratégias clínicas que ampliem os laços sociais dos usuários com outros seres ou outras coisas, como afirma Kinoshita (2001). Quanto mais “coisas” nesses novos agenciamentos sociais existirem ou forem conhecidas pelos usuários, possivelmente, maiores serão as chances de trocas sociais, materiais, afetivas e maiores contratos em suas vidas.

Não podemos perder de vista que a desinstitucionalização é um processo de constante reflexão e construção de saberes sobre a loucura e seu lugar social. Sendo assim, a luta é constante e diária, não apenas no cotidiano dos serviços de saúde mental, mas principalmente em busca de uma sociedade mais tolerante à diversidade e à pluralidade humana. As leis, os decretos e as

portarias ajudam, mas não garantem transformações sociais efetivas.

Nesse sentido, a Política de Saúde Mental recomenda que os PTS devam ter como meta principal a inserção social por meio de ações que envolvam educação, esporte, cultura, lazer e, também, serem desenvolvidos de acordo com as necessidades e possibilidades de cada usuário. De forma que suas ações ultrapassem a própria estrutura física dos CAPS e busquem articular redes de suporte social, voltadas para os sujeitos que contribuam para o restabelecimento de vínculos fragilizados e/ou perdidos ao longo do processo de adoecimento (BRASIL, 2004).

Igualmente, o envolvimento dos usuários no processo de tratamento, pode ocorrer a partir da implicação desses, bem como no “redescobrimto” “descobrimto” e ou do fortalecimento das redes de apoio, uma vez que o trabalho visa à reabilitação social.

Referências

- Abou-Yd, M. N., Silva, R. **A lógica dos mapas: marcando diferenças**. Em Conselho Federal de Psicologia (Org.), Loucura, ética e política: escritos militantes. São Paulo: Casa do Psicólogo 2003
- AMARANTE, P.D.C. (org.) **Escritos Selecionados em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica** / Franco Basaglia. Rio de Janeiro: Garamond, 2005
- BAPTISTA, Luís Antônio. **Tartarugas e vira-latas em movimento: políticas da mobilidade na cidade**. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. (org.). CORPOCIDADE: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 42-53
- BARROS, J. A. (2006). **História, espaço e tempo: interações necessárias**. *Varia História*, 22(36), 460-476.
- Basaglia, F., Ongaro, F. B., Casagrande, D., Jervis, G., Comba, L. J., Pirella, A., Schittar, L., Slavich, A.. **Considerações sobre uma experiência comunitária**. Em Amarante, P. (Org.), *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz. 1994

- BIRMAN, J. **A cidadania tresloucada**. In: BEZERRA JÚNIOR, B.; Amarante, P. (Orgs.). *Psiquiatria sem hospício: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. **Cenografias e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade**. Cadernos PPG-AU/UFBA, v. 7, edição especial: paisagens do corpo, 2008. p. 79-86.
- DELGADO, Pedro Gabriel (1992). **As Razões da Tutela – Psiquiatria, justiça e cidadania do louco no Brasil**. Rio de Janeiro, Te Corá.
- Faria, R. M., & Bortolozzi, A. (2009). **Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil**. *Espaço Geográfico em Análise*, 17, 31-41.
- KINOSHITA, Roberto T. **Contratualidade e reabilitação psicossocial**. In: PITTA, Ana (Org.). *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- Lobosque, A. M.. **Clínica em movimento: por uma sociedade sem manicômios**. Rio de Janeiro: Garamond. 2003
- Lobosque, A. M.. **Experiências da loucura**. Rio de Janeiro: Garamond. 2001
- PALOMBINI, A. de L. *Acompanhamento Terapêutico na Rede Pública: a clínica em movimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ROTELLI, F. et al. **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitecs. 1990.
- ROTELLI, F; LEONARDIS OTA; MAURI DIANA. **Desinstitucionalização, uma outra via**. A Reforma Psiquiátrica Italiana no Contexto da Europa Ocidental e dos “Países Avançados”. In ROTELLI, Franco et al. *Desinstitucionalização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 29.
- NICÁCIO, Maria Fernanda (Org.). **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- TENÓRIO, Fernando. **A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito**. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p.25-59, jan/abr. 2002.

Loteamento Santa Cecília no município de Pelotas: a invisibilidade diante das políticas sociais

Jéssica Silva de Ávila

Introdução

Este trabalho, a partir do relato de experiência de estágio, objetiva abordar a realidade de um loteamento invisível diante das políticas sociais. O loteamento em questão é o Santa Cecília, localizado no entorno de uma sanga, onde atualmente vem sendo despejado o esgoto do Bairro Três Vendas, situado no município de Pelotas. O estágio foi realizado junto ao Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas, especificamente, em conjunto com o Trabalho Socioambiental (TSA) que ocorre em paralelo às obras do Programa de Aceleração do crescimento (PAC).

Nesse contexto, torna-se pertinente relacionar a questão ambiental com a desigualdade social. É sabido que o assistente social tem como objeto de seu trabalho a questão social que se manifesta de diversas formas. Neste trabalho, defendemos que a questão socioambiental venha a ser uma manifestação da questão social. Para tanto, Santos (2012) destaca que as produções em Serviço Social, entendem a “questão social” por dois vieses: de um lado, se observa a exploração do trabalho pelo capital e, por outro, as lutas sociais travadas pelos trabalhadores diante da produção e reprodução do capitalismo, essas “premissas derivam em expressões diversificadas da “questão social” [...] (SANTOS, 2012, p.133).

Santos (2012, p.137) afirma que as particularidades da questão social no Brasil se devem, em parte, ao fato dos trabalhadores não terem acesso a uma série de direitos trabalhistas, os quais, na Europa, foram consolidados a partir de pressão política. Não é objetivo, aqui, aprofundar essa questão. O que se pretende salientar é que no Brasil, diante do contexto histórico e político diferenciado, destacando aspectos como a industrialização tardia, ou o longo período ditatorial, ocorreram, assim como estes, outros acontecimentos que levaram a particularizar as expressões da questão social. Concordamos com a autora citada quando ela afirma que os cidadãos brasileiros alcançaram uma série de direitos, tardiamente, em paralelo ao avanço das políticas neoliberais. Para tanto, expor essas questões torna-se pertinente para pensar a questão ambiental como uma expressão da questão social e pensar a relação disso com a ineficiência das políticas sociais.

Convém destacar que o Serviço Social é uma profissão com direção ética e política definida, ou seja, defende intransigentemente os direitos sociais, bem como reafirma a questão social como objeto profissional, Teles (1996) salienta que a questão social é fruto das sociedades modernas que coloca em questão a disjunção entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre direitos e eficácia econômica. Assim, a questão social é fruto da apropriação desigual das riquezas socialmente produzidas. Desse modo, expressa-se de diversas formas como, por meio, da fome, da segregação socioespacial, do analfabetismo, do desemprego e por que não citar a apropriação desigual dos recursos naturais, em que o determinante para exposições a riscos ambientais está associado à posição social que o indivíduo ocupa. Assim, percebemos que, já na raiz da discussão do trabalho em questão, que está centrada no Trabalho Socioambiental (TSA), está presente a questão social que se expressa pela desigualdade dos impactos ambientais.

Segundo Yamamoto (2012), uma das armadilhas na análise da questão social se dá pela pulverização e sua fragmentação, atribuindo unilateralmente aos indivíduos singulares a

responsabilidade por suas dificuldades e pela sua pobreza. Pensamos que isso se concretiza no loteamento Santa Cecília, uma vez que a pobreza é uma produção social, assim como a violência e outras expressões da questão social. Dessa maneira, as expressões são naturalizadas e o indivíduo considerado o único responsável pela sua condição de vida. Nesse contexto, o Estado deveria intervir proporcionando proteção social aos indivíduos garantindo-lhes direitos sociais. Porém, o que se tem observado é que:

Atualmente a questão social passa a ser objeto de um violento processo de criminalização da pobreza que atinge as classes subalternas. Verifica-se a tendência de naturalizar as múltiplas desigualdades, que condensam as relações sociais desiguais e contraditórias dessa sociedade (IAMAMOTO, 2012, p. 50).

Para considerar a questão socioambiental como uma expressão da questão social destacamos que:

É possível constatar que sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, seja no processo de extração dos recursos naturais, seja na disposição de resíduo no ambiente. (ACSELRAD, 2009, p. 11)

Assim, as populações que sofrem com os impactos ambientais mais intensos são as que também já sofrem com os impactos sociais de uma sociedade extremamente desigual. Fato este que é observado no loteamento Santa Cecília, onde a população, que já sofre com os impactos da poluição ambiental e também encontra-se exposta a riscos ambientais, já que esta área está sob risco de desmoronamento, e além disso, é a que mais sofre com o pauperismo extremo. De acordo com Acselrad (s.p. 2010), a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz. Então, para promoção de justiça ambiental seria necessário alterar-se o modo de distribuição desigual de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os

riscos para os que também estão expostos a riscos sociais. Considerando que a questão ambiental está intimamente relacionada à desigualdade social, reafirmamos que aquela consiste em uma manifestação da questão social. E essas expressões estão relacionadas às políticas sociais à medida que elas deveriam ser enfrentadas através de políticas sociais, propiciadas pelo Estado, que garantissem proteção social para as pessoas atingidas pela desigualdade, gerada pelo modo de produção capitalista, o qual produz riqueza na mesma proporção em que produz miséria. Em relação à educação ambiental (EA), se tem uma política voltada à EA que está longe de entender o ambiental como produto de uma sociedade desigual. O que se tem é um modelo em que, segundo Machado; Santos; Araújo; Passos (2013, p. 8):

[...] pode ser (e tem sido) caracterizada como uma importante ferramenta/instrumento na busca da “resolução negociada” de conflitos ambientais através da “conscientização” dos grupos e setores sociais prejudicados para aceitarem a inevitabilidade de suas perdas (materiais e simbólicas). E assim, impõem-lhes as manutenções da injustiça ambiental de forma programada torna-a “natural”, portanto, sustentável.

Nesse sentido, percebemos que a Política de Educação Ambiental tem atuado julgando a questão ambiental de forma genérica e não considerando o caráter social que está intrínseco a ela. Desse modo, destacamos o exemplo, do loteamento Santa Cecília, onde as mesmas pessoas que estão expostas a riscos ambientais graves estão vivendo em condições precárias não tendo acesso a grande parte de seus direitos sociais.

1. Contextualização do campo de estágio

O estágio curricular que propiciou essa discussão/reflexão foi realizado junto ao Trabalho Técnico Socioambiental (TSA), que é desenvolvido pela equipe técnica do Serviço Autônomo de

Saneamento de Pelotas (SANEP). A Autarquia é responsável pela captação, tratamento e abastecimento de água no referido município, bem como pelo tratamento de resíduos sólidos e líquidos. O TSA acontece, paralelamente, às obras do PAC, como exposto anteriormente. Neste local, está sendo instalado um coletor geral de esgoto que recolherá os dejetos do bairro Três Vendas e os conduzirá para uma estação de tratamento de esgoto, que está sendo construída. Até então, o destino dos dejetos ocorre de forma diferente: eles são despejados na sanga que atravessa o bairro.

O PAC foi criado em 2007 objetivando o crescimento econômico do país. Segundo a lei 11.653/2008, o PAC prevê o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura urbana, social, logística e energética. Essas diretrizes condicionam a liberação de recursos para execução das obras e a realização do trabalho social. Conforme a orientação do Ministério das Cidades, o trabalho socioambiental deve ser desenvolvido sempre que o empreendimento de saneamento provocar mudanças nas condições de vida das pessoas. Dentre essas ações, que impactam a vida da população, está o esgotamento sanitário. Este é o cenário que há no bairro Três Vendas, no município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, no qual o SANEP, por meio da equipe do TSA, vem desenvolvendo ações socioambientais.

Durante o andamento da instalação do coletor geral de esgoto, percebemos alguns loteamentos que ficam em áreas de preservação permanente à beira da sanga, onde vem sendo despejado todo esgoto do bairro Três Vendas. Nesses loteamentos, as famílias ocupam uma área de risco, seja por desmoronamentos, que podem vir a acontecer diante do processo de erosão do solo, ou pela própria contaminação do referido córrego. Contudo, percebemos que, mesmo depois da implantação do coletor de esgoto, essas pessoas que ocupam uma área de risco não teriam seus dejetos tratados, uma vez que, por suas moradias serem irregulares, elas continuarão sem acesso ao saneamento. Então,

contrariando à lógica dos trabalhos socioambientais desenvolvidos junto ao PAC, que tem em suas diretrizes como público alvo os beneficiários das obras, pareceu-nos pertinente centrar nosso trabalho de campo junto ao loteamento Santa Cecília. A fim de dar visibilidade àquela população que ali reside, a qual parece invisível aos olhos do Estado e que, além de sofrer os impactos ambientais, tem seu cotidiano atravessado por outros impactos sociais como: segregação socioespacial, negligência do direito à moradia e a quase inexistente infraestrutura urbana, bem como o não acesso a outros direitos sociais. Ainda, diante de tanta precariedade, os moradores do loteamento têm seu dia a dia marcado por outros problemas como violência e dependência química.

O contexto referido acaba dando evidência ao fato de políticas públicas desconsiderarem as especificidades de uma população que está sob condições de vida precárias. Esta é uma problemática importante para este trabalho que, posteriormente, será abordada sobre o quanto as políticas sociais estão invisíveis para a referida população. Além disso, buscamos discutir o fato do Estado negar atendimento a ela, pois oferece um programa governamental que objetiva garantir saneamento, mas simplesmente ignora o “existir” da população que reside no entorno da sanga do Bairro Três Vendas, devido a suas moradias serem irregulares. Observamos que quando uma população tem seu direito ao território negado, como no caso do loteamento Santa Cecília, esta acaba ficando marginalizada também diante de outros serviços, como o acesso à energia elétrica, posto que as famílias que lá residem apenas têm acesso a ligações clandestinas de energia elétrica. Ainda, notamos que a população fica excluída de outros serviços públicos, como o serviço prestado pelo corpo de bombeiros, pois caso este seja acionado em situação de incêndio, não consegue acesso ao loteamento devido as condições precárias da ponte que liga o loteamento ao restante do bairro.

Ao longo de um processo reflexivo, percebemos que a concepção de educação ambiental que norteia o trabalho realizado

pelo TSA vai ao encontro da perspectiva de conflito ambiental como já foi exposto. Perspectiva está a qual considera que os riscos e impactos ambientais não são os mesmos para todos, sendo que é sobre os mais pobres que recai a maior parte dos impactos decorrentes da degradação ambiental. Acselrad (2010) salienta que há uma lógica de exportação dos riscos e impactos ambientais para os países considerados subdesenvolvidos. Entendemos, nesse trabalho, que essa lógica é replicada para as cidades, onde os impactos e riscos ambientais estão presentes, principalmente, em espaços segregados da cidade, onde as pessoas ficam expostas aos impactos decorrentes da degradação ambiental, além de estarem privadas de infraestrutura e de serviços públicos que a cidade deveria garantir. No entanto, o cenário que se refere à questão ambiental é composto na produção de um discurso genérico responsabilizando todos pela degradação de forma igualitária onde:

Os “seres humanos” - vistos igualmente como um todo indiferenciado - seriam os responsáveis pelo processo de destruição das formas naturais, do ambiente, da vida (ACSELRAD, 2009, p. 11).

A desigualdade dos impactos ambientais está presente, claramente, no loteamento Santa Cecília, onde a população que está exposta aos impactos e riscos ambientais é mesma população que sofre de forma intensa a negligência de direitos decorrente da desigualdade social.

Todavia, fomos percebendo que, para além da concepção de educação ambiental, precisávamos também nos aproximar da discussão de Cidade, visto que a população do entorno da sanga, além de estar exposta a esses riscos, também sofre o processo de segregação socioespacial. Essa população encontra-se invisível aos olhos do poder público, bem como do resto da cidade, pois, quando nos referimos ao loteamento Santa Cecília, em inúmeras vezes, as pessoas não identificam onde ele está situado.

Assim, percebemos a relação disso com as políticas sociais que, muitas vezes, também não chegam aos que lá residem. Programas governamentais que ofereceriam uma relativa mudança na vida das pessoas como, por exemplo, O programa de Transferência de renda Bolsa Família, não chega à maioria daquela população mesmo que esses moradores se encontrem em situação de extrema miséria, o que lhes tornariam público alvo do programa. Ao longo do trabalho de campo, percebemos que, para além do Programa Bolsa Família, a política de Assistência Social, que tem como objetivo atender usuários que dela necessitam, não chega de fato até o loteamento em questão.

2. O loteamento Santa Cecília e a invisibilidade diante das políticas sociais

No que se refere às políticas que atravessam o campo de estágio, entendemos que são as mais variadas, não sendo apenas a política de saneamento, que é frágil e que não garante o acesso universal à água e ao saneamento, mesmo estas sendo consideradas direitos humanos fundamentais. Quando falamos em discutir a cidade, pensamos que ter direito à cidade é ter acesso a toda infraestrutura, com todos os serviços e direitos sociais garantidos através das políticas sociais. Desta forma, o campo é composto por todas as políticas sociais indispensáveis à garantia de direitos. No entanto, o cenário mundial, a partir da década de 1990, retrata que:

No campo institucional, a crise mundial das economias capitalistas ocidentais leva a uma violenta redução dos ideais universalistas e igualitários na área dos direitos sociais, sendo estes substituídos pela exigência da focalização em populações vulneráveis e de risco social, conforme apregoado pelas exigências mundiais de fomento e financiamento. Vai-se confirmando uma divergência entre o definido sobre a proteção social na Constituição de 1988 e a operacionalização das políticas sociais e os valores profissionais (MIOTO, NOGUEIRA, 2013, p. 65).

Nesse viés, se tem cada vez mais uma proteção social focalizada, por meio da qual as políticas sociais são operacionalizadas mediante diversas condicionalidades onde o sujeito não é tratado em sua integralidade. O que temos, atualmente, são programas e ações focalizados na extrema pobreza ou, como no caso do PAC, que busca garantir o saneamento, mas que ignora uma população que se encontra tão marginalizada que continuará sem acesso ao saneamento. Reforçando a tendência de que:

No discurso e na prática focalista pós-moderna, especialmente na política social, a lógica da fragmentação e do curto prazo prepondera; o trato com a realidade exige apenas conhecimento de pequeno alcance, pois o local se sobrepõe ao geral; as prestações sociais são ditadas pelo imediatismo e pela rapidez de resultados, geralmente quantitativos e referenciados na renda; o mérito desbanca o direito, até mesmo entre os pobres, que se transformam em vítimas meritórias da proteção social (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 107).

Mesmo que com os ideais neoliberais, a Política Nacional de Assistência Social/PNAS venha sendo operacionalizada de uma forma um tanto focalizada e seletiva, ela está implicada de modo fundamental nesse espaço, pois a mesma não atinge de forma a garantir os mínimos sociais à referida população. Foi percebido, ao longo do trabalho de campo, que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Três Vendas não consegue chegar ao loteamento Santa Cecília, mesmo que uma das ações previstas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) seja a busca ativa. A importância da PNAS se dá diante da situação de pobreza em que o loteamento se encontra, a qual está além da carência de infraestrutura, uma vez que o esgoto é à céu aberto, a luz é irregular, as ruas não têm a mínima estrutura e os serviços essenciais, como a coleta de lixo, por exemplo, não entram no loteamento. Para tanto, entendemos a pobreza como um fenômeno multidimensional que não se reduz à privação de bens materiais,

“mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças.” (MARTINS, 1991, p. 15). Para Yazbek (2012), esse fenômeno é caracterizado por uma imagem na qual o lugar em que os pobres ocupam na sociedade é de indivíduos desqualificados por suas crenças, seu modo de se expressar e seu comportamento social são remetidos a qualidades negativas que lhe são atribuídas por sua condição social. Nesse aspecto, as famílias moradoras do Loteamento Santa Cecília vivenciam a pobreza em sua multidimensionalidade, expressa tanto na negação do acesso aos bens materiais como na questão simbólica pelas formas de como os grupos ocupam os espaços. Para os moradores do bairro, as famílias que residem no loteamento Santa Cecília são chamadas de “sem terra”.

Percebemos que o processo de segregação sofrido pelos moradores do loteamento Santa Cecília se dá em relação à cidade e em relação aos outros moradores do mesmo bairro. Nesse contexto, o TSA começou a articular com a Secretaria de Justiça Social e Segurança a implementação de um Serviço De Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV) no referido território, pensando que esse serviço seria uma porta de entrada para a PNAS. Nesse processo, tentamos uma articulação com várias secretarias municipais sendo estas: Secretária Municipal de Justiça Social e Segurança, Secretária Municipal de Saúde, especificamente com o programa de redução de danos, Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e com a escola próxima ao loteamento. A intenção era pensarmos coletivamente de que maneira poderíamos fazer com que a população do loteamento conseguisse vir a acessar políticas sociais que lhes garantisse qualidade de vida. O contato inicial com as famílias do loteamento foi realizado em conjunto com o programa de redução de danos, que tem como objetivo minimizar as consequências do consumo de drogas, levando em conta que a equipe de Pelotas já realizava um trabalho no

loteamento diante dos altos índices de dependência química no local.

A Secretaria de Mobilidade Urbana foi convidada para pensar na questão fundiária, levando em consideração que as moradias são todas irregulares e que o TSA, enquanto equipe, defende o direito de escolha das pessoas de permanecerem ou não no local, entendendo o direito à posse como legítimo e que a própria segregação socioespacial faz com que as populações mais pobres sejam afastadas para áreas mais precárias das cidades, enquanto os espaços vazios ficam ociosos a serviço da especulação imobiliária. Então, foi chamada tal Secretaria por entendermos que, enquanto o direito ao território for negado àquelas famílias, elas também ficam invisíveis aos olhos das políticas sociais, assim a equipe defende o direito à cidade. A PNAS foi convidada a partir do CRAS, pois foi reconhecida essa como política social crucial levando em consideração que aquelas famílias não têm os mínimos sociais garantidos. A escola próxima foi convidada, visto que a maioria das crianças que moram no loteamento Santa Cecília estuda lá. Metodologicamente, foram realizadas algumas reuniões com a intenção de estabelecer um grupo de trabalho, no entanto, não se conseguiu a mobilização almejada e o grupo se desfez. Esse fato demonstra o quanto as políticas sociais são planejadas de forma focalizada e funcional não pensando no sujeito em sua integralidade.

O que se manteve foi a parceria com a Secretária de Justiça Social e Segurança, onde inicialmente a equipe do TSA iniciou um projeto com as crianças, a fim de produzir a demanda para uma futura implementação de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O objetivo da implementação desse serviço foi garantir a maior inserção do CRAS, a qual, até então, inexistia, pois quando contatamos a equipe técnica do CRAS, que é referência do território onde fica o loteamento Santa Cecília, ela se quer conhecia o loteamento. Convém ressaltar que o território de abrangência do CRAS é enorme, sendo que analisando a estrutura

física e a quantidade de pessoas que se tem no local, percebemos que é impossível atender todo o território, realizando uma busca ativa. Esse contexto é consequência do processo de sucateamento do público, onde as políticas sociais não têm estrutura para cumprir o que foi expresso na Constituição Federal de 1988.

No grupo proposto, a equipe do TSA tentou articular dentro da instituição a garantia do direito ao saneamento para a população do referido loteamento. Cabe fazer um resgate histórico sobre a implementação do saneamento, na cidade de Pelotas, bem como sobre a formação socioespacial da cidade. Durante a transição do modo de produção escravagista para o capitalista, através do processo de industrialização, houve uma densa migração dos trabalhadores do campo, como os escravos que trabalhavam nas charqueadas, o que gerou um relevante crescimento da população na cidade. A questão do saneamento, segundo Soares (2006, p. 8), ganhou importância a partir da epidemia de cólera, ocorrida em 1885. Assim, as primeiras ações em saneamento, na cidade de Pelotas, também tiveram um caráter social, tendo o objetivo de controlar os que estavam “desajustados” na sociedade. Por conseguinte, com ações de caráter higienista, com práticas policiais onde se criou inclusive uma polícia administrativa que era:

“autoridade higiênica” da cidade, que possuía a prerrogativa de entrar nas casas consideradas “focos de insalubridade” evidentemente que tratava de fiscalizar as moradias da população mais pobre, o que tornava a questão de saneamento uma questão de polícia e repressão social (SOARES, 2006, p. 8).

Convém ressaltar que essa mesma polícia era responsável por manter a ordem social, havendo um controle abusivo sobre as casas das famílias pobres com medidas drásticas de controle e repressão social. A desinfecção nas casas dessas famílias, por exemplo, era obrigatória. Então, esse controle higienista dava-se, também, para manter a ordem social.

Em seguida, “projetou-se um conjunto habitacional ideal para as famílias de trabalhadores. O município construiu uma “vila operaria” modelo distante do subúrbio do Capão do Leão: “um bairro higiênico de aspecto agradável com banheiros públicos, escola e serviços essenciais” (SOARES, 2006, p. 8).

Configurou-se uma segregação socioespacial dos trabalhadores que foram afastados do centro da cidade, sendo construídos conjuntos habitacionais distantes, enquanto que as obras de saneamento desenvolvidas, até então, haviam sido no centro. Percebemos que esse processo de segregação, aconteceu como uma proposta ilusória de se alcançar a casa própria. De certo modo, podemos afirmar que esse processo perdura nos dias atuais, uma vez que os conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida estão sendo construídos cada vez mais distantes do centro da cidade e das melhores infraestruturas.

Vale fazer algumas considerações sobre a formação da política habitacional no Brasil, na qual:

A questão habitacional brasileira, determinada pelas condições estruturais, tem sido posta, na sociedade, pelas manifestações, pressões, reivindicações e formulações das classes populares, com destaques para os movimentos de favelas, de cortiços, de moradores em loteamentos clandestinos e, mais recentemente, de movimento de ocupação coletiva organizada (SILVA, 1989, p. 33).

Esse trecho reforça que a questão habitacional, além do não acesso ao direito à moradia, manifesta-se como uma das expressões da questão social. A segregação socioespacial é um fenômeno antigo que se consolidou, concomitantemente, ao crescimento da cidade e ao estabelecimento do sistema capitalista no Brasil. Isto está relacionado ao caso do loteamento Santa Cecília, pois a cidade, atualmente, cresce para a zona norte diante de inúmeros empreendimentos habitacionais que são construídos em tal área. E quando chega a infraestrutura, como no caso da

implementação da rede coletora de esgoto, ignora-se toda uma população que continuará sem acesso ao saneamento.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

Quando se é negado o direito ao território, também, são negadas todas as outras políticas públicas. Logo, o TSA busca se posicionar de modo a garantir o direito de escolha das pessoas em permanecerem, ou não, no local, pois entendemos que as pessoas devem ter o direito de permanecerem no território onde já constituíram uma rede de relações. Já as que desejam ter acesso a uma moradia em um conjunto habitacional, também, devem ter seu direito de escolha respeitado. Para os que desejam a permanência, é possível, se houver vontade do poder público, uma requalificação do entorno para que as pessoas tenham garantido o acesso à cidade, buscando a: “I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (ESTATUTO DAS CIDADES, 2001, p. 13).

Por isso, quando falamos em políticas sociais que perpassam o campo de estágio são todas observando o indivíduo em sua integralidade, pois no levantamento socioeconômico que realizamos aparecem diferentes demandas de políticas sociais, como a saúde, habitação, assistência social, entre outras.

Contudo, notamos que a ação profissional dos assistentes sociais, junto aos projetos do PAC, é perpassada por uma tendência das políticas de caráter neoliberal. O referido programa concretiza-se no berço da política desenvolvimentista, na qual a própria aceleração do crescimento é para que o capital circule e o Estado

tenha desenvolvimento econômico, o que reforça a política neoliberal de que o econômico se sobrepõe ao social.

Assim, o esperado é que o trabalho socioambiental opere no sentido não de dar visibilidade aos conflitos e às desigualdades presentes na sociedade, mas sim de colocar o desenvolvimento econômico, ou melhor, a aceleração do crescimento acima da garantia do acesso a direitos. No caso do trabalho socioambiental de Pelotas, essa postura iria mascarar o fato de que uma considerável população que teria com o tratamento de esgoto, uma mudança significativa na vida das pessoas que ali residem, continuaria marginalizada, visto que o projeto de saneamento ignora essas famílias, ou seja, reforça o quão invisível aos olhos do Estado estes moradores estão. Obviamente que apenas o acesso ao saneamento não sanaria as condições precárias do loteamento, posto que para que as pessoas tivessem acesso ao mínimo, em termos de condições, seria necessário que um projeto de requalificação do entorno, eliminando os riscos decorrentes da degradação ambiental. E, para além disso, seria necessário que os direitos sociais fossem garantidos, conforme Constituição Federal de 1988, que considera em seu artigo 6º que:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988)

No entanto, a realidade do Loteamento Santa Cecília é de extrema precariedade, local onde nem mesmo os mínimos sociais que levariam a maioria das famílias a saírem da extrema pobreza não chegam. Por exemplo, o Programa de Transferência de renda Bolsa Família, que ressalvadas as críticas por seu caráter focalizado e de imposição de condicionalidade, não chega ao loteamento, não incluindo os moradores do loteamento como beneficiários deste Programa Social que se os abrangesse auxiliaria na garantia dos mínimos sociais a estas famílias.

Posto isso, entendemos que é melhor que esse espaço seja ocupado por um profissional comprometido, que reflita, questione e intervenha de forma a contrariar o que está instituído pelos trabalhos socioambientais junto aos projetos do PAC. Com isso, é relevante ter clara a dimensão ética e política da profissão. Assim, mesmo que esses espaços sofram limites institucionais, se faz relevante para a profissão o trabalho nestes locais desde que seja norteado por uma perspectiva de dar visibilidade a esses conflitos que acontecem no seio da cidade.

3. Considerações finais

O território contextualizado nesse trabalho retrata a negligência de direitos sociais, estes que deveriam ser garantidos a partir de políticas sociais. Nesse sentido, torna-se pertinente a discussão sobre a questão ambiental, considerando que ela tem sua raiz na desigualdade social e que as políticas sociais vêm justamente com o objetivo de enfrentar as mazelas decorrentes dessa desigualdade. Geralmente, quando falamos de política pública que trata da questão ambiental o que temos é uma que trata tal questão de forma genérica, desconsiderando os conflitos inerentes a ela.

O objetivo desse artigo é denunciar a existência/resistência de um loteamento onde famílias sobrevivem em condições de extrema pobreza. Assim, é notória a relação da invisibilidade do loteamento Santa Cecília sob a ótica das políticas sociais frente ao cenário de avanço dos ideários neoliberais. Convém ressaltar que no Brasil os direitos sociais foram conquistados tardiamente e que, em paralelo à conquista cidadã de 1988, o mundo enfrentava a crise do capital reduzindo gastos com a proteção social. Pois, como já exposto, as famílias do loteamento residem à beira de uma sanga poluída, não têm saneamento básico (sendo este um determinante de saúde), não têm acesso à mínima infraestrutura, bem como suas moradias são precárias. Ainda, essas pessoas em sua maioria

não acessam a segurança alimentar e nutricional e, conforme questionário socioeconômico realizado, durante o período de estágio, nenhuma pessoa entrevistada está inserida no mercado de trabalho formal. Cabe salientar que, durante estudo diagnóstico produzido, grande parte dos moradores do loteamento manifestou sua vontade em permanecer no território, dentre as justificativas evidenciamos o fato das pessoas terem estabelecido uma rede, onde as crianças, por exemplo, circulam de casa em casa e todos de certa forma são responsáveis pelos filhos de todos. Além disso, houve manifestações quanto à localização, onde os moradores deixaram claro que não gostariam de serem realocados em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, por estes serem construídos em áreas mais distantes do centro. No entanto, durante as entrevistas da pesquisa foi salientada a importância de que o loteamento tivesse infraestrutura básica, como por exemplo, acesso à energia elétrica.

Por fim, a proposta deste artigo não é de alimentar um discurso de que as políticas sociais devem pautar-se na extrema pobreza, a fim de garantir os mínimos, mas o que pretendemos é problematizar a realidade socioeconômica dos trabalhadores que ocupam o território urbano de forma desigual frente aos aspectos socioambientais. Além disso, buscamos salientar que as políticas sociais deveriam garantir o acesso aos direitos sociais, cumprindo o que está delineado na Constituição Brasileira.

Referências

ACSELRAD, H. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2009.

_____, H. **Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental**. Revista estudos Avançados, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010> Acesso em: 20 jul. 2015.

BEHRING, E. BOSQUETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história**. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**, de 05 de outubro de 1988. Art. 5º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

_____. **Lei Federal n. 9.795/1999**. Acesso em: 05 de jun. de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>

BRASIL, **Lei Federal n. 10.257/2001**. Acesso em: 13de ago. de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília**. 2005. Acesso 05 de jun. de 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>

_____. **Lei Federal 11.445/2007**. Disponível em: <www.mp.rs.gov.br/areas/ressanear/arquivos/apresentacoes/oficina_3/ressanear_marcio_frangipani.pdf>

IAMAMOTO, M. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: Direitos sociais e competências profissionais. Serviço Social, 2012. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FH41e7OoeM1Mv18g3552.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MACHADO, Carlos RS; SANTOS, C. F.; ARAUJO, C. F.; PASSOS, W. Educação ambiental uma ferramenta/instrumento para resolução negociada dos conflitos ambientais!?. In: XXIX Congresso Alas, 2013, Santiago do Chile. XXIX Congresso Alas Chile. Santiago: FACSÓ; SocioRED; ALAS, 2013. v. 1. p. 1-11.

MARTINS, J. S. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec. 1991.

MIOTO, R C; NOGUEIRA, V. **Política Social e Serviço Social: Os desafios da intervenção profissional**. Katáysis. Florianópolis, v.16, n. esp., 17-27, 2013

- PEREIRA, A. P. STEIN, R. H. **Política Social: Universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina.** In: **Capitalismo em crise, política e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, J. S. **“Questão social”: particularidades no Brasil.** São Paulo: SP: Cortez, 2012.
- SILVA, M. O. S. **Política Habitacional brasileira verso e reverso.** São Paulo, SP: CORTEZ, 1989.
- SOARES, P. R. R. . **La construcción social de la forma urbana: la ciudad de Pelotas** (Brasil) en la transición de los siglos XIX y XX. Scripta Nova (Barcelona), v. X, p. 218, 2006. Acesso 05 de jun. de 2014. Disponível em:<http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_07_Paulo_Roberto_Rodrigues_Soares.pdf>.
- TELES, Vera da Silva. **Questão Social: afinal do que se trata?** São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95
- YASBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.** Temporalis. Brasília: ABEPSS, nº 3, 51-62, 2001.

A planificação do programa Minha Casa Minha Vida e o aumento das comunidades em situação irregular em Pelotas

*Nino Rafael Medeiros Kruger*¹

Introdução

No acesso aos equipamentos e serviços, a dinâmica da atual estrutura urbana engendra um processo de disponibilização desigual destes instrumentos, que, enquanto direitos, deveriam estar à disposição de todos de forma equânime. Deste modo, estes direitos são transfigurados e passam a ser trabalhados pelo mercado como bens e consumo, em um processo de reconfiguração que é instituído pelas modernas formas de planeamento e governabilidade estratégica.

Transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planeamento estratégico a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, *visitantes e usuários solváveis* (VAINER, 2013, p. 83) grifo do autor.

¹ Graduado em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas; Mestre em Política Social e Direitos Humanos, pela mesma universidade; Doutorando em Política Social e Direitos Humanos; Membro do Grupo de Pesquisa CNPQ em Questão Agrária, Urbana e Ambiental; Membro do Observatório de Conflitos da Cidade.

Ainda que sejam apresentadas como uma nova razão – o que de fato é importante para o modo de produção capitalista – a governabilidade e planejamento estratégicos são uma mutação da racionalidade liberal que carrega em seu DNA as características fundamentais desta razão e sociabilidade.

De modo que a “compra” da cidade não é um direito que deva se colocar disponível a todos, cabendo a estrutural e desigual distribuição de renda tornar tal situação díspar, colocando ao alcance de uma pequena minoria a possibilidade de se ganhar com o que investe na cidade, enquanto a ampla maioria assalariada deva gastar o que ganha (ABRAMO, 2007).

Por conseguinte, se estabelece a redefinição do conceito de cidade, ao tornar inoperante sua característica de *polís*, rejeitando em sua essência este espaço enquanto ambiente de participação política e imprimindo sobre esta uma identidade híbrida de objeto e empresa, consumo e competitividade. Também torna-se cidade pátria, importante característica trabalhada sobre as subjetividades coletivas que tornam este território em espaço de “cuidado” de:

um governo forte, personalizado, estável, apolítico, carismático, expressando a vontade unitária de toda uma cidade de manter a trégua e a coesão interna [...] transformando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria, definitivamente a estratégia conduz a destruição da cidade como espaço da política, como lugar de construção da cidadania (VAINER, 2013, p. 97, 98).

Reside nesta relação as raízes que fundamentam os principais problemas das cidades modernas ou globais, que vão da segregação sócio-espacial – que passa a ser desenvolvida perpassando a concentração fundiária, financeira e política na separação por faixas de renda – até a atuação do poder público como agente financiador do grande capital, agindo no fomento e aprofundamento das desigualdades relativas. A *city* apresenta-se enquanto signo desta razão. Uma cidade mercadológica fundada

sobre uma estrutura aprisionadora que irá produzir uma série de extorsões que lhe serão peculiares.

Assentada sobre a produção do analfabetismo urbanístico (ROLNIK, 2015), as estratégias de desenvolvimento dos movimentos da especulação imobiliária passam a materializar o conjunto fraudes que instauram um terreno fértil para a proliferação da espoliação urbana (KOWARICK, 1993).

Sobre essas premissas que se passa a analisar a produção da habitação em Pelotas, com base na reflexão sobre os grupos que deveriam ter sido trabalhados enquanto prioritários para o desenvolvimento das ações no município e compreendendo que o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) carrega um compromisso intrínseco de atender a estes grupos que são especificados em sua legislação. Compromisso este firmado pelo Governo Federal junto a organizações internacionais, que se materializaram em acordos diversos e foram responsáveis por alterações nos estatutos jurídicos e legislações nacionais, onde são reafirmados e consolidados na instituição da Lei que dispõem sobre o programa (BRASIL, 2009).

1. Áreas de ocupação irregular em números

Como já destacado, o levantamento feito entre os anos de 2008 e 2009, pelo supervisor municipal de regularização fundiária do município de Pelotas, que foi apresentado à câmara de vereadores no ano de 2013, atestou que na cidade encontravam-se 156 áreas de ocupações irregulares e clandestinas. Nesse relatório, os espaços eram caracterizadas pelo poder público local enquanto áreas que “embora aprovados pela Prefeitura e demais órgãos Estaduais e Federais, quando necessário, fisicamente não são executados, ou são executados em descompasso com a legislação ou com atos de aprovação” (ALVES, 2014, p. 3), para áreas de ocupação irregular, e, para “aqueles que não obtiveram a aprovação ou autorização administrativa dos órgãos competentes,

incluídos aí não só a Prefeitura, como entes Estaduais e Federais” (ALVES, 2014, p. 3), para ocupações clandestinas.

Segundo o levantamento, nestas 156 áreas haviam uma média de 72 lotes em cada uma e habitavam cerca de 390 pessoas em cada área de ocupação. Assim, neste período encontravam-se mais de 11 mil lotes nestas condições no município, nos quais residiam mais de 60 mil pessoas.

Os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para Pelotas (IBGE, 2010) mostram que a cidade possuía cerca de 130 mil unidades habitacionais e 328.275 habitantes para o ano de referência.

Se comparados estes números com os de habitação irregular apresentados em 2013 por Alves, mais de 8% das habitações na cidade de Pelotas eram irregulares, e, mais de 18% da população do município se encontrava nestes espaços (IBGE, 2017).

No mesmo ano, um estudo diagnóstico encomendado pelo poder público municipal, que fora chamado de Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), destacou que o déficit habitacional para o período se configurava enquanto um problema que atingia 13.598 famílias. Neste cálculo são trabalhados domicílios improvisados, precários, coabitação e famílias com situação de aluguel com valor excessivo, sendo esta última, famílias que gastavam mais de um terço de sua renda com aluguel (PLHIS, 2013a; PLHIS, 2013b).

Estes dados evidenciam que em 2013 havia no município um déficit habitacional que ultrapassava a marca dos 10% das moradias que se tinha a disponibilidade. Sobre este percentual cerca de 80% encontrava-se no rol do que se considera déficit qualitativo, ou seja, de moradias já existentes, mas encontrando-se em situação de irregularidade ou clandestinidade. Moradias estas que necessitavam não somente de regulamentação documental, mas de infraestrutura urbana, equipamentos e serviços como calçamento, escolas, postos médicos etc. (PLHIS, 2013).

Os números destacados pela Fundação João Pinheiro – instituição que produz dados para o Governo Federal – referentes ao município de Pelotas para o mesmo período, apresentam uma pequena variação na porcentagem referente ao déficit, o elevando de 10 para 13,09%. Substantiva é o aumento da margem de déficit qualitativo, que segundo os levantamentos feitos pela fundação, vão de 80 para 97,37% (FJP, 2013).

Em junho de 2017, um novo relatório apresentado na Secretaria de Habitação da cidade, e posteriormente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (FAURB – UFPEL), apontava que entre 2013 e 2016 fora realizada no município a regularização fundiária de 10 loteamentos, e que outros 10 estariam em processo de regularização, sendo estes números equivalentes a pouco mais de 6% dos 156 apontados enquanto irregulares em 2013 (ALVES, 2017).

Dito isso, nos levantamentos realizados no ano de 2013 foi apontado que o município apresentava um déficit habitacional variável de 13 mil (PLHIS, 2013) a 17 mil unidades (FJP, 2013), sendo que, 80 a 97% eram domicílios improvisados, precários etc. Em outras palavras, habitações irregulares ou clandestinas que necessitavam de regulamentação plena, regularização fundiária, melhorias na infraestrutura urbana, investimento em aparelhos, equipamentos e serviços.

2. Programa minha casa minha vida em Pelotas

Em relatório dedicado a atualização dos dados sobre a produção habitacional no município com recursos oriundos do PMCMV, que foi disponibilizado pelo departamento de habitação popular da Caixa Econômica Federal em Pelotas, é possível de se observar que foram registrados para o último período (2013-2018), a construção e entrega de 49 empreendimentos com recursos do PMCMV. Nesses empreendimentos, foram construídas 5.946 novas unidades habitacionais (VIEIRA, 2018). Ou seja, um número de

habitações correspondente a 39.64% do déficit habitacional no município apontado pelos estudos divulgados no ano de 2013. Moradias produzidas através de financiamentos públicos que foram disponibilizados sob a égide discursiva da garantia do direito à moradia e extinção do déficit habitacional (BRASIL, 2009).

Ainda, a literatura especializada que versa sobre as alterações promovidas pelo Ministério das Cidades a partir do ano de 2003 para o setor habitacional brasileiro, sobretudo, o que ocorreu no ano de 2008 quando da instituição do PMCMV, aponta para “o combate ao problema habitacional para a população de baixa renda” (PINTO, 2016, p. 55), sendo este o objetivo principal de tais articulações. Segundo os números analisados no caso de Pelotas, a população de baixa representava em 2013 aproximadamente 90% do déficit habitacional do município.

Se trabalharmos a partir do total de empreendimentos contratados pelo PMCMV no município, executados e em fase de execução, o número total dessa produção sobe para 79 empreendimentos. Deste modo, para além das 5.946 moradias já entregues, estão em fase de construção outras 3.746 novas habitações, o que elevará esta produção para o número de 9.692 novas moradias produzidas através do programa (VIEIRA, 2018).

Estando esta produção voltada para as populações prioritárias do PMCMV, o déficit destas, expresso na abordagem qualitativa, é substancialmente onde se localiza o problema da moradia na cidade, que poderia ter tido um impacto na casa dos 75%. Sendo esta a quantidade de moradias em relação ao déficit habitacional produzido.

3. A produção de moradias e de “Sem teto”

O primeiro levantamento feito pelo supervisor municipal de regularização fundiária (ALVES, 2014) mostra que os espaços de ocupação irregulares e clandestinos totalizavam o número de 156 áreas, onde habitavam mais de 60 mil pessoas, em um número

estimado de 11 mil residências, aproximadamente 75% do problema habitacional da cidade reafirmado pelos estudos divulgados pelo PLHIS (2013) e pela Fundação João Pinheiro (2013) para o ano de referência.

Mas, segundo dados atualizados, nos anos subsequentes ocorrera um aumento significativo no tocante ao número destas áreas, as quais passaram para 162 identificadas no relatório do ano de 2014 (ALVES, 2016), e, no ano de 2017 chegaram à marca de 205 áreas de ocupação irregular somente no perímetro urbano do município, conforme apresenta o último levantamento feito por Alves (2017), que foi também divulgado pela mídia impressa local (COGOY, 2017). Este último estudo aponta que “mais de 90 mil pessoas” estão residindo nestas condições, sendo “quase 1/3 da população” (ALVES, 2017, p. 26).

Alves (2017) atribui a identificação dessas novas áreas à qualificação da equipe técnica do departamento de regularização fundiária, que passou neste período de 2 funcionários para 4, e ainda outros 6 estagiários que foram destacados para o departamento. Cabe salientar ainda, que conforme aponta o mesmo autor, por questões políticas a Secretaria de Habitação foi extinta durante certo período, tendo os trabalhos retomados 2 anos após sua extinção, mas mesmo durante este tempo o trabalho de regularização fundiária não fora abandonado (ALVES, 2017).

Em 2013 – foi extinta a secretaria já no atual governo e criado o serviço de regularização fundiário da SMGCMU. Em 2015 – foi recriada a secretaria de habitação e regularização fundiária, também no atual governo (ALVES, 2017, p. 24).

Em seu relato, ainda no que diz respeito aos levantamentos feitos pelo departamento de regularização fundiária do município, destaca que o orçamento da prefeitura para o ano de 2015 foi de cerca de R\$ 1 bilhão de reais, tendo um acréscimo de aproximadamente 25% no ano seguinte. Quando passou para R\$ 1 bilhão e 250 milhões. Para a Secretaria de Habitação neste último

ano - 2016 - o orçamento disponibilizado foi de R\$ 140 mil, enquanto para a Assessoria de Comunicação da Prefeitura os valores foram de R\$ 2.600 milhões, e para o legislativo R\$ 18.100 milhões (ALVES, 2017).

Destacam-se esses números pela sua representatividade nas prioridades eleitas pela gestão do poder público municipal, que se encontra há 14 anos nesta condição de condução do executivo. E, recuperam-se os apontamentos feitos pelo supervisor municipal, que atestam sua preocupação quanto às prioridades elencadas pelo poder público ao colocar o trabalho de regularização fundiária em uma posição marginal, diante dos investimentos que se tem feito em outros setores.

Desta forma, partindo da perspectiva de Alves (2017), se analisa seu diagnóstico, onde o mesmo irá apontar para as mais de 50 novas áreas de ocupação irregular identificadas enquanto fruto da contratação ou destacamento de novos funcionários para o desenvolvimento de tal trabalho.

Primeiro, destaca-se que o levantamento feito entre os anos de 2008 e 2009, onde as primeiras 156 áreas foram identificadas, foi realizado por dois trabalhadores apenas, no período de um ano (ALVES, 2014). E segundo que após a divulgação dos dados (ALVES, 2014), o trabalho fora interrompido por questões políticas conforme é exposto (ALVES, 2017). Por último, a apresentação dos dados orçamentários reitera a compreensão sobre a prioridade elencada pelo poder público (ALVES, 2017).

O primeiro levantamento foi feito em um período no qual tais dados eram tidos enquanto de grande importância para o poder público desenvolver projetos em parceria com os setores privados da construção para que se pudessem acessar recursos junto à União via PMCMV. Situação está, reforçada pela matéria que estampou a capa do jornal local em 21 de novembro de 2012².

² Matéria de capa do jornal Diário Popular relaciona o déficit habitacional local a necessidade de construção de 16 mil novas moradias para o município em novembro de 2012.

Sobre os recursos disponibilizados para os diferentes setores do poder público municipal, estes mantêm a mesma racionalidade, fato que não pode ser ignorado, pois através dos investimentos feitos pelo poder público local foram disponibilizados recursos para a habitação e regulamentação fundiária que não chegam a 6% do que é disponibilizado para propaganda no mesmo período.

Não se rejeita por completo o fato de que a alteração no que se refere ao número de funcionários do departamento seja um imperativo para o levantamento das demais áreas irregulares identificadas nos últimos anos, mas também não se atribuí a este fato tal situação. Compreende-se, entretanto, que esta questão deflagra uma rearticulação por parte do poder público no sentido de desenvolver uma estratégia outra de regulação.

Somam-se a estes apontamentos os dados anteriormente analisados no que caracteriza a produção de residências através do PMCMV, que entre os anos de 2009 e 2018 possibilitou a construção e entrega de 49 empreendimentos, através dos quais foram produzidas 5.884 novas unidades habitacionais (VIEIRA, 2018). Produção que manteve intocado os números relativos ao déficit e tão pouco diminuiu o número das áreas de ocupação irregular.

É fato inegável que se produziram habitações em número suficiente para se amortizar os problemas de moradia para a população apresentada enquanto prioritária pelo PMCMV no município. Através deste processo poderia ter ocorrido a regularização plena de um grande número de áreas irregulares, mas nenhum dos processos praticados tocou no problema da questão habitacional. E pelo que os estudos atuais têm demonstrado, tais problemas ainda têm sido agravados pela periferização das construções, bem como pelo modelo de construção de condomínios fechados que foi adotado para o desenvolvimento majoritário dos empreendimentos do PMCMV, sobretudo no que diz respeito à Faixa 1, para o qual verifica-se que

somente um empreendimento não se caracteriza como condomínio fechado.

Concluindo-se que, para além de priorizarem o modelo de condomínio fechado para os grupos de menor renda, na maioria dos casos, desenvolvem as construções de forma “contígua ou agrupada com outros empreendimentos do PMCMV, e até mesmo outros da Faixa 1” (PINTO, 2016, p. 187). Perpetuando o formato de subdivisão sócio-espacial que é historicamente desenvolvido para ser adotado pelas comunidades de faixa de renda mais altas, que vendem a ilusão da segurança e tranquilidade através do isolamento. Ocultando os conflitos sociais, gerando um modelo de auto-segregação ou cristalizando na discriminação a ilusão da garantia do direito à moradia.

4. Agentes e fatores de impacto sobre o processo de segregação

O modelo de desenvolvimento urbano segregador que induz a produção ilegal de moradias apresenta-se enquanto produto do descompasso e das “características do mercado imobiliário e fundiário nas cidades – sobre cujos agentes não pesa nenhum constrangimento antiespeculativo” (MARICATO, 1997, p. 43), bem como da lógica peculiar adotada pelos agentes de Estado na promoção de investimentos públicos, que voltam-se ao favorecimento de um mercado concentrado e restrito.

A partir do desenvolvimento de tal modelo de apartação residencial, que é sustentado pelo mercado de construção das cidades, que é condicionada a produção e reprodução das desigualdades, através da geografização social do poder criada para transformar moradores de “comunidades de desespero econômico/zonas de sacrifício” (ACSELRAD, 2007, p. 7) em agentes de menor capacidade de influenciar o Estado. Sobre o tema, Jones Pinto (2016) ainda acrescenta:

a produção habitacional proporcionada pelo Programa recebe muito maior influência da viabilidade econômica dos empreendimentos, do que da lógica de priorizações a partir da demanda habitacional existente no local ou da dinâmica urbana deste [...] as últimas transformações na política habitacional brasileira, oficializadas com a execução do PMCMV, ocasionaram uma transformação no mercado imobiliário que acarretou na inclusão de famílias com renda inferior a 10 salários mínimos no mercado da habitação como consumidores, prioritariamente (PINTO, 2016, p. 77).

As informações apresentadas traçam o quadro do que tem sido a lógica de execução do PMCMV ao redor do país, este mesmo que não se diferencia dos processos desenvolvidos no município de Pelotas, mesmo diante de estudos e levantamentos feitos por departamentos vinculados ao poder público local, que apontaram para o problema habitacional estando localizado no déficit qualitativo, interpretado aqui enquanto variável entre 80% (PLHIS, 2013) e 97% (FJP, 2013) do problema habitacional da cidade. Este que coloca 1/3 da população em condições precárias de moradia – mais de 90 mil pessoas, sem acesso mínimo à infraestrutura urbana, estando grande parte desta população em áreas de risco socioambiental.

Os escassos recursos disponibilizados pelo poder público local não permitiram que se investisse em urbanização e equipamentos de suporte, optando por se relegar às construtoras o poder de decisão sobre a produção de moradias diante dos índices de déficit local. Estas, diante da possibilidade de aumento da lucratividade, focalizaram suas produções nas faixas através das quais poderiam alcançar maior rentabilidade.

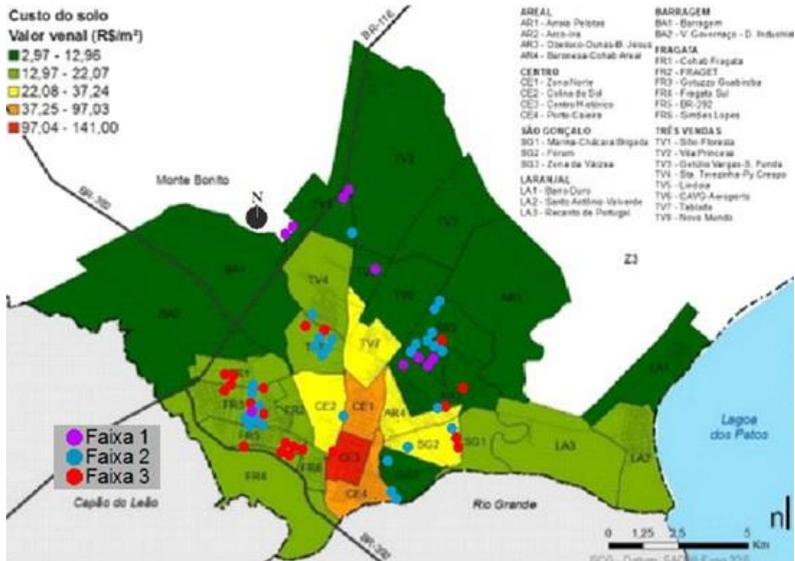
Assim, para o percentual variável de aproximadamente 13% de insuficiência –relativo ao déficit quantitativo – representado pelos levantamentos do PLHIS (2013) e FJP (2013), foram produzidas 82% das habitações, ou seja: para o déficit quantitativo de aproximadamente 1.800 moradias já foram entregues 4.186 novas habitações e estão sendo produzidas mais 3.508.

A partir do levantamento de Jones Pinto (2016) foi possível dividir por faixa de renda a produção do PMCMV em Pelotas. Assim se constatou que: 24% das produções votaram-se para a Faixa 3; 54% para a Faixa 2; e para estes grupos somados estão sendo produzidos 78% das moradias do programa em Pelotas.

Estes números revelam uma inversão de prioridade no ato de materialização da política pública quando analisadas suas orientações em contraposição ao que está sendo efetivado no ato de sua planificação. Além disso, aponta para a priorização por parte das construtoras e incorporadoras das faixas de maior lucratividade e ainda esclarece o porquê de não se ter avançado na direção da solução dos problemas habitacionais locais, mas sim, aprofundado o mesmo.

Compreende-se este processo, uma vez que se observa o fato de 22% das moradias produzidas para a Faixa 1 – 1.998 moradias – acabaram sendo localizadas nas bordas periféricas do município, localidades como apontará a imagem que segue, onde os terrenos são mais baratos por estarem relativamente mais distantes do centro da cidade, em áreas sem infraestrutura urbana. O que torna possível a reflexão sobre o estabelecido no decreto n.º 7.499/2011 que regula a implantação de empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) – parte integrante do PMCMV – que não foi considerado da mesma forma que: o Comentário Geral n.º 4 (BRASIL, 2013), PIDESC (AGNU, 1966), Agenda 21 (CNU, 1995), o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) e as diretrizes do programa (BRASIL, 2009), no que dizem respeito a uma série de fatores, mas especialmente no tocante ao acesso e direito à cidade.

Figura 1 - Custo do solo urbano no município de Pelotas
Custo do solo urbano: valor venal



Fonte: Pinto (2016, p. 138).

A produção de moradias através do PMCMV serviu para estreitar ainda mais os laços entre o Estado e os setores privados da construção, que capitanearam o processo de forma tutelada pelo poder público. Os empreendimentos nesta lógica foram desenvolvidos prioritariamente para os grupos não encontrados no cálculo do déficit habitacional do município e foram espacializados sob o perímetro urbano de forma que se instituíram anéis de proteção para o desenvolvimento da sociabilidade burguesa, conforme é possível se observar na Figura 1. Os empreendimentos para a maior faixa de renda ficam “protegidos” pela faixa intermediária, restando as áreas periféricas para o grupo de menor renda que consegue acessar a política.

Os grupos prioritários, como já destacado, não foram atendidos. As construções se deram considerando a racionalidade de distribuição geográfica que orientou programas como o desenvolvido pelo BNH e PAR (CHIARELLI, 2014), nos quais a

distribuição se deu de acordo com as questões econômicas. Fato que fez com que, projetos fossem desenvolvidos para alocar determinados grupos em áreas situadas fora da malha urbana, sem a adequação do projeto ao ambiente de inserção, e nem mesmo a presença de infraestrutura básica em sua maioria. Além disso, sem que se assegurasse o cumprimento do compromisso de construção de equipamentos e serviços de atendimento à educação, à saúde, ao lazer e ao transporte público das famílias inseridas (PINTO, 2016).

A expansão da ocupação do solo urbano no município por parte das ocupações irregulares e a produção do PMCMV para Faixa 1 seguem o mesmo fluxo de afastamento do centro da cidade em direção às áreas onde os terrenos têm menos infraestrutura e por consequência menor valor, e menor regulação estatal. E como aponta Jones Pinto (2016), localidades onde não se tem inserção urbana.

Este panorama, remete à perpetuação dos procedimentos de exclusão dos grupos empobrecidos nos processos de produção do PMCMV e à favelização no tocante à ocupação de terrenos por parte da população historicamente excluída por conta de sua “invisibilização”, que é gerada por parte do poder público na adoção de modelos de planejamento urbanos voltados à hierarquização e exclusão.

Modelos utilizados para a remoção e realocação de populações em aglomerações que são marcadas pela segregação, propiciando a formação de guetos. Segundo Raquel Rolnik (2015), nestes locais é alto o índice de violência e marginalização social; são espaços onde há o incentivo à comercialização de drogas e intensificação da reprodução da segregação sócio-espacial.

Da mesma maneira, o processo de crescimento da cidade observado no desenvolvimento dos empreendimentos, evidencia o alinhamento do Estado a um modelo muito específico de gestão pública - uma governabilidade voltada para o atendimento de demandas do mercado - onde não existe desordem ou incapacidade administrativa por parte dos governantes, mas sim,

uma bem articulada trama de agenciamentos voltados para a manutenção estrutural da acumulação capitalista, que evoluiu através do desenvolvimento de legislações, planificação de políticas públicas e estratégias de planejamento urbano. Tendo seus reflexos sobre as condições de vida da população seguindo os mesmos princípios.

Figura 2 - Localização da área de ocupação irregular no município de Pelotas



Fonte: Alves (2017, p.28)

No tocante às áreas de ocupação irregular, como se pode observar na Figura 2, as mesmas traçam na direção da afirmação de Acselrad (2007), citado a seguir:

Além das incertezas do desemprego, da desproteção social e da precarização do trabalho, os trabalhadores são submetidos aos riscos da moradia em encostas perigosas, beiras de cursos d'água sujeitas a enchentes, áreas contaminadas por lixo tóxico, situadas sob gasodutos, ou linhas de transmissão de eletricidade [...] uma crise que se localiza na cidade, mas tem sua raiz além das suas fronteiras (ACSELRAD, 2007, p. 7 - 8).

O apetite deste modelo que intenta tornar a cidade mais atrativa e funcional para o capital necessita da ação do Estado enquanto operador da exclusão e facilitador da espoliação, sendo seu avalista. Desenvolve-se legitimando os responsáveis por estes processos de despossessão através das mais diversas estratégias, difundindo percepções sobre o urbano materializadas em projetos voltados para o incentivo à competição no mercado das cidades. Ações difundidas pela retórica que coloca em oposição conceitos e grupos que não se excluem e que não são antagonônicos: velho e novo, desenvolvido e atrasado, exclusão e inclusão etc., exigindo a construção de consenso sobre os discursos produzidos, reinventados, distorcidos, sobre pautas capturadas, ou que o padrão de racionalidade irá se articular para capturar.

5. Considerações finais

Desta forma, chama-se a atenção para o fato de que passados dez anos da implementação do PMCMV o que se observa é um saldo extremamente negativo quanto a planificação do programa no município, pelo fato de não haver rompido com a lógica e com o padrão de sociabilidade do capital. Pelo contrário, sendo instrumento para o alargamento do mesmo, escoando grande volume de recursos para os setores privados da construção a partir de um discurso maquiado que sequer tocou na problemática que anunciava combater.

Segundo dados da fundação João Pinheiro (2013) no ano de 2009, o déficit habitacional brasileiro era de 5,998 milhões de moradias. No ano de 2017 estes números variam entre 5,5 e 6 milhões de moradias (MÁXIMO, 2017). Guilherme Boulos (2015) é um dos autores que aponta que este ocorrido relaciona-se principalmente ao fato de que o Estado acabou por relegar à iniciativa privada o gerenciamento da política (NABUCO; PRIMI; NABUCO, 2014). Os setores privados, por sua vez, através de um arsenal político, empresarial e ideológico, acabam impondo o

modelo de “pensamento único” para a administração do Estado, segundo o qual a sobrevida da cidade consiste na transformação de seus espaços em mercadorias que devem ser comercializadas em um mercado de cidades (VAINER, 2013).

É necessário que se destaque que este é o papel do Estado sob a perspectiva capitalista operante. O que ocorreu e continua ocorrendo através do PMCMV é o pleno desenvolvimento deste. Trabalhar para a iniciativa privada faz parte das atribuições deste modelo. Deste modo, na planificação das estratégias para garantia do “direito à moradia”, ou à habitação “social” do programa PMCMV, acabou por recuperar as práticas higienistas que se desenvolveram historicamente sobre a cidade e no país como um todo entre os séculos XIX e XX (MOURA, 2006), que fundamentaram processos de exclusão. Reproduziram a imagem da “política habitacional” do período ditatorial militar, quando se reproduzem na paisagem construções verticalizadas e perfiladas distantes dos centros das cidades. Modelo implementado ainda pelas políticas otimizadas através do PAR:

modelos homogêneos de cidade e cidadãos [...] As casas e bairros de nossas cidades só podem ser construídas se obedecerem a um certo padrão [...] à micropolítica familiar burguesa” (ROLNIK, 2009, p. 67).

Estas observações apontam para o “novo” padrão de governança enraizado em velhos modelos, os quais constroem e alteram os instrumentos e dinâmicas de funcionamento de regulação estatal de acordo com as necessidades das transformações nos padrões de acumulação para cada período.

A produção das moradias do PMCMV no município de Pelotas não foi executada seguindo as orientações instituídas nos marcos federais de forma plena, mas seguindo o que interessava para o mercado. Deste modo os veículos de comunicação propagaram as ideias, as legislações foram alteradas, as prioridades foram articuladas de acordo com os interesses do

mercado, os estudos e levantamentos relativos à questão habitacional foram manipulados, as operações de regularização fundiária não obtiveram resultados, se manteve o déficit habitacional e se continuou acessando recursos por parte dos setores privados da construção que permanecem aumentando sua lucratividade às custas da manutenção do problema habitacional.

Referências

- ABRAMO, P. **A cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ACSELRAD, H; MELLO. C. C. A; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- AGNU. **Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Resolução 2200A (XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf> Acesso em: 29 set. 2017.
- ALVES, J. **Apresentação 02**. Pelotas, 27 de junho de, 2016. 48 slides. Apresentação em *Power Point*.
- _____. **Regularização Fundiária: a cidade que temos e queremos**. Pelotas, 7 de julho de, 2017. 337 slides. Apresentação em *Power Point*.
- _____. **Regularização Fundiária. Pelotas, 16 de outubro de, 2014**. 320 slides. Apresentação em *Power Point*.
- BOULOS, G. **Por que Ocupamos?** São Paulo: Autonomia Literária, 2015.
- BRASIL. **LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm> Acesso em: 09 out. 2017.

_____. **Direito à moradia adequada.** Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília. Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002254/225430POR.pdf>> Acesso em: 29 set. 2017.

_____. **LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 09 out. 2017.

COGOY. **Regularização fundiária: Pelotas possui mais de 200 áreas irregulares.** Diário da Manhã, ano 39, n.63, p.8, 5 set 2017.

CHIARELLI, L. M. A. **Habitação Social em Pelotas (1987 - 2010): influencia das políticas públicas na promoção de conjuntos habitacionais.** Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Porto Alegre, 2014.

CNU. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Resolução.nº 44/228 da Assembléia Geral da ONU. Estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: **Agenda 21** - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

FJP. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010.** Fundação João Pinheiro, Centro de Estatísticas e Informação: Belo Horizonte, 2013.

IBGE. **Pelotas, 2017.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431440>> Acesso em: 2 jul. 2017.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PLHIS. **Plano local de habitação de interesse social de Pelotas - Etapa 3: estratégias de ação.** Pelotas: 3C Arquitetura e Urbanismo, 2013. 63p.

PLHIS.**Plano Local de Habitação de Interesse Social de Pelotas, 2013.** Disponível em: <plhispelotas.blogspot.com> Acesso em: 22 maio 2014.

PINTO, J. V. **Contribuições para estudo do “Programa Minha Casa, Minha Vida” para uma cidade de porte médio, Pelotas-RS: caracterização das empresas construtoras e incorporadoras privadas e inserção urbana.** Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal de Pelotas, no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pelotas, 2016.

MARICATO, E. **Contradições e Avanços da Habitat II.** In: GORDILHO-SOUZA, A (org.). Habitat Contemporâneo: Novas Questões no Brasil dos Anos 90. Salvador FAUFBA/LAB-Habitar, p. 21-37, 1997.

MÁXIMO, L. **Déficit habitacional aumenta com a recessão.** Revista Valor Econômico: São Paulo, 01 mar 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4882412/deficit-habitacional-aumenta-com-recessao>> Acesso em: 11 jun 2018.

MOURA, R. M. G. R de. **Habitação Popular em Pelotas (1880 – 1950): entre políticas públicas e investimentos privados.** Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Sul – PUC/RS. Porto Alegre, 2006.

NABUCO, A. PRIMI, L. NABUCO, W. **Luta por um Teto.** Revista Caros Amigos, jul 2014. Entrevista Guilherme Boulos.

ROLNIK, R. Guerra dos Lugares: **A Colonização da Terra e da Moradia na era das Finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **O que é a cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

VAINER, C. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2013.

VIEIRA, L. de S. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <contatorafaelkruger@gmail.com> em 19 jun 2018.

Autogestão: da Comuna de Paris à economia solidária

Renan Costa Valle Scarano

Considerações iniciais

A palavra autogestão foi introduzida na França, de acordo com Bourdet e Guillerme (1976, p.11) para “designar a experiência a política econômico-social da Iugoslávia de Tito, em ruptura com o stalinismo”. De acordo com os autores a palavra francesa *autogestion*, “não se encontra nos dicionários ou nas enciclopédias anteriores a 1960; é a tradução da palavra servo-croata *samoupravilje* (“*samou*” sendo o equivalente eslavo do prefixo grego “*auto*”, e “*upravlje*” significando aproximadamente “gestão” (BOURDET; GUILLERME, 1976, p.11, grifo do autor).

O objetivo de Bourdet e Guillerme (1976, p.14) é demonstrar que a autogestão, “simplifica uma mudança radical e a instauração de outra maneira de viver em comum, inteiramente nova”. A autogestão contesta o papel dos dirigentes, exercido pelos capitalistas e, ainda, a atuação dos operários em relação à direção de uma empresa. De acordo com Bourdet e Guillerme (1976, p.30), o objetivo da autogestão é “suprimir o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogestionado de cooperativas, igualmente associadas segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e desejos”.

O campo de atuação da autogestão não está limitado ao âmbito do trabalho na fábrica, como acentuam os autores. Trata-se

de uma “organização direta da vida coletiva em todos os níveis (...)” (BOURDET; GUILHERM, 1976, p.99). De acordo com Nascimento (1986, p.11), a autogestão é uma forma de “administração da sociedade por si mesma, em contraposição a uma sociedade administrada por um poder que está por cima dela (heterogestão)”. Ainda Nascimento (1986, p.15) sustenta que por autogestão deve-se entender: uma “organização do poder econômico e político que combina as funções legislativas, executivas e judiciárias”, onde os próprios trabalhadores são aptos para gerir a economia e a sociedade. Já Paul Singer (2002, p.21), aponta que a autogestão, “tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes”.

Portanto, autogestão diz respeito a relações organizadas que se dão na horizontalidade, numa perspectiva de solidariedade e comprometimento com o outro e que ela deve atingir diversos níveis da vida social como a educação, o trabalho, a vida cultural, etc.

1. A Comuna de Paris, uma experiência autogestionária?

“No dia 18 de março de 1871, o povo de Paris levantou-se contra o governo que desprezava e detestava e declarou que Paris era agora uma cidade de independente, livre e dona de seu destino” (KROPOTKIN, 1895 Apud WOODCOCK, p.211, 1985). A Comuna de Paris surgia como uma ideia nova, ela se tornou o ponto de partida para revoluções futuras. O que estava em jogo na Comuna? Trocar a servidão pela liberdade (KROPOTKIN, 1895 Apud WOODCOCK, 1985).

Nascimento (1986) comenta que a Comuna representou “um marco na história das lutas operárias; pela primeira vez, os trabalhadores tentaram inverter a contradição Capital x Trabalho, e estabelecer um poder político de novo tipo, que levava à extinção do poder político” (NASCIMENTO, 1986, p.16). Tal acontecimento

apontou para um campo de tensão que marcou o século XIX de forma explícita e que perdura até a contemporaneidade.

A Comuna resultou de um processo em que estiveram presentes vários atores a fim de construir um novo horizonte para os trabalhadores e trabalhadoras. No entender de Nascimento (1986, p.16), a Comuna foi a “primeira grande revolução operária (...), que teve como elemento essencial os Comitês Operários, como forma de poder direto dos trabalhadores”. Kropotkin(1895) reforça a ideia de que a Comuna foi um processo em que estiveram presentes diferentes agentes, entre eles, a Associação Internacional de Operários, que já atuava no meio operário antes mesmo da concretização da Comuna em 1871 (KROPOTKIN. 1895 Apud WOODCOCK, 1985).

A atuação dos trabalhadores nas discussões sobre a questão social, sobre o problema do desenvolvimento da indústria, sobre a propriedade privada, marcou um novo momento na vida dos operários que até então eram vistos como corpos dóceis e necessários para a produção. A definição das pessoas como corpos dóceis e úteis foi construída por mecanismos disciplinares que atuaram a partir da modernidade a fim de produzir um trabalhador obediente.

Nessa perspectiva, junto ao desenvolvimento da Revolução Industrial operou-se uma força produtiva sobre a vida das pessoas que resultava em duas funções que tinham por objetivo obter controle sobre o corpo do operário. De acordo com Foucault (2009) o controle exercido sobre o trabalhador objetivou-se a partir de duas funções: em primeiro lugar, uma ação sobre o tempo dos trabalhadores, “o tempo de sua vida, se transforma em tempo de trabalho (...)” (FOUCAULT, 2009, p. 119); em segundo lugar, o controle consiste “em fazer com que o corpo dos homens se torne força de trabalho” (Ibidem).Desse modo pode-se dizer que a força produtiva é resultado de duas operações, uma sobre o tempo de vida dos trabalhadores e outra, que transforma o corpo e sua potência em força de trabalho. Em suma, a exploração do

trabalhador pelo empregador que alimenta o capital se dá mediante a extração do trabalho que o capitalista realiza sobre a vida de seu trabalhador.

A ascensão da sociedade burguesa, baseada na liberdade individual, onde, o livre acesso ao trabalho tornara-se um direito, foi a estratégia por onde alguns grupos sociais adquiriram seus interesses e suas riquezas por meio dos trabalhadores.

Essa restituição da liberdade fundada em direito natural representa, ao mesmo tempo, a vantagem de canalizar os interesses concretos dos grupos cuja atividade é socialmente útil (e não parasitária, como são parasitários os detentores de privilégios). Trata-se principalmente das duas categorias – empregadores e empregados – cujas posições, desse ponto de vista, aparecem como complementares, antes de se revelarem antagônicas. Os operários têm absoluta necessidade de trabalhar o que, para eles, é uma questão de sobrevivência (CASTEL, 2008, p.235-236).

A mudança de paradigma, do feudalismo para a industrialização significou para o trabalhador, uma nova realidade atrelada a formação das cidades, a pobreza e miséria e a necessidade de trabalhar para poder sobreviver. Singer (2002) sintetiza esse momento argumentando que o capitalismo significou a emergência de um modo de produção cujos princípios basilares são: o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios dividiu a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra. Sendo assim, o resultado dessa relação é a desigualdade e a competição (SINGER, 2002).

Entre as características que os trabalhadores do século XIX apresentavam estão: jornada de trabalho ilimitada; ausência de direitos; vida social reduzida ao ambiente da fábrica; condições insalubres que eram permanentes nos ambientes de trabalho; falta de segurança durante as atividades na fábrica; crianças, homens e

mulheres trabalhavam no mesmo lugar, ou seja, era comum que uma família inteira trabalhasse numa fábrica; inexistência de legislação que regulasse as condições e a jornada de trabalho, em contrapartida, cada fábrica tinha a liberdade de criar e determinar quais regras os trabalhadores deveriam obedecer. No entanto, os trabalhadores lutaram contra essas condições que começava, aos poucos, a sofrer alterações ainda no século XIX.

Karl Marx, em “O Capital”, de 1867, comenta sobre algumas leis trabalhistas criadas pelo parlamento inglês no início do século XIX em que aparecem as primeiras mudanças em relação a jornada de trabalho. De 1802 a 1833, conta Marx (2013), foram aprovadas cinco leis trabalhistas que, em seu objetivo, visavam regular as relações de trabalho entre os capitalistas e os operários. “O fato é, que, antes de 1833, crianças e adolescentes eram postos a trabalhar a noite toda, o dia todo, ou ambos” (MARX, 2013, p.350). A lei de 1833, comenta o autor, estabelecia que a jornada de trabalho na fábrica começava as 5:30h e terminava as 20:30h. Ainda mais,

dentro desses limites, num período de 15 horas, é legalmente permitido empregar adolescentes (isto é, pessoas entre 13 e 18 anos) para trabalhar em qualquer hora do dia, sempre com o pressuposto de que um mesmo adolescente não trabalhe mais que 12 horas num dia, com exceção de casos especiais (MARX, 2013, p.351).

Ainda no comentário sobre a lei de 1833, Marx ainda cita que a jornada de trabalho das crianças entre 9 e 13 anos era limitado à 8 horas diárias, enquanto que o trabalho noturno, ficava proibido para toda pessoa entre 9 e 18 anos. Com a introdução da maquinaria na produção os empregadores passaram a não mais contratar trabalho infantil e de mulheres (MARX, 2013).

A maquinaria, como instrumento da grande indústria, não veio para aliviar a jornada de trabalho das pessoas, pois, a finalidade da maquinaria no modo de produção capitalista é de “baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho

que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista” (MARX, 2013, p.445). Em 1836, declarava um fabricante inglês sobre o uso da maquinaria: “comparado como o de outrora o trabalho que agora se executa nas fábricas cresceu muito em virtude da atenção e da atividade maiores que a velocidade aumentada da maquinaria exige do operário” (MARX, 2013, p. 485); outro empregador, *lord Ashley*, em 1844, dizia:

o trabalho realizado pelos ocupados nos processos fabris é, agora, três vezes maior do que quando da introdução dessas operações. Sem dúvida, a maquinaria tem realizado uma tarefa que substituiu os tendões e músculos de milhões de seres humanos, mas também tem aumentado prodigiosamente o trabalho daqueles submetidos a seu terrível movimento (...). (MARX, 2013, p.485).

Junto ao uso da maquinaria, houve também a regulamentação do trabalho, ou seja, a produção de leis, tanto na França quanto na Inglaterra, que também impactaram a condição dos trabalhadores. Para Marx (2013) esse contexto do século XIX significou o momento em que o trabalhador passou a lutar “contra o próprio meio de trabalho, contra o modo material de existência do capital” (MARX, 2013, p.499). Se por um lado, ela facilitou a vida dos empresários, por outro, o uso da maquinaria tencionou o conflito entre empregadores e trabalhadores culminando com revoltas em diversos lugares.

Durante o século XVII, afirma Marx (2013), quase toda a Europa presenciou revoltas de trabalhadores contra as máquinas de tecer fitas e galões. “Ainda no começo do século XVIII, na Inglaterra, as máquinas hidráulicas de serrar só superaram com muita dificuldade a resistência popular, respaldada pelo Parlamento” (MARX, 2013, p.500). O autor ainda cita um acontecimento ocorrido na cidade de Everet, em 1798, onde foi construída a primeira máquina de tosquiado movida a água, queimada por cerca de 100 mil pessoas que haviam sido deixadas

sem trabalho devido a introdução dessa máquina. Portanto, embora a luta entre capitalistas e trabalhadores inicie já na própria relação capitalista, a introdução da maquinaria intensificou esse conflito. (MARX, 2013).

É nesse contexto que a Comuna de Paris pode ser situada como uma forma de reação sobre a condição de exploração e dominação que os trabalhadores enfrentavam. Nessa perspectiva, ela foi uma tentativa dos trabalhadores de assumir diretamente as funções de gestão do trabalho e da sociedade em seu conjunto. Para Nascimento (1986), a Comuna foi a primeira tentativa de implementação da autogestão numa sociedade de modo de produção capitalista.

A Comuna de Paris não teve apenas importância no âmbito político, mas no teórico. Vares (1988) afirma que a Comuna teve uma influência decisiva na concepção marxista sobre o Estado. Em 1848, no “Manifesto Comunista”, Engels e Marx defenderam que o Estado devia de ser tomado pelos trabalhadores a fim de usá-lo para seus objetivos socialistas. Porém, após a Comuna de 1871, Engels e Marx passaram a defender a ideia de que o Estado deveria ser destruído, pois, o Estado é, em si, uma máquina burguesa, e foi exatamente isto que os trabalhadores da Comuna realizaram (VARES, 1988).

Em “Guerra civil na França”, Marx (2011) expõe que, desde sua gênese, o Estado, exerce um poder de coerção e dominação sobre a classe dos trabalhadores. Segundo Marx (2011)

poder estatal centralizado, com seus órgãos onipresentes, com seu exército, polícia, burocracia, clero e magistratura permanentes – órgãos traçados segundo um plano de divisão sistemática e hierárquica do trabalho –, tem sua origem nos tempos da monarquia absoluta e serviu à nascente sociedade da classe média como uma arma poderosa em sua luta contra o feudalismo (MARX, 2011, p.54).

Após a Revolução Francesa, o sistema de poder do Estado, que havia sido obstruído pelos restos da sociedade medieval, pelos direitos senhoriais, privilégios locais, monopólios municipais e corporativos e códigos provinciais, prosseguiu sua estruturação e sua força sobre a vida dos trabalhadores (MARX, 2011).

No mesmo passo em que o progresso da moderna indústria desenvolvia, ampliava e intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe (MARX, 2011, p.55).

Os comunardos levantaram-se contra o Estado despótico e destruíram o poder estatal a começar pelo exército, que foi abolido e substituído por uma Guarda Nacional que era feita pelos próprios trabalhadores.

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária (MARX, 2011, p.56).

Nesse viés pode-se dizer que a Comuna foi a primeira tentativa de construção de uma experiência autogestionária expandida a diversos âmbitos da vida social. Em 5 de maio de 1871, eleita por um sufrágio universal e “formada em sua maioria por trabalhadores” (NASCIMENTO, 1986, p.24), a Comuna de Paris, tomou um conjunto de decisões visando a destruição do Estado burguês e a construção de uma democracia direta, uma sociedade socialista e autogestionária (NASCIMENTO, 1986). No entender de Viana (2011, p.59), em contrapartida ao Estado e sua estrutura de poder burocrática, a Comuna criou algo novo sob o ponto de vista político, “a Comuna não é como a burocracia parlamentar e sim

uma auto-organização dos trabalhadores que decide e executa, sem a divisão entre dirigentes que decidem e dirigidos que executam”.

Assim, a Comuna rompeu com a divisão burocrática do Estado liberal que ressalta a representatividade parlamentar. Através da autogestão, refletida na auto-organização dos trabalhadores que decidem e executam as demandas políticas, a Comuna alcançou uma experiência direta da atividade política. Entre as medidas tomadas pela Proclamação da Comuna ao povo trabalhador de Paris estavam:

combate à burocracia; supressão do funcionamento estatal; (...) interdição do acúmulo de cargos; organização de Conselhos Operários nas fábricas abandonadas pelos patrões; redução da jornada de trabalho para 10 horas; eleição da direção das fábricas pelos trabalhadores (...) (NASCIMENTO, 1986, p.24).

Sob o ponto de vista econômico, os operários destruíram a organização capitalista do trabalho e construíram uma nova organização.

Os operários nomeavam os seus diretores, chefes de equipe, etc. Tinham o direito de revogá-los. Os próprios operários decidiam os salários, horários e condições de trabalho. Os comitês de fábrica se reuniam todos os dias para programar o trabalho. Um verdadeiro auto-governo dos produtores (NASCIMENTO, 1986, p. 24).

Embora, a Comuna tenha sido uma experiência marcante da óptica das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, tal experimento durou, apenas, dois meses. As tropas militares, sob o comando da burguesia parisiense, que havia sido destituída, massacraram cerca de vinte mil pessoas acabando com a Comuna de Paris (NASCIMENTO, 1986).

A trajetória da autogestão é marcada por desvios e ziguezagues, comenta Nascimento (1999). Para o autor trata-se de um percurso frágil do ponto de vista dos trabalhadores. “Talvez, tenha estado mais ativa no campo das ideias e no debate sobre

alternativas socialistas presentes nas várias correntes teóricas do socialismo” (NASCIMENTO, 1999, p.98). No decorrer da história percebem-se diversos conflitos entre trabalhadores e empregadores que refletem uma relação conflituosa e desigual. A condição existencial de exploração dos trabalhadores representa a negação do capitalismo marcada por suas contradições.

2. O percurso da autogestão à economia solidária

A ideia da autogestão sempre esteve presente nos programas do movimento anarquista libertário do início do século XX e teve também presente no movimento trotskista, sobretudo em torno dos conselhos operários (NASCIMENTO, 1999). No Brasil, o mesmo autor comenta que, a partir de 1922, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB, na época PC do B) e com o declínio do movimento libertário anarquista, a hegemonia nas esquerdas começa a pender para o PCB, embora a esquerda plural e libertária ainda teve um papel importante até o Estado Novo (NASCIMENTO, 1999).

Após 1935 e 1937 ocorre um corte no movimento social, que passa a ser verticalizado, dirigido por cima. Apesar da dissidência trotskista, esta hegemonia somente foi quebrada nos anos 60 (fundação da AP [Ação Popular], 1961, da POLOP [Política Operária], 1961 e do PC do B, 1962) (NASCIMENTO, 1999, p.98)

No entanto, o contexto político nacional e internacional sofreu muita influência da luta armada sob a influência de Cuba, China e Vietnã. Dessa forma, a autogestão não encontra espaço favorável para realizar experiências concretas. Para Nascimento (1999), a tradição plural da esquerda construída como movimento a partir das bases que possibilita a autogestão só encontrou espaço para o debate e possibilidades de ação no final dos anos 70 e início dos 80 com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) (NASCIMENTO, 1999).

Na América Latina houveram diversas tentativas de produção de realidades que enfrentem o conflito entre capital e trabalho. Nesse sentido as cooperativas de economia popular tanto na Argentina quanto na Colômbia, no Chile e no Brasil apontam para a possibilidade de se construir novos espaços que buscam reagir a hegemonia capitalista. Para Nascimento (2010, p.66), “as múltiplas formas que a Economia Solidária e Popular temas sumido na América Latina e Central fazem parte do campo que podemos denominar de construção do Poder Comunal e Popular, com base nas experiências de Autogestão”. O autor aponta que, no Brasil, a economia solidária deve ser compreendida como uma nova expressão do movimento cooperativista diante da nova etapa do capitalismo, que se caracteriza pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho sob a hegemonia da globalização financeira. (NASCIMENTO, 2015). Portanto, a economia solidária pode ser vista como uma tentativa de enfrentar o desemprego e a precarização do trabalho que se deram a partir das reformas neoliberais dos anos 1990.

O momento em que surge a economia solidária é distinto da realidade do século XIX, período da grande industrialização. A fábrica não é mais o lugar privilegiado do trabalho do operariado. A flexibilização laboral, o fordismo, o toyotismo, a revolução tecnológica foram algumas mudanças estruturantes que atingiram a vida do trabalhador. É também nesse cenário que surge a chamada economia solidária diante de uma realidade em que o trabalho é precarizado, sobretudo, após a queda do Estado de bem-estar social (*WelfareState*). Nesse momento há uma reorganização empresarial que compromete diretamente a vida das pessoas que depende do trabalho. (BELLUZO; GALÍPOLO, 2017).

No caso do Brasil, a Economia Solidária surgiu como reação ao desemprego que atingia grande parte da população entre o final dos anos 1980 e início da década de 1990. De acordo com Novaes e Serafim (2007, p.69), o mundo nos anos 80 presenciou uma “crise socioeconômica que deu origem a inúmeras estratégias por parte do

capital para a recomposição da sua taxa de lucro”. Na América Latina, os autores apontam o endividamento externo, acompanhado da segunda crise do petróleo. Já na década de 90 houve outra estagnação econômica resultante dos processos de abertura comercial e de aplicação das políticas arquitetadas pelo Consenso de Washington e consentidas pela nova correlação de forças de centro-direita que deu origem a estes processos (NOVAES; SERAFIM, 2007).

Ao adotar o neoliberalismo como resposta às crises, os países da América Latina, realizaram ajustes estruturais, aprofundando o “desmantelamento da estrutura salarial e trabalhista e a perda de direitos sociais e da proteção social (...)” (NOVAES; SERAFIM, 2007, p.70). Com isso, houve um aumento no desemprego e no subemprego. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar PNAD / IBGE (IPEA, 2007 Apud NOVAES; SERAFIM, 2007), o Brasil de 1995 a 2003, presenciou o crescimento do desemprego de 6,2% para 10%.

Para Pochmann (2010), a efetividade do programa neoliberal, realizado nos anos 1990, aprofundou os sinais de desestruturação do mercado de trabalho, o resultado foi o crescimento combinado do desemprego, de postos de trabalho precários e do dessalariamento. “Em virtude disso, percebe-se que dos 50,1% do total da força de trabalho que obtinham alguma forma de proteção social e trabalhista em 1990, restaram menos de 45% em 2000 – e este índice chegou a cair para 43,1% em 1995” (POCHMANN, 2010, p. 29). Magalhães e Todeschini (2000) sustentam que a nova estrutura do mercado de trabalho pode ser sintetizada por um quadro de acumulação flexível que começou a ser formada por três grandes categorias de trabalhadores,

um núcleo de trabalhadores no mercado formal articulado a um grupo de trabalhadores autônomos e a um grande grupo periférico de subcontratados. A terceira categoria de trabalhadores é na verdade um oceano de excluídos que participam eventualmente do mercado de trabalho de maneira informal e sob precárias condições. (MAGALHÃES, TODESCHINI, 2000, p.141-142).

Nesse contexto de desemprego e trabalho precário e informal é que surge a Economia Solidária numa perspectiva de criar formas de trabalho, como as cooperativas, onde as pessoas possam encontrar novas maneiras de gerar renda. Um dos pioneiros da economia solidária no Brasil foi o economista Paul Singer. Ao comentar sobre a experiência de Paul Singer com a economia solidária, Cruz (2006, p.50), diz que tal pensador, enquanto era secretário de Planejamento do Município de São Paulo, em 1988, buscou “formular propostas que articulassem o espaço urbano, de um lado, e as relações que existem entre crescimento, emprego e desenvolvimento de outro lado”. Dessa experiência, nasceria, em meados dos anos 90, a ideia de reunir os desempregados nas regiões periféricas da cidade para a formação de cooperativas de trabalho capazes de reinserir os trabalhadores no mercado formal.

A partir de então, Singer, ajuda a formar uma incubadora tecnológica de cooperativas populares na Universidade de São Paulo, e ao mesmo tempo prosseguia com suas pesquisas sobre economia. Para Singer, uma vez consolidada, a economia solidária poderia fazer frente ao modo de produção capitalista. Ao analisar a ideia de Economia Solidária, de Paul Singer, Castro (2009), sustenta que tal pensador desenvolveu sua percepção sobre o movimento de economia solidária a partir de cinco eixos: “A) luta contra o desemprego; B) continuidade histórica das lutas dos trabalhadores; C) forma de organização e riscos de degeneração dos empreendimentos solidários; D) novo modo de produção; e E) autogestão” (CASTRO, 2009, p.52).

3. Economia solidária, uma sequência das experiências autogestionárias?

A economia solidária é definida por Singer (2000, p.13), como um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se

encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”. Em suma, trata-se de uma forma de organização dos trabalhadores/as que não encontram espaço no mercado e que são excluídos quando o Estado não os integra a partir de políticas públicas ou sociais. Esses grupos, associações ou cooperativas se reúnem por interesse comum que é o trabalho e a renda sem as quais não podem se manter.

De acordo com Paez (2001), a economia solidária pode ser entendida como um sistema econômico e social que vincula diversas formas associativas e empresas solidárias que se sustentam pelos princípios e valores universais de mutualismo e do cooperativismo. Entre esses valores, o autor destaca: a solidariedade, a supremacia do trabalho sobre o capital, o trabalho associado, a propriedade social dos meios de produção e a autogestão (PAEZ, 2001).

De maneira geral, a Economia Solidária é caracterizada como um conjunto de ações econômicas guiadas por três pilares: cooperação, autogestão e solidariedade.

Embora existam muitas visões de compreensão e de projeção das cooperativas de Economia Solidária, muitos autores classificam o tema sob três perspectivas: os que entendem a Economia Solidária como uma possibilidade de superação gradual do modo de produção capitalista; os que defendem que é possível complementar economia solidária e capitalismo; e, um terceiro grupo que, a partir, da análise sobre autogestão, situam a economia solidária como inscrita na luta histórica dos trabalhadores, que em sua exploração, visam uma superação do sistema capitalista, tendo como meio e fim dessa luta a autogestão.

Na ótica do terceiro grupo, as cooperativas ou organizações de trabalho associado, são vistas como espaços que podem potencializar outras formas de luta. Esse quadro teórico resgata as ideias do sociólogo brasileiro Maurício Tragtenberg que defende que,

(...) a classe trabalhadora cria os embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planejamento e eliminando a divisão tradicional de trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos. Essa é uma tendência que aparece nos momentos decisivos da luta dos trabalhadores. (TRAGTENBERG, apud WIRTH et all, 2011, p. 7).

O resgate histórico das diversas experiências autogestionárias é essencial para essa vertente. Nesse sentido a autogestão é vista como um elemento que está inserido na luta de classes. Entretanto, não se limita ao âmbito do trabalho, pois há outros espaços sociais em que a autogestão pode ser um instrumento que oferece às pessoas outra forma de administrar suas vidas, tais como: as cidades, as escolas, os meios de comunicação, as instituições de saúde, além de outros setores.

4. Considerações finais

É importante perceber que as organizações das diversas lutas dos trabalhadores se deram em conjunto com a criação e o debate de ideias acerca das condições e das possibilidades de superação das situações de dominação e de exploração. Nessa direção, a autogestão não pode ser pensada como um conceito criado sob o ponto de vista teórico, apenas. Pois, se de um lado ele é resultado da discussão de teóricos, por outro, ele também é construído no cotidiano dos trabalhadores que se encontram em uma relação tensa entre capital e trabalho.

Essa relação culmina na América Latina com a criação de cooperativas e associações autogestionárias vinculadas a economia popular ou solidária, como no caso do Brasil. Nessa perspectiva, o movimento de economia solidária encontrou espaço no Estado e buscou através de políticas uma forma de propagação desta economia. No entanto esse percurso foi desviado a partir do golpe de 2016, momento em que muitos movimentos sociais sofreram

uma reação da oligarquia brasileira. Esse fato enfraqueceu o movimento de economia solidária que buscava expandir seu espaço em solos brasileiros.

Por um lado, pode-se compreender a autogestão como um fator que envolve uma crítica à heterogestão econômica, política e social que sustenta a dominação e a exploração dos trabalhadores; em segundo lugar, a autogestão busca o controle direto do trabalhador sobre sua atividade, em seguida, esse controle deve estender-se sobre toda sua vida social. A luta dos trabalhadores no âmbito histórico não se esgota na conquista de direitos trabalhistas, mas, na produção de outras realidades sociais, econômicas e políticas como a autogestão. Entre esses projetos econômicos e políticos, contemporâneos, que esboçam a construção de um processo autogestionário encontram-se as diversas experiências de economia popular ou economia solidária na América Latina.

Referências

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: Contracorrente, 2017.
- BOURDET, Yvon; GUILLERM, Alain. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CASTRO, Bárbara Geraldo de. **A economia solidária de Paul Singer: a construção de um projeto político**. Campinas, SP, 2009. (Dissertação de Mestrado).
- CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. 2006. (Tese de Doutorado). Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/nescic/teseantoniocruz.pdf>. Acesso dia 23 de abril de 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2009.

KROPOTKIN, Peter. **A Comuna de Paris**. In: WOODCOCK, George. Os grandes textos anarquistas. 3.ed. Porto Alegre: LePM, 1985.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NASCIMENTO, Cláudio. **As lutas operárias autônomas e autogestionárias**. Rio de Janeiro: CEDAC, 1986.

_____. **Autogestão e Economia Solidária**. In: TEMPORAES. Democracia e Autogestão. São Paulo: Humanitas, USP, 1999.

_____. **Economia Solidária: Poder Comunal e Popular**. In: NASCIMENTO, Cláudio. Cartilha Autogestão. 2010. Disponível em: <https://cirandas.net/articles/0011/2010/cartilha-autogestao.pdf>. Acesso dia 29 de julho de 2018.

_____. NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. Prefácio. IN: DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivanio. A questão da habitação popular (org). Curitiba: Base Editorial, IBEP, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ivo_Dickmann/publication/282817334_A_questao_da_habitacao_popular/links/561d40cc08ae50795afd7afc/A-questao-da-habitacao-popular.pdf#page=18. Acesso dia 02 de agosto de 2018.

NOVAES, Henrique T.; SERAFIM, Millena P. **A necessidade de um enfoque tecnológico na economia solidária: fábricas recuperadas e cooperativas populares na América Latina**. In: Revista Proposta. nº.112. 2007. Disponível em: http://rts.ibict.br/artigos/artigos-2007/arquivos/revista_proposta_necessidade_enfoque_tecnologico_.pdf. Acesso dia 30 de julho de 2018.

PAEZ, Luis Francisco Verano. **Economia Solidária, uma alternativa ao neoliberalismo**. Santa Maria: Cesma, 2001.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/brasil_em_debate_vol_2_marcio_pochmann.pdf. Acesso dia 30 de julho de 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Os oito primeiros anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária. SINGER, Paul. In: LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio Chedid (org.). **A Economia Solidária na América Latina**: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

VARES, Luiz Pilla. A vida e a obra de Rosa Vermelha. In: LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa, a vermelha**: textos escolhidos. 2.ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.

VIANA, Nildo. **Karl Marx e a essência autogestionária da Comuna de Paris**. In: Revista Espaço Acadêmico. Dossiê Comuna de Paris: 140 anos. V.10. n° 118. 2011. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12613/6702>. Acesso dia 30 de julho de 2018.

WOODCOCK, George. **Os grandes textos anarquistas**. 3.ed. Porto Alegre: LePM, 1985.

Resenha da obra “Direito à Cidade” de Henri Lefebvre

Pablo Rodrigo Barbosa
Tainã dos Santos Novack
Thais Carolina Xavier Coitinho

Apresentação

O autor apresenta o papel que a cidade tem no decorrer dos tempos na vida da sociedade. “Na direção da entrada para a prática de um direito: o direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados.” (p. 7)

Afirmando que a uma nova “Ciência”.

1. Advertência

Neste capítulo o autor vai falar sobre abrir o pensamento e ação para novos horizontes e caminhos, ou seja, romper com as linhas de pensamento formais dos sistemas.

livro não se propõe apenas passar pelo crivo da crítica os pensamentos e as atividades que dizem respeito ao urbanismo. Tem por objetivo fazer com que estes problemas entrem na consciência e nos programas políticos. (p. 10)

Afirmando que se deve fazer uma nova reflexão teórica, sobre a realidade urbana passando a reconhecer as novas necessidades.

2. Industrialização e urbanização

Um dos principais pontos para a problemática das cidades é o processo de industrialização. Caracterizando assim as sociedades modernas.

Daí vem definição da sociedade urbana a qual nasce em volta desta industrialização, fornecendo ponto de partida de reflexão da nossa sociedade atual.

Tendo um grande crescimento, fazendo com que as cidades se tornassem os centros de vida social e política, acumulando riquezas, conhecimento, as técnicas e as obras, com capitalismo concorrencial.

Se diferenciando da Antiguidade que era Cidade-Estado, se passa a distinguir três termos: a sociedade, o Estado, a Cidade.

à cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, a refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. (p.14)

Se tem um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, porém que são conflitantes entre a realidade urbana e a realidade industrial.

Núcleo urbano tem dois papéis: lugar de consumo e consumo de lugar, devido suas criações de consumo, de modo mais completo ofertando o lugar de troca e no valor de troca.

Com as questões de ruralidade e urbanidade, o tecido urbano e a centralidade.

Surge a crise da cidade, entre teoria e prática.

Na teoria, o conceito da cidade (da realidade urbana) compõe-se de fatos, de representações e de imagens emprestadas à cidade antiga (pré-industrial, pré-capitalista) mas em curso de transformação e de nova elaboração. Na prática, o núcleo urbano (parte essencial da imagem e do conceito da cidade) está

rachando, e no entanto consegue se manter; transbordando, freqüentemente deteriorado, às vezes apodrecendo, o núcleo urbano não desaparece. (p. 21)

Até então foi mostrar o processo dado pela industrialização onde se permitiu acreditar que se deu como processo natural, sem interesse.

Se tem uma estratégia de classe, onde se tem distintos objetivos, mas convergiam no mesmo resultado final. Então se com a “suburbanização” que afastava o proletariado do centro das cidades, processo de descentralização. Fazendo com que o proletariado não tenha mais sua consciência urbana, a capacidade criadora.

Habitação não se torna uma utilidade pública, somente como um apêndice dos “direitos dos homens”, por questões vindas da crise da cidade.

Assim como já feita uma análise crítica durante o texto sobre a cidade podemos distinguir três momentos:

Primeiro – é que a indústria e o processo de industrialização fazem o que tem por interesse com a sociedade, agindo de forma negativa com a situação urbana.

Segundo – a urbanização cresce, reconhecendo a sociedade a partir da sua realidade sócio-econômica.

Terceiro – Nasce ou renasce a reflexão urbanística, sobre a centralidade e poder do povo.

O autor nos afirma que não há somente uma única reflexão urbanística, e sim diversos modos de referências em relação a esse racionalismo operacional.

Criam-se estratégia global, onde se vende um sonho de consumo de cidade. Sendo estes projetos apresentam politicamente o problema da sociedade urbana.

3. A filosofia e a cidade

Neste capítulo o autor terá como ponto de partida a filosofia para problematizar as questões urbanas.

Pensado a partir do pensamento das cidades arcaicas, dita civilizações “ocidentais”. Cidade se dá por um conjunto de pessoas que permite a divisão do trabalho e da propriedade mobiliária. Trazendo diferenciação entre a cidade e o campo. Nascendo a filosofia onde tem ligação com a cidade a partir do seu Logos (razão).

4. As ciências parcelares e a realidade urbana

Neste capítulo o autor fala sobre as ciências e sobre os seus métodos, para explicar algo ou fragmentos analíticos. A partir do que a filosofia já vinha falando sobre representação global. Sendo considerado o urbanismo uma questão global.

5. Filosofia da cidade e ideologia urbanística

Neste capítulo o autor fala que para saber a problemática da cidade é recomendável distinguir:

- a) os filósofos e as filosofias da cidade que a definem especulativamente como globalidade ao definir o “homo urbanicus”, na mesma qualidade do homem em geral, o mundo ou o cosmo, a sociedade, a história;
- b) os conhecimentos parciais referentes à cidade (seus elementos, suas funções e estrutura);
- c) as aplicações técnicas desses conhecimentos (num certo contexto: no quadro geral fixado por decisões estratégicas e políticas);
- d) o urbanismo como doutrina, isto é, como ideologia, que interpreta os conhecimentos parciais, que justifica as aplicações, elevando-as (por extrapolação) a uma totalidade mal fundamentada ou mal legitimada. (p. 47)

São aspectos ou elementos discutidos juntos em diferentes obras de filósofos.

A filosofia da cidade (ou preferencialmente, a ideologia urbana) nasceu como superestrutura de uma sociedade em cujas estruturas entrava um certo tipo de cidade; essa filosofia, preciosa herança do passado, prolonga-se em especulações que freqüentemente se disfarçam em ciência porque integram em si alguns conhecimentos reais. (p. 48)

A partir desta ideologia passou-se a falar que a cidade se define como rede de circulação e de consumo.

6. A questão cidade

Primeiramente, é importante destacar que o texto mostra outra visão sobre a cidade comparada ao que o senso comum tem, mas não somente diferente do senso comum, mas também diferente de ciências e outras técnicas que por muito tempo tentam entender a cidade e suas questões.

No livro, Henry Lefebvre diz que para entender a cidade e a “problemática da cidade” deve-se:

A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade. (p. 59)

Ela mesma, a cidade, obra e ato perpétuos, dá lugar a instituições específicas: municipais. As instituições mais gerais, as que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, têm sua sede na cidade política, militar e religiosa. Elas aí coexistem com as instituições propriamente urbanas, administrativas, culturais. Motivo de certas continuidades notáveis através das mudanças da sociedade. (p. 59)

Ou seja, para entender a cidade e suas questões é preciso analisar as instituições, que são resultantes das relações de classe e de propriedade.

Não somente as instituições, como as próprias relações sociais precisam ser analisadas. Mas para isso deve ser analisado até aquilo que não é explícito. Até mesmo aquilo que é oculto. Como o autor diz: “Sim, lê-se a cidade porque ela se escreve, porque ela foi uma escrita. Entretanto, não basta examinar esse texto sem o contexto”. (p. 61)

O que seria este contexto? O contexto seriam as instituições, a vida sexual, a vida familiar, aquilo que é “oculto”, como o mesmo diz: não cabe num livro apenas. (p. 61)

O autor ainda diz que pra analisar a questão cidade e seus fenômenos precisa-se de:

A análise dos fenômenos urbanos exige o emprego de todos os instrumentos metodológicos: forma, função, estrutura – níveis, dimensões – texto, contexto – campo e conjunto, escrita e leitura, sistema, signifiante e significado linguagem e metalinguagem, instituições e etc. (p. 65)

Assim dizendo, Lefebvre mostra a complexidade que é analisar a cidade e seus fenômenos. Uma análise sem estes instrumentos acaba por reduzir os fenômenos da cidade e suas problemática, como por muito tempo aconteceu.

7. A cidade “fala”.

O autor continua mostrando que a Cidade fala por si só. Ela é uma obra que fala: “...Esses edifícios representam a eficácia e a “presença” social dessas relações. E, seu nível específico, a cidade contem a projeção dessas relações.” (p. 66)

Ou seja, as construções representam algo mais profundo, representam o social. O autor ainda continua mostrando que o urbano fala:

Em seu plano específico, a cidade pode se apoderar das significações existentes, políticas, religiosas, filosóficas. Apoderar-se delas para dizer, parar expô-las pela via – ou pela voz – dos

edifícios, dos monumentos, e também pelas ruas e praças, pelos vazios, pela teatralização espontânea dos encontros que nela se desenrolam, sem esquecer das festas e cerimônias (com seus lugares qualificados e apropriados) (p. 68)

Existe a fala da cidade: aquilo que acontece na rua, nas praças, nos vazios, aquilo que aí se diz. Existe a língua da cidade: as particularidades próprias a uma tal cidade e que são expressas nas conversas, nos gestos, nas roupas, nas palavras e nos empregos das palavras pelos habitantes. Existe a linguagem urbana, que se pode considerar como linguagem de conotações, sistema secundário e derivado no interior do sistema denotativo. Finalmente existe a escrita da cidade: aquilo que se inscreve e se prescreve em seus muros, na disposição dos lugares e no seu encadeamento, em suma, o emprego do tempo na cidade pelos habitantes dessa cidade. (p. 70)

Ainda assim, mesmo a cidade “falando” e as construções representando o social, a cidade não pode ser definida por essa função isolada.

Paradoxalmente, considerada neste nível, a cidade se compõe de espaços desabitados e mesmo inabitáveis: edifícios públicos, monumentos, praças, ruas, vazios grandes ou pequenos. Tanto isto é verdade que o “habitat” não constitui a cidade e que ela não pode ser definida por essa função isolada. (p. 66)

O texto ainda vai dizer que é importante estudar a semiologia do poder, semiologia urbana e a semiologia da vida cotidiana. Sem esquecer as dimensões. (dimensões simbólicas, paradigmática, sintagmática) (p. 70).

8. Relação cidade-campo e um problema mundial.

Não menos importante, o autor aborda a relação entre cidade-campo e faz declarações fortes como: “Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o”. (p. 74)

E continua:

A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanatos, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão e etc.) (p. 74)

Mostra que é complexa essa relação, onde o campo sempre “sai perdendo” sendo “explorado” pelas cidades em desenvolvimento. E conclui dizendo: “Quanto ao mais, em escala mundial, o conflito cidade-campo está longe de ser resolvido, todos sabem disso”. (p. 75)

O autor deixa claro que o problema da cidade é mundial. Não há cidade no mundo que não tenha problemas complexos. Mas é importante dizer que os problemas variam de cidade pra cidade, porque a historicidade, a política, os cidadãos tudo é diferente.

Paradoxo dessa situação crítica, dado central do problema, a crise da cidade é mundial. (...), No entanto, as causas práticas e as razões ideológicas dessa crise variam segundo os regimes políticos, segundo as sociedades e mesmo segundo os países em questão. (p. 79)

9. A importância da obra.

A obra de Henry Lefebvre – O direito a cidade - é de extrema importância para os dias atuais, com todo o contexto da sociedade presente. Vemos que o Estado tem agido de maneira tecnicista.

a sociedade “moderna” surge como sendo pouco capaz de fornecer soluções para a problemática urbana e de agir de outra forma que não através de pequenas medidas técnicas que prolongam o estado atual das coisas. (p. 80)

Reduzindo a “questão cidade” ao problema de moradia. Dizendo: “Ora, o problema da cidade ultrapassa enormemente o da moradia.” (p. 86)

a questão da moradia, sua urgência nas condições do crescimento industrial inicialmente ocultaram e ocultam ainda os problemas da cidade. (...) os táticos políticos, atentos sobretudo ao imediato, só viram e só veem essa questão. (p. 81)

Fazendo assim, ações políticas que não resolvem o “problema” da cidade. Problema esse que é bem profundo, permeia a vida cotidiana de cada cidadão, ou seja, vida pública, privada, família, social e etc.

Para o poder, há mais de um século qual é a essência da cidade? Cheia de atividades suspeitas, ela fermenta delinquências; é um centro de agitação. O poder estatal e os grandes interesses econômicos só podem então conceber apenas uma estratégia: desvalorizar, degradar, destruir a sociedade urbana. (p. 84)

Há séculos, e também na atual conjuntura, o desenvolvimento da cidade é criador de segregação. A cidade é dividida em espaços onde cada classe social tem seu espaço. Segregação essa que tem como impulsionador a exploração:

a cidade moderna intensifica, organizando-a, a exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Isto é dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção) (p. 63)

Com a exploração nasce a segregação, com a segregação o habitat é negado, e se o habitat é negado o próprio Habitar fica em risco. E o habitar é essencial à vida humana.

No nível ecológico, o habitar torna-se essencial. A cidade envolve habitar; ela é forma, envelope de local da vida “privada”, ponto de partida e de chegada das redes que permitem as informações e que transmitem as ordens (impondo a ordem distante a ordem próxima) (p. 67)

Todas essas questões obrigam-nos a refletir e estudar a obra de Henry Lefebvre. Sabendo que o aprofundamento na questão cidade não é importante só pra academia, mas também para o futuro do habitar nas cidades.

Quem sabe ao refletir sobre a obra, possamos criar conhecimento para no futuro – longe ou perto – ser fundamento de uma política pública que visa “melhorar” os problemas da cidade.

10. A análise espectral

O autor analisa o desenvolvimento de uma inteligência analítica revestida com os privilégios e os prestígios da síntese, onde encobre as estratégias representadas na globalidade social. Assim as mediações teóricas e práticas, sociais e mentais encobrem uma a outra, criando uma grande distância entre o global e o parcial, reprimido e manipulado.

A estratégia de classe utiliza e sustenta a ideologia de uma globalidade incerta, com isso depois de uma análise espectral dos elementos da sociedade, o autor estuda três aspectos, simultâneos e sucessivos da segregação.

Não há informação que a segregação dos grupos é uma estratégia dos poderes, mesmo não aparecendo de imediato a separação dos grupos sociais. Existindo vários de tipos de guetos, segregados por culturas, ideologias, etnias, classes sociais, reunindo as camadas e as classes sociais, a importância de analisar a segregação por índices e critérios diferenciados, como ecológicos, formais e sociológicos.

A filosofia da cidade considerada como "sujeito" (comunidade, organismo social), mesmo tendo boas intenções humanistas e filosóficas, a prática caminha na direção da segregação. O Estado e a Empresa agem para absorver a cidade, por suprimi-la, apesar de diferenças e conflitos entre ambos, convergem para a segregação.

O autor questiona se as formas políticas do Estado (capitalista, socialista, transitória e etc.) elaboram estratégias diferentes em relação a cidade.

As segregações que destroem morfologicamente a cidade e que ameaçam a vida urbana não podem ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de conjunturas locais. Contentemo-nos com indicar que o caráter democrático de um regime é discernido em relação à sua atitude para com a cidade, para com as "liberdades" urbanas, para com a realidade urbana, e, por conseguinte para com a segregação. (p. 99)

Lefebvre observa a necessidade de distinguir entre o poder político e as pressões sociais que podem atingir a boa ou má vontade dos políticos, pensar a relação entre a racionalidade em geral, a planificação geral e urbana e a gestão racional das empresas. Uma estratégia de classe representa importante papel na empresa capitalista.

A cidade tende a desaparecer como instituição específica, pois, o Estado assume o controle institucionalizando no contexto global. Pondo conflitos e contradições das atividades estruturantes e de ações preparadas, tornando a prática um racionalismo limitado da burocracia e da tecnocracia, a veracidade do absurdo para o racionalismo autoritário.

Quando o autor trás o questionamento sobre o espectro da cidade, da sociedade urbana e da sociedade, analisa uma prática com resultados constatados imediatos como, aspectos, elementos e fragmentos, com cidades inertes vividas nas sombras de um passado, de uma história, com elementos da vida social e dos urbanos dissociados. A cidade não sendo apenas uma palavra, mas uma prática.

Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade, às portas do "urbano". (p. 103)

Os grupos são projetados separadamente, necessário para criar uma sociedade urbana desenvolvida, uma sociedade em estado de virtualidade, perecendo nas condições atuais morrer antes de nascer.

Gerando mais uma contradição, entre o total global e o parcial, entre a análise e a síntese, pois não interessa mais à teoria, mas a prática, uma prática social que oferece a análise crítica.

Uma prática social integrativa realizada em níveis diferentes, através do mercado, pelo consumo e ideologia do consumo, através da cultura, através dos valores, através da ação do Estado. Essa integração visa a classe operária, mas também os intelectuais e o pensamento crítico.

Porém essa sociedade pratica a segregação, projetando a separação composta por guetos, isolando esses guetos arranjados. Tornando-se conflitante em uma realidade urbana que busca uma estratégia de integração na prática social. Sendo lógico um problema político de autogestão, segregando a classe operária, privando da vida urbana ideal.

11. O direito a cidade

Reformular teoricamente a imagem sobre as necessidades sociais estruturadas inerentes a sociedade urbana, necessidades essas antropológicas socialmente elaboradas, manifestadas particularmente por momentos na contradição da divisão dos trabalhos, tendo a necessidade da vida urbana se isolar e de abrir horizontes.

A cidade como objeto da ciência da cidade se decompõe como realidade acabada, historicamente a cidade formada não vive mais, nem compreendida na prática, mas tornou-se um consumo cultural para os turistas. A cidade morreu, mas o urbano vive.

Impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade,

sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade. (p. 106)

Para o autor, pouco importa se a cidade está morta, mas sim repensar novos fundamentos e como reconstruí-la. Afastando-se do velho humanismo que sustentava a ideologia burguesa liberal das almas caridosas e se direcionar para o novo humanismo, uma nova práxis de uma sociedade urbana, diminuindo os mitos e limites de origem agrária, do rural. A tradição que causa a crise mundial tanto na cidade quanto no rural.

A vida social é capaz de criar as relações sociais, com isso analisar na prática as implicações e consequências para uma vida social de sucesso. Pensando na influência dos políticos no sistema de significações subordinado a suas estratégias.

A pesquisa descobre aos poucos que o urbano não está inteiramente presente ou atual, a ciência da cidade necessita de um período para reconstruir a prática social. Pois mesmo havendo a necessidade da ciência há seus limites, reconstituindo unidades sociais, determinando uma estratégia urbana considerando as variáveis para o crescimento e desenvolvimento.

As reformas urbanas questionam as estruturas da sociedade existente, das relações imediatas e cotidianas, contra as coisas estabelecidas, necessitando um suporte social, apoiando a ação da classe operária atingida pela segregação.

A classe operária enquanto classe, é a que pode ameaçar os centros de decisão, tornando sua missão histórica, tornando-se um agente social reivindicando as responsabilidades dos setores políticos. O movimento dialético apresentado na relação entre a ciência e força política em um diálogo.

Com a pressão das massas surgem os direitos concretos complementando os abstratos. E o direito a cidade se afirmar na contradição do direito da natureza, pois a cidade cresce e pouco preserva os amplos espaços naturais, reformular e transformar o direito a cidade e o direito à vida urbana.

12. Perspectiva ou prospectiva

Neste capítulo o autor traz a concepção filosófica que pensa a cidade, com o fundamento teórico da cidade, a representação da cidade ideal e suas relações com o universo, seus meios de formação culturais e científicos e os espaços privilegiados, como também a luta da classe média em preservar os empregos em um setor altamente concorrido e manter seus poucos privilégios.

Cada período histórico e cada sociedade teve sua representação de mundo, os dados analíticos pertencentes a síntese política dissimula a realidade urbana, sob uma filosofia ou ideologia, essa síntese que pertence as forças políticas, são nada mais que as forças sociais, que indicam as necessidades sociais e reivindicar um futuro, não permitindo que a classe operária se cale e seja manipulada.

Analisa o sentido da urbanização, o objetivo e a finalidade da industrialização, não mais separadamente, mas o equilíbrio econômico, orientando o crescimento na direção do desenvolvimento, descobrir as necessidades no andar dos acontecimentos revelando-se no decorrer da prospecção.

(...) A sociedade urbana supera a antiga e a nova pobreza, tanto a miséria da subjetividade isolada quanto a pobre necessidade de dinheiro com seus símbolos tardios: o olhar "puro", o signo "puro", o espetáculo "puro". (p. 125)

A pesquisa de dados não estuda separadamente as atividades das funções, as diversidades da produção social e da sociedade urbana, mas situa-se na relação perspectiva de explicação e de previsão. Distinguidas cientificamente entre as variáveis estratégicas e as táticas, não tratando somente dos índices de crescimento da produção e da renda, mas da divisão.

Um dos objetivos estratégicos é que a cidade se reencontre para além de funções metamorfoseada na sociedade, pois cada tipo

urbano realiza uma centralidade específica. Uma centralidade que acolhe as pessoas e os produtos, prepara-se para o capitalismo, sendo objeto de cuidado.

O capitalismo e seu duplo sentido de centralidade como, lugar de consumo e consumo de lugar, tornando o mundo da mercadoria e o valor de troca. A sociedade urbana se apropria das centralidades passadas a fim de modifica-las. Pôr a apropriação acima do domínio, com espaços lúdicos ainda com espaços de trocas e de circulação, com espaço político e cultural.

(...) A globalidade assim reencontrada é o espaço de formalizado da patologia social, do conceito de habitat ao espaço esquizofrênico projetado como modelo social há um trajeto contínuo. (p. 132)

O autor dialoga sobre os espaços articular as diferenças e contrastes já construídos historicamente e instituídos socialmente, considerando essas diferenciações como espaços sociais. O habitar a cima do habitat.

O direito a cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (p. 134)

Ao final desse capítulo o autor traz a concepção de cidade ideal, que comporta todas as suas diferenças, onde os habitantes seriam os criadores dessa obra. Obra essa, como a arte de viver na cidade, sendo a sociedade urbana a determinante das mudanças e de desenvolvimento do futuro do "homem".

13. A realização da filosofia

Neste ponto o autor retorna a análise do estudo pelo viés da filosofia, onde por muitas vezes esse conhecimento que visava a

totalidade, porém representava especulações, não conseguindo de fato aprender o direito a síntese.

Faz uma análise filosófica histórica, onde a filosofia já não podia manter seu foco tradicional, com a aderência da produção industrial transformando a capacidade social, trazendo como projeto filosófico do homem no mundo ao relacionar o sentido da produção industrial.

(...) A filosofia não pode se realizar sem que a arte (como modelo de apropriação do tempo e do espaço) se complete plenamente na prática social e sem que a técnica e a ciência, enquanto meios sejam plenamente utilizados, sem que supere a condição proletária. (p. 136)

Porém essa revolução iniciada por Marx, foi enfraquecida pela revolução industrial, a sociedade urbana revelando o sentido da industrialização, a necessidade de continuar a revolução teórica, a revolução urbana e a transformação política. Dando a filosofia a realização do sentido da ciência da realidade social.

14. Teses sobre a cidade, o urbano e o urbanismo.

Neste último capítulo Lefebvre após uma análise detalhada sobre o direito a cidade, traz algumas questões a serem observadas e questionadas.

Os problemas da correlação da moradia e do habitar, da organização industrial e da planificação. São problemas relacionados ao crescimento econômico sem preservar o desenvolvimento social através da produção industrial.

Subordinação da vida social a esse crescimento industrial, já que a partir da exploração do trabalho social, a detenção da informação, a cultura, os poderes de decisão para poucos.

A necessidade de uma ciência da cidade que vise as necessidades sociais. A exploração da classe operária, vítima da

segregação. Direitos que definem a civilização são fortalecidos em tempos difíceis.

Para a classe operária, rejeitada dos centros para as periferias, despejada da cidade, expropriada assim dos melhores resultados de suas atividades, esse direito tem um alcance e uma significação particulares. Representa para ela ao mesmo tempo um meio e um objeto, um caminho e um horizonte, mas essa ação virtual da classe operária representa também os interesses gerais da civilização e os interesses particulares de todas as camadas sociais de "habitantes", para os quais a integração e a participação se tornam obsessivas sem que cheguem a tornar eficazes essas obsessões. (p. 139).

A reforma urbana tem um alcance revolucionário, com isso a produção industrial influencia na transformação da sociedade. Uma reforma junto a reforma agrária, dando lugar a estratégias que se opõe as da classe dominante. A classe proletária tem a capacidade de produzir um novo humanismo, destruindo a ideologia do consumo, o sentido atual para a atividade produtora, transformar o valor de troca para valor de uso, absorvendo todos os meios da ciência, através de uma revolução econômica, política e culturalmente permanente.

Referência

LEFEBVRE, Henri. **O Direito À Cidade**. Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991

Biografia dos autores

A

Aline Rodrigues de Avila - Mestre em Política Social – Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos – Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Angelita Soares Ribeiro - Assistente Social do Campus Pelotas Visconde da Graça do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense, Mestre em Ciências Sociais, Doutora em Educação. E-mail: sr-angelita@hotmail.com.

B

Bruna dos Santos Alt – Advogada, Mestre em Política Social e Direitos Humanos pela UCPEL, Assessora Jurídica da Associação Amigos do Caminho, bruna.alt@hotmail.com.

C

Camila de Freitas Moraes - Psicóloga, graduada pela Escola Superior da Amazônia – Esamaz (2015); Psicanalista e membro da Escola de Estudos Psicanalíticos FreudLacan (2015 até o momento atual); Especialista em Saúde Mental pelo Centro Universitário da Serra Gaúcha – FSG (2018); Mestranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL; Participante do Grupo de Estudo e Pesquisa Questão Agrária e Urbana e Ambiental/ Observatório Conflitos da Cidade; email: camilapsi.moraes@yahoo.com.br.

Carim Angela Dummer - Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (2003), Participante do Grupo de Pesquisa Socius Cartografias Coletivas (2003-2005), Especialização em Arteterapia pela Faculdade de Marechal Cândido Rondon.(2005), Mestrado em Política Social pela Universidade Católica De Pelotas(2010), Atualmente é Assistente Social do Hospital Escola EBSEH da Universidade Federal de Pelotas. Tem experiência na área de Saúde Hospitalar, Saúde Mental, Projetos Sociais atuando principalmente nos seguintes temas: Sistema Único de Assistência Social, Sistema Único de Saúde, Coordenação de Equipe e Grupos, Serviço Social Hospitalar e Saúde Mental, Elaboração e acompanhamento de Projetos Sociais, Supervisão de Estágio de Campo em matéria de Serviço Social.

Carla Graziela Rodeguero Barcelos Araújo – Assistente Social. Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos, Participante do Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental/ Observatório de Conflitos da Cidade.

Carla Silva de Avila – Graduada em Ciências Sociais, Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas (2006); Especialista em Sociologia e Política (2008) e Mestre em Ciências Sociais (2011) pela Universidade Federal de Pelotas. Possui Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico Raciais pela Universidade Federal de Pelotas (2011). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação Políticas Sociais e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas, integrante do Laboratório de Estudos Psicossociais Cidades Seguras e Direitos Humanos – CNPQ. É professora na Universidade Católica de Pelotas desde o ano de 2012 atuando na área das Ciências Sociais nos cursos de graduação de Serviço Social, Comunicação Social, Pedagogia, Filosofia, Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia. Coordena o Projeto de Extensão Relações Étnico-Raciais na Sociedade Brasileira desde o ano de 2013. Professora da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, ministrando disciplinas de História e Sociologia. Ativista política no Movimento Social Negro de Pelotas, no Coletivo de Professoras Negras e no Grupo de Estudos Mulheres Negras "Nós por Nós".

Cristine Jaques Ribeiro – graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente dos Cursos de Graduação em Serviço Social e Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos *UCPel*. Coordena o *GEP Questão Agrária, Urbana e Ambiental* Observatório dos Conflitos da Cidade/*UCPel*.

D

Daniel Vieira Essinger - graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande (2007) e Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (2017). Atualmente exerce atividade profissional como Técnico em Assuntos Educacionais na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Tem interesse acadêmico pelos seguintes temas: educação e trabalho, políticas públicas para a educação e política social.

Dulce Pinheiro Berndt - Graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas, título: Problematizando o processo de “Alta”: Um olhar a partir da vivência de estágio no CAPS Escola- Pelotas/RS (2015), Mestrado em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas Título:

O Processo de “Alta” Dos Usuários Do CAPS Escola: Contribuições para a Reforma Psiquiátrica em Pelotas., (2017). Durante o período da graduação realizei estágio curricular no CAPS Escola na cidade de Pelotas-RS e extracurricular em Serviço Social na Assistência Estudantil do Instituto Federal Sul Riograndense- Campus Visconde da Graça. Também fui bolsista da pesquisa intitulada “Reforma Psiquiátrica Em Pelotas: Reconstruindo a História Da Reestruturação Da Política De Saúde Mental.”. Atualmente sou Assistente Social do Hospital São Francisco de Paula- Pelotas, lotada na Unidade Básica de Saúde Sanga Funda e União de Bairros. Tenho experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Política e Saúde, Saúde Mental, CAPS, Reforma Psiquiátrica, Grupo de Mulheres.

J

Jéssica Silva de Ávila - Graduada em serviço social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), especialista em Saúde do Trabalhados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestranda em sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) conclusão 29 de abril de 2019. Assistente Social na Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental da Universidade Católica de Pelotas.

N

Nino Rafael Medeiros Kruger - Graduado em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas; Mestre em Política Social e Direitos Humanos, pela mesma universidade; Doutorando em Política Social e Direitos Humanos; Membro do Grupo de Pesquisa CNPQ em Questão Agrária, Urbana e Ambiental; Membro do Observatório de Conflitos da Cidade.

P

Pablo Rodrigo Barbosa - graduando do 7º semestre de Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas, bolsista de iniciação científica, também membro do grupo de estudos Questão Urbana, Agrária e Ambiental/Observatório de conflitos da Cidade, além de membro do Fórum de Soberania e Segurança Alimentar da Cidade de Pelotas.

R

Renan Costa Valle Scarano - Doutorando do PPG - Política Social e Direitos Humanos pela UCPEL. Mestre em Política Social pela UCPEL 2016. Especialista em Direitos Humanos pela UNIPAMPA 2013. Bacharel e licenciado em Filosofia pela UCPEL. 2011.

T

Tainã dos Santos Novack – Graduanda em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas; Técnica em Vestuário pelo Instituto Federal Sul-RioGrandense Campus CAVG; Bolsista de Iniciação Científica de Pesquisa PIBIC/CNPQ; Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa CNPQ em Questão Agrária, Urbana e Ambiental; Membro do Observatório de Conflitos da Cidade; Membro do Fórum em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Thais Carolina Xavier Coitinho - Acadêmica de Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas. Bolsista de extensão no grupo relações Étnico Raciais UCPEL. Participante do Grupo de estudo e pesquisa questão agrária, urbana e ambiental.